

ADEUS AO TRABALHO?

S METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E DIMENSÕES DA CRISE DO
SINDICALISMO)

RICARDO L. C. ANTUNES
IFCH/UNICAMP

1994

UNICAMP
Biblioteca - IFCH

ADEUS AO TRABALHO?

(AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E DIMENSÕES DA CRISE DO
SINDICALISMO)

Conjunto da Produção Acadêmica apresentado ao
Concurso de Livre Docência em Sociologia do Trabalho
no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

RICARDO L. C. ANTUNES

IFCH/UNICAMP

1994

I N D I C E*

- Apresentação
- Para Onde Vai o Mundo do Trabalho?
- O Novo Sindicalismo
- Mundo do Trabalho e Sindicatos na Era da Globalização:
Impasses e Desafios do *Novo Sindicalismo* Brasileiro
- Indivíduo, Classe e Gênero Humano: o Momento da Mediação
Partidária
- Trabalho e Estranhamento
- A Crise Vista em sua Globalidade
- A Prevalência da Lógica do Capital
- Dimensões da Crise Contemporânea ou da Nova (Des)Ordem
Internacional
- Os Comunistas no Brasil
- Elementos para o Entendimento da Crise Brasileira: Da
Crise de 1964 ao Início dos anos 80
- Poder e Transição: A Atualidade de Marx frente aos Dilemas
do Socialismo

ANEXOS

- La Première Inflexion Stalinienne au Brésil
- Recent Strikes in Brazil: The Main Tendencies of the
Strike Movement of the 1980s

* Os textos não estão paginados em numeração contínua porque alguns deles mantêm a numeração que consta da publicação original.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho, que estamos submetendo à Comissão Julgadora do Concurso de Livre Docência em Sociologia do Trabalho no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, compreende essencialmente um conjunto de textos que estamos organizando num volume com o título *Adeus ao Trabalho? (As Metamorfoses no Mundo do Trabalho e Dimensões da Crise do Sindicalismo)*, e que está em fase de editoração.

Procedemos desta maneira porque, por um lado, este trabalho expressa, centralmente, o conjunto da nossa produção acadêmica realizada após a defesa da Tese de Doutorado. E, por outro, por estar em conformidade com a regulamentação que trata dos concursos de Livre Docência, que possibilita a apresentação do "conjunto da produção científica" do candidato.

Este volume compreende os seguintes textos: o primeiro, que trata das metamorfoses em curso no mundo do trabalho, discutindo os seus contornos e significados essenciais, bem como as repercussões destas transformações na forma de ser da classe trabalhadora. *Para Onde Vai o Mundo do Trabalho?* é um texto inédito, elaborado especialmente para apresentação junto a este Concurso e que expõe o eixo central da nossa pesquisa atual.

O segundo realiza um balanço do novo (e do velho) sindicalismo no Brasil, desde a sua emergência, ao final dos anos 70 e início de 80, procurando mostrar as principais

tendências e características do movimento sindical recente em nosso país. Este texto é a *primeira parte* do livro *O Novo Sindicalismo*, publicado pela Scritta Editorial, em 1991, e que está esgotado. A segunda parte desse livro não está incorporada neste volume porque se compõe de diversos artigos que publicamos especialmente na imprensa. Como são textos mais conjunturais, optamos por não incorporá-lo neste volume. Uma parte do texto *O Novo Sindicalismo*, que trata das greves, acaba de ser publicado também na revista *Latin American Perspectives*, vol. (80)21, n. 1, 1994, com o título "Recent Strikes in Brazil: The Main Tendencies of the Strike Movement of the 1980s".

O terceiro texto, com o título *Mundo do Trabalho e Sindicatos na era da Globalização; Impasses e Desafios do Novo Sindicalismo Brasileiro*, tenta oferecer elementos explicativos para os dilemas do sindicalismo brasileiro hoje. Foi publicado, com pequenas alterações, em revistas nacionais e está programado para o primeiro número de 1994, da Revista *Latinoamerica*, editada na Itália.

O conjunto seguinte de textos pode ser dividido em três sub-blocos: os dois primeiros, compondo ainda o campo de discussões sobre a pertinência e a validade da categoria *trabalho*, no universo do *ser social*. O que tem o título *Indivíduo, Classe e Gênero Humano*, foi originalmente apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, em 1990 e é também inédito. O texto *Trabalho e Estranhamento*, reelaboração que fizemos da Introdução de nossa Tese de

Doutorado (que não incorporava a distinção entre *alienação* e *estranhamento*), será republicado neste novo livro, porque entendemos que ele oferece elementos teóricos que consideramos fundamentais para a discussão que estamos realizando acerca da centralidade do trabalho na praxis social contemporânea. Com algumas modificações, ele foi publicado também no livro *A Rebeldia do Trabalho*, Ed. da Unicamp, em 1988.

O outro subgrupo compreende três ensaios que tratam de dimensões da crise atual. O primeiro - *A Crise vista em sua Globalidade* - é um comentário crítico de livro de Robert Kurz, com o título *O Colapso da Modernização*, Paz e Terra, 1982. Como se sabe, este livro teve enorme repercussão em nosso país. O segundo, *A Prevalência da Lógica do Capital* faz uma síntese sobre alguns dos problemas mais agudos que, em nosso entendimento, levaram à extinção do Leste Europeu e do chamado socialismo. Estes dois textos foram elaborados para publicação na *Revista Crítica Marxista*, prevista para o ano de 1984. O texto *Dimensões da Crise Contemporânea*, também não publicado, retoma a temática tratada nos dois textos anteriores.

O último subgrupo traz textos de temáticas diferenciadas, alguns dos quais publicados no exterior. O primeiro deles - *Os Comunistas no Brasil* - que trata da gênese do stalinismo no interior do PCB, retoma pesquisas que realizamos anteriormente sobre as relações entre Internacional Comunista e o Partido Comunista no Brasil.

Este trabalho foi apresentado no XV Encontro Anual da ANPOCS, em 1991. Em versão mais resumida, com o título "La Première Inflexion Stalinienne au Brésil: Les Répercussions du VI^e Congrès de la Troisième Internationale sur le III^e Congrès du PCB", aparece no livro *Prolétaires de Tous les Pays, Unissez-Vous? (Les Difficiles Chemins de L'Internationalisme (1848-1956))*, organizado por Serge Wolikoff e Michel Cordillot, EUD-Institut D'Histoire Contemporaine, Université de Bourgogne, França, 1993. Este texto consta, como anexo, neste volume que estamos apresentando neste Concurso.

O texto seguinte, com o título *Elementos para o Entendimento da Crise Brasileira: Da Crise de 1964 ao Início dos Anos 80*, foi publicado no volume *Le Relazione Industriali in America Latina*, organizado por Marco Biagi, edição trilingüe, editada pelo SINNEA/CIAT/OIT, em Bolonha, Itália, 1989.

Também nesta parte acrescentamos o texto *Poder e Transição: (A Atualidade de Marx frente aos Dilemas do Socialismo)*, publicado no volume *Marx Hoje*, Ed. Ensaio, que procura indicar elementos de nítida *descontinuidade* e mesmo *ruptura* entre o pensamento marxiano e as formações sociais que acabaram por se constituir no Leste Europeu e que são frequentemente indicadas como expressão concreta do pensamento do filósofo alemão.

Consta ainda desta parte, também como anexo, o texto *Recent Strikes in Brazil*, que foi publicado pela revista

Latin American Perspectives, o qual já nos referimos anteriormente.

Creemos que desse modo, incluindo reflexões sobre as transformações em curso no mundo do trabalho, suas repercussões no plano da consciência do ser social, suas consequências nos organismos de representação dos trabalhadores, bem como nos textos sobre esquerda e marxismo, estamos indicando as linhas de pesquisa que estamos desenvolvendo e que, junto com o Memorial e o conjunto da nossa produção acadêmica, estamos submetendo à Comissão Julgadora deste Concurso de Livre Docência em Sociologia do Trabalho.

"Assim, todos, juntos, continuavam a sua vida cotidiana, cada um a seu modo, com ou sem reflexão; tudo parecia seguir o seu rumo habitual, como em situações extremas, nas quais tudo está em jogo, e a vida continua como se nada acontecesse."

GOETHE (*Afinidades Eletivas*)

PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

I

A década de 80 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* viveu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo interrelacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*.

Este texto pretende desenvolver alguns pontos de discussão em torno das dimensões e significados destas mudanças e de algumas das consequências (teóricas e empíricas) possíveis e que são visualizáveis. Não pode ter, portanto, um caráter conclusivo, mas pretende oferecer algumas indicações que ofereçam algumas respostas a tantos questionamentos ora presentes.

Começemos enumerando algumas das mudanças e transformações ocorridas nos anos 80. Década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a micro-eletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e

mesclam-se com outros processos produtivos (neo-fordismo, neo-taylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da "terceira Itália", na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado "kalmarianismo"), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar.

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronometro* e a *produção em série e de massa* são "substituídos" pela flexibilização da produção, pela "especialização flexível", por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. (ver Murray, 1983; Sabel e Piore, 1984; Annunziato, 1989; Clarke, 1991; Gounet, 1991 e 1992; Harvey, 1992 e Coriat, 1992a e 1992b). Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os CCQs, a "gestão participativa", a busca da "qualidade total", são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do terceiro mundo industrializado. O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e

conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias.

Não é o lugar, aqui, para fazermos uma análise detalhada deste processo em curso no mundo atual. Queremos indicar, entretanto, alguns dos elementos que consideramos mais relevantes, de modo a, num momento seguinte, apontar as repercussões que estas transformações tiveram no interior do mundo do trabalho.

Atribui-se a Sabel e Piore um pioneirismo na apresentação da tese da "especialização flexível": esta seria a expressão de uma processualidade que, tendo especialmente a "Terceira Itália" como experiência concreta, teria possibilitado o advento de uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, "artesanais". Esta simbiose, na medida em que se expande e generaliza, supera o padrão fordista até então dominante. Esse novo paradigma produtivo expressaria também, sempre segundo os autores citados, um modelo produtivo que recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de

base fordista. Um processo "artesanal", mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção em série, comportando experiências bem sucedidas também em regiões industriais nos EUA, na Alemanha e na França, entre outras áreas, inspirado num *neo-proudonismo*, seria então responsável pela superação do modelo produtivo que até recentemente dominou o cenário da produção capitalista. O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa. (Sabel e Piore, 1984).

Muitas críticas foram feitas a estes autores mostrando, de um lado, a impossibilidade de generalização deste modelo, e, de outro, o caráter *epidérmico* destas mudanças. Coriat, por exemplo, afirma que a hipótese implícita nesta tese, da substituição da produção baseada em *economia de escala* é empiricamente irrealizável; como o princípio exclusivo da *especialização flexível* sustenta-se num mercado essencialmente segmentado e instável, é difícil imaginar sua generalização. Daí Coriat falar na "generalização abusiva" presente na tese da *especialização flexível* de Sabel e Piore. (Coriat, 1992a; 151/3)

Mais aguda é a crítica de Clarke: incorporando argumentos de outros autores, alega que o a tese original da *especialização flexível* não é "universalmente aplicável", traz incoerências entre seus vários elementos e não se

sustenta empiricamente quando se refere à superação do mercado de massa e à incapacidade desta produção adequar-se às mudanças econômicas, bem como à "suposta correlação entre a nova tecnologia e a escala e as formas sociais da produção". Reafirma a tese de que a *especialização flexível* acarretou a intensificação do trabalho e consiste em um meio de desqualificá-lo e desorganizá-lo. (Clarke, 1991; 124/125). Sua proposição é, entretanto, mais polêmica e mesmo problemática, quando desenvolve a tese de que o fordismo é dotado de *dimensão flexível*, capaz portanto de assimilar todas as mudanças em curso, dentro de sua lógica: "... os princípios do fordismo já se demonstraram aplicáveis a uma gama extraordinariamente ampla de contextos técnicos". (idem, 128). Dotado de uma concepção *ampliada* do fordismo, que o entende não somente como restrito à esfera fabril e tecnológica, mas também abrangendo as relações sociais de produção, Clarke vê a crise atual de reprodução do capital *não como uma reestruturação pós-fordista*. Em suas palavras: "... assim como as pressões competitivas vindas de novas formas do fordismo, mais desenvolvidas e mais flexíveis, logo forçaram Ford a introduzir os homens de Pinkerton e o Departamento de Serviço, também os especialistas flexíveis e os especialistas em nichos de mercado já estão sofrendo a pressão de competidores que conseguiram reconciliar as economias de escopo com as economias de escala". E conclui: "A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo".

(idem, 150).

Outro autor também desenvolve pontos críticos à formulação que defende as positivities e o avanço da *especialização flexível*. Frank Annunziato mostra que Piore e Sabel entendem a produção artesanal como um meio necessário para a preservação do capitalismo. Referindo-se aos EUA, aqueles autores vislumbram uma "democracia americana dos pequenos proprietários" que Annunziato contesta: o fordismo domina a economia dos EUA até hoje, na medida em que tem um processo de trabalho taylorizado e é dotado de uma hegemonia capitalista que penetra no interior das organizações de trabalhadores, tanto sindicais quanto nos partidos políticos. (Annunziato, 1989; 99/100 e 106).

Merecem referência também as considerações feitas por Fergus Murray, em artigo publicado em 1983, portanto no início deste debate, onde mostra que na última década, a tendência à descentralização da produção atingiu, na Itália, um conjunto de grandes empresas, que têm reduzido o tamanho da sua planta industrial e incentivando o *putting-out* do trabalho, em direção às pequenas unidades produtivas, artesanais, aos *domestic outworkers*. Processos correlatos vêm ocorrendo no Japão, elevando a produtividade das pequenas empresas através do avanço tecnológico, articulando, pela informática, as pequenas empresas aos grandes conglomerados. Processos com certa similaridade têm ocorrido também no sul dos EUA e Grã-Bretanha (S. Wales e Escócia). Cita também o exemplo da redução da planta

industrial em curso nas unidades de produção da General Elétric. Seu artigo vai tematizar estas evidências, que desafiam a tese de que a centralização progressiva e a concentração do capital acarretam necessariamente a uma concentração física do espaço produtivo. Para Murray, as condições históricas e particulares podem possibilitar, como no caso italiano, o aparecimento destas unidades produtivas menores. Lista, entre os elementos mais importantes na definição da planta industrial, o tipo do produto, as opções tecnológicas existentes, o controle do processo produtivo, as relações industriais e a legislação estatal. (Murray, Fergus, 1983; 79/85)

O autor também mostra que a articulação entre *descentralização produtiva* e *avanço tecnológico*, na particularidade italiana - que oferece a base empírica da sua pesquisa- tem um claro sentido de combater a autonomia e coesão de setores do operariado italiano, a ponto de chegar mesmo a sugerir uma necessária reconsideração do papel do *trabalhador coletivo de massa*, tão forte na Itália dos anos 60/70. O artigo define as várias formas de *descentralização produtiva*, mostrando que a fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, pode possibilitar ao capital tanto uma maior exploração, quanto um maior controle sobre a força de trabalho. Mostra como os sindicatos italianos, desenvolvidos no universo do *trabalhador coletivo de massa* têm encontrado dificuldade em assimilar e incorporar essa classe trabalhadora mais

segmentada e fraccionada. (Idem, 79/99)

Um sugestivo esboço analítico sobre o significado e os contornos das transformações vivenciadas pelo capitalismo nos é oferecido por Harvey. Em seu entendimento, o núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado numa produção em massa. Segundo esse autor, os padrões de vida para a população trabalhadora dos países capitalistas centrais mantiveram relativa estabilidade e os lucros monopólicos também estavam estáveis. Porém, depois da aguda recessão instalada a partir de 1973, teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação de capital.

Em sua síntese sobre a *acumulação flexível* nos diz que esta fase da produção é "marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas...". (Harvey, 1992; 140) Embora o

autor afirme que as empresas baseadas no modelo fordista pudessem adotar as novas tecnologias e os emergentes processos de trabalho (aquilo que é muitas vezes denominado de *neofordismo*), reconhece, entretanto, que as pressões competitivas, bem como a luta pelo controle da força de trabalho, levaram ao nascimento de "formas industriais totalmente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos". (Idem, 148). Distanciando tanto daqueles que falam em *novos processos produtivos*, inteiramente distintos das bases fordistas (como Sabel e Piore, 1984), quanto daqueles que não vêem novas e mesmo significativas transformações no interior do processo de produção de capital (como Pollert, Anna, 1988; 43/75), Harvey reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, "artesanais", tradicionais. Em suas palavras: "a insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx sustenta esta afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as consequências ideológicas e políticas da super-acentuação da

flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade (...). Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente". (Idem, 178/179)

Como consequência destas formulações, Harvey desenvolve sua tese de que a acumulação flexível, *na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo*, mantém três características essenciais desse modo de produção. *Primeira:* é voltado para o crescimento; *segunda:* este crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, *terceiro,* o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional. E, particularmente no que diz respeito à segunda característica, acrescenta: "Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados... O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do "teletransporte", bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa

de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da "Terceira Itália", por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong." (idem, 175)

A consequência desta processualidade, quando remetida ao mundo do trabalho, foi também indicada pelo autor: o trabalho organizado foi solapado. Ocorreram níveis altos de desemprego estrutural e houve retrocesso da ação sindical. O individualismo exacerbado encontrou, também, condições sociais favoráveis, entre tantas outras consequências negativas. (Idem, 141 e 161)

Se estas experiências da acumulação flexível, a partir da experiência da "Terceira Itália" e de outras regiões, trouxeram tantas consequências, em tantas direções, foi, entretanto, o *toyotismo* ou o *modelo japonês*, que maior impacto tem causado, tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, quanto pela potencialidade de propagação que *alguns dos pontos básicos do toyotismo* têm demonstrado, expansão que hoje atinge uma escala mundial.¹

1 Referindo-se à experiência da Volvo de Uddvalla, na Suécia, diz Gorz: "Os operários desta fábrica estão organizados em equipes de dez pessoas, mulheres e homens, e

Não é propósito deste texto expor detalhadamente os passos que *singularizam* a experiência do *toyotismo* (ou *ohnismo*, de Ohno, engenheiro que originou o modelo na Toyota), nem mesmo suas dimensões mais *universalizantes*, que têm dotado o toyotismo de um impacto extraordinário, enquanto processo ágil e lucrativo de produção de mercadorias. O que pretendemos é oferecer alguns traços constitutivos deste novo modelo, de modo a apontar as enormes consequências que ele acarreta no interior do mundo do trabalho.

Coriat fala em quatro fases que levaram ao advento do toyotismo. Primeira: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil,

cada equipe assegura por completo a montagem e a operação de acabamento de um veículo. Cada um conhece vários ofícios, e as diferentes tarefas são assumidas por turno, o mesmo ocorrendo com as funções de chefe de equipe. Os componentes da equipe podem organizar entre si para tomar, por turno, descansos suplementares, e o plano, que normalmente é de doze veículos por equipe, por semana, pode cumprir-se de maneira muito flexível: o volume de produção pode variar segundo os dias e inclusive segundo as semanas, mas sempre se mantém a média semanal de doze automóveis... A oficina de Uddevalla é uma fábrica de montagem e de acabamento. Os operários podem sentir-se responsáveis pela qualidade da montagem, mas nem a qualidade dos elementos e dos grupos, nem a concepção dos veículos, nem a decisão de produzir automóveis dependem deles. Por conseguinte, o produto final de seu trabalho lhes segue sendo - em grande parte - alheio, como também lhes apresenta - alheio - aos trabalhadores que controlam a produção robotizada de motores, caixas de câmbio, suportes etc... Ainda quando ascendem a um alto grau de autonomia, de soberania sobre o trabalho, permanecem alienados porque não possuem a possibilidade de controlar, de estabelecer e de autodeterminar os objetivos de suas atividades. Seguem a serviço de objetivos que não puderam eleger e dos quais na maioria dos casos, nem sequer têm conhecimento." (Gorz, 1990b: 29) Sobre a experiência sueca ver também Berggren, C., 1989, 171/203)

dada especialmente pela necessidade do trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. *Segunda*: a necessidade da empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. *Terceira*: a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao *kanban*. Segundo os termos atribuídos a Toyoda, presidente fundador da Toyota, "o ideal seria produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo", baseando-se no modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente depois da sua venda. Segundo Coriat, o método *kanban*, desde 1962 já existia, de modo generalizado, nas partes essenciais da Toyota, embora o *toyotismo*, como modelo mais geral, tenha sua origem a partir do pós-guerra. *Quarta fase*: a expansão do método *kanban* para as empresas subcontratadas e fornecedoras. (Coriat, 1992b; 27/30)

Coriat acrescenta ainda outros traços significativos do toyotismo: a necessidade de atender a um mercado interno que solicita produtos diferenciados e pedidos pequenos, dadas as condições limitadas do pós-guerra no Japão. Diz o autor: "Nestas condições, a competência e a competitividade determinaram-se a partir da capacidade para satisfazer rapidamente pedidos pequenos e variados. Assim nasce, pois, o ohnismo: no universo de pressões inéditas e originais, quando comparadas com aquelas que originaram o fordismo". (Idem, 33/34) Era necessário também superar o caráter caótico da produção na Toyota, denominado jocosamente de método *DEKANSHO* (devido à um longo período de preparação,

para posterior produção, à maneira dos estudantes de filosofia que dormiam durante um semestre para depois estudar intensamente Descartes, Kant e Schopenhauer). Como exemplo desta limitação produtiva basta dizer que, em 1955, a indústria automobilística japonesa produziu 69.000 unidades, enquanto que os EUA produziram 9.200.000, a Alemanha 909.000 e a França 725.000. (Idem, 35 e 31)

Por fim, havia que enfrentar o combativo sindicalismo japonês, responsável por uma atuação marcada por muitos confrontos grevistas, e que se constituía num entrave à expansão do toyotismo. Em 1950, houve um expressivo movimento grevista contra um processo de demissões em massa na Toyota (entre 1600 a 2000 trabalhadores). A longa greve dos metalúrgicos foi derrotada pela Toyota. Foi, nesta nova contextualidade, a primeira derrota do sindicalismo combativo no Japão. Em 1952/3, desencadeou-se uma nova luta sindical em várias empresas contra a racionalização do trabalho e por aumentos salariais, que teve a duração de 55 dias e onde o sindicalismo foi novamente derrotado. (Coriat, 1992b; 36 e Gounet, 1991a; 42) É importante lembrar que a Nissan, neste conflito, recorreu ao *lockout*, como forma de desmoralizar a greve. (Gounet, 42) Após a repressão que se abateu sobre os principais líderes sindicais, as empresas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo combativo e criaram o que se constituiu no *traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista*: o *sindicalismo de empresa*, o *sindicato-casa*, atado ao ideário e ao universo

patronal. No ano seguinte, 1954, esse mesmo sindicato foi considerado ainda pouco cooperativo, sendo por isso dissolvido e substituído por um novo sindicato inserido no "espírito Toyota", na "Família Toyota". A campanha reivindicatória tornou-se, então, nesse ano, movida pelo lema: "Proteger nossa empresa para defender a vida!..." (conforme Coriat; 37) Essa foi a condição essencial para o sucesso capitalista da empresa japonesa e, em particular, da Toyota. Combinando repressão com cooptação, o sindicalismo de empresa teve, como contrapartida à sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora) e também ganhos salariais decorrentes da produtividade. Os sindicatos têm, como é o caso da Nissan, papel relevante na "meritocracia" da empresa, na medida em que opinam (com possibilidade de veto) sobre a ascensão funcional dos trabalhadores. (Gounet, 1992; 67) Coriat diz, referindo-se também ao sindicalismo japonês, que em várias situações, a passagem pelo sindicato é uma condição para ascender a funções de responsabilidade, sobretudo em matéria de administração de pessoal. (Coriat, 1992b, 70) O que vincula ainda mais o sindicato à hierarquia das empresas.

Parece desnecessário lembrar que estas práticas subordinam os trabalhadores ao universo empresarial, criando as condições para a implantação duradoura do *sindicalismo de envolvimento*, em essência um *sindicalismo manipulado* e

cooptado.² Foi a partir destes condicionantes históricos que se gestou o modelo japonês, que aqui estamos chamando de *toyotismo*.

Seus traços constitutivos básicos podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série e de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o

2 Não é esse o entendimento de Coriat, que vê na relação sindicato e empresa "um jogo de contrapartidas sutis e essenciais". "Trata-se de um conjunto de contrapartidas implícitas ou explícitas dadas aos sindicatos e aos trabalhadores das grandes empresas "em troca" de seu envolvimento na produção." O *sindicalismo cooperativo* "tem-se mostrado historicamente capaz de garantir melhorias contínuas e substanciais nas condições de vida dos assalariados." (Coriat, 1992b; 38, 37 e 71) Gounet faz uma aguda crítica às teses de Coriat (e também à Lipietz), como se pode ver em seu longo ensaio "Penser à L'enver...le capitalisme", em *Etudes Marxistes* n^o 14, maio de 1992, Bélgica, volume que tem um *dossier* dedicado ao toyotismo. Frank Annunziato faz uma sugestiva alusão à particularidade japonesa, no que diz respeito à relação entre capital e trabalho: "O capitalista japonês, como encarnação do senhor feudal, garante a estabilidade do trabalho, obtendo em troca, por parte dos trabalhadores, encarnação do servo feudal, lealdade e obediência". (Annunziato, 1989; 133) Se esta é uma tendência forte de parcela da classe trabalhadora japonesa, é importante lembrar que há resistência por parte de segmentos de trabalhadores e do sindicalismo: "Até recentemente os sindicatos trabalhavam na mesma perspectiva que as empresas. Como não foram consultados sobre a transferência das fábricas para outros países, os sindicatos começam a se opor, pelo menos verbalmente, à política empresarial, pois entendem que ela coloca o direito à estabilidade em jogo". (Watanabe, 1993; 13)

transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, na medida em que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de que, em sua origem, o *kanban* estava associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda. (Gounet, 1992b, 40 e Coriat, 1992b, 43/45)

Para atender às exigências *mais individualizadas* de mercado, no melhor tempo e com melhor "qualidade", é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média 5 máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. É a chamada "polivalência" do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando "várias tarefas simples". (Conforme o interessante depoimento do ex-líder sindical japonês, Ben Watanabe, 1993a; 9) Coriat fala em *desespecialização* e *polivalência* dos operários profissionais e qualificados, transformando-os em *trabalhadores multifuncionais*. (Coriat, 1992b, 41)

Do mesmo modo, o trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo-se com o caráter parcelar típico do

fordismo. (Gounet, idem, 40). Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas. Além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho. Deve haver agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados. Neste ponto encontra-se mais uma nítida diferença frente à rigidez do fordismo. Gounet nos diz que esta é uma das maiores dificuldades para a expansão ampliada do toyotismo junto às estruturas produtivas já existente e resistentes à essa flexibilização. (Idem, 40) Ao contrário da verticalização fordista, de que são exemplo as fábricas dos EUA, onde ocorreu uma *integração vertical*, na medida em que as montadoras ampliaram as áreas de atuação produtiva, no toyotismo tem-se uma *horizontalização*, reduzindo-se o âmbito de produção da montadora e estendendo-se às subcontratadas, às "terceiras", a produção de elementos básicos, que no fordismo são atributo das montadoras. Essa *horizontalização* acarreta também, no toyotismo, a expansão destes métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, *kanban*, *jus in time*, *flexibilização*, *terceirização*, *subcontratação*, *ccq*, *controle de qualidade total*, *eliminação do desperdício*, *"gerência participativa"*, *sindicalismo de empresa*, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente.

Gounet nos mostra ainda que o sistema toyotista supõe uma *intensificação da exploração do trabalho*, quer pelo fato

de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima e vermelha = há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar - sem estrangular - o ritmo produtivo do trabalho. As luzes devem alternar sempre entre o verde e o laranja, de modo a atingir um ritmo intenso de trabalho e produção. (Gounet, 1991; 41). A diminuição da "porosidade" no trabalho é aqui ainda maior do que no fordismo. É este traço do toyotismo possibilita forte crítica de Gounet a Coriat: este, diz Gounet, reconhece que o sistema de luzes permite um melhor controle da direção sobre os operários. Mas omite o principal: que esse método serve para elevar continuamente a velocidade da cadeia produtiva. Ao permanecer oscilando entre o verde e o laranja, a direção pode descobrir os problemas antecipadamente e suprimi-los de modo a acelerar a cadência até que o próximo problema ou dificuldade apareçam. (Gounet, 1992; 66)

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas-extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das

condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas-extras. Isto explica porque um operário da Toyota trabalha aproximadamente 2.300 horas, em média, por ano, enquanto que, na Bélgica (Ford-Genk, General Motors-Anvers, Volkswagen-Forest, Renault-Vilvorde e Volvo-Gand) trabalha entre 1550 e 1600 horas por ano. (Dados da ABVV-LIMBURG, Bélgica, junho de 1990, citado por Gounet, 50) Outra expressão do modelo japonês, está estampada nestes dados comparativos, calculados pelo *Massachussets Institute of Technology*, que, em 1987, estimou o número necessário de horas por homem, para fabricar um veículo: 19 hs no arquipélago; 26,5 hs em média nos EUA; 22,6 hs nas melhores fábricas europeias e 35,6 hs em média na Europa, quase duas vezes mais que no Extremo Oriente". (Conforme Krafcik, J., citado por Gounet; 42 e 50)

Com o que Gounet sintetiza: "O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a "satisfação" da equipe que está na seqüência da sua linha". E conclui, não sem um toque de ironia: "Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor, do

controle de qualidade". (Gounet, 43)

É sugestivo o depoimento de Ben Watanabe, que durante trinta anos atuou no movimento sindical japonês: "O CCQ foi desenvolvido no Japão por gerentes de empresas, a partir dos anos 50, junto com o toyotismo. No sistema Toyota, os engenheiros do chão da fábrica deixam de ter um papel estratégico e a produção é controlada por grupos de trabalhadores. A empresa investe muito em treinamento, participação e sugestões para melhorar a qualidade e a produtividade. O controle de qualidade é apenas uma parte do CCQ". Neste, entretanto, "inclui-se um outro elemento: a eliminação da organização autônoma dos trabalhadores." (Watanabe, 1993;5) A Toyota trabalha com grupos de 8 trabalhadores...Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absenteísmo". (Idem, 5)

Sobre a diversidade do sindicalismo no Japão acrescenta: no cume da pirâmide existem sindicatos por empresa, que têm garantidas, altas taxas de sindicalização, "mas nos níveis mais baixos os trabalhadores não têm quase nenhuma organização. O número de sindicalizados não ultrapassa 5% do total". (Idem, 8). Essa diversidade foi apontada também por Coriat, ao incorporar a formulação de outro autor: "O sindicalismo no Japão, embora dominado pela forma do sindicato de empresa, deve ser apreendido como um *continuum* que vai dos sindicatos fortemente burocratizados e

que organizam centenas de milhares de assalariados, até a "sociedade" de uma pequena empresa que se transforma, de maneira episódica, em negociador coletivo." (Nohara, citado por Coriat, 71)

Sobre o emprego vitalício, é também interessante o depoimento de Watanabe: esse sistema "começou em 61. Para obter dos trabalhadores o compromisso com o aumento da qualidade e produtividade, os empresários ofereciam esta vantagem. No início, ninguém acreditava na estabilidade, que só passou a ser implantada, de fato, em 65. No entanto, esta prática foi adotada apenas nas grandes empresas, atingindo, aproximadamente, 30% dos trabalhadores japoneses". Acrescenta que essa experiência "é muito curta e, atualmente, está diante de uma perspectiva de crise. A recessão econômica, iniciada há dois anos, levou a Organização Nacional das Empresas a sugerir que os gerentes repensassem a estabilidade vitalícia até a próxima negociação. É necessário lembrar também que a instituição do emprego vitalício está altamente ligada à estrutura salarial, que correspondeu à necessidade das empresas de garantir a permanência dos trabalhadores na mesma fábrica, no final dos anos 50, fase inicial do desenvolvimento do toyotismo." (Watanabe, *idem*, 10/11) Com a aposentadoria aos 55 anos, o trabalhador é transferido para um emprego menos remunerado em empresas de menor porte e prestígio." (Watanabe, B., 1993a; 4/11 e 1993b; 3)

E há também, no universo do emprego vitalício, com

todas as singularidades do modelo japonês - bem como suas enormes limitações - uma outra decorrência das condições de trabalho no arquipélago: o *karoshi*, termo que se refere à *morte súbita no trabalho*, provocada pelo ritmo e intensidade, que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade. (Watanabe, 1993b; 3)

Se na concretude japonesa, onde se gestou e se desenvolveu, este modelo tem estes contornos básicos, sua expansão, em escala mundial e sob formas menos "puras" e mais híbridas, tem sido também avassaladora. A exceção do emprego vitalício, o modelo japonês, de um modo ou de outro, mais ou menos "adaptado", mais ou menos (des)caracterizado, tem demonstrado enorme potencial universalizante, com consequências as mais negativas para o mundo do trabalho em escala ampliada, tanto em países da Europa Ocidental, quanto no continente americano (norte e sul), sem falar, naturalmente, dos recentes "tigres asiáticos" que se expandiram na esteira do modelo japonês.

Coriat sugere que, em um universo internacionalizado, se as "lições" japonesas são copiadas em todas as partes, é porque correspondem à fase atual de um capitalismo, que se caracteriza pela crescimento da concorrência, pela diferenciação e pela qualidade, condições originais da constituição do método *ohniano*. Como Coriat acrescenta que "nem tudo é negativo" e que não se deve "pensar ao contrário" do modelo japonês, sua proposição vai no sentido de incorporar, *sob uma variante socialdemocrática*, "toda a

democracia nas relações de trabalho", fundada então "em bases renovadas e muito mais sólidas e dinâmicas, pois poderá conseguir conjugar eficácia econômica e equidade". (Coriat, 146/7) As contradições e paradoxos que apresenta, são secundárias e mesmo fenomênicas, porque se inserem na ótica da positividade, que acaba por predominar em sua análise do toyotismo. Os traços críticos que apresenta, são diluídos e a eles se sobrepõem os traços de vantagens do modelo japonês. Sua conclusão é límpida: "Para a empresa ocidental, o desafio, em verdade o único, é o que consiste em (...) passar do envolvimento incitado ao envolvimento negociado..." Assim, "a prática já antiga da codeterminação de tipo alemã ou sueca em mais de um aspecto tem sabido abrir-se para permitir a estes novos acordos dinâmicos "de tipo japonês", onde a qualificação, a formação e os mercados internos estão sistematicamente construídos como base da produtividade e da qualidade... Seria um último paradoxo, e em verdade magnífico, se a lição japonesa, ao "transferir-se" para a velha Europa, pudesse traduzir-se finalmente em uma maior...democracia." (Coriat, 156/157)

Cremos, ao contrário, que a introdução e expansão do toyotismo na "velha Europa" tenderá a enfraquecer ainda mais o que se conseguiu preservar do *welfare state*, uma vez que o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente socialdemocrática. O risco maior que visualizamos é o de que, com a retração dos governos da socialdemocracia

européia, bem como a sua subordinação a vários pontos da agenda neoliberal, tenderia a haver um encolhimento ainda maior dos fundos públicos, acarretando maior redução das conquistas sociais válidas para o conjunto da população, tanto aquela que trabalha quanto a que não encontra emprego. Não é difícil concluir que a "vantagem japonesa", dada por um "ganho salarial, decorrente da produtividade", que beneficia uma parcela minoritária da classe trabalhadora no próprio Japão,³ dar-se-ia reduzindo ainda mais as condições da população trabalhadora que depende dos fundos sociais. Menos do que *socialdemocratização* do toyotismo, teríamos uma *toyotização* descaracterizadora e desorganizadora da socialdemocracia.

Naturalmente que formulações, como a de Coriat, que defendem a introdução do toyotismo na Europa, inserem-se na busca uma saída para a atual crise do capitalismo,

3 Veja-se o depoimento de Watanabe: "Mesmo tendo os salários (calculados em dólares) mais altos do mundo no setor automobilístico, os trabalhadores japoneses não conseguem comprar uma casa decente sem um empréstimo. São as empresas que, depois de um certo período de serviço (entre 10 e 15 anos), oferecem empréstimos com juros abaixo do mercado, o que também deixa o trabalhador atrelado à empresa. (Watanabe, 1993a; 11) As condições japonesas, no que dizem respeito ao conjunto da classe trabalhadora, são assim retratadas por Robert Kurz: "A esse respeito o Japão distingue-se em todo caso das condições ocidentais, porque nunca chegou a superar efetivamente em suas estruturas internas as condições do Terceiro Mundo. A pobreza dos idosos é em parte de uma brutalidade desconhecida na Europa, os salários e o nível de vida das massas de trabalhadores ocupados nas indústrias fornecedoras das empresas multinacionais são muitas vezes indignos de seres humanos, e a infra-estrutura encontra-se no nível europeu dos anos 50; apartamentos sem banheiro e com latrina no pátio constituem antes a regra do que a exceção..." (Kurz, 1992; 148)

visualizando em *seu interior* uma nova forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e estado. Concepção que se sustenta, portanto, na convivência e na colaboração entre as classes sociais, relação esta concebida como cooperativa. Isto supõe, evidentemente, a incorporação e aceitação, por parte dos trabalhadores, da política concorrencial e de competitividade, formulada pelo capital, que passa a fornecer o ideário dos trabalhadores. (Ver Gounet, 84/85) O que é o "espírito Toyota", a "família Toyota", "a Nissan, fábrica da nova era", o "sindicato-casa", senão a expressão mais límpida e cristalina deste mundo do trabalho que deve viver o sonho do capital?

A consequência mais evidente é o distanciamento pleno de qualquer alternativa *para além do capital*, na medida em que se adota e postula uma ótica do mercado, da produtividade, das empresas, não levando sequer em conta, com a devida seriedade, entre tantos outros elementos tão graves e prementes como, por exemplo, a questão do *desemprego estrutural*, que atualmente esparrama-se por todo o mundo, em dimensões impressionantes, e que não poupam nem mesmo o Japão, que nunca contou com excesso de força de trabalho. Desemprego este que é o resultado destas transformações no processo produtivo, e que encontra, no modelo japonês, no *toyotismo*, aquele que tem causado maior impacto, na ordem mundializada e globalizada do capital.

Pelo que pudemos expor e indicar nas páginas

anteriores, julgamos pertinente afirmar que a "substituição" do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um *novo modo de organização societária*, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista. Neste universo, a questão que nos parece mais pertinente é aquela que interroga em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotismo se diferencia essencialmente ou não das várias formas existentes de fordismo. Queremos aqui tão somente enfatizar que a referida diminuição entre *elaboração e execução*, entre *concepção e produção*, que constantemente se atribui ao toyotismo, só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital. Deste modo, embora reconheçamos que o *estranhamento* do trabalho, que decorre do modelo toyotista, têm elementos singulares - dados pela própria diminuição das hierarquias, pela redução do despotismo fabril, pela maior "participação" do trabalhador na *concepção* do processo produtivo - é de todo relevante enfatizar que estas singularidades não suprimem o *estranhamento* da era toyotista. A *desidentidade* entre indivíduo e gênero humano, constatada por Marx nos *Manuscritos*, encontra-se presente e até mesmo intensificada em muitos segmentos da classe trabalhadora japonesa - e

não estamos mencionando aqui as consequências nefastas da toyotização, em franco processo de expansão em tantos outros contingentes de trabalhadores em diversos países. A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao "espírito" Toyota, à "família" Toyota, é de muito maior intensidade, é qualitativamente distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo é mais "consensual", mais "envolvente", mais "participativa", em verdade mais manipulatória. Se Gramsci fez indicações tão significativas acerca da concepção integral do fordismo, do "novo tipo humano", em consonância com o "novo tipo de trabalho e de produção", o toyotismo por certo aprofundou esta integralidade. (Ver Gramsci, 1976; 382) O estranhamento próprio do toyotismo, é aquele dado pelo "envolvimento cooptado", que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho.⁴ Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do fosso existente entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho. Aparência porque, a concepção efetiva dos produtos, a decisão do *que* e de *como* produzir, não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto, permanece *alheio* e *estranho* ao

4 Sobre o estranhamento, ver nosso texto *Trabalho e Estranhamento*, neste volume.

produtor, preservando sob todos os aspectos, o *fetichismo* da mercadoria. A possibilidade de uma *atividade autodeterminada*, em todas as fases do processo produtivo é uma absoluta impossibilidade sob o *toyotismo*, porque seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias. Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de *estranhamento do ser social que trabalha que tendencialmente se aproxima do limite*. Neste preciso sentido é um *estranhamento pós-fordista*.

Estas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc, dos diversos países onde são vivenciadas, afetam diretamente o operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no ser do trabalho. A crise atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do *sindicalismo e dos movimentos sociais classistas* dos anos 60/70, que propugnavam pelo *controle social* da produção, aderindo ao *acrítico sindicalismo de participação* e de *negociação*, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo

socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da socialdemocratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A brutal defensiva dos sindicatos frente a onda privatista é expressão do que estamos nos referindo.

A derrocada do Leste europeu, do (neo)stalinismo e da esquerda tradicional - que o ideário da ordem chamou de "fim do socialismo" - também tiveram forte repercussão nos organismos de representação dos trabalhadores, que se vêem ainda mais ³⁴defensiva. A esquerda tem sido incapaz, até o presente, de mostrar para amplos contingentes sociais, que o desmoronamento do Leste europeu não significou o fim do socialismo, mas sim o esgotamento de uma tentativa (cabalmente derrotada) de construção de uma sociedade que não conseguiu ir *além do capital* (para usar a expressão de István Mészáros, 1992 e 1982) e que por isso não pode constituir-se nem mesmo enquanto *sociedade socialista*.⁵

Os sindicatos (e também os partidos) operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo *sindicalismo classista* e pelos *movimentos sociais anticapitalistas*, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores

⁵ Ver, neste volume, nosso texto *A Prevalência da Lógica do Capital*.

fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas. As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital. Enfim, foi uma década crítica, repetimos, responsável pela mais aguda crise vivenciada pelo mundo do trabalho neste "século perdido". Século que começou com a eclosão de uma revolução que, na sua origem, em 1917, parecia capaz de iniciar o ciclo de desmontagem do capitalismo, e que esta prestes a terminar de maneira mais que sombria, para aqueles que são críticos do capital.

Esta contextualidade, cujos problemas mais agudos aqui somente aludimos, repercutiu (e ainda repercute) criticamente no mundo do trabalho e, mais particularmente, no universo operário. Quais foram as consequências mais evidentes e que merecem maior reflexão? A classe operária estaria desaparecendo? (Gorz, 1982; 1990) A retração do operariado industrial estável, nos países avançados, acarreta inevitavelmente a perda de referência e de relevância da *classe-que-vive-do-trabalho*? A categoria *trabalho* não é mais dotada do estatuto de *centralidade*, para o entendimento da atividade humana, da *praxis* humana, nesta fase do capitalismo? (Offe, 1989; Habermas, 1987) A chamada crise da "sociedade do trabalho" deve ser entendida como o fim da possibilidade da *revolução do trabalho*? (Kurz, 1992)

O trabalho não é mais, para lembrar Lukács, *protoforma* da atividade dos seres sociais ou, para recordar Marx, necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza? (Lukács, 1981; Marx, 1971; 50)

As indagações são agudas e as respostas são também de enorme complexidade. O objetivo deste texto, na parte que segue, é procurar indicar alguns elementos *preliminares* que estão presentes na contemporaneidade do mundo do trabalho e que repercutem tão diretamente no *movimento* dos trabalhadores, em sua consciência de classe, em sua *subjetividade*.

Iniciamos afirmando que se presencia, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, um múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização do trabalho industrial, fabril*, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva "terceirização" do trabalho, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, "terceirizado", que

marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado, da qual os *gastarbeiters* na Alemanha e o *lavoro nero* na Itália, são exemplos do enorme contingente de sobretrabalho imigrante que se dirige para o chamado Primeiro Mundo, em busca do que ainda permanece do *welfare state*, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia. O mais brutal resultado destas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora.

Vamos procurar, nas páginas que seguem, dar alguns exemplos destas tendências, deste múltiplo e contraditório processo, em curso no mundo do trabalho. O faremos fornecendo alguns dados somente com o objetivo de ilustrar estas tendências.

Começemos pela questão da desproletarização do trabalho fabril, industrial. Na França, em 1962, o contingente operário era de 7.488.000. Em 1975, esse número chegou a 8.118.000 e em 1989 reduziu-se para 7.121.000. Enquanto em 1962, ele representava 39% da população ativa,

em 1989, esse índice baixou para 29,6%. (Dados extraídos notadamente de *Economie et Statistiques*, L'INSEE, em Bihr, 1990; ver também Bihr, 1991; 87/108)

Frank Annunziato, referindo-se as oscilações na força de trabalho nos EUA, transcreve os seguintes dados (em milhares):

INDÚSTRIA	1980	1986	Variação (%)
Agricultura	3.426	2.917	-14,8
Mineração	1.027	724	-29,5
Construção	4.346	4.906	+12,8
Manufatura	20.286	18.994	-6,3
Transporte e serviço público	5.146	5.719	+11,1
Grande Comércio	5.275	5.735	+8,7
Pequeno Comércio	15.035	17.845	+18,6
Finanças, Seguros e Bens Imobiliários	5.159	6.297	+22,0
Governamental	16.241	16.711	+2,8
Serviços	11.390	22.531	+97,8

Fonte: *Statistical Abstract of the United States*, 1988, publicada pelo Departamento de Comércio dos EUA, em Annunziato, 1989; 107)

Os dados evidenciam, de um lado, a retração dos trabalhadores da indústria manufatureira (e também da mineração e dos trabalhadores agrícolas). De outro lado, tem-se o crescimento explosivo do setor de serviços que, segundo o autor, inclui tanto a "indústria de serviços", quanto o pequeno e grande comércio, as finanças, os seguros, o setor de bens imóveis, a hotelaria, os restaurantes, os serviços pessoais, de negócios, de divertimentos, da saúde, os serviços legais e gerais. (Annunziato, 1989; 107).

A diminuição do operariado industrial também efetivou-se na Itália, onde pouco mais de um milhão de postos de trabalho foram eliminados, havendo uma redução da ocupação dos trabalhadores na indústria, de 40% em 1980, para pouco mais de 30%, em 1990. (Stuppina, 1991; 50)

Outro autor, num ensaio mais prospectivo, e sem a preocupação da demonstração empírica, procura indicar algumas tendências em curso, decorrentes da revolução tecnológica: lembra que projeções do empresariado japonês apontam como objetivo "eliminar completamente o trabalho manual da indústria japonesa até o final do século. Ainda que possa haver nisto certo ufanismo, a exposição deste objetivo deve ser levada a sério".(Schaff, 1990; 28)

Em relação ao Canadá, transcreve informações do *Science Council of Canada Report* (n^o 33, 1982) "que prevê a moderada taxa de 25% de trabalhadores que perderão seu emprego até o final do século em consequência da automação". E, referindo-se às previsões norte-americanas, alerta para o fato de que

"serão eliminados 35 milhões de empregos até o final do século em consequência da automação." (Schaff, 1990; 28)

Pode-se dizer que nos principais países industrializados da Europa Ocidental, os efetivos de trabalhadores ocupados na indústria representavam cerca de 40% da população ativa no começo dos anos 40. Hoje, sua proporção se situa próxima dos 30%. Calcula-se que baixará a 20 ou 25% no começo do próximo século". (Gorz, 1990a e 1990b)

Estes dados e tendências evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural.

Paralelamente à esta tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela *subproletarização* do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, "terceirizado", vinculados à "economia informal", entre tantas modalidades existentes. Como diz Alain Bihr, estas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação.

salarial.(Bihr, 1991;89)

A título de exemplo: na França, enquanto houve uma redução de 501.000 empregos por tempo completo, entre 1982 e 88, deu-se, no mesmo período, o aumento de 111.000 empregos em tempo parcial. (Bihr,1990) Em outro estudo, o mesmo autor acrescenta que esta forma de trabalho "atípica" não para de se desenvolver depois da crise: entre 1982 e 86, o número de assalariados em tempo parcial aumentou em 21,35%. (Birh, 1991; 88/89) Em 1988, diz outra autora, 23,2% dos assalariados da Comunidade Econômica Européia eram empregados em tempo parcial ou em trabalho temporário. (Stuppini, 1991; 51) Na mesma direção segue este relato: "A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos... Na Inglaterra, os "trabalhadores flexíveis" aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões... Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria "temporário". (Harvey, 199; 144)

André Gorz acrescenta que aproximadamente 35 a 50% da população trabalhadora britânica, francesa, alemã e norte-americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais, que Gorz denominou de "proletariado pós-industrial", expondo a dimensão real daquilo que alguns chamam de *sociedade dual*. (Gorz, 1990; 42

e 1990a)

Ou seja, enquanto vários países de capitalismo avançado viram decrescer os empregos em tempo completo, paralelamente assistiram a um aumento das formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc. Segundo Helena Hirata, 20% das mulheres no Japão, em 1980, trabalhavam em tempo parcial, em condições precárias. "Se as estatísticas oficiais contavam 2.560.000 assalariadas em tempo parcial em 1980, três anos depois a Revista *Economista* de Tóquio estimava em 5.000.000 o conjunto das assalariadas trabalhando em tempo parcial". (Hirata, 1986 ; 9)

Desse incremento da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Esta não é mais "exclusivamente" masculina, mas convive com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em ramos novos, como a indústria microeletrônica, sem falar do setor de serviços. Esta mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos "domésticos" subordinados ao capital (veja-se o exemplo da Benetton), de tal modo que, na Itália, aproximadamente um milhão de postos de trabalho, criados no anos 80,

majoritariamente no setor de serviços, mas com repercussões também nas fábricas, foram ocupados por mulheres. (Stuppini, 1991; 50) Do volume de empregos em tempo parcial gerados na França entre 1982 e 86, mais de 80% foram preenchidos pela força de trabalho feminina. (Bihr, 1991; 89) Isso permite dizer que este contingente tem aumentado em praticamente todos os países e, apesar das diferenças nacionais, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados. (Harvey, 1992; 146 e Freeman, 1986; 5)

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre *singularidades* que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da *materialidade* e da *subjetividade*, tanto a contradição entre o *indivíduo* e *sua classe*, quanto aquela que advém da relação entre *classe* e *gênero*, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A *classe-que-vive-do-trabalho* é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do *gênero-para-sí-mesmo* possibilite

também a emancipação do gênero/mulher. 6

Além da desproletarização relativa do trabalho industrial, da incorporação do trabalho feminino, da subproletarização do trabalho, através do trabalho parcial, temporário, tem-se, como outra variante deste múltiplo quadro, um intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes da expansão do setor de serviços. Vimos que no caso dos EUA, a expansão do setor de serviços - no sentido amplo em que é definido pelo censo realizado pelo Departamento de Comércio daquele país - foi de 97,8% no período de 1980/86, sendo responsável por mais de 60% de todas as ocupações (não incluído o setor governamental). (Annunziato, 1989; 107)

Na Itália, "contemporaneamente cresce a ocupação no setor terciário e no de serviços, que hoje ultrapassa 60% do total das ocupações". (Stuppini, 1991; 50) Sabe-se que esta tendência atinge praticamente todos os países centrais.

Isso permite indicar que "nas pesquisas sobre a

é "Em um mundo desalienado, não dominado pela tendência à apropriação, os indivíduos deixarão de constituir-se como seres particulares. A personalidade individual, até o presente uma exceção, se converte-á em típica da sociedade. As normas morais não serão impostas de fora, a uma pessoa fechada em seu particularismo. Os indivíduos serão capazes de...humanizar seus impulsos ao invés de reprimi-los... serão capazes de humanizar suas emoções... Ao fazer nossa opção frente aos conflitos sociais, optamos simultaneamente por um futuro determinado das relações entre os sexos. Elegemos relações entre indivíduos livres e iguais, relações que, em todos os aspectos da vida humana, realizem-se desprovidas de qualquer tendência à apropriação e se caracterizem por sua riqueza, sua profundidade e sinceridade." (Heller, "El Futuro de las Relaciones entre los Sexos", texto de 1969, publicado também em 1982: 65/66) Ver também Hirata, 1986: 12)

estrutura e as tendências de desenvolvimento das sociedades ocidentais altamente industrializadas encontramos, de modo cada vez mais frequente, sua caracterização como "sociedade de serviços". Isso se refere ao crescimento absoluto e relativo do "setor terciário", isto é, do "setor de serviços" (Offe, Berger, 1991; 11). Deve-se afirmar, entretanto, que a constatação do crescimento deste setor não nos deve levar à aceitação da tese das sociedades *pós-industriais*, *pós-capitalistas*, uma vez que se mantém, "pelo menos indiretamente, o caráter improdutivo, no sentido da produção global capitalista, da maioria dos serviços. Pois não se trata de setores com acumulação de capital autônoma; ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando esta capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não industriais (relativos a pessoas) podem sobreviver, e expandir-se." (Kurz, 1992; 209)

Por fim há, ainda, uma outra consequência muito importante, no interior da classe trabalhadora, que tem uma dupla direção: paralelamente à redução *quantitativa* do operariado industrial tradicional, dá-se uma alteração *qualitativa* na *forma de ser* do trabalho, que dê um lado impulsiona para uma maior *qualificação* do trabalho e, de outro, para uma maior *desqualificação*. Começemos pela primeira. A redução da dimensão *variável* do capital, em

decorrência do crescimento da sua dimensão *constante* - ou, em outras palavras, a substituição do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto* - oferece, como tendência, nas unidades produtivas mais avançadas, a possibilidade do trabalhador aproximar-se do que Marx chamou de "supervisor e regulador do processo de produção". (Marx, 1972; 228) Porém, a plena efetivação desta tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital. É elucidativa esta longa citação de Marx, onde aparece a referência que fizemos acima:

"O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado(...) é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção fundada no valor. O suposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude de tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho empregado como fator decisivo na produção da riqueza. Na medida, entretanto, em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, do que frente aos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, que por sua vez - *su powerful effectiveness* - não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção.(...) A riqueza efetiva se manifesta melhor - e isto o revela a grande indústria - na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre trabalho, reduzido a

uma pura abstração, e o poderio do progresso de produção vigiado por aquele. O trabalho já não aparece tanto como encerrado no processo de produção, senão que, melhor, o homem se comporta como supervisor e regulador em relação ao processo de produção mesmo. O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, como um anel intermediário entre a coisa e ele, mas insere o processo natural que transforma em industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual domina. Apresenta-se ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, senão a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual,* aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela grande indústria. Logo que o trabalho, em sua forma imediata, tiver deixado de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso. *O sobretrabalho da massa* deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não-trabalho de uns poucos* deixa de ser a condição para o

desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso se desmorona a produção fundada no valor de troca...Desenvolvimento livre das individualidades e, por conseguinte, tem-se a não redução do tempo de trabalho necessário com vistas a criar sobretrabalho, mas, em geral, redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então à formação artística, científica etc, dos indivíduos graças ao tempo que se torna livre e aos meios criados para todos". (Marx, 1972; 227/229)

Evidencia-se, entretanto, que essa *abstração* era uma impossibilidade na sociedade capitalista. Como o próprio Marx esclarece, na seqüência do texto: "O capital mesmo é a contradição em processo, (pelo fato de) que tende a reduzir a um mínimo de tempo de trabalho, enquanto que, por outro lado, converte o tempo de trabalho em única medida e fonte de riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição - *question de vie et de mort* - do (trabalho) necessário. Por um lado desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado por ela. Por outro lado, mensura com o tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas desse modo e as reduz aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças

produtivas e as relações sociais - umas e outras, aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social - aparecem frente ao capital unicamente como meios para produzir, fundando-se em sua mesquinha base. De fato, todavia, constituem as condições materiais para fazer saltar esta base pelos ares." (Marx, 1972; 229)

Portanto, a tendência apontada por Marx - cuja efetivação plena supõe a ruptura em relação à lógica do capital - deixa evidenciado que, enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social. A citação que segue é elucidativa: "...com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário industrial, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, dos produtos - este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (*manager*), engenheiro (*engineer*), técnico etc, outro, como capataz (*overlooker*), um outro

como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e produção. Se se considera o *trabalhador coletivo*, de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente (*materialiter*) e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador - simples elo desse trabalho coletivo - esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto." (Marx, 1978; 71/72)

O caso da fábrica automatizada japonesa Fujitsu Fanuc, um dos exemplos de avanço tecnológico, é elucidativo. Mais de 400 robôs fabricam, durante as 24 horas por dia, outros robôs. Os operários, quase 400, trabalham durante o dia. Com métodos tradicionais seriam necessários cerca de 4000 operários para se obter a mesma produção. Em média, a cada mês, 8 robôs são quebrados, e a tarefa dos operários consiste basicamente em prevenir e reparar aqueles que foram danificados, o que traz um volume de trabalho descontínuo e imprevisível. Existem ainda 1700 pessoas nos trabalhos de pesquisa, administração e comercialização da empresa. (Gorz, 1990b; 28) Embora seja um exemplo de um país e de uma fábrica singulares, permite constatar, por um lado, que nem

mesmo neste exemplo não houve a eliminação do trabalho, mas sim um processo de *intelectualização* de uma parcela da classe trabalhadora. Mas, neste exemplo *atípico*, o trabalhador já não transforma objetos materiais diretamente, mas supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas, programa-as e repara os robôs em caso de necessidade. (Gorz, *idem*; 28)

Supor a generalização desta tendência sob o capitalismo contemporâneo - nele incluído o enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo - seria um enorme despropósito e acarretaria como consequência inevitável a própria destruição da economia de mercado, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital. Não sendo nem consumidores, nem assalariados, os robôs não poderiam participar do mercado. A simples sobrevivência da economia capitalista estaria, desse modo, comprometida. (ver Mandel, 1986; 16/17)

Ainda tematizando sobre a *tendência* em direção a uma maior qualificação ou *intelectualização* do trabalho, outro autor desenvolve a tese de que a imagem do trabalhador manual não mais permite dar conta do novo trabalho operário nas indústrias. Este converteu-se, em vários ramos mais qualificado, o que se constata, por exemplo, na figura do operador vigilante, do técnico de manutenção, do programador, do controlador de qualidade, do técnico da divisão de pesquisa, do engenheiro encarregado da coordenação técnica e da gestão da produção. As antigas

clivagens estariam sendo questionadas pela necessária cooperação entre os trabalhadores. (Lojkine, 1990; 30/31) Há, portanto, mutações no universo da classe trabalhadora, que varia de ramo para ramo, de setor para setor etc. Desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro, metalúrgico e construção naval, praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde se pode presenciar "a formação de um segmento particular de "operários-técnicos" de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário. Eles se encontram, por exemplo, nos postos de coordenação nas cabines de operação a nível de altos-fornos, aciaria, vaza contínua... Observa-se fenômeno similar na indústria automobilística, com a criação dos "coordenadores-técnicos" encarregados de assegurar os reparos e a manutenção de instalações altamente automatizadas, assistidos por profissionais de nível inferior e de especialidades diferentes." (Lojkine, 1990; 32)

Paralelamente a esta tendência se acrescenta outra, dada pela *desqualificação* de inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à *desespecialização* do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados

precariamente às empresas),⁷ aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da "economia informal", enfim, a este enorme contingente que chega até à faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando nele se inclui também os desempregados, que alguns chamam de *proletariado pós-industrial* e que preferimos denominar de *subproletariado moderno*.

No que se refere à *desespecialização* dos operários profissionais, em decorrência da criação dos "trabalhadores multifuncionais", introduzidos pelo toyotismo, é relevante lembrar que esse processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho. Os trabalhadores qualificados enfrentaram esse movimento de *desespecialização* como um ataque a sua profissão e qualificação, bem como ao poder de negociação que a qualificação lhes conferia, realizando inclusive greves contra esta tendência. (Coriat, 1992b; 41)⁸ Já nos referimos, anteriormente, ao caráter restrito da *polivalência* introduzida pelo modelo japonês.

7 Ver Birh, 1991; 88/89.

8 Com o desenvolvimento da *automatização* "...reproduz-se um movimento ... a saber, a desqualificação de certas tarefas "superqualificadas" nascidas no momento anterior da desqualificação-superqualificação do trabalho. Trata-se assim principalmente do trabalho de manutenção e do trabalho de fabricação das máquinas-ferramentas". (Freyssenet, 1989; 78).

A segmentação da classe trabalhadora se intensificou de tal modo que é possível indicar que, no centro do processo produtivo encontra-se o grupo de trabalhadores, em processo de retração em escala mundial, mas que permanece em tempo integral dentro das fábricas, com maior segurança no trabalho e mais inserido na empresa. Com algumas vantagens que decorrem desta "maior integração", esse segmento é mais adaptável, flexível e geograficamente móvel. "Os custos potenciais de dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar mesmo para funções de alto nível (que vão dos projetos à propaganda e à administração financeira), mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno." (Harvey, 1992; 144) A periferia da força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em "empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado". Esse subgrupo tende a se caracterizar por alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo situado na periferia "oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico." Este segmento tem crescido significativamente nos últimos anos. (Conforme

classificação do *Institute of Personnel Management*, em Harvey, 1992;144)

Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a *qualificação* do trabalho, desenvolve-se também *intensamente* um nítido processo de *desqualificação* dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que *superqualifica* em vários ramos produtivos e *desqualifica* em outros.⁹

Estes elementos que apresentamos nos permitem indicar que não há uma tendência generalizante e uníssona, quando se pensa no mundo do trabalho. Há, isto sim, como procuramos indicar, uma processualidade contraditória e multiforme. Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho*. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de *intelectualização do trabalho manual*. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma *desqualificação* e mesmo *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc.

⁹ Veja-se a conclusão de Michel Freyssenet: "...não há um movimento generalizado de desqualificação ou um movimento de aumento geral de qualificação, mas um movimento contraditório de *desqualificação do trabalho de alguns pela "superqualificação" do trabalho de outros*, isto é, uma polarização das qualificações requeridas que resulta de uma forma particular de divisão do trabalho, que se caracterize por uma modificação da repartição social da "inteligência" da produção. Uma parte dessa "inteligência" é "incorporada" as máquinas e a outra parte é distribuída entre um grande número de trabalhadores, graças à atividade de um número restrito de pessoas encarregadas da tarefa (impossível) de pensar previamente a totalidade do processo de trabalho..." Freyssenet, 1989, 75.

Se é possível dizer que a primeira tendência - a *intelectualização do trabalho manual* - é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda - a *desqualificação* - mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua *lógica destrutiva* e com sua *taxa de uso decrescente* de bens e serviços. (Mészáros, 1989 ; 17). Vimos também que houve uma significativa incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo, além da expressiva expansão e ampliação da classe trabalhadora, através do assalariamento do setor de serviços. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é *fundamental*, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho*.

II

Nesta segunda parte do nosso texto, gostaríamos de discutir sobre quais *repercussões* estas *metamorfoses* tiveram junto ao movimento dos trabalhadores. Formulando sob a forma de interrogação: as inúmeras e significativas mudanças no mundo do trabalho acarretaram quais conseqüências no universo da subjetividade, da consciência do ser social que trabalha? Mais particularmente, que resultados estas transformações tiveram nas *ações de classe* dos trabalhadores, em seus órgãos de representação e mediação, como os sindicatos, que presenciam uma reconhecida situação crítica? Quais as evidências, dimensões e significados mais agudos dessa *crise contemporânea dos sindicatos*? Estes demonstram vitalidade para ir além de uma ação marcadamente defensiva e, desse modo, recuperar o significado mais expressivo da ação sindical? 1

1 Além destas questões, poderíamos acrescentar aquelas que remetem aos países subordinados: frente às mudanças no processo de trabalho em vários países avançados, que repercussões e conseqüências são percebidas em países como o Brasil? Que mediações analíticas são imprescindíveis, quando se pensa a realidade do mundo do trabalho nos países de capitalismo avançado e seus paralelos e desdobramentos em países como o Brasil? A particularidade da nossa classe trabalhadora aponta para caminhos confluentes ou distintos daqueles que estão sendo trilhados pelo mundo do trabalho dos países centrais? Seguiremos no fluxo ou no contra-fluxo das tendências do capitalismo avançado? Estas questões que remetem ao caso brasileiro, procuramos respondê-las, em alguma medida, nos ensaios *O Novo Sindicalismo e Mundo do Trabalho e Sindicatos na Era da Globalização: Impasses e Desafios do Novo Sindicalismo Brasileiro*, presentes neste volume.

Iniciaremos esta discussão, que diz respeito à *crise contemporânea dos sindicatos*, respondendo às seguintes questões: 1) Quais são os contornos e dimensões essenciais desta crise? 2) Porque se pode efetivamente dizer que há uma *crise do sindicalismo*? 3) Frente à esta situação, quais são os principais desafios do movimento sindical?

Analisamos detalhadamente, na primeira parte deste texto, as metamorfoses em curso no mundo do trabalho. Vimos que elas afetaram a *forma de ser* da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Estas transformações afetaram também intensamente os organismos sindicais em escala mundial. Como expressão mais evidente desta crise pode-se destacar uma nítida *tendência de diminuição das taxas de sindicalização*, especialmente na década de 80.

Começemos a discussão deste ponto pela apresentação dos níveis ou taxas de sindicalização, em ordem crescente, encontradas em vários países capitalistas:

*Taxa de Sindicalização: 1988**

França: 12%

Espanha: 16%

Estados Unidos: 16,8%

Turquia: 18,8%

Grécia: 25%
 Países Baixos: 25%
 Suíça: 26%
 Japão: 26,8%
 Portugal: 30%**
 Alemanha: 33,8%
 Canadá: 34,6%
 Itália: 39,6%
 Reino Unido: 41,5%
 Austrália: 42%
 Áustria: 45,7%
 Luxemburgo: 49,7%
 Nova Zelândia: 50,5%
 Irlanda: 52,4%
 Bélgica: 53%
 Noruega: 55,1%
 Finlândia: 71%
 Dinamarca: 73,2%
 Holanda: 78,3%
 Suécia: 85,3%

* Com as exceções de Holanda: 1989; Irlanda: 1987; Luxemburgo: 1989; Nova Zelândia: 1990; Espanha: 1985; Suíça: 1987; Turquia: 1987.

** As taxas referentes à Portugal e Grécia são por estimativa. 2

2 Fonte: Evolution du Taux de Syndicalisation, in *Rapport*

Em outro estudo sobre o fenómeno da desindicalização, elaborado também por J. Visser, são detalhadas as informações que corroboram as tendências recentes das taxas de sindicalização: diz o autor que, entre 1980/90, na maioria dos países capitalistas ocidentais industrializados, a taxa de sindicalização, isto é, a relação entre o número de sindicalizados e a população assalariada, tem decrescido. A Europa Ocidental em seu conjunto, excluída a Espanha, Portugal e Grécia, reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989. Incorporando-se aqueles três países acima citados, as taxas seriam ainda menores. Pode-se lembrar, para efeito de comparação, o Japão, cuja taxa caiu de 30% para 25%, no mesmo período, e os Estados Unidos, cuja redução foi de 23% para 16%. (Visser, 1993; 18/19) Na Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos e, em menor medida, na Itália, Irlanda, Grécia e Portugal, houve forte queda nas taxas de sindicalização, bem como uma queda absoluta do número de membros (de que foram exemplos a Espanha, França e Grã-Bretanha). Houve um ligeiro recuo, principalmente na segunda metade da década, na Bélgica, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, Austria e Dinamarca. Na Finlândia, Noruega e Suécia o sindicalismo viu aumentar os seus efetivos durante os anos 80, mas uma mudança também começou a se verificar a partir de 1988. (Visser, 1993; 19) O autor acrescenta que um

Annuel, OCDE, 1992, capítulo 4, elaborado por Jelle Visser e revisado pelo secretariado da OCDE.

decréscimo desta intensidade, nas taxas de sindicalização, não encontra similar em nenhum momento da história sindical do pós-guerra. (Idem, 19)

Essa tendência à desindicalização não deve ser confundida, entretanto, com uma uniformização do sindicalismo: na Suécia, por exemplo, mais de 80% dos assalariados são sindicalizados. Junto com a Bélgica e a Austria, compreende o campo dos países com maiores índices de sindicalização. A Itália, a Grã-Bretanha e a Alemanha formam um grupo de países intermediários e a França, a Espanha e os EUA estão na retaguarda, seguidos pelo Japão, Países Baixos e Suíça. (Idem, 24) 3

3 O artigo "Syndicalisme et Désyndicalisation", de J. Visser, in *Le Mouvement Social* nº 162, jan/março de 1993, Editions Ouvrières, França, volume com o título *Syndicats D'Europe* (organizado por Jacques Freyssinet) traz uma análise detalhada da crise sindical dos países avançados, tematizando vários aspectos como as mudanças no interior do movimento sindical, a expansão da força de trabalho feminina, a emergência de novos setores, como o de serviços, as especificidades nacionais que dificultam as generalizações, a perda de poder dos sindicatos, as suas opções entre atuar como movimentos sociais ou como organismos institucionalizados, além de explorar várias hipóteses acerca das causas da desindicalização. É importante lembrar que, para Visser, as taxas de sindicalização são um ponto de partida útil no estudo do sindicalismo, mas não podem ser tomados como elementos indispensáveis, quando se trata de apreender o significado real da atuação sindical, marcado por muitas diferenças entre realidades aparentemente próximas. (Idem, 27/28) Sobre a crise dos sindicatos pode-se consultar também o dossiê organizado pelo jornal *El País*, de 24/01/93, pág. 1/8, que traz uma boa radiografia da crise sindical européia. Ver também Freeman, R. "Pueden Sobrevivir los Sindicatos en la Era Postindustrial?", op. cit., particularmente sobre as tendências em curso no sindicalismo norte-americano e Kelly, J., *Labour and the Unions*, Verso (Londres, Nova Iorque, 1987), sobre as tendências do sindicalismo inglês. Ver também os artigos de Rodrigues, Leôncio M., 1993a, "A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo", *Folha de S. Paulo*.

Um outro elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores "estáveis", de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., de outro. Com o aumento deste abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculados aos primeiros, aos trabalhadores "estáveis" e, até agora, incapazes de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. Com isso, começa a desmoronar o *sindicalismo vertical*, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um *sindicalismo mais horizontalizado*, dotado de uma abrangência maior e que privilegie as esferas inter-categoriais, inter-profissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o *conjunto* dos trabalhadores, desde os "estáveis" até os precários, vinculados à economia informal etc. (Ver Bihr, 1992; 106) A fragmentação, heterogeneização e complexificação da *classe-que-vive-do-trabalho* questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora. Como diz Visser, o sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no

setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial. No que diz respeito às mulheres, com exceção de alguns países como Suécia, Dinamarca e Finlândia, presenciam-se as menores taxas de sindicalização. Também os trabalhadores não-manuais, mais intelectualizados, ainda estão a reboque dos trabalhadores manuais, mesmo que as diferenças tenham se atenuado, especialmente nos países escandinavos. Os assalariados da indústria ainda filiam-se com mais intensidade aos sindicatos, do que os trabalhadores do comércio, do setor hoteleiro ou de serviços financeiros privados. (Visser, 1992; 21/22) Trabalhadores em pequenos estabelecimentos, trabalhadores parciais, os imigrantes, os empregados em tempo parcial ou por tempo determinado, as mulheres, os jovens etc, parecem compor um quadro diverso que acaba por dificultar um aumento das taxas de sindicalização. As mulheres, por exemplo, participam com mais intensidade do mercado de trabalho como trabalhadoras em tempo parcial, temporário etc. Isto talvez *ajude* a entender as reduzidas taxas de sindicalização no universo feminino. Em relação às reduzidas taxas de sindicalização dos trabalhadores mais jovens, lembra ainda Visser, que é difícil afirmar se elas exprimem um fenômeno temporário ou o prenúncio de uma nova tendência entre os trabalhadores. (Visser, 1992; 23)

Paralelamente à este processo que impulsiona a desindicalização, tem-se presenciado importantes avanços na

organização sindical dos assalariados médios. Na Inglaterra, onde os sindicatos têm recorrido à fusão como forma de resistir à avalanche neoliberal, houve recentemente um exemplo significativo de união orgânica de vários sindicatos do setor público que criaram a mais forte entidade sindical do país - denominada *Unison* - com cerca de um milhão e quatrocentos mil filiados. (*El Pais*, 24/01/93, p.5) Sabe-se que entre 1979/85, o número de membros filiados ao Trade Union Congress (*TUC*), central sindical inglesa, confirmando a tendência que acima desenvolvemos, declinou de 12.200.000 para 9.500.000, uma queda de 22%. Se levarmos em conta o total dos sindicalizados, vinculados ou não à *TUC*, a perda, durante o mesmo período, foi de 13.500.000 para 11.000.000, ou seja, de 18,5% (Kelly, 1987; 10) Neste contexto, o avanço do sindicalismo dos assalariados médios é expressivo: "Considerando-se apenas o setor privado, em meados da década de 80, os não-manuais representavam, na Austria, 22% de todos os sindicalizados; na Dinamarca, 24%; na Alemanha, 18%; na Holanda, 16%; na Noruega, 17%; na Suécia, 23%; na Suíça, 25%.

Na Alemanha, atualmente, de cada três sindicalizados, um é de "classe média", enquanto na Noruega e na Holanda, estima-se que a metade dos trabalhadores sindicalizados não exerça uma profissão manual. Na França, onde a crise do sindicalismo é especialmente forte, a proporção de não-manuais (setores privado e público) entre os sindicalizados

é superior a 50%. Na Noruega, é de 48%, na Grã-Bretanha, de 40%, de 36% na Suécia, de 35% na Austria, de 32% na Dinamarca, de 20% na Itália".(Rodrigues, 1993b; 3) Essa expansão do sindicalismo de empregados dos setores público e privado, entretanto, como alerta Leôncio Martins Rodrigues, não foi, na maior parte dos países, suficiente para compensar, em termos taxa de sindicalização, o declínio do sindicalismo dos trabalhadores manuais. (Idem, 3)

Uma outra consequência destas transformações no âmbito sindical foi a intensificação da tendência *neocorporativa*, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado aos sindicatos, contra os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial etc, o que denominamos *subproletariado*. Não se trata de um corporativismo estatal, mais próximo de países como Brasil, México, Argentina, mas de um corporativismo societal, atado quase que exclusivamente ao universo categorial, cada vez mais *excludente e parcializado*, que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores, ao invés de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora. Tem-se, como alerta Alain Bihr, um risco crescente de ampliação dessa modalidade de corporativismo. (Bihr, 1992; 107)

Estas transformações também afetaram as ações e práticas de greves, que tiveram sua eficácia em alguma medida reduzida em decorrência da fragmentação e

heterogeneização dos trabalhadores. Ao longo da década de 80 pode-se constatar uma diminuição dos movimentos grevistas nos países capitalistas avançados, que por certo advém das dificuldades de aglutinar, numa mesma empresa, os operários "estáveis" e aqueles "terceirizados", que trabalham por empreitada, ou os trabalhadores imigrantes, segmentos que não contam, em grande parte, nem mesmo com a presença de representação sindical. Tudo isso dificulta ainda mais as possibilidades do desenvolvimento e consolidação de uma *consciência de classe* dos trabalhadores, fundada em um sentimento de *pertencimento de classe*, aumentando conseqüentemente os riscos de expansão de movimentos xenofóbicos, corporativistas, racistas, paternalistas, no interior do próprio mundo do trabalho. (Ver Bihr, 1992: 107/8)

Este quadro complexificado, de múltiplas tendências e direções, afetou agudamente o movimento sindical, originando a sua *crise mais intensa* em toda a sua história, atingindo, especialmente na década de 80, os países de capitalismo avançado, e posteriormente, dada a dimensão globalizada e mundializada destas transformações, em fins daquela década e na viragem da década de 90, também os países do Terceiro Mundo, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, como é o caso do Brasil, México, entre tantos outros. Crise sindical que se defronta com uma contextualidade que tem, em síntese, as seguintes tendências:

1) Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo *micro*, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais *individualizada*. Esta tendência se constitui num elemento essencialmente nefasto do sindicalismo de empresa, do "sindicato-casa", que se originou na Toyota e hoje se expande mundialmente.

2) Uma fortíssima corrente no sentido de desregulamentar e flexibilizar *ao limite* o mercado de trabalho, atingindo duramente conquistas históricas do movimento sindical que tem sido, até o presente, incapaz de impedir tais transformações.

3) O esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram, nesta última década, em boa medida, pelo *sindicalismo de participação* e que agora contabilizam prejuízos de brutal envergadura - dos quais o mais evidente é o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos. O que (re)obriga o movimento sindical, em escala global, a novamente lutar, sob formas mais ousadas e em alguns casos mais radicalizadas, como várias greves dos anos 90 nos têm mostrado, pela preservação de alguns direitos sociais e pela *redução da jornada de trabalho* como caminho possível, no plano da imediatidade, visando diminuir o desemprego estrutural. Quando mencionamos o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países

avançados, pensamos nas suas variantes mais conhecidas, sintetizadas por Freyssinet, a saber:

a) o modelo anglo-saxão (acompanhado com similaridades pelo modelo norte-americano) que se caracteriza por uma ação governamental de inspiração neoliberal e ultraconservadora, por um patronato hostil, que visualiza o enfraquecimento ou mesmo a eliminação dos sindicatos. Os direitos são crescentemente reduzidos e a negociação cada vez mais fragmentada.

b) o modelo alemão, considerado dual porque baseado, por um lado, na contratação coletiva de trabalho relacionada com os respectivos ramos profissionais e, de outro, na conquista e exercício de direitos, limitados mas reais, na gestão das empresas. Este modelo, ainda segundo Freyssinet, supõe a presença tripartite: estado, patronato e sindicatos que, apesar de suas diferenças e enfrentamentos, estão de acordo em manter estáveis as regras do jogo.

c) o modelo japonês, fundamentado no sindicalismo de empresa, *participacionista*, que adere à cultura e ao projeto das empresas, obtendo em troca certas garantias de estabilidade quanto à empregos e salários, bem como a consulta nos assuntos que dizem respeito à organização do trabalho. (Freyssinet, 1993; 12/14) 4

4 Conforme Freyssinet, Jacques, in "Syndicalismes en Europe", 1993, op. cit. Neste mesmo volume, Jelle Visser, discutindo os possíveis caminhos sindicais a partir da Unificação Européia, oferece a seguinte conceituação: o "modelo sócio-corporativista alemão, o liberal-voluntarista

Se é verdade que, nos limites desta generalização, o modelo alemão é aquele menos desfavorável aos trabalhadores dos países centrais, merecendo por isso uma atração maior por parte deles, é nítido também que, no que diz respeito ao capital, as opções preferenciais variam entre o modelo inglês e o japonês. (Freyssinet, 1993; 13/14) Cremos, entretanto, que com a crise do *welfare state* e a desmontagem das conquistas sociais da fase socialdemocrática, não é difícil perceber o impasse em que se encontra esta variante sindical. A via *participacionista*, que vincula e subordina a ação sindical aos condicionantes impostos pelas classes dominantes - na medida em que se atém às reivindicações mais imediatas e dentro desse universo pactuado com o capital - tem obtido resultados extremamente débeis e mesmo negativos, quando se pensa no *conjunto da classe-que-vive-do-trabalho*. É por este motivo que começam a ganhar maior expressão movimentos sindicais alternativos, que questionam a ação eminentemente *defensiva*, praticada pelo sindicalismo tradicional, que se limita à ação dentro da Ordem. Só a título de exemplo, pode-se citar os *COBAS* (*Comitati di Base*), que começaram a despontar a partir de meados da década de 80 na Itália, em setores vinculados ao ensino público, aos controladores de voo, aos ferroviários e mesmo em alguns núcleos do operariado industrial, e que têm questionado fortemente os acordos realizados pelas centrais sindicais tradicionais, especialmente a CGIL, de inglês e o paternalista-estatal francês". (Viesser, 1993; 24)

tendência ex-comunista, que em geral têm pautado sua ação dentro de uma política sindical moderada. 5

4) Uma tendência crescente de *burocratização* e *institucionalização* das entidades sindicais, que se *distanciam dos movimentos sociais autônomos*, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais integrada à *institucionalidade*, ganhando, com isso, "legitimidade" e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anti-capitalistas e a consequente perda de radicalidade social. Constituíram-se e consolidaram-se enquanto *organismos defensivos* e, por isso, têm se mostrado incapazes para desenvolver e desencadear uma *ação para além do capital*. (Mészáros, 1993; 20/21 e 1987; 114 e seg.) 6

5) Junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, o capital amplia enormemente - por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que *diretamente* repressivos, preservados somente para os momentos estritamente necessários - sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista. É

5 Informações detalhadas e uma análise crítica sobre os *Cobas* podem ser encontradas em Bordogna, L., "Arcipelago Cobas": Frammentazione della rappresentanza e conflitti di Lavoro", in *Politica in Italia*, Bologna, Ed. Mulino, 1988, pp. 257/292.

6 Um autor levou ao limite esta crítica, mostrando, não sem boa dose de razão, que os sindicatos tornaram-se também grandes empresas capitalistas, atuando, enquanto tal, sob uma lógica que em nada difere das empresas privadas. Conforme Bernardo, J., *Capital, Sindicatos, Gestores*, Ed. Vértice, 1987, SP.

lugar comum, hoje, em qualquer parte da sociedade produtora de mercadorias, um clima de *adversidade* e *hostilidade* contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista.

Queremos concluir esta parte do nosso texto, sobre as dimensões atuais da crise sindical, indicando *alguns* dos enormes desafios que marcam o *conjunto do movimento sindical* em escala global, neste final do século XX, e que podemos resumir nos seguintes termos:

1) Os sindicatos serão capazes de romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores "estáveis", mais "integrados" ao processo produtivo e que se encontram em processo de redução, em relação aqueles trabalhadores em tempo parcial, precário, "terceirizados", subempregados da economia informal, em significativa expansão no processo produtivo contemporâneo? Serão capazes de *organizar sindicalmente os desorganizados* e com isto reverter as taxas de desindicalização, presentes nas principais sociedades capitalistas?

2) Serão capazes de romper com o *novo corporativismo*, que defende exclusivamente suas respectivas categorias profissionais, abandonando ou diminuindo fortemente seus conteúdos mais acentuadamente classistas? Trata-se aqui, como indicamos anteriormente, de um *corporativismo societal*, excludente, parcializador e que *preserva* e mesmo *intensifica* o caráter fragmentado e heterogêneo da classe

trabalhadora. Serão capazes de repudiar enfaticamente as manifestações de seus setores mais atrasados - que por vezes se aproximam dos movimentos xenofóbicos, ultra-nacionalistas e racistas, responsáveis por ações contra os trabalhadores imigrantes, oriundos do II^o e do III^o Mundo - e, ao contrário, tecer formas de ação solidárias e classistas, capazes de aglutinar estes contingentes de trabalhadores praticamente excluídos até mesmo da representação sindical?

3) Serão capazes de reverter a tendência, desenvolvida a partir do *toyotismo* e hoje avançando em escala global, que consiste em reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, ao chamado *sindicalismo de empresa*, o *sindicalismo de envolvimento*, mais vulnerável e subordinado ao comando patronal? Como já pudemos mostrar, o principal espaço de atuação das relações profissionais transferiu-se dos âmbitos nacionais para os ramos de atividades e destes para as empresas e locais de trabalho. Do mesmo modo, essa realocação do poder e das iniciativas para o universo das empresas deu-se em prejuízo dos sindicatos e dos órgãos públicos, conforme reconhece o próprio Relatório Anual da OCDE. (1992; op. cit.) Serão capazes os sindicatos de barrar esta tendência do capital, em *reduzir o sindicalismo ao universo da empresa, microcósmico, que individualiza e personaliza a relação capital e trabalho*? Conseguirão (re)organizar comissões de fábricas, comitês de empresas, organizações autônomas nos locais de trabalho, capazes de

obstar a tendência à cooptação dos trabalhadores?

4) Serão capazes de estruturar um *sindicalismo horizontalizado*, melhor preparado para incorporar o conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho*, superando, desse modo, o *sindicalismo verticalizado* que predominou na era do fordismo e que vem se mostrando incapaz de aglutinar tanto os novos contingentes de assalariados, quanto aqueles que se encontram *sem trabalho*?

5) Serão capazes de romper com a tendência crescente da excessiva *institucionalização e burocratização*, que tão fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e que o distancia das suas bases sociais, aumentando ainda mais o fosso entre as instituições sindicais e os movimentos sociais autônomos?

6) Serão capazes os sindicatos, respeitadas as suas especificidades, de avançar para além de uma ação acentuadamente *defensiva* e com isso *auxiliar* na busca de um projeto mais ambicioso, que caminhe na direção da emancipação dos trabalhadores? Que resgate ações no sentido de buscar o *controle social da produção*, ao invés de perderem-se *exclusivamente* no campo de ações imediatas e fenomênicas, que não questionam sequer minimamente a ordem do capital e do sistema produtor de mercadorias?

A estas interrogações podemos acrescentar aquelas que são *específicas* do movimento sindical dos países industrializados e intermediários da América Latina, como Brasil, México, Argentina, Venezuela, Chile, bem como dos

países asiáticos de industrialização recente como a Coréia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura etc, entre tantos outros: serão capazes de obstar a generalização desta *crise sindical* que já os atinge, em maior ou menor intensidade? O sindicalismo mais combativo, presente em vários destes países, será capaz de participar e auxiliar na elaboração de um *modelo econômico alternativo*, com claros traços anticapitalistas que, ao mesmo tempo, se fundamente em um avanço tecnológico com bases reais, nacionais, verdadeiras, e que não seja regido por uma lógica de um sistema produtor de mercadorias, destrutivo e excludente, responsável pelas explosivas taxas de desemprego estrutural que hoje estão presentes em escala global? São, como se pode ver, alguns desafios fundamentais, que por certo definirão o futuro dos sindicatos neste final do século XX.

Desse modo, expondo estes desafios que entendemos mais prementes para o movimento sindical, procuramos oferecer um quadro analítico da *crise dos sindicatos*, presente em escala mundial. Os caminhos a serem trilhados pelos sindicatos serão capazes, por certo, de evitar e impedir o seu desaparecimento, enquanto organismos representativos dos trabalhadores, ao menos num espaço de tempo ainda visível. Mas, se estas ações serão capazes de *obstar* estas tendências de enfraquecimento e desgaste crescentes dos organismos sindicais, esta já é uma pergunta para a qual as possíveis respostas ainda não estão claramente delineadas.

III

O que tratamos anteriormente nos permite indicar algumas "teses", de modo a oferecer conclusões em relação aos temas que desenvolvemos ao longo deste texto. 1

Primeira tese: ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria *trabalho* na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma *sociedade produtora de mercadorias*. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. A "diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos" ou "o aumento crescente do capital constante em relação ao variável" reduz relativamente mas

1 Como este texto é resultado de uma pesquisa em andamento, torna-se evidente que, apesar do caráter predominantemente afirmativo destas "teses", elas estão sujeitas a revisões e reelaborações.

não elimina o papel do *trabalho coletivo* na produção de valores de troca. (Marx, 1975; 723/724) Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão *mercadorias* que resultam da interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*, capital variável e capital constante. Mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado desta *articulação* entre os trabalhos *vivo* e *morto*. Parece difícil imaginar diferentemente quando se considera o sistema produtor de mercadorias em escala global. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, *não negam* a lei do valor, quando se considera a *totalidade do trabalho*, a *capacidade de trabalho socialmente combinada*, o *trabalhador coletivo* como expressão de múltiplas *atividades combinadas*.

Quando se tematiza a crise da sociedade do trabalho, parece-nos decisivo recuperar a distinção marxiana feita entre trabalho *concreto* e *abstrato*: 'Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade

de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso." (Marx, 1971; 54) De um lado, tem-se o caráter *útil* do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de *coisas socialmente úteis e necessárias*. É o momento em que se efetiva o *trabalho concreto*, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão *abstrata*, onde "desvanecem-se... as diferentes formas de trabalho concreto" e onde "elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato."

(Marx, 1971; 45) Sabe-se que, no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Mantém-se somente enquanto condição *necessária* para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias.² Do que resulta que a

2 Foi explorando esta tendência que István Mészáros desenvolveu a tese acerca da *taxa de uso decrescente* no capitalismo: "O capital não trata *valor-de-uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor-de-troca* meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último. Devidamente situado no tempo e no espaço, isto representa uma inovação radical, que abre horizontes anteriormente inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na constatação prática de que qualquer mercadoria pode estar constantemente em uso, num extremo da escala, ou ainda nunca ser usada, no outro extremo das possíveis taxas de uso, sem perder por isso sua utilidade no que tange às exigências

dimensão *concreta* do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão *abstrata*. Portanto, quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do trabalho *abstrato* (como sugere Robert Kurz, 1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1982 e 1990 e Habermas, 1987, entre tantos outros).

No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho *abstrato*, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. *A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias?* Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho *abstrato* somente poderá ser entendida, em termos marxianos, como a *redução* do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Neste ponto estamos de acordo com Kurz ao dizer que "A *sociedade do trabalho* como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e do conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem expansionistas do modo de produção capitalista." (Mészáros, 1989; 22/23)

trabalho. " (Kurz, 1992; 26)

Nesta vertente, entretanto, é possível constatar pelo menos duas maneiras bastante distintas de compreensão da chamada *crise da sociedade do trabalho abstrato*: aquela que acha que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias - com a qual já manifestamos nossa discordância - e aquela que critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho *estranhado*, *fetichizado* e, portanto, *desrealizador* e *desefetivador* da atividade humana autônoma. Neste segundo sentido, que apreende a essencialidade do capitalismo, reconhece-se o papel central da classe trabalhadora na criação de valores de troca - naturalmente incorporando toda a discussão que fizemos na primeira parte deste texto -- mas o faz enfatizando que essa *forma de ser* do trabalho, sob o reino das mercadorias é, como Marx demonstrou desde os *Manuscritos de 1844*, essencialmente nefasta para o ser social que busca a *omnilateralidade* e que sob a forma do trabalho *estranhado* vivencia a *unilateralidade*. Nesta concepção recusa-se agudamente o *culto do trabalho assalariado*, tão fortemente idealizado por inúmeras vertentes do marxismo neste século XX. Mais *fetichizada* do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea, portanto, reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a consequente vigência do trabalho *estranhado*.

A outra variante crítica, que nega o caráter capitalista da sociedade contemporânea defende, em grande parte de seus formuladores, a recusa do papel central do trabalho, tanto na sua dimensão *abstrata*, que cria valores de troca - pois estes já não seriam mais decisivos hoje - quanto na negação do papel que o trabalho *concreto* tem na estruturação de um mundo emancipado e em uma vida cheia de sentido. Quer pela sua qualificação como sociedade de serviços, pós-industrial e pós-capitalista, quer pela vigência de uma lógica institucional tripartite, vivenciada pela ação pactuada entre o capital, os trabalhadores e o estado, nossa sociedade contemporânea, menos mercantil e mais contratualista, não mais seria regida centralmente pela lógica do capital, mas pela disputa dos fundos públicos. 3

3 Pelo que formulamos anteriormente, não podemos concordar com um autor sempre criativo e instigante como Francisco de Oliveira, quando afirma que o padrão de financiamentos públicos do *welfare state* "operou uma verdadeira 'revolução copernicana' nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho. No fundo, levado às últimas conseqüências, o padrão de financiamento público 'implodiu' o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral." (Oliveira, 1988; 13/14) O que aqui nos parece relevante é qual deles - o valor ou o fundo público - tem estatuto fundante na sociabilidade contemporânea, no processo de reprodução do capital. A crise do *welfare state*, a avalanche neoliberal e a dimensão global e mundializada do capital parecem confirmar a prevalência do valor como o elemento estruturante da sociabilidade produtora de mercadorias e o fundo público como sendo o seu regulador/contraponto e não o seu substituto, o que faz uma enorme diferença. Essa formulação de Francisco de Oliveira, feita de maneira embrionária, avançou, em texto posterior, para a "elaboração teórico-conceitual" de "um modo social-democrata de produção" que articula valor e anti-valor. (Oliveira, 1993; 136/143)

Habermas faz a síntese mais articulada desta tese: "A utopia da sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva... Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Claus Offe compilou convincentes indicações da força objetivamente decrescente de fatores como trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral". E, depois de referir-se favoravelmente à obra de Gorz, acrescenta: "Coração da utopia, a emancipação do trabalho heterônomo apresentou-se, porém, sob outra forma no projeto sócio-estatal. As condições da vida emancipada e digna do homem já não devem resultar diretamente de uma reviravolta nas condições de trabalho, isto é, de uma transformação do trabalho heterônomo em auto-atividade." (Habermas, 1987; 106/7) Embora Habermas refira-se à dimensão *abstrata* do trabalho, evidencia-se, nesta vertente interpretativa, que o trabalho não tem mais potencialidade estruturante nem no universo da sociedade contemporânea, como trabalho *abstrato*, nem como fundamento de uma "utopia da sociedade do trabalho", como trabalho *concreto*, pois "os acentos utópicos deslocaram-se do conceito de trabalho para o conceito de comunicação." (Habermas, 1987; 114) 4

4 De maneira mais empírica, mas em consonância com o essencial desta tese, diz A. Touraine: "Os problemas do trabalho não desaparecem, mas são englobados num conjunto mais amplo. Enquanto tais, eles deixaram de representar um papel central. É inútil procurar indícios de uma renovação revolucionária propriamente operária. Nos lugares onde aparentemente é o mais combativo, como na Itália e na

Cremos que sem a devida incorporação desta distinção entre trabalho *concreto* e *abstrato*, quando se diz adeus ao trabalho, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira *una* um fenômeno que tem *dupla* dimensão. A lembrança de A. Heller é sugestiva, quando afirma que o trabalho tem que ser apreendido em seu duplo aspecto: como execução de um trabalho que é *parte da vida cotidiana* e como *atividade* de trabalho, como uma objetivação diretamente genérica. Marx, diz a autora, serve-se de dois termos distintos para melhor caracterizar esta dimensão dupla do trabalho: *work* e *labour*. O primeiro (*work*) realiza-se como expressão do trabalho *concreto*, que cria valores socialmente úteis. O segundo (*labour*) expressa a execução cotidiana do trabalho, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado. (Heller, 1977; 119/127) O trabalho entendido enquanto *work*, expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho *concreto*. Em contrapartida o *labour* exprime a realização da atividade

França, o movimento operário, através dos conflitos e das crises que podem ser violentas, obtém pouco a pouco uma ampliação dos direitos e da capacidade de negociação, portanto, uma certa institucionalização dos conflitos do trabalho... Este deixa de ser um personagem central da história social à medida que nos aproximamos da sociedade pós-industrial." (Touraine, 1989; 10/11) E Gorz, sintonizado com Touraine, acrescenta que outros antagonismos sociais vieram a sobrepor-se àquele desencadeado pelo capital e trabalho, que acabou sendo relativizado e mesmo superado pelo "conflito básico" entre a "megamáquina burocrático-industrial" e a população. (Gorz, 1990; 42)

cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade *estranhada, fetichizada*. A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise da sociedade do trabalho *abstrato* seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho *concreto*.

A superação da sociedade do trabalho abstrato, nos termos que estamos aqui sugerindo, requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado, da *classe-que-vive-do-trabalho* como sujeito *potencialmente* capaz, objetiva e subjetivamente, de *caminhar para além do capital*.⁵ Portanto, trata-se de uma crise da sociedade do trabalho abstrato cuja superação tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, o seu pólo central. E há, como já indicamos anteriormente, outra consequência equívoca quando se desconsidera a dupla dimensão do ato laborativo: aquela que rechaça o papel do trabalho como *protoforma* da atividade humana emancipada. Nega-se o papel do trabalho *concreto* como momento *primeiro* de efetivação de uma individualidade omnilateral, condição sem a qual não se realiza a dimensão do *gênero-para-sí*.

Aqui aflora uma questão instigante: a superação da

5 Este nos parece um dos equívocos de que padece o instigante livro de R. Kurz, que reconhece a sociedade como produtora de mercadorias, mas que acaba acreditando na tese da extinção da classe trabalhadora como agente capaz de impulsionar estas transformações. Ver, a respeito, nosso texto *A Crise vista em sua Globalidade*, neste volume, onde discutimos mais detalhadamente as principais teses presentes naquele livro.

sociedade do trabalho abstrato (para usarmos uma vez mais esta expressão) e o seu trânsito para uma sociedade emancipada, fundada no trabalho concreto, supõe a redução da jornada de trabalho e a ampliação do tempo livre, *ao mesmo tempo em que supõe também uma transformação radical do trabalho estranhado em um trabalho social que seja fonte e base para a emancipação humana, para uma consciência omnilateral*. Em outras palavras, a recusa radical do trabalho abstrato não deve levar à recusa da possibilidade de conceber o trabalho concreto como dimensão primária, originária, ponto de partida para a realização das necessidades humanas e sociais. É a não aceitação desta tese que leva tantos autores, Gorz à frente, a imaginarem um trabalho *sempre heterônomo*, restando praticamente a luta pelo tempo liberado. Seria a realização, esta sim utópica e romântica, do *trabalho que avilta e do tempo (fora do trabalho) que libera*. Esta concepção acaba desconsiderando a dimensão totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades. 6

6 Tratando do trabalho intelectual e artístico sob o capitalismo, Berman, talvez de maneira muito direta, mas por certo retendo o essencial, assim descreve os condicionantes presentes naquelas modalidades de trabalho: estes intelectuais "só escreverão livros, pintarão quadros, descobrirão leis físicas ou históricas, salvarão vidas, se alguém munido de capital estiver disposto a remunerá-los. Mas as pressões da sociedade burguesa são tão fortes que ninguém os remunerará sem o correspondente retorno - isto é, sem que o seu trabalho não colabore, de algum modo, para 'incrementar o capital'. Eles precisam 'vender peça por peça' a um empregador desejoso de lhes explorar os cérebros com vistas à obtenção de lucro. Eles precisam esquematizar-

Entendemos que a ação efetivamente capaz de possibilitar o salto para além do capital, será aquela que incorpore as reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, como a redução radical da jornada de trabalho e a busca do "tempo livre" sob o capitalismo, desde que esta ação esteja indissoluvelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho abstrato e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis. Este seria o ponto de partida para uma organização societária que caminhe para a realização do reino das necessidades (esfera onde o trabalho se insere) e deste para o reino da liberdade (esfera onde o trabalho deixa de ser determinado, como disse Marx, pela necessidade e pela utilidade exteriormente imposta) 7, condição para um projeto fundamentado na associação livre dos indivíduos tornados efetivamente sociais, momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano.

É por isso que quando o movimento de classe dos trabalhadores se restringe e se atém exclusivamente à luta pela redução da jornada de trabalho, configura-se uma ação extremamente defensiva e insuficiente. Limitada a si mesma,

se e apressar-se sob uma luz favoravelmente lucrativa; precisam competir (não raro de forma brutal e sem escrúpulos) pelo privilégio de serem comprados, apenas para poder prosseguir em seu trabalho. Assim que o trabalho é executado, eles se vêem, tal como qualquer outro trabalhador, separados do produto do seu esforço. Seus bens e serviços são postos à venda e são 'as vicissitudes da competição e as flutuações de mercado', mais do que qualquer intrínseca verdade, beleza ou valor... que determina seu destino." (Berman, 1987;113/114)

7 (Marx, 1974;942)

esta ação situa-se no interior da sociedade produtora de mercadorias. É imprescindível articular estas ações mais imediatas com um projeto global e alternativo de organização societária, fundamentado numa lógica onde a produção de valores de troca não encontre *nenhuma* possibilidade de se constituir no elemento estruturante.

A saída possível é, portanto, a "adoção generalizada e a utilização criativa do *tempo disponível* como o princípio orientador da reprodução societária...Do ponto de vista do trabalho, é perfeitamente possível divisar o tempo disponível como a condição que preenche algumas funções positivas vitais na vida/atividade dos produtores associados (finalidades que só ele pode preencher), uma vez que a unidade perdida entre necessidade e produção é reconstituída a um nível qualitativo superior a quanto já tenha existido no relacionamento histórico entre o "caracol e a sua concha" (o trabalhador e os meios de produção). (Mézáros, 1989; 38/39) O *tempo disponível*, do ponto de vista do trabalho voltado para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, propiciará a eliminação de todo o *trabalho excedente* acumulado pelo capital e voltado para a produção destrutiva de valores de troca. Desse modo, o *tempo disponível* controlado pelo trabalho e voltado para a produção de valores de uso - e tendo como consequência o resgate da dimensão *concreta* do trabalho e a dissolução da sua dimensão *abstrata* - poderá instaurar uma lógica societária radicalmente diferente da sociedade

produtora de mercadorias. E capaz de, uma vez mais, evidenciar o papel fundante do *trabalho criativo* - que suprime a distinção entre trabalho manual/trabalho intelectual que fundamenta a divisão social do trabalho sob o capital - e por isso capaz de se constituir em *protoforma* de uma atividade humana emancipada.

Segunda tese: enquanto criador de *valores de uso*, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar a eliminação da sociedade do trabalho *abstrato* - ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias - é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do *trabalho* como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, *protoforma* de uma atividade humana. Em outras palavras: uma coisa é conceber, com a *eliminação do capitalismo*, também o fim do *trabalho abstrato*, do *trabalho estranhado*; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do *trabalho concreto*, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. Uma vez que se conceba o trabalho desprovido desta sua *dupla* dimensão, resta identificá-lo como sinônimo de *trabalho abstrato*, *trabalho estranhado* e *fetichizado*. ⁸ A consequência que disto decorre é, então,

⁸ Dessa limitação analítica não escapa André Gorz: "No

na melhor das hipóteses, imaginar uma sociedade do *tempo livre*, com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho *estranhado* e *fetichizado*.

Esta *segunda tese* - um desdobramento da anterior - é, portanto, decorrência da desconsideração acerca do duplo caráter do trabalho, presente em muitos dos críticos da chamada sociedade do trabalho. Isto porque " O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana." (Marx, 1971; 50) ⁹

Nesta dimensão genérica, isso confere ao trabalho um significado essencial no universo da sociabilidade humana. Não é outro o sentido dado por Lukács: " Somente o trabalho tem em sua essência ontológica um declarado caráter intermediário: é em sua essência uma inter-relação entre o

sentido em que entendemos atualmente, o *trabalho* nem sempre existiu: apareceu com os capitalistas e os proletários." Desse entendimento decorre que " 'Trabalho' (que como se sabe, vem de *tripalium* - aparelho dotado de três estacas cujo acionamento torturava o operador - hoje em dia designa praticamente apenas uma atividade assalariada. Os termos 'trabalho' e 'emprego' tornaram-se equivalentes..." (Gorz, 1982; 9)

⁹ Esta concepção, essencial para Marx, reaparece quase literalmente no capítulo V de *O Capital*, onde discute o processo de trabalho. O que nos faz discordar de Agnes Heller, em texto do início dos anos 80, já marcado por uma nitida ruptura com o Lukács da maturidade, e também operando uma *releitura* de elementos fundamentais da formulação marxiana, ao atribuir à formulação de *O Capital* e seus estudos preparatórios a prevalência de um "paradigma da produção" que se diferencia do "paradigma do trabalho", este presente nos *Manuscritos de 44*. (Heller, 1981; 103/105)

homem (sociedade) e natureza, seja inorgânica (...) ou orgânica, inter-relação que ... antes de tudo distingue a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico àquele tornado social." (Lukács, 1981; 14)

O trabalho é, por isso, considerado como "modelo", "fenômeno originário", *protoforma* do ser social. (Idem, 14) O simples fato de que no trabalho se realiza uma posição teleológica, o configura como uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se desse modo um componente inseparável dos seres sociais. O que permite a Lukács afirmar que *a gênese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária e também o seu vir-a-ser, estão fundadas no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas.* (Lukács, 1981; 19 e 24)

Neste plano genérico, entendido enquanto *work*, como criador de coisas úteis, como auto-atividade humana, o trabalho tem um estatuto ontológico central na *praxis social*: "Com justa razão se pode designar o homem que trabalha... como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. (...) O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que ... ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. De modo que não apenas

e resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico. Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho... Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser 'não apenas meio de vida', mas 'o primeiro carecimento da vida', só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo." (Lukács, 1978; 5 e 16)

Aqui transparece uma vez mais a fragilidade maior dos críticos da sociedade do trabalho: a desconsideração da dimensão essencial do trabalho concreto como fundamento (na medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver. Em verdade, essa concepção fundamenta-se no reconhecimento e na aceitação de que o trabalho, regido pela lógica do capital e das mercadorias, é inevitável ou até mesmo ineliminável, do que resulta que o trabalho humano não pode converter-se numa verdadeira auto-atividade.

É importante reafirmar que o trabalho, entendido como *protoforma* da atividade humana, não poderá jamais ser

confundido como o momento único ou totalizante; ao contrário, o que aqui estamos procurando reter é que a esfera do trabalho concreto é *ponto de partida* sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade. O momento da omnilateralidade humana (que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc) transcende evidentemente em muito a esfera do trabalho (a realização das necessidades) mas deve encontrar neste plano a sua base de sustentação.

Neste sentido, a automação, a robótica, a microeletrônica, enfim, a chamada revolução tecnológica tem um evidente significado emancipador, desde que não seja regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, mas sim pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários. Na síntese oferecida por Mandel: "Marx opõe o potencial emancipador da automação e da robótica, sua capacidade de aumentar grandemente o tempo livre para o ser humano, que se refere ao tempo para o florescimento da personalidade humana em sua totalidade, frente às suas tendências opressivas sob o capitalismo." E acrescenta: "Numa sociedade de classes, a apropriação do sobreproduto social por uma minoria significa a possibilidade de ampliar o tempo livre somente para esta minoria, e conseqüentemente, a reprodução sempre mais ampliada da sociedade entre aqueles que administram e acumulam conhecimentos e aqueles que produzem sem ter acesso aos conhecimentos, ou com um acesso muito limitado aos

mesmos. Numa sociedade sem classes, a apropriação e o controle do sobreproduto social pelos produtores associados significará, ao contrário, uma redução radical do tempo de trabalho (do trabalho necessário) *para todos*, um aumento radical do tempo livre *para todos* e, portanto, a desapareição da divisão social do trabalho entre administradores e produtores, entre aqueles e aquelas que têm acesso a todos os conhecimentos e aqueles e aquelas que estão separados da maior parte do saber." (Mandel, 1986; 17/18)

Os críticos da sociedade do trabalho, com honrosas exceções, "constatam empiricamente" a perda de relevância do trabalho *abstrato* na sociedade moderna, convertida em sociedade "pós-industrial" e de "serviços" e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, o "fim da utopia da sociedade do trabalho" em seu sentido amplo e genérico. 10 Procuramos aqui indicar, no contraponto que estamos sugerindo, que estas formulações padecem de enormes limitações (que resultam em grande

10 Embora próximo de Habermas e Gorz, naquilo que diz respeito à perda da centralidade do mundo do trabalho na sociedade contemporânea, Robert Kurz tem frente à eles uma significativa diferença, na medida em que enfatiza, como mostramos anteriormente, o fim da sociedade do trabalho *abstrato*. (Kurz, 1992) Para Offe "... pode-se falar de uma crise da sociedade do trabalho na medida em que se acumulam indícios de que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais. (...) a qualidade do trabalhador torna-se imprópria para a fundamentação da identidade - e assim também para o enquadramento sociológico uniforme dos interesses e da consciência - daqueles que *são* trabalhadores." (Offe, 1989; 7/8) Neste caso, o universo conceitual é muito diferente daquele utilizado por Robert Kurz.

medida do abandono de categorias analíticas de origem marxiana), de que é o maior exemplo a desconsideração da dupla dimensão presente no trabalho (enquanto *work* e *labour*, enquanto trabalho *concreto* e trabalho *abstrato*). Quando a defesa da sociedade do mercado e do capital não é claramente explicitada nestas formulações, resta a proposição utópica e romântica do *tempo livre* no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma *vida absolutamente sem sentido* no trabalho e *cheia de sentido fora dele*. Ou, repetindo o que dissemos anteriormente, tentando compatibilizar *trabalho aviltado* com *tempo liberado*. 11

Terceira tese: embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam *centralmente* no mundo do trabalho; um processo de emancipação *simultaneamente do trabalho e pelo trabalho*. Esta não *exclui nem suprime* outras formas de rebeldia e contestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho têm

11 Ou, de acordo com uma formula *híbrida*, no limite também subordinada à lógica dada pela racionalidade econômica do capital, onde o "socialismo deve ser concebido como uma ligação da racionalidade capitalista dentro de uma estrutura democraticamente planejada, que deve servir para alcançar certos objetivos democraticamente determinados..." (Gorz, 1990; 46)

estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, os trabalhadores "terceirizados", os trabalhadores do mercado informal, os "trabalhadores domésticos", os desempregados, os subempregados etc, que padecem enormemente da desmontagem social operada pelo capitalismo em sua lógica destrutiva, podem (e devem) somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando enquanto *classe*, constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade *anticapitalista*.

Numa síntese: a luta da *classe-que-vive-do-trabalho* é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias. Outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido. Mas, quando o *eixo* é a *resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias*, o centro desta ação só poderá ganhar *radicalidade* em se desenvolvendo e se ampliando no interior das classes trabalhadoras, ainda que reconhecendo que esta empreitada é muito mais complexa e difícil que no passado, quando a sua fragmentação e heterogeneidade não tinham a intensidade encontrada no período recente.

O elemento central que sustenta nossa formulação é,

portanto, a reafirmação da vigência do sistema produtor de mercadorias em escala global: por isso, como diz Mészáros, a "compreensão do desenvolvimento e da auto-reprodução do modo de produção capitalista é completamente impossível sem o conceito de capital social *total*, que por si só é capaz de explicar muitos mistérios da 'commodity society' - desde a 'taxa média de lucro' até as leis que governam a expansão e concentração do capital. Do mesmo modo, é completamente impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho, tanto nacionalmente diferenciado como socialmente estratificado, sem que se tenha presente o necessário quadro analítico apropriado: a saber, o irreconciliável antagonismo entre o capital social *total* e a *totalidade* do trabalho.

Este antagonismo fundamental, desnecessário dizer, é inevitavelmente modificado em função de:

- a) circunstâncias sócio-econômicas locais;
- b) posição relativa de cada país na estrutura global da produção de capital;
- c) maturidade relativa do desenvolvimento sócio-histórico global." (Mészáros, 1987; 51/52) 12

12 Essa intensificação das contradições sociais é apontada também por Octávio Ianni, quando afirma "... que sob o capitalismo global as contradições sociais globalizam-se, isto é, generalizam-se mais do que nunca. Desdobram-se seus componentes sociais, econômicos, políticos e culturais pelos quatro cantos do mundo. O que era desenvolvimento desigual e combinado no âmbito de cada sociedade nacional e no de cada sistema imperialista, sob o capitalismo mundial universaliza-se. As desigualdades, tensões e contradições generalizam-se em âmbito regional, nacional, continental e mundial, compreendendo classes sociais, grupos étnicos, minorias, culturas, religiões e outras expressões do caleidoscópio global. As mais diferentes manifestações de

Portanto, ainda que resultando de uma atividade laborativa heterogênea, socialmente combinada e globalmente articulada, a *totalidade do trabalho* cumpre papel central no processo de criação de valores de troca. Se a este elemento central adicionarmos outros pólos de contradição decorrentes do próprio processo de produção do capital - como os enormes contingentes de desempregados, que resultam das explosivas taxas de desemprego estrutural vigentes em escala global - encontraremos neste universo, *dado pelo conjunto dos seres sociais que dependem da venda da sua força de trabalho*, grande parte das possibilidades de ação *para além do capital*. Por isso, não concordamos com as teses que propugnam o desaparecimento das ações de classe, bem como a perda da sua potencialidade anticapitalista. A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução *no e do trabalho*. É uma revolução *no trabalho* na medida em que deve necessariamente *abolir* o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado. Mas é também uma revolução *do trabalho*, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora o *sujeito*

diversidade são transformadas em desigualdades, marcas, estigmas, formas de alienação, condições de protesto, base das lutas pela emancipação... Assim, a questão social que alguns setores de países dominantes imaginavam superada, ressurgiu com outros dados, outras cores, novos significados." (Ianni, Octavio, 1992; 143/144)

coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador.

Quarta tese: essa heterogeneização, complexificação e fragmentação da *classe- que- vive- do- trabalho* não caminha no sentido da sua extinção; ao contrário de um *adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora*, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece, de um lado, a possibilidade da emancipação *do e pelo* trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana. De outro lado, coloca-se um desafio enorme, dado pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação, representados por aqueles que se beneficiaram com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, "terceirizado", participantes da "economia informal", da *subclasse* dos trabalhadores. Não cremos que esta heterogeneidade *impossibilite* uma atuação conjunta destes segmentos sociais enquanto *classe*, ainda que a aproximação, articulação e unificação destes estratos que compõem a classe trabalhadora sejam, não é demais repetir, um desafio de muito maior envergadura do que aquele imaginado pela esquerda socialista. 13

13 A este respeito ver as considerações de Mészáros acerca da fragmentação do trabalho em decorrência da divisão social do trabalho sob o capital, em "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", particularmente o item *The Division of Labor*. (Mészáros, 1987; 99/101)

Do enunciado acima decorre outra questão instigante e de enorme importância: nos embates desencadeados pelos trabalhadores e aqueles socialmente excluídos, que o mundo tem presenciado e que são dotados de alguma dimensão anticapitalista, é possível detectar maior *potencialidade* e mesmo *centralidade* nos estratos mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles que vivenciam uma situação mais "estável" e conseqüentemente maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, o pólo mais fértil da ação anticapitalista encontra-se exatamente naqueles segmentos sociais mais excluídos, nos estratos mais subproletarizados?

Não cremos que esta questão possa ser hoje plenamente respondida. As metamorfoses foram (e estão sendo) de tal intensidade que qualquer resposta seria prematura. O que nos parece mais evidente é enfatizar, desde logo, a necessidade imperiosa de que estes segmentos que compõem a heterogênea classe trabalhadora aceitem o desafio de buscar os mecanismos necessários, capazes de possibilitar a confluência e aglutinação *de classe*, contra todas as tendências à individualização das relações de trabalho, à exacerbação do neocorporativismo, ao acirramento das contradições no interior do mundo do trabalho etc.

É possível, entretanto, fazer uma segunda consideração sobre esta questão acima: aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram junto com o avanço tecnológico, pelo papel central que

exercem no processo de criação de valores de troca, poderiam estar dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade anticapitalista. 14 Mas, contraditoriamente, estes setores mais qualificados são exatamente aqueles que têm vivenciado, subjetivamente, maior envolvimento "integracionista" por parte do capital, da qual a tentativa de manipulação elaborada pelo *toyotismo* é a melhor expressão, ou têm sido responsáveis, muitas vezes, por ações que se pautam por concepções de inspiração *neocorporativa*.

Em contrapartida, o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários etc, que denominamos *subproletariado*, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo exclusão) do processo de criação de valores teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, *uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder* no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia. As recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas avançados, mesclam elementos destes dois pólos da "sociedade

14 Serge Mallet, há duas décadas atrás, desenvolveu a tese de que, por encontrar-se no centro do complexo produtivo mais avançado, a *nova classe operária* seria levada a apreender antes que os segmentos tradicionais da classe trabalhadora, os pólos de contradição do sistema. (Mallet, 1973; 29)

dual". Por isso entendemos que a superação do capital somente poderá resultar de uma empreitada que *aglutine e articule o conjunto dos segmentos que compreendem a classe-que-vive-do-trabalho*.

O não reconhecimento deste ponto constitui, em nosso entendimento, outro equívoco de Gorz. Sua ênfase em ver no universo da *não-classe dos não-trabalhadores* o pólo potencialmente capaz de transformar a sociedade tem, por um lado, o mérito de localizar neste segmento social potencialidades anticapitalistas. Mas tem como contraponto negativo o fato de conceber os trabalhadores produtivos como quase irreversivelmente *integrados* à ordem do capital, perdendo a possibilidade de vê-los enquanto sujeitos capazes de lutar por uma vida emancipada. Esta caracterização padece também do equívoco conceitual de denominar como *não-classe dos não-trabalhadores* um segmento importante e crescente da *classe trabalhadora*.¹⁵ Pelo que desenvolvemos anteriormente a *heterogeneidade, fragmentação e complexificação* efetivam-se no interior do mundo do

¹⁵ Para André Gorz, a *não-classe dos não-trabalhadores* "é portadora do futuro: a abolição do trabalho não tem outro sujeito social possível que não essa não-classe." Ou, conforme outra passagem: "O reino da liberdade não resultará jamais dos processos materiais: só pode ser instaurado pelo ato fundador da liberdade que, reivindicando-se como subjetividade absoluta, toma a si mesma como fim supremo de cada indivíduo. Apenas a não-classe dos não-produtores é capaz desse ato fundador: pois apenas ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes." (Gorz, 1982; 16 e 93) Para quem escreveu um capítulo sobre "o proletariado segundo São Marx", as citações que fizemos dão também uma amostra de que Gorz não pautou-se pela modéstia religiosa.

trabalho, nele incluído desde os trabalhadores produtivos, "estáveis", até o conjunto dos trabalhadores precários, daqueles que vivenciam o desemprego estrutural etc. É este conjunto de segmentos, que dependem da venda da sua força de trabalho, que configura a *totalidade do trabalho social*, a classe trabalhadora e o mundo do trabalho.

Quinta tese: o capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, da experiência sueca à japonesa, da alemã à norte-americana, como pudemos indicar anteriormente, não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do *estranhamento* mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se *minimizou* a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do "envolvimento manipulatório" da era do toyotismo ou do modelo japonês. Se o *estranhamento* é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do *estranhamento*, na medida em que este desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas, ao contrário, "pode desfigurar, aviltar etc, a personalidade humana"... Isto porque, ao

mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar "diretamente um crescimento da capacidade humana", pode também "neste processo sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)." (Lukács, 1981; 562)

A presença do "Terceiro Mundo" no coração do "Primeiro Mundo", através da brutal exclusão social, das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado *exclusivamente* para a criação de valores de troca, são apenas alguns dos exemplos mais gritantes e diretos das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e dotada de dimensão emancipada para o ser social que trabalha. Evidencia-se, portanto, que o *estranhamento* é um fenômeno *exclusivamente histórico-social*, que em cada momento da história se apresenta de formas sempre diversas, e que por isso não pode ser jamais considerada como uma *condition humaine*, como um traço natural do ser social. (Lukács; 1981; 559) Nas palavras do filósofo húngaro: "... não existe um *estranhamento* como categoria geral ou, tanto menos, supra-histórica, antropológica. O *estranhamento* tem sempre características histórico-sociais, em cada formação e em cada período aparece *ex novo*, posto em marcha pelas forças sociais realmente operantes." (Lukács, 1981; 585)

No que diz respeito ao *estranhamento* no mundo da produção, ao *estranhamento econômico*. ao processo de fetichização do trabalho e da sua consciência, mantêm-se a

enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa. Esse *estranhamento* permanece também no próprio processo laborativo, em maior ou menor intensidade. A *desidentidade* entre o *indivíduo* que trabalha e a sua dimensão de *gênero humano* também não foi eliminada. Mais do que isso, as diversas manifestações de *estranhamento* atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do *consumo*, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do *tempo livre*, em boa medida, *um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias*. O *ser social* que trabalha deve somente ter o *necessário para viver*, mas deve ser constante induzido a *querer viver para ter ou sonhar com novos produtos*.

Paralelamente a esta *indução* para o consumo, opera-se em verdade, uma enorme *redução* das necessidades, na medida em que a "forma de expressão mais significativa do empobrecimento das necessidades é sua *redução* e *homogeneização*". Ambas caracterizam tanto as classes dominantes como a classe trabalhadora, porém *de modo desigual*... Para as classes dominantes esse ter é *possessão* efetiva... A necessidade de *ter* do trabalhador, pelo contrário, diz respeito à sua mera sobrevivência: vive para manter-se... O trabalhador deve privar-se de toda necessidade para poder satisfazer uma só, manter-se vivo." (Heller, 1978:64/65)

De modo que, ao contrário daqueles que defendem a perda

de sentido e de significado do fenômeno social do *estranhamento*, quando se pensa na subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho* na sociedade contemporânea, cremos, como esperamos ter indicado anteriormente, que as mudanças em curso no processo de trabalho, apesar de algumas alterações *epidérmicas*, não eliminaram os condicionantes básicos deste fenômeno social, o que faz com que as ações desencadeadas no mundo do trabalho, contra as diversas manifestações do *estranhamento*, tenham ainda enorme relevância no universo da sociabilidade contemporânea.

Portanto, para concluir este texto, é necessário assinalar que, ao contrário das formulações que preconizam o fim das lutas sociais entre as classes, é possível reconhecer a persistência dos antagonismos entre o *capital social total* e a *totalidade do trabalho*, ainda que particularizados pelos inúmeros elementos que caracterizam a região, país, economia, sociedade, cultura, gênero, sua inserção na estrutura produtiva global etc. Dado o caráter mundializado e globalizado do capital, torna-se necessário apreender também as particularidades e singularidades presentes nos confrontos entre as classes sociais, tanto nos países avançados, quanto naqueles que não estão diretamente no centro do sistema - e da qual fazem parte uma gama significativa de países intermediários e industrializados, como o Brasil. Isso se configura como um projeto de pesquisa de longa duração, da qual este ensaio, onde procuramos apreender algumas tendências e metamorfoses

em curso no mundo do trabalho em escala global, é um primeiro resultado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNUNZIATO, Frank. (1989) "Il Fordismo nella Critica di Gramsci e nella Realtà Statunitense Contemporanea", *Critica Marxista*, n. 6, 1989, Itália.

BERGGREN, Christian. (1989) "New Production Concepts in Final Assembly - The Swedish Experience". in Wood, S., *The Transformation of Work*, Unwin Hyman Ltda, Londres.

BERMAN, M. (1987) *Tudo que é Solido Desmancha no Ar (A Aventura da Modernidade)*, Cia. das Letras, S.P.

BERNARDO, João. (1987) *Capital, Sindicatos, Gestores*, Ed. Vértice, S.P.

BIHR, Alain. (1990) "Le Prolétariat Dans Tous Ses Éclats", *Le Monde Diplomatique* (xerox).

_____. (1991) *Du "Grand Soir" a L'Alternative* (*Le Mouvement Ouvrier Européen en Crise*), Les Editions Ouvrières, 1991, Paris.

BORDOGNA, L. (1988) "Arcipelago Cobas: Frammentazione della Rappresentanza e Conflitti di Lavoro", *Politica in Italia*, Ed. Mulino, Bologna, Itália.

CLARKE, Simon. (1991) "Crise do Fordismo ou Crise da Socialdemocracia?", *Lua Nova*, n. 24, Cedec, S.P.

CORIAT, Benjamin. (1992a) *El Taller y el Robot (Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Massa en la Era de la Electrónica)*, Siglo XXI, México/Espanha.

_____. (1992b) *Pensar al Revés (Trabajo y Organización en la Empresa Japonesa)*, Siglo XXI, México/Espanha.

El País (1993) *La Última Trincheira*, Ano IX, n. 378, 24/01/93, Espanha.

FREEMAN, Richard. (1986) "Pueden Sobrevivir Los Sindicatos en la Sociedade Pos-industrial", *Simpósio Internacional sobre las Perspectivas Futuras del Sindicalismo*, dezembro de 1986 (mimeo).

FREYSSINET, Jacques. (1993) "Syndicalismes en Europe", *Le Mouvement Social*, n. 162, março/93, Editions Ouvrières, França.

FREYSSINET, Michel. (1989) "A Divisão Capitalista do Trabalho", *Tempo Social, Dossiê* organizado por Hirata, H. USP, Vol. I. n. 2, SP.

GORZ, Andre. (1982) *Adeus ao Proletariado*, Forense, R.J.

_____. (1990) "The New Agenda", *New Left Review*, n. 184, Londres.

_____. (1990a) "Pourquoi La Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valets", *Le Monde Diplomatique*, 22/junho/1990.

_____. (1990b) "O Futuro da Classe Operária", *Revista Internacional, Quinzena*, n. 101, 16 de setembro de 1990, CPV, S.P.

GOUNET, Thomas. (1991) "Luttes Concurrentielles et Stratégies D'accumulation dans L'industrie Automobile", *Etudes Marxistes*, n. 10, maio de 1991, Bélgica.

_____. (1992) "Penser À L'envers...Le Capitalisme", *Dossier Toyotisme, Etudes Marxistes*, n. 14, maio de 1992, Bélgica.

GRAMSCI, A. (1976) "Americanismo e Fordismo", em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Civilização Brasileira, R.J.

HABERMAS, J. (1987) "A Nova Intransparência", *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, setembro de 1987, S.P.

HARVEY, David. (1992) *A Condição Pós-Moderna*, Ed. Loyola, São Paulo.

HELLER, A. (1977) *Sociologia de la Vida Cotidiana*, Ed. Península, Espanha.

_____ (1978) *Teoria de las Necesidades en Marx*, Ed. Península, Espanha.

_____ (1981) "Paradigma della Produzione e Paradigma del Lavoro", *Critica Marxista*, n. 4, E. Riuniti, Roma.

_____ (1982) *La Revolución de la Vida Cotidiana*, Ediciones Península, Barcelona.

HIRATA, Helena. (1986) "Trabalho, Família e Relações Homem/Mulher: Reflexões a partir do Caso Japonês", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, vol. 1, Outubro/86, S.P.

IANNI, Octávio. (1992) *A Sociedade Global*, Ed. Civ. Brasileira, R. J.

KELLY, J. (1987) *Labour and Trade Unions*, Verso, Londres/Nova Iorque.

KURZ, Robert. (1992) *O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial)*, Paz e Terra, S.P.

LOJKINE, Jean.(1990) *A Classe Operária em Mutações*, Oficina de Livros, SP.

LUKACS,G. (1978) "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem", *Temas de Ciências Humanas*, n. 4, Ed. Ciências Humanas, S.P.

_____ (1981) *Ontologia Dell'Essere Sociale II*, Volumes 1 e 2, Ed. Riuniti, Roma.

MALLET, S. (1973) *The New Working Class*, Spokesman Books, England.

MANDEL, Ernest. (1986) "Marx, La Crise Actuelle et L'Avenir du Travail Humain", *Quatrième Internationale*, n. 20, maio de 1986.(Tradução para o português de José Almeida de Souza Jr., xerox)

MARX, Karl. (1971) *O Capital*, Livro I, Volume 1, Civilização Brasileira, R.J.

_____. (1972) *Elementos Fundamentales para la Crítica*

de la Economía Política (Grundrisse) 1857-58, Vol. II, Siglo XXI Editores, México.

_____. (1974) *O Capital*, Livro III, Volume 6, Civ. Brasileira, R.J.

_____. (1975) *O Capital*, Livro I, Volume 2, Civ. Brasileira, R. J.

_____. (1978) *Capítulo VI (Inédito)*, Ed. Ciências Humanas, SP.

MESZAROS, István. (1982) "Il Rinnovamento del Marxismo e L'Attualità Storica Dell'Ofensiva Socialista", *Problemi del Socialismo*, n. 23, Milano.

_____. (1987) "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", *Monthly Review*, vol. 39/3, jul/agosto/87, Nova Iorque.

_____. (1987) *A Necessidade do Controle Social*, Ensaio, S.P.

_____. (1989) *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, Ensaio, S.P.

_____. (1993) "Marxism Today: An Interview with István Mészáros", *Monthly Review*, vol. 44/ 11, abril/1993, Nova Iorque.

MURRAY, Fergus. (1983) "The Descentralisation of Production- The Decline of the Mass-Collective Worker?", *Capital & Class*, n. 19, Londres.

OCDE, *Rapport Annuel* (1992), capítulo 4, (xerox).

OFFE, C. (1989) "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?", *Trabalho & Sociedade*, Vol. I, Tempo Brasileiro, R.J.

OFFE, Claus e BERGER, Johannes. (1991) "A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços", *OFFE, C., Trabalho & Sociedade*, Vol II, Tempo Brasileiro, R.J.

OLIVEIRA, Francisco. (1988) "O Surgimento do Anti-Valor", *Novos Estudos Cebrap*, 22, out/1988, S.P.

_____, _____ (1992) "A Economia Política da Social-Democracia", *Revista da USP*, 136, S.P.

POLLERT, Anna. (1988) "Dismantling Flexibility", *Capital and Class*, n. 32, Londres.

RODRIGUES, Leôncio M. (1993a) "A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo", *Folha de S. Paulo*, 22/3/93 e (1993b) "A Sindicalização da Classe Média", *Folha de S. Paulo*, 24/5/93.

SABEL, C, e PIORE, M. (1984) *The Second Industrial Divide*, Basic Books, Nova York.

SCHAFF, Adam. (1990) *A Sociedade Informática*, Editora Brasiliense/Unesp, S.P.

STUPPINI, Andrea. (1991) "Chi Sono e che Cosa Vogliono i Nuovi Operai", *Dossier "La Condizione Operaia Oggi"*, *Mondo Operaio*, n. 2, Anno 44, maio/1991, Roma.

TOURAINÉ, A. (1989) "Os Novos Conflitos Sociais", *Lua Nova*, n. 17, junho/89, Marco Zero, S.P.

VISSER, Jelle. (1993) "Syndicalisme et Désyndicalisation", *Le Mouvement Social*, n. 162, jan/março/1993, Editions Ouvrières, França.

WATANABE, Ben. (1993a) "Toyotismo: Um Novo Padrão Mundial de Produção?", em *Revista dos Metalúrgicos*, dezembro de 1993, CUT/CNM, S.P.

_____. (1993b) "Karoshi, Made in Japan", *Quinzena*, n. 167, CPV, 15 de agosto de 1993, S.P.

O NOVO SINDICALISMO

Ricardo Antunes

O NOVO SINDICALISMO
1991 © Ricardo Antunes

1ª edição: agosto de 1991
SCRITTA OFICINA EDITORIAL LTDA

Todos os direitos reservados. Nenhuma
parte deste livro pode ser reproduzida,
sob qualquer forma, sem prévia autorização
dos editores.

ISBN 85-85406-02-X

Editora Brasil Urgente
R. Mele Palheta, 57
05002 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 864-5527 • 872-7943 • 65-7516
Telefax: (011) 864-9320

Primeira Parte

UM BALANÇO DO NOVO (E DO VELHO) SINDICALISMO

ÍNDICE

Introdução.....	11
As principais tendências do movimento grevista.....	13
A forma de ser das greves	15
As greves com ocupação de fábricas	23
Os significados essenciais do movimento grevista.....	27
O nascimento das centrais sindicais	41
A criação da Central Única dos Trabalhadores.....	43
Os contornos da CUT: gênese e ideário	49
A CGT e seus desdobramentos	59
O sindicalismo do resultados e a Força Sindical	65
O interregno institucional.....	71
Mudança e conservação na Constituição de 1988	73
Esboçando conclusões.....	77
Teses e idéias para o sindicalismo brasileiro	79

INTRODUÇÃO

Os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988 etc., só para mencionarmos, no universo do mundo do trabalho e, em especial, no âmbito sindical, as diversas alterações vivenciadas. Quadro interessante, especialmente quando se contrapõe às alterações que têm ocorrido na contextualidade do capitalismo avançado e que muito rapidamente têm penetrado no Terceiro Mundo industrializado: mudanças do padrão de trabalho estabelecido pelo cronômetro taylorista e pela produção em série fordista, criação de novas formas de gestão da força de trabalho, desconcentração da produção, flexibilização dos processos de produção, desregulação dos direitos sociais do trabalho, diminuição do contingente fabril, diminu-

ição das taxas de sindicalização, predomínio de políticas defensivas etc., tendências estas mais ou menos presentes, embrionárias ou em curso avançado, que têm conformado o mundo do trabalho nas sociedades onde vigora o capital avançado e monopólico. Trata-se, pois, de uma década crucial — a mais crítica, até o presente, deste século que ainda não se encerrou — onde várias transformações agudas, no mundo da materialidade e da subjetividade do trabalho, da sua forma de ser e de seus organismos de representação, podem questionar alguns elementos centrais, até há pouco vigentes.

Embora tentado a discorrer um pouco mais sobre as transformações em curso nos países capitalistas avançados (isto nos alongaria demasiadamente)¹, neste ensaio pretendemos oferecer alguns elementos centrais explicativos que conformam a particularidade sindical dos anos oitenta, oferecendo elementos analíticos que propiciem uma discussão sobre os avanços e as vicissitudes da ação sindical em nosso país. Não é — nem pretende ser — um texto conclusivo; pretende, ao contrário, o afloramento de aspectos e dimensões que, em nosso entendimento, são pontos relevantes do complexo sindical brasileiro.

1. Dentre significativo material sobre as transformações em curso no mundo do trabalho e no sindicalismo avançado o leitor poderá consultar Ernest Mandel, *Marx La Crise Actuelle et L'avenir du Travail* (Quadrièrre Internacionais nº 20, maio de 1986, França); Benjamin Coriat, *A Revolução dos Robôs*, Ed. Busca vida, 1989; Jean Lojkin, *A Classe Operária em Mutações*, Ed. Oficina de Livros, 1990; Adam Schaff, *A Sociedade Informática*, Ed. Brasiliense/Unesp e István e Mészáros, *The Division of Labor and the Post-Capitalist State*, *Monthly Review*, julho-agosto de 1987, vol. 30,3.

AS PRINCIPAIS
TENDÊNCIAS DO
MOVIMENTO
GREVISTA

A FORMA DE SER DAS GREVES

Os anos oitenta iniciaram-se num quadro de refluxo do movimento grevista, refluxo este que marcou os três primeiros anos desta década (1980/82). Lembre-se que o ressurgimento do movimento grevista, a partir do ABC paulista, adquiriu, no biênio 1978/79, uma dimensão decisiva. A luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. Era o reemergir do trabalho na cena social e política¹. Superava-se, então, a fase inicial de resistência operária dos anos setenta e abria-se caminho para ações mais generalizantes. Se em 1978 pode-se falar em meio milhão de trabalhadores em greve, no ano seguinte este *quantum* atinge a soma de 3.241.500 trabalhadores (DIEESE, *Balanço Anual, Greves*, setembro de 1980, p.18). Em 1980, entretanto, ocorreu uma redução significativa, para cerca de 800 mil grevistas. Este refluxo deveu-se basicamente às se-

1. Pudemos expor longamente estas idéias em *A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista 1978/80)*, Ed. da Unicamp, SP.

guintes causalidades: a derrota da greve de 41 dias no ABC paulista, no início de 1980, quebrando aquele que então se colocava como pólo mais avançado das lutas sindicais em nosso país. A acentuação do quadro recessivo no início do ano, jogando a ação dos trabalhadores para o universo da preservação do emprego, também acrescentou um elemento de defensividade à ação sindical. E, é bom lembrar, em novembro de 1979 foi introduzida a então designada “nova política salarial”, que objetivava conter e refluir o movimento reivindicatório. Esta “nova política salarial” introduziu a semestralidade nos reajustes do salário, criou a sistemática do INPC para a correção salarial, estabeleceu faixas salariais diferenciadas e possibilitou a negociação direta, à título de produtividade. Essa política pretendia gerar um descolamento entre o *novo sindicalismo* emergente e a sua base social composta por amplos contingentes assalariados. Nas palavras de Murilo Macedo, então ministro do Trabalho: “o trabalhador deixará de se preocupar com o aumento salarial, pois este passará a vir automaticamente, com o desgaste financeiro” (FSP, 29/09/79).

Tudo isso fez com que, no início dos anos oitenta, houvesse um nítido refluxo, tendência que somente se alterou a partir de 1983 (ver tabela na p. 17).

É interessante ressaltar que, embora predominem, no período 1978/86, as greves deflagradas pela operariado industrial (quase 50% do total), houve um incremento significativo das greves deflagradas pelos trabalhadores de base em serviços (16,9 %).²

2. Utilizamos-nos aqui — e nas referências que se seguem — do capítulo II (Relações trabalhistas) do *Brasil 1986 — Relatório sobre a situação social do país*, do NEPP da Unicamp, pp 50/59. Trata-se de significativo levantamento empírico das greves nos anos oitenta, coordenado por Eduardo Noreña.

Número de Greves por Grupos de Atividades Brasil, Região Urbana, 1978/86										
	78	79	80	81	82	83	84	85	86	Total
TI	84	77	43	41	73	189	317	246	534	1604
TCC	8	20	19	7	4	10	18	23	45	154
ACM	8	55	43	48	31	85	84	211	237	802
TBS	13	50	21	20	25	47	62	125	187	550
OUTROS	5	44	18	34	11	16	11	14	1	154
TOTAL	118	246	144	150	144	347	492	619	1004	3264

Fonte: NEEP/Unicamp — *Brasil 1986*

TI: Trabalhadores da Indústria.

TCC: Trabalhadores da Construção Civil.

ACM: Trabalhadores da Classe Média.

TBS: Trabalhadores de Serviço.

Dentro das greves industriais, destaca-se a presença metalúrgica (com 34,8% do total ou 70,9% das greves industriais), seguida dos químicos (6,7% do total). É necessário ressaltar que a maior ocorrência de greves na indústria foi, entretanto, suplantada pelo maior número de jornadas não trabalhadas junto aos assalariados médios, onde as greves têm sido marcadas por maior longevidade, além de abrangerem um amplo leque que compreende médicos, professores, funcionários públicos etc.

Outra tendência importante é aquela que se refere ao aumento das greves por empresas, em oposição às greves gerais por categorias. A partir de 1980, aumentou o número de paralisações por empresas, chegando a representar 75,5% do total das greves desencadeadas em 1984 e 60,8% em 1985. Veja-se que as paralisações por empresas inserem-se num contexto em que começava a ganhar corpo, no seio do movimento sindical brasileiro sediado em São Paulo, a tendência presentemente denominada "sindicalismo

de resultados" — de que trataremos mais adiante — que tinha como eixo de sua ação reivindicatória a greve por empresa, recurso que a possibilitava recusar as ações fundadas numa política de confronto nos moldes das greves metalúrgicas do ABC, entre 1978 e 1980. A greve por empresa adequava-se também ao momento ainda de relativo refluxo e de tentativa de retomada do movimento grevista.

Um experiência importante deu-se durante a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC paulista, em abril de 1985, a chamada Operação Vaca Brava, que tinha como eixo a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial. O movimento reivindicava, ainda, reajuste integral com base no INPC para todas as faixas salariais, aumento real, reajuste trimestral, salário profissional, escala de carreira única em todas as empresas. A greve foi decidida em assembleia, sendo que a de São Bernardo contou com 30 mil trabalhadores. Esse movimento desencadeava uma ação que era imprevisível para o patronato, variando de empresa para empresa. De greve fora da fábrica à greve na fábrica, de operação-tartaruga a greves pipocas por seção, múltiplas foram as formas de ser da Operação Vaca Brava — "aquela que não se sabe o que ela vai fazer."

A segunda metade dos anos oitenta manteve do mesmo modo, e até intensificou, o ímpeto grevista. Tomando-se outra fonte, que abarca o conjunto do movimento grevista, urbano e rural, tem-se a seguinte tendência:

Embora o número de greves tenha encontrado seu maior índice em 1987, com um total de 2.259 paralisações, o ápice do movimento grevista, (ver tabela na p. 19) ocorreu em 1988, quando houve a perda de 63,5 milhões de jornadas de trabalho, um volume superior aos anos anteriores. A longevidade das greves — que

Greves					
	1985	1986	1987	1988	1989*
Nº de greves	843	1.493	2.259	1.914	387
Dias parados	4.635	7.842	18.291	17.883	3.474
Contingente paralisado	6.635.183	7.147.020	8.303.115	7.137.035	620.148
Jornadas de trabalho perdidas**	48.812.484	32.188.679	58.956.510	63.495.190	5.879.954
Média de dias parados	7.3	4.5	7.1	8.9	9.7
* Os dados de 1989 são relativos aos meses de janeiro e fevereiro ** Número de trabalhadores parados vezes a média de dias em greve.					

Fonte: Comissão de Estatísticas Básicas da área do Trabalho e da Assessoria Econômica do Ministério do Trabalho (*Folha de S. Paulo*, 16/04/89). Utilizamos estes dados como indicativos das tendências grevistas na segunda metade dos anos oitenta.⁹

possibilitou este índice maior de perdas de jornadas de trabalho — foi de 8,9 dias em 1988, contra 7,1 em 1987 (*Folha de S. Paulo*, 16/04/89).

Vale lembrar também que, em 1988, o contingente do funcionalismo público foi responsável pela perda de 46 milhões de jornadas de trabalho, 65,2% a mais que em 1987, quando a perda foi de 30,2 milhões. No conjunto das paralisações, o funcionalismo público foi responsável por 72,5% do total das jornadas perdidas em 1988 e 50,8% em 1987.

3. Um segundo *Relatório* do NEPP, publicado posteriormente e que traz dados até 1987, oferece uma tendência um pouco diferente (embora seus dados atenham-se sempre à Região Urbana): Em 1987, o número de greves atingiu seu recorde (2.193), bem como o de jornadas não-trabalhadas (132 milhões). Foi portanto, o ano de mais intenso conflito trabalhista, desde o reinício das greves em 1978. A ocorrência de greves longas resultou em uma das mais altas médias de dias parados (8,2 dias), só inferior à de 1981 (8,8 dias)..." (*Brasil 1987*, NEPP-Unicamp. p. 113).

O operariado industrial, em 1988, foi responsável pela perda de quase 5 milhões de jornadas de trabalho, enquanto que no ano anterior, atingiu a casa dos 8,3 milhões de jornadas perdidas. Em 1987, o contingente ligado à educação foi responsável pela perda de 10,5 milhões de jornadas de trabalho. Os dados referentes à 1989 mantêm esta tendência: ocorreu um percentual de quase 30% superior ao mesmo período do ano anterior.

Nesta década ocorreram também greves gerais por categoria, que tiveram enorme importância, onde o maior destaque é para a greve nacional dos bancários, desencadeada entre 11 e 13 de setembro de 1989 e que atingiu uma dimensão nacional; durante três dias a paralisação atingiu 700 mil trabalhadores e aproximadamente 30 mil estabelecimentos bancários. Esta paralisação objetivava um reajuste salarial com base no INPC integral sobre o salário de março, incorporação ao salário da antecipação de 25%, concedida em julho, 10% de produtividade, reajuste trimestral, fim do trabalho gratuito, estabilidade por um ano e comissão sindical nos bancos, entre outras reivindicações. Teve um Comando Geral Nacional e constituiu-se numa das mais importantes paralisações nacionais, por categoria, dos anos oitenta (*Boletim DIEESE*, ano IV, outubro de 1985).

Outra categoria que realizou greves nacionais foi a dos professores universitários do ensino público superior que, através da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), paralisaram por diversas oportunidades as atividades docentes, como foi o caso da greve de aproximadamente um mês, que atingiu cerca de 45 mil trabalhadores, entre docentes e funcionários das universidades federais, entre maio e junho de 1985 e que contou também com a participa-

ção da FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras). Esta greve reivindicava reposição salarial de 64,8% a partir de janeiro, reajuste semestral de 100% do INPC a partir de julho, piso salarial de três salários mínimos, equiparação salarial com os professores universitários das fundações, entre outras (*Boletim do DIEESE*). Houve greves por categoria desencadeadas também pelos portuários, marítimos, médicos, professores secundários, trabalhadores rurais "bóias-frias", funcionários da Previdência Social, entre outras.

Os anos oitenta marcaram, também, o ressurgimento das greves gerais que procuravam assumir dimensão nacional, experiência intentada nos anos sessenta e que ressurgiu em várias oportunidades, ainda que muito distintas na abrangência e efetividade das mesmas. A primeira delas, deflagrada em 21 de julho de 1983, contrária aos Decretos-Leis 2024 e 2036, que intensificavam o arrocho salarial, paralisou cerca de 3 milhões de trabalhadores e foi marcada por muita confrontação (*Brasil 1986*, NEPP, p.64).

Em 12 de dezembro de 1986 repetia-se a proposta de greve geral, organizada pela CUT e CGT e contrária ao descongelamento de preços anunciados poucos dias após as eleições de 15 de novembro, que desnudava a persistência politicista do Plano Cruzado. O movimento grevista teve uma amplitude relativa: foi significativa em regiões como o ABC (80% de paralisação), mas não conseguiu paralisar, em São Paulo, os meios de transporte, à exceção do Metrô. A CUT calculou um índice de paralisação de 50% de um total de 50 milhões de trabalhadores (população economicamente ativa) e o SNI (Serviço Nacional de Informações) calculou em 20%, isto é, cerca de 10 milhões de grevistas. (*Folha de S. Paulo*, Banco de Dados, 15/3/89).

No dia 20 de agosto de 1987, a CUT e a CGT convocaram nova greve geral, ocorrendo uma paralisação pouco expressiva, que contou com um contingente grevista bastante inferior à greve geral de dezembro do ano anterior. Esta paralisação foi pequena em São Paulo, onde vários bancos, comércio, indústria e transportes coletivos praticamente não paralisaram. No ABC, entretanto, a paralisação atingiu 60% na indústria e 50% nos ônibus. No Rio de Janeiro houve a paralisação parcial de trens e metrô. Esta greve contou com a oposição de Luís Antônio Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

E, recuperando-se do fracasso de 1987, nos dias 14 e 15 de março de 1989 nova greve geral foi convocada, exigindo reposição das perdas (que do Plano Cruzado ao Plano Verão somavam entre 41 e 49%) e objetivando uma política econômica favorável para os trabalhadores. Segundo as centrais sindicais, a greve atingiu cerca de 35 milhões de trabalhadores, constituindo-se no movimento de maior amplitude na história das greves gerais do país e na mais expressiva dentre as greves gerais desencadeadas nos anos oitenta, paralisando amplos setores ligados à indústria, transportes, funcionalismo e serviços em praticamente todas as capitais e principais cidades dos país (*Jornal da CUT*, março de 1989 e *Jornal do Brasil*, 19/3/89).

AS GREVES COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICAS

Neste registro das principais tendências grevistas ocorridas nos anos oitenta vale uma menção às greves com ocupação de fábricas, que contaram com uma ação mais ofensiva dos trabalhadores; foram várias ao longo deste período. Podemos mencionar a greve dos operários metalúrgicos da GM de São José dos Campos, realizada nos meses de abril e maio de 1985, com a duração de 28 dias, onde ocorreu a ocupação da fábrica pelos operários. A greve tinha como reivindicação básica a obtenção de 40 horas semanais de trabalho, uma vez que sua jornada atingia, para trabalhadores horistas, até 60 horas de trabalho.¹ Durante a greve cada trabalhador cumpria seu horário, dentro da fábrica, num sistema de revezamento, de modo que a unidade produtiva ficasse sempre com a presença de trabalhadores. Quando, quinze dias depois do início da greve, a GM publicou, nos quadros da empresa, a lista com a demissão de 93 trabalhadores por justa causa (cinco diretores de sindicato, vinte dos 22 membros da Comissão da Fábrica e quatorze operários da CIPA), a greve transformou-se em greve de ocupação, com a

1. *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors de São José dos Campos*, abril/maio de 1985, Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos, p.25.

ameaça, feita pelos trabalhadores, de sabotagem e até de explosão da fábrica, se houvesse invasão militar.

As ações tornaram-se mais intensas e agudas, sendo que os trabalhadores resistiram à invasão policial. Quando esta se efetivou, cerca de quatrocentos operários que ocupavam a fábrica armaram-se com objetos vários para se defenderem do massacre policial. Houve, finalmente, um acordo onde os mensalistas (que estavam dentro da empresa, retidos, segundo a versão da direção da GM) seriam liberados; a PM se retiraria e os metalúrgicos fariam nova assembléia. Decidiu-se então pelo desocupação da fábrica no dia 27 de abril; a greve continuava fora da fábrica. Houve intensa mobilização dos parentes dos operários durante a greve. No dia 9 de maio, os operários voltaram ao trabalho, sob violenta repressão policial, prisões etc. Encerrava-se a greve, mas traçava-se aqui, então, outro tipo de rebelião do trabalho, marcado por formas mais ofensivas.

Houve, anteriormente, outro momento importante de manifestação desta forma de luta, onde a ação dos trabalhadores novamente esteve presente de maneira aguda: a greve-tomada da fábrica, em 23 de novembro de 1981, como resposta à ação da Ford, em São Bernardo, que demitiu doze operários em represália à paralisação de um hora, na mesma fábrica, em 20 de novembro, em protesto pela condenação de Lula e demais sindicalistas cassados pela Lei de Segurança Nacional.² A greve-tomada da fábrica deu-se com a ocupação da Ford pelos operários, por tempo indeterminado, exigindo o fim das demissões. A Ford, depois de cinco dias de paralisação, reviu onze demissões, mas não aceitou revogar a demissão de José Carlos Brito, que

2. Ver *A Tomada da Ford*, de José Carlos Brito, Ed. Vozes, 1989.

na paralisação de uma hora, em 20 de novembro, tinha sido considerado como responsável pelo desligamento da linha de montagem.

Nessas exemplificações das greves com ocupações de fábricas vale fazer ainda algumas referências. Em março de 1989 a região de Contagem, em Minas Gerais, vivenciou a prática de ocupação através das greves na siderúrgica Belgo-Mineira e na Mannesmann. Numa greve que atingiu várias indústrias — embora a ocupação fosse restrita aos casos acima citados — os operários reivindicavam 83,64% de reposição salarial e a readmissão de três diretores sindicais vinculados à Belgo-Mineira.

Na Mannesmann, onde trabalhavam cerca de 9.800 pessoas, os metalúrgicos controlavam a cabine de comando do alto-forno e estavam dispostos a resistir: “A empresa não vai colocar a polícia aqui dentro. Mas se colocar estamos dispostos a lutar”, disse um metalúrgico que mantinha o controle do alto-forno. “Eles falam de violência. O salário que pagam já é uma violência. Deixar a gente aqui dentro com os telefones públicos cortados já é uma violência. Não queremos guerra. Mas se entrarem soldados da Polícia Militar, vamos lutar.” Os operários dispunham de benzina em quantidade para produzir muitos coquetéis *molotov*, conforme relata o *Jornal do Brasil* (19/03/89).

O mesmo ocorreu na Belgo-Mineira, onde trabalhavam cerca de 2.800 metalúrgicos: “Estamos prontos para enfrentar as balas da polícia. Estamos organizados à altura” (JB, 19/03/89). Os metalúrgicos cercaram o galpão onde estavam dormindo com arame farpado, tambores de óleo e plástico e ameaçavam incendiar a siderúrgica caso houvesse a invasão policial.

Situação similar ocorreu em novembro de 1988,

quando os metalúrgicos da CSN, de Volta Redonda, deflagram sua quarta greve na década de oitenta: deu-se a ocupação da siderúrgica e o trágico massacre militar, ocasião em que três operários foram assassinados. Tratava-se, na sua gênese, de uma greve de cobrança: a reposição da URP, suprimida em julho de 1988, o pagamento das horas-extras referentes à redução da jornada de trabalho (de 8 para 6 horas, prevista pela Constituição), além da readmissão dos operários demitidos nas greves anteriores. Resistiram à agressão e ao massacre militar e só saíram da Usina quando o Exército desocupou a CSN: "presentindo a vinda do exército, mais de 10 mil trabalhadores declaram-se em assembléia permanente, no pátio central da Usina, a partir de 7 de novembro. Na terça-feira à noite (8/11) chegou o exército; eram cerca de dois mil homens, de vários quartéis do estado do Rio de Janeiro, (...) uma parte dos trabalhadores foi para a aciaria, que é um complexo de máquinas, fornos, escadas, isto é, um verdadeiro labirinto e que durante o dia, com as luzes apagadas, fica escura. Para lá foram dois mil trabalhadores. Mas ninguém estava preparado para revolução alguma. Aos tiros, respondiam com pedras, pedaços de pau, de ferro, sem que ninguém tivesse se preparado para nada" (depoimento de Juarez Antunes, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, na revista *Ensaio* 17/18).

Foram dezesseis dias onde os operários da CSN enfrentaram a bárbara repressão, combinando a espontaneidade operária com a resistência e a organização sindical de Volta Redonda.

Foi mais um exemplo de greve com ocupação dentre aquelas ocorridas ao longo da década de oitenta.

OS SIGNIFICADOS ESSENCIAIS DO MOVIMENTO GREVISTA

Vimos, portanto, que os anos 1980/82 iniciaram-se sob a marca do refluxo da ação reivindicatória grevista, ação esta retomada a partir de 1983 e, desde então, vivenciando uma situação onde, a cada ano, novos contingentes de trabalhadores assalariados somavam-se na prática da ação grevista. Vimos também que, na primeira metade da década, até 1986, as greves deflagradas pelo operariado industrial atingiram quase 50% do total, mas que houve uma incorporação crescente dos assalariados médios e dos trabalhadores de serviços, de modo que, quando computadas as jornadas não-trabalhadas, os assalariados médios suplantaram significativamente as jornadas não-trabalhadas que resultam da paralisação do trabalho operário. A longevidade tem sido uma das marcas distintivas da ação grevista dos funcionários públicos e dos assalariados médios. No caso dos primeiros, na medida em que suas ações não ferem diretamente o processo de valorização do capital, só as ações ampliadas, no tempo e no contingente envolvidos, têm conseguido obter conquistas efetivas, o que confere ao movimento grevista uma média expressiva de jornadas não-trabalhadas e um traço de longevidade.

A título de exemplo lembre-se daquelas greves realizadas pelos professores do ensino público médio de

São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, entre outras, bem como dos professores das Universidades Estaduais Paulistas, especialmente entre setembro/novembro de 1988, além das greves, já mencionadas, dos professores das universidades federais e dos previdenciários, que realizaram paralisações de longa duração durante os anos oitenta, atingindo e ultrapassando com frequência trinta ou mais dias de paralisação.

Um outro traço constatado refere-se ao desenvolvimento das paralisações por empresas, que chegaram a representar grande parte das greves, como ocorreu, por exemplo, nos anos 1984/85. Este traço encontra vários elementos explicativos; desde o movimento inicial de refluxo, que dificulta as ações ampliadas e generalizadas, direcionando a ação rebelde do trabalho para o seu universo fabril, até o desenvolvimento das táticas sindicais (de que o sindicalismo de resultados é a maior expressão) que negam a estratégia do confronto e objetivam a busca de resultados na imediatidade da reivindicação localizadas. Lembrem-se que, na greve geral de março de 1989, uma das poucas que contou com a participação e apoio de Luis Antonio Medeiros (do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), este converteu a greve geral em greve por empresa no universo da sua base sindical, dando à sua ação uma singularidade marcada pelo imediatismo e pela contingência, diferenciando-se da ação geral que conformou a greve geral de 1989.

Esta tática esteve presente, também, em vários momentos, junto ao sindicalismo combativo: a idéia de que, frente às derrotas advindas das greves gerais de confronto, era necessário buscar formas alternativas, instrumental correto enquanto procedimento tático num momento defensivo, mas que alguns setores apresentavam como uma forma avançada de luta,

para além das greves gerais de confronto. Pensamos que esta idéia esteve presente, mas não foi determinante. Ao contrário a *praxis* sindical mostrou que esta era uma ação necessária, importante, mas não superior. Naturalmente, esta discussão não se efetiva, nestes termos, no universo do sindicalismo de resultados, sempre contrário às ações de confronto.

Mas, apesar do aumento das greves por empresas, vimos a ocorrência de greves gerais por categoria, algumas — como bancários, portuários, petroleiros, médicos, professores universitários etc. — assumindo dimensão nacional. Foi, neste plano, uma década de avanço orgânico sindical, para um conjunto expressivo de assalariados, do que a Andes — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (que, posteriormente, denominou-se Andes — Sindicato Nacional) — é, entre muitos outros, um exemplo significativo, na medida em que aglutina, a nível nacional, a categoria docente, pública e privada, vinculada ao ensino superior, em todo o país.

Esta década marcou o ressurgimento das greves gerais em nosso país, experiência que havia sido tolhida em 1964. Se é verdade que nenhuma delas conseguiu uma paralisação absoluta em todo o território nacional — e isto efetivamente nunca esteve presente nos comandos gerais das greves — houve momentos significativos, como a paralisação abrangente de março de 1989, que praticamente paralisou o país e foi a mais expressiva de toda a nossa história, ao menos no que diz respeito à sua amplitude. Em dimensão bem menor, mas também com relativa expressão, vivenciou-se em 12 de dezembro de 1986 um movimento de repulsa ao uso politicista do fracassado Plano Cruzado. A primeira, de julho de 1983, teve o mérito de repor o movimento reivindicatório contra os decretos de arrocho

salarial, forçando a revisão governamental, e a de agosto de 1987 foi a que mais se distanciou de um movimento nacional ampliado, atendo-se a algumas categorias com maior nível de mobilização.

É possível dizer que o êxito (ou não) destas greves deveu-se a vários elementos onde podem ser destacados: uma contextualidade de crise e desgaste, inicialmente do governo ditatorial de Figueiredo e, posteriormente, da Nova República, bem como à um nível de organização sindical prévio, dado pela presença especialmente da CUT e em menor dimensão de outras tendências, que propugnavam reivindicações que encontravam eco social. A maior ou menor adesão das massas trabalhadoras foi decisiva para o saldo favorável (ou desfavorável) das greves. Embora elas fossem expressão daquilo que Kautsky chamou de greve de massas *demonstrativa*, com duração limitada e sem que visassem necessariamente a obtenção de uma conquista imediata para que houvesse o retorno ao trabalho, mesclaram-se com aquilo que chamou também de greve *coercitiva*, uma vez que visavam obstar e impedir o aprofundamento da política econômica fundada na superexploração do trabalho. Nesta mescla entre ação demonstrativa com a finalidade de derrubar o arrocho salarial, as greves gerais configuram-se também como greves de *protesto*¹ e, enquanto tais, forçaram revisões nos projetos de políticas salariais intentados pelo governo, o que atendia em boa medida ao objetivo das greves gerais. O movimento sindical impôs-se, a partir de então, como o único interlocutor

1. Ver Kautsky: "Y ahora qué?", *Die Neue Zeit*, 1909/10, in *Debate sobre Las Huelgas de Masas*, Cuadernos de Pasado y Presente 62, Primeira Parte, México, 1978.

dos assalariados capaz de negociar e revidicar pautas de âmbito nacional. E as ações grevistas ampliadas consolidaram esta tendência.

Por fim, neste item sobre as tendências do movimento grevista, fizemos referência às greves dotadas de ações mais agudas e contundentes — as greves com ocupação de fábricas — onde os trabalhadores não excluíam, se esta condição lhes fosse imposta, além da ocupação das fábricas, a resistência através de ações de sabotagem e destruição da produção e dos equipamentos fabris. Foi, como vimos, o caso da GM, em São José dos Campos; da Mannesmann e da Belgo-Mineira, em Minas Gerais; da CSN, em Volta Redonda; da Ford de São Bernardo, entre outras. Ainda aqui, a radicalidade do trabalho era a expressão da luta contra a opressão fabril, a superexploração do trabalho, a militarização das greves, feitas durante a Ditadura Militar e com a “Nova República” tutelada.

Cito, só a título de exemplo, uma mostra da degradação que o capital monopólico impõe ao trabalho humano: trata-se do depoimento de um trabalhador da GM, demitido, que fazia parte da CIPA, à época da greve de 1985, em São José dos Campos:

“Quando a gente entra na GM eles mostram um filminho que reflete bem a visão que a firma tem dos motivos pelos quais os acidentes acontecem. Nesse filme, que inclusive é mostrado em todas as reuniões anuais da CIPA, o cara que se acidenta é representado pelo Pateta, aquele cachorro molenga do desenho animado. Com isso a GM quer mostrar para o peão que os acidentes acontecem por causa dos trabalhadores patetas” (*Ação e Razão*, p.32).

A esse nível de barbarismo chega o capital monopólico, quando se refere ao trabalhador brasileiro, algo por certo impensável nos países de origem deste capi-

tal. Num contexto como este, onde se perverte e subverte os mais elementares valores da dignidade operária, é possível esperar que resposta do trabalho? Do boicote à produção até a ocupação das fábricas, da organização de comissões de fábricas às greves ampliadas. É a resposta à contraposição do capital, que vai do arrocho e superexploração do trabalho ao despotismo fabril, das demissões à tentativa de bestialização dos trabalhadores, de corredores policiais poloneses (como na GM) ao envio de tropas militares às fábricas.

Pensamos que seja necessário enfatizar, para concluir este primeiro item, que a onda grevista que se expandiu ao longo dos anos oitenta, apesar das inúmeras singularidades que marcaram suas formas de ser — greves parciais ou greves por categorias ou por empresa, mais defensivas ou ofensivas — tiveram, como eixo principal, a luta contra a superexploração do trabalho e, em particular, contra a crescente degradação salarial a que estão submetidos os trabalhadores assalariados em nosso país. Pilar fundante de uma política econômica baseada no arrocho salarial, que particulariza o capitalismo brasileiro, os trabalhadores viam nas greves a possibilidade de obstar tal processo. No caso das greves operárias, estas expressavam a rebeldia do trabalho frente a um cotidiano marcado pela redução salarial e pela intensidade taylorista do trabalho fabril, pelo despotismo da fábrica. Superexploração que é expressão da intensidade extenuante do trabalho, do incremento da produtividade, acrescido ainda de um prolongamento da sua jornada, síntese das formas relativa e absoluta de extração do sobre-trabalho.

É esclarecedora a pesquisa feita pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, publicada pelo *Jornal do Brasil* (10/04/88), onde se revela que o custo de uma hora de um operário médio da indústria brasi-

leira era, em 1987, de 1 dólar e 49 centavos, enquanto que o trabalhador norte-americano custava 13 dólares e 46 centavos. Abrangendo trinta países, esta pesquisa mostrou que, em situação pior que a dos brasileiras encontrava-se o trabalhador mexicano, com o custo de 1 dólar e 39 centavos (computando-se salários pagos diretamente aos operários, mas também os benefícios como férias, abono e outras obrigações legais). Em 1975, quando se iniciou o estudo comparativo, um operário brasileiro custava 86 centavos de dólar por hora, enquanto que o de Cingapura custava 84 centavos e o de Hong Kong apenas 76 centavos. Enquanto os salários dos trabalhadores daqueles dois países asiáticos aumentou mais significativamente nos últimos 13 anos, e dos brasileiros atingiu 1 dólar e 86 centavos em 1982 — seu nível mais alto — estagnando-se e rebaixando-se posteriormente (*Jornal do Brasil*, 10/04/88). No caso das greves desencadeadas pelos assalariados médios — como os funcionários públicos — voltaram-se contra a dilapidação salarial e o crescente empobrecimento e pauperização que vivenciavam.

O quadro na próxima página expressa nitidamente a centralidade conferida às ações voltadas para a recuperação salarial, durante as greves desencadeadas ao longo dos anos oitenta.

Das greves plebiscitárias do ABC paulista em 1979/80 ao confronto de Volta Redonda em 1988; e da greve geral dos bancários em 1985 à greve geral nacional em março de 1989, todas tiveram como motivação primeira a reposição salarial, a luta contra a subtração e a degradação dos salários ou, no caso das greves gerais, dos decretos que arrochavam ainda mais os salários.

Isto colocou, para o movimento grevista, uma situação complexa, difícil, contraditória. Sabe-se, desde

Participação percentual das principais reivindicações
dos movimentos grevistas em relação ao total de
greves no período. Brasil, região urbana

Greves em que ocorreu ao menos uma reivindicação quanto a:	1978/86 (%)
Reajuste salarial	63.4
Não cumprimento de leis e acordos	23.3
Situação funcional	19.9
Condições de trabalho	17.3
Adicionais e abonos	13.7
Poder sindical	8.9
Bem estar na empresa	5.6

Adaptado de NEPP/Unicamp. (*Relatório Brasil 1986*, p. 72)

Marx, que a luta sindical é uma luta contra os efeitos, mas não contra as causas do sistema de salários. É, como disse, parte incessante das “lutas de guerrilha”, das lutas diárias, contingências, provocada pelos abusos do capital ou pelas flutuações do mercado.² Porém, na particularidade brasileira, estas lutas ganham ainda mais essencialidade porque dizem respeito à própria possibilidade de sobrevivência do trabalhador. A degradação salarial intensa e extenuante obriga ao movimento operário, através da ação sindical e grevista, a centrar o eixo de sua ação neste universo. Portanto, este traço da luta social, presente em sua universalidade capitalista agudiza-se na concretude do capitalismo brasileiro.³ Não pode abandonar a luta econômica, salarial — pois isso seria o fim do movimento sindical — e, de outro lado, esgota-se, dada a intensidade

2. Karl Marx, “Salario, Precio Y Ganancia”, in *Obras Escogidas* Tomo I, Ed. Ayuso, Madrid, 1975, pp. 433/434.

3. Desenvolvemos estas idéias no segundo capítulo, parte II, de *A Rebeldia do Trabalho*.

com que o realiza, mesmo sabendo que atinge mais os efeitos, as consequências, do que suas causas. Como há uma tendência incessante do capital em diminuir o *quantum* referente à reprodução da força de trabalho, foi absolutamente inevitável que as greves da década de oitenta tivessem uma enorme centralidade nas ações econômicas, salariais.

Se esta é uma marca intrínseca à ação rebelde do trabalho na sociabilidade do capital, na particularidade do capitalismo do Terceiro Mundo intermediário e industrializado, onde articula-se incessantemente o recolhimento relativo e absoluto do sobre-trabalho, a ênfase nesta instância da luta é gritante e acaba muitas vezes por sobrepor-se às outras reivindicações que germinam no mundo do trabalho e que dizem respeito a melhores condições de trabalho no universo fabril, ao fim do despotismo fabril, à organização de comissões de fábrica ou de trabalhadores em seus estabelecimentos, à liberdade e autonomia sindicais, ao cumprimento de legislações e acordos existentes, pontos de reivindicações constantes em nosso movimento grevista.

É importante adicionar, também, que esta causalidade econômica, motivadora de enorme volume dentre as greves desencadeadas nesta década, é constantemente permeada de significativa e imediata dimensão política. Este é outro traço distintivo de nossas lutas sociais: como as greves, ao reivindicarem melhores salários, fim do arrocho e da superexploração, tocam no pilar que fundamenta a política econômica vigente, em especial na sua especificação salarial, esta luta econômica acaba assumindo uma forma de confronto político (mais ou menos intenso, em decorrência da greve, do setor em que ela ocorre, do papel deste setor no processo de valorização do capital etc.). Confronto à

política econômica, à superestrutura jurídico-institucional que obstava (até a Constituição de 1988) a ação grevista, e que também tolhia a ação grevista dos sindicatos. Da greve do ABC em 1980 à greve geral de 1989, da greve nacional dos bancários em 1985 à greve de Volta Redonda, em 1988, das inúmeras e incontáveis greves dos professores, do ensino médio público aos médicos e funcionários da Previdência Social, das greves dos operários da construção civil à ação dos motoristas de transportes coletivos urbanos, todos estes eventos, em que pese suas singularidades, que num ensaio como este não é possível tematizar detidamente, tiveram uma certa transcendência da ação meramente salarial. Isso porque, em suas ações reivindicatórias, feriam, em alguma medida, um dos pilares fundantes do capitalismo brasileiro, dado pela política salarial arrechante.

Este aspecto é muito importante porque estampa o afloramento de um movimento político de classe. Como lembrou Marx, em sua *Carta a Bolte*: "todo movimento em que a classe operária se apresenta como classe contrariamente às classes dominantes e procura impor-se por pressão externa, é um movimento político." E Marx avança na busca da diferença: "Por exemplo, a tentativa em uma fábrica particular ou ainda em uma indústria particular, de obrigar os capitalistas a estabelecerem uma jornada de trabalho menor, mediante greves etc., é um movimento puramente econômico. Ao contrário, o movimento que se dirige a conquistar uma lei da jornada de 8 horas etc., é um movimento político. E desta maneira, a partir de distintos movimentos econômicos dos operários, cresce em toda parte um movimento político, quer dizer, um movimento de classe, que tem por objetivo impor seus interesses de forma ge-

ral, numa forma que possui uma força social de compulsão geral".⁴

Na concretude grevista dos anos oitenta, a enorme onda grevista teve como objetivo norteador a quebra das *leis do arrocho*. Este elo unificava os distintos e diferentes movimentos, dando-lhes uma "força social da compulsão geral", que transcendia a sua causação primeira, de luta econômica *stritu sensu* e dava-lhe uma dimensão política. Econômica na sua forma inicial de ser, política na sua significação mais profunda, visto que na particularidade brasileira dos anos oitenta era difícil a disjunção entre estes níveis, aquelas greves vivenciaram formas articuladas de ação, ora marcadas por uma dimensão mais espontânea, ora marcadas por uma espontaneidade que, entretanto, se combinava com a ação orgânica a nível sindical. Houve, na verdade, um pêndulo do movimento grevista, onde estes elementos acima aludidos foram mais ou menos presentes.

Para que não haja embaralhamento no universo analítico, esclarecemos o sentido e o uso que aqui se faz da ação espontânea: é aquela que nasce do próprio movimento instintivo de classe, sem a presença da direção política consciente. Quando a ação que a motivou resulta de uma concretude sem que tenha ocorrido uma prévia ideação social ou política. São aqueles movimentos que brotam da própria situação de classe em sua processualidade e desenvolvimento, em seu ir-sendo. É a ação que se atém ao plano da imediatidade, contingencial, da consciência cotidiana (ver *A Rebelião do Trabalho*, pp. 194 e seguintes). Como disse lim-

4. "Carta de Marx a Bolte", Londres, 29/11/1871, in *Marx-Engels. Correspondência*, Ed. da Cultura Popular, México, p. 405.

pidamente Gramsci, são aqueles movimentos que “não são devidos a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, serão formados através da experiência cotidiana iluminada pelo senso comum, ou seja, pela concepção tradicional popular do mundo, coisa que muito vulgarmente se chama ‘instinto’ e que não é senão também uma aquisição histórica, só que primitiva e elementar”.⁵

Neste universo categorial a ação espontânea e a ação sindical não são excludentes. Uma ação espontânea pode contar ou não com o apoio do organismo sindical. Uma greve deixa de ser espontânea quando o seu agir é fundado numa ação política prévia e consciente. Portanto, uma ação, no universo da imediatidade espontânea, perde este caráter quando a ela se agrega um elemento qualitativo superior no plano da sua ação, dado pela direção consciente.

No Brasil, na concretude dos anos oitenta, houve desde ações marcadas por maior dose de espontaneidade — lembre-se, por exemplo, das greves do operariado da construção civil, que na maioria dos casos não dispunha nem mesmo do apoio do organismo sindical, muitas vezes passivo, quando não contrário. No outro lado do pêndulo, pode-se encontrar, novamente, a greve nacional dos bancários, de 1985, que contou com uma organização sindical forte, com um comando unificado, que teve papel decisivo na deflagração da greve. Ainda aqui, a adesão global da categoria bancária foi de tal ordem que atingiu setores do interior, de vários estados, que não contavam com nenhuma atividade sindical de

5. Antonio Gramsci, “*Esponaneidad y direccion consciente*”, in *Antologia*, M. Sacristan (organizador), Siglo XXI, Espanha, 1977, p. 311.

destaque. Combinou-se, então, uma atuação sindical forte em vários estados, um comando nacional unificado e uma adesão ampliada das bases. Processo similar ocorreu nas duas greves gerais que obtiveram maior adesão, na de março de 1989 e na de dezembro de 1986. Em ambos os casos, as greves demonstrativas, dada a contextualidade favorável e as bandeiras que tocavam na imediatidade da população trabalhadora, encontraram adesão ampliada, imprevisível às vésperas das suas decretações. Isto se deveu, cremos, pelo ponto que acima aludimos, qual seja: no início dos anos oitenta houve um oscilar de ações ainda mais próximas de uma ação com contornos espontâneos. Com o avanço sindical vivenciado ao longo da década, a ação sindical vai aumentando sua presença na organização, preparação e sustentação das greves. Uma processualidade similar à esta ocorreu no ABC paulista, onde a presença sindical, menor na eclosão das greves de maio de 1978, aumentou em muito nos anos 1979 e 1980. E isto nos remete a outro ponto substantivo nos anos oitenta: a necessidade crescente, nas lutas sindicais e grevistas, visando a formação de centrais sindicais de âmbito nacional. É sobre este traço decisivo do sindicalismo brasileiro dos anos oitenta que nos debruçaremos a seguir.

O NASCIMENTO DAS CENTRAIS SINDICAIS

A CRIAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Inúmeras foram as tentativas buscadas pelo movimento sindical brasileiro ao longo de sua secular história, no sentido de se criar uma central sindical de âmbito nacional. Da Confederação Operária Brasileira (COB), de 1906, ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de 1962, várias foram as tentativas de organização de uma entidade nacional que unificasse sindicalmente as forças do trabalho. Lutando contra uma infinidade de elementos que lhes dificultavam a ação, estas tentativas não conseguiram consolidar-se, quer por dificuldades imanentes à uma classe que buscava fazer-se nos embates cotidianos contra o capitalismo, quer especialmente pela repressão feroz da ordem, como se vivenciou no início deste século, depois em 1935, 1947 ou 1964, para dar alguns exemplos.

Foi entretanto, na ação sindical tecida no pós-64, e em especial nos anos setenta, que a engenhosidade do trabalho avançou nesta sua antiga aspiração. Era preciso dotar os trabalhadores de um organismo sindical, operário e assalariado, urbano e rural, de amplitude nacional, capaz de unificar suas lutas. E foi assim que, através da confluência de ações muitas vezes díspares, que foi possível realizar o mais expressivo encontro sindical que, até então, se tivera notícia: em agosto de 1981 realizou-se, na Praia Grande, em São Paulo, a

Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), com a presença de 1.091 entidades sindicais, 5.036 delegados representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários fabris e funcionários públicos, assalariados médios e bóias-frias, trabalhadores em serviços e despossuídos de terra.¹ Depois de muitos anos de resistência, e ainda sob a vigência da ditadura militar, o movimento, sindical brasileiro, em pleno início dos anos oitenta, dava um salto qualitativo importante em busca da constituição da sua central sindical.

Basicamente, duas grandes tendências confluíram nesta ação: de um lado o *novo sindicalismo* nascente em meados dos anos setenta e que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada. O caso exemplar, que marcou a história sindical do país, e que por isso simboliza esta tendência, foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com Lula à frente. Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, professores, além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, muitas categorias aglutinaram-se em torno do *novo sindicalismo*.

De outro lado, num trabalho árduo e persistente,

1. Conforme documento *I Conclat CUT*, Tempo e Presença Editora, 1984, p. 31. Neste encontro participaram 469 sindicatos urbanos (com 3.053 delegados); 363 sindicatos rurais (com 916 delegados); 176 associações pré-sindicais (com 716 delegados); 32 associações de funcionários públicos (com 145 delegados); 43 federações (com 194 delegados) e 5 confederações (com 422 delegados). Veja-se também *Tudo sobre a I Conclat — A Caminho da Central Única Comissão Nacional Pró-CUT*, (Cidades, SP)

nas situações as mais adversas, vinham as *oposições sindicais*, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismos de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical. De um lado, no universo do *novo sindicalismo*, encontravam-se aqueles que, em sua maioria, desprovidos do militância política anterior, nasciam como sindicalistas na sua ação concreta. Neste pólo aliaram-se, num primeiro momento sindicalistas vinculados à esquerda tradicional, especialmente o PCB, e até mesmo alguns segmentos vinculados ao peleguismo sindical, que buscavam “modernizar-se”.

No outro pólo, no universo das *oposições sindicais*, maior era a presença de ex-militantes da esquerda organizada, em especial dos inúmeros grupamentos existentes na viragem dos anos 1960/70 no Brasil, além de um contingente expressivo oriundo da esquerda católica. Se o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é um exemplo típico do *novo sindicalismo*, a Oposição Metalúrgica de São Paulo talvez seja o melhor exemplo da segunda corrente, a das *oposições sindicais*.

Foi, portanto, destas duas grandes tendências — heterogêneas, quando contrapostas uma à outra, e muito diversas também quando examinadas na sua interioridade, uma vez que aglutinavam grupamentos vários — que nasceu o projeto de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O Congresso de Poços de Caldas (MG) e o Congresso em Lins (SP), foram momentos embrionários de reafirmação do *novo sindicalismo*, que questionou a prevalência, até então, da burocracia sindical e do peleguismo sobre as entidades sindicais. Do mesmo modo, e como dissemos acima, com eixos de ação sindical diferenciados, realizou-se o Encontro Nacional das Oposi-

ções *Sindicais* e, posteriormente, o I Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que reafirmava o papel das *oposições sindicais* na luta contra o sindicato oficial. Da ação convergente do *novo sindicalismo* e do movimento de oposição sindical caminhou-se, rapidamente, para a criação, no início dos anos oitenta, de uma central sindical de âmbito nacional.

Papel também decisivo na criação da CUT coube ao movimento sindical rural, que vivenciou um significativo desenvolvimento nas últimas décadas, especialmente pela ação da esquerda católica, o que conferiu ao *novo sindicalismo* e ao movimento das *oposições sindicais* a presença central do proletariado rural e dos pequenos proprietários expulsos da terra em função da concentração fundiária. Lembre-se ainda que este segmento do movimento sindical rural que participou ativamente da criação da CUT não se encontrava sob direção da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas) que, como veremos adiante, encontrava-se situada politicamente fora do campo da CUT.

No I CONCLAT (1981) desenhava-se, entretanto, uma forte polarização: de um lado encontram-se aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, mais combativo e, de outro, aqueles que apregoavam um sindicalismo de perfil mais conciliador, mais moderado. No primeiro bloco encontrava-se o que de mais expressivo havia no *novo sindicalismo*, com Lula, Olívio Dutra etc., além da totalidade das *oposições sindicais*. Este bloco foi responsável pela criação da CUT, em São Bernardo, em 1983.

No outro pólo, no sindicalismo mais conciliador e moderado — então denominado Unidade Sindical — soldava-se uma aliança entre o peleguismo moderno

do tipo Joaquim dos Santos Andrade e os setores sindicais vinculados à esquerda tradicional, PCB e MR-8, e que contou com a adesão de sindicalistas ligados ao PCdoB. Este núcleo tinha também o apoio expressivo de José Francisco da Silva, presidente da CONTAG. Este bloco foi responsável, na Praia Grande, em 1983, pela criação da CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), que depois denominou-se CGT.

Percebendo que perdia a hegemonia no movimento sindical para os setores mais combativos, a Unidade Sindical e seus aliados, apegando-se a falsos argumentos "técnicos" em torno das condições de participação no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, rompeu a verdadeira unidade sindical existente e não participou da criação da Central Única dos Trabalhadores. Estava selada a divisão do sindicalismo brasileiro. Entender os contornos essenciais destas tendências é o que se pretende a seguir.

OS CONTORNOS DA CUT: GÊNESE E IDEÁRIO

A CUT nasceu, constituindo-se como leito natural das várias correntes, tendências, grupamentos e individualidades que atuavam no universo sindical mais combativo. Aglutinou-se desde o sindicalismo independente, isto é, sem militância política anterior e sem uma convicção ideológica consolidada, da qual uma vez mais a figura de Lula tipifica, à qual se somaram amplos contingentes da esquerda católica, sob influxo da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos pobres. Aglutinou-se, também, tendências socialistas e comunistas várias, dissidentes da esquerda tradicional ou vinculados às postulações de Leon Trotsky. Era um ideário diverso, multifacetado dentro das esquerdas, mas com um ponto básico convergente: estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se em um instrumental decisivo para a ação do trabalho em nosso país. Intimamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, contava, entretanto, com militantes de outros partidos, como o PDT, além de significativo contingente de militantes sindicais não-partidários. Era, pois, o escoadouro natural destes grupamentos que empenhavam-se, há muito, na constituição de uma entidade sindical nacional de corte autônomo e independente.

Desde logo a CUT deitou suas raízes em quatro expressivas fatias da classe trabalhadora brasileira: no operariado industrial, nos trabalhadores rurais, nos funcionários públicos e nos trabalhadores vinculados ao setor de serviços. Esta representação heterogênea — que expressa o mundo diversificado do trabalho em nosso país — mas efetiva e real, fez com que em seus poucos anos de vida se constituísse, de longe, na mais expressiva entidade sindical nacional, dentre aquelas aqui existentes.

A sua ênfase básica, sob a qual centrou a tônica de sua ação, foi bifronte: de um lado voltada para a luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração da força de trabalho, contra a política econômica, tanto do regime militar quanto da “Nova República”. De outro lado, é inegável que a atuação da CUT, nesta década de oitenta, teve um papel decisivo na democratização da estrutura sindical, em especial na luta pelo fim da ingerência do Estado. Creio que no balanço destes anos de existência, sua ação tenha sido decisiva nos embates grevistas: a CUT esteve presente nas paralisações do trabalho, ora como pólo desencadeador, como ocorreu em vários casos, ora como organismo ou aparato de apoio às greves, quando estas ocorriam à margem dos sindicatos. A sua presença constante nos embates cotidianos da classe trabalhadora é o elemento que a nutre e lhe dá substância orgânica. No plano da estrutura sindical, em especial no que se refere a uma maior independência dos sindicatos frente ao Estado, o desrespeito crescente da Central às leis restritivas fez com que, pouco a pouco, muitas delas fossem se tornando obsoletas.

Se muito ainda há que se fazer, especialmente no que diz respeito a uma maior organização junto às ba-

ses nas fábricas¹ e nas empresas em geral (outro ponto nevrálgico do nosso sindicalismo), é preciso lembrar que o capital também experimentou, ao longo dos anos oitenta, diversos modos de se relacionar com a força de trabalho. Pode-se mesmo dizer que, enquanto nos primeiros anos da década houve um ensaio do capital monopólico favorável às experiências de comissões de fábricas — veja-se, por exemplo, o caso da Ford, em São Paulo e São Bernardo, e da Volkswagen² — é nítido que o capital recusou estes experimentos e deu-se uma mutação significativa. Ao invés de aceitar as comissões de fábricas, o capital contra-atacou com novas formas de gestão da força de trabalho, visando maior “integração” ao trabalho. É o caso, por exemplo, dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), que levam ao limite o estranhamento do trabalho, na medida em que se apropriam e subordinam o fazer e o pensar do trabalho a uma lógica que é a do mercado, da produtividade, enfim, da reprodução do capital.

Essa mudança de postura e esta nova ação do capital desmontou a incipiente mas verdadeira investida do trabalho, no início da década, visando aumentar a presença organizada dentro da fábrica e das unidades produtivas. Mas, se algum avanço houve, este deveu-se a ação da CUT e em especial daqueles setores que

1. Uma crítica impiedosa das persistências e dos aspectos nefastos da estrutura sindical pode-se encontrar em *O Sindicalismo de Estado no Brasil*, tese de doutoramento de Armando Boito Jr., USP, 1989.

2. Ver o estudo de Iram Rodrigues: *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*, Ed. Cortez/FASE, 1990, que estuda a trajetória e a luta no início dos anos oitenta, das comissões de fábrica na Ford de São Paulo e São Bernardo.

privilegiaram a sua organização pela base, como as oposições sindicais.

Várias foram as reivindicações que marcaram a presença desta Central. O Plano de Lutas, apresentado no Congresso de 1983, definiu "o desemprego, a luta pela reforma agrária, contra o arrocho salarial, pela liberdade e autonomia sindical e contra a política econômica" como centrais. Repudiava "expressamente as alternativas de conciliação e atrelamento do movimento sindical aos interesses do patronato." Orientavam-se ainda, em 1983, para "o fim do Regime Militar e de sua política econômica, a mudança radical na política externa e a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. (*CUT — I Congresso Nacional da CUT*, pp 146/147).

Foi em torno destes pontos que a CUT pautou a sua ação nos anos oitenta. O eixo básico, dada a particularidade do capitalismo brasileiro, foi a luta incessante travada contra a superexploração do trabalho, contra os Decretos-Leis que reduziam consideravelmente o *quantum* salarial dos trabalhadores. O item anterior deste texto mostrou quão incessante foi a ação grevista dos trabalhadores.

A limitação maior, vivenciada pela CUT, diz respeito, entretanto, às dificuldades de articulação, de mediação, entre as ações contingenciais, imediatas, e as ações mais gerais, mais abrangentes, que remetem ao universo das formas de relação e entendimento do poder e as possibilidades para além do capitalismo. Neste ponto pode-se dizer que a CUT, na virada dos anos oitenta para os noventa, vive uma crise. Sua pluralidade política e ideológica tinha avançado desde o II CONCUT, realizado em 1986, no fim de janeiro, para uma convergência em torno de ideais socialistas, convertendo-se, a nível da sua propositura, numa Central com claros con-

tornos anti-capitalistas. Havia sido, então, uma decisão congressual importante, embora genérica. Posteriormente, a partir do III Congresso, realizado em Minas Gerais, em 1988, este debate retornou, expressando uma contradição vivenciada no ideário e na prática da Central, e que pode ser sintetizado na existência de dois grandes blocos no seu interior (e aqui não se desconsidera as várias divisões e sub-divisões no interior destas duas grandes tendências). O bloco majoritário (que no III Congresso obteve 60,4% dos votos)³, é aglutinado em torno da Articulação Sindical. Esta tendência tem tido como positividade maior a ênfase que emprega à luta econômica, à luta mais imediata, que diz respeito a algo decisivo da vida cotidiana dos trabalhadores em nosso país. Esta a sua maior positividade, que lhe permite uma íntima proximidade com as massas e que decorre da própria origem sindicalista que predomina nesta tendência, que faz com que o universo da sua ação seja voltada para aquilo que move cotidianamente as massas trabalhadoras: a sua sobrevivência. Mas, quando se vai para o universo político e ideológico, esta tendência tem oscilado entre uma postura ora mais crítica, ora mais influenciada por valores social-democratas. É um ideário ainda indefinido, porém onde a tendência a manter a ênfase da luta econômica e de reformas sociais dentro do universo das leis de mercado começa a ganhar importância.

Uma expressão deste limite encontramos estampada neste diálogo: "A CUT deve ser caracterizada como socialista ou não?"

3. Conforme Leônicio Martins Rodrigues, *CUT: Os Militantes e a Ideologia*, Ed. Paz e Terra, 1990, p. 20. Neste livro o leitor encontrará uma radiografia da CUT, à época de seu Terceiro Congresso.

“Não. Eu penso que os seus dirigentes podem ser caracterizados como socialistas, mas a entidade não. Defendo o sindicato independentemente dos credos religiosos, dos partidos políticos, do governo e do regime, seja lá qual for. Se um dia tivermos um regime socialista, eu continuarei defendendo que o movimento sindical continue atento e vigilante sobre as condições de trabalho da classe trabalhadora” (entrevista de Jair Meneguelli à revista *Teoria & Debate*, nº 5, ano 2, janeiro/março de 1989, p. 34).

Sabe-se que a real independência da classe trabalhadora deve ser a mais efetiva e abrangente, tanto política frente ao Estado e aos partidos, quanto ideológica frente ao capitalismo, o que supõe, por parte da classe trabalhadora e especialmente de seus organismos de representação, como os sindicatos, assumirem uma postura nitidamente anticapitalista. E não é possível incorporar esta postura sem assumir o ideário e a ação socialistas. É também evidente que, mesmo num regime socialista, o sindicato deverá preservar, de todo modo, sua autonomia e independência. Será um sindicato socialista num regime também socialista. Mas não poderá existir uma subordinação do primeiro em relação ao segundo. A barbárie stalinista, ao atrelar os sindicatos ao Estado e ao partido, eliminou a necessária e imprescindível autonomia e independência dos sindicatos, que deve sempre ser preservada.

Em contrapartida, se a opção for de convivência com o capitalismo, tem-se um caminho aberto para o ideário e a ação social-democratas. E isto seria nefasto para o movimento sindical brasileiro. Portanto, entendemos que além da independência política frente ao Estado e aos partidos, deve-se acrescentar a autonomia e independência ideológica frente à

ordem do capital, o que supõe uma postura socialista, uma hegemonia claramente socialista no interior da Central. Há, por certo, uma esquerda na Articulação Sindical, que é mais sindicalista na sua ação, e não incorporará facilmente um ideário que os aproxime da social-democracia.

Um segundo exemplo diz respeito à imediatidade da sua ação. Setores dentro da Articulação Sindical têm sido fortes defensores de uma ação voltada cada vez mais para a negociação com o Estado e o capital. E isso ao preço de se subordinar a uma discussão rigorosamente dentro da ordem econômica e política vigente. A aceitação em participar, em fins de 1990 e início de 1991, da tentativa de Pacto Social promovido pelo Governo Collor, é um exemplo deste equívoco. Ao contrário, cabe à CUT elaborar um Programa Econômico Alternativo, que tenha como eixo as classes trabalhadoras da cidade e do campo e que contemple tanto propostas imediatas de mudanças radicais no modelo econômico vigente, quanto aquelas que têm uma dimensão histórica mais acentuada, anti-monopolistas, anti-privatistas e dotadas de elementos embrionariamente anticapitalistas. Cabe a uma Central de esquerda atuar e até mesmo negociar *contra* a Ordem e não *dentro* da Ordem, levando em conta sempre os interesses centrais da classe trabalhadora.

Esta tendência, predominante nos anos oitenta em seu interior, tem tido papel importante nas decisões da Central. Há, entretanto, um conjunto de outras tendências que, embora minoritárias, têm tido um papel muito importante na definição do ideário e da prática da CUT. Composta pela Cut pela Base (que aglutina especialmente o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo — MOMSP — e a Democracia So-

cialista, entre outros grupos); pela Convergência Socialista e outras tendências minoritárias de esquerda, este bloco, quando atua de maneira unificada, representa praticamente 40% do contingente presente nos congressos da Central. (No III CONCUT a chapa da CUT pela Base recebeu 23,4% dos votos e a Convergência Socialista recebeu 16,3%) Este bloco, também heterogêneo, mais à esquerda, tem tido um peso importante, decisivo mesmo, na constante reafirmação do caráter socialista, que deve ser preservado e intensificado na Central. Esta é sua maior positividade. Mas alguns de seus segmentos, mais próximos da ultra-esquerda, muitas vezes não conseguem dar uma concretude à sua propositura, dificultando sua penetração junto às massas trabalhadoras, e acabam, muitas vezes, minimizando o peso e a importância da luta econômica (temerosos do economicismo) e apregoando um politicismo ultra-radical. Entretanto, o principal núcleo da esquerda da CUT, denominado *CUT pela Base*, tem feito importantes esforços no sentido de fundir e não polarizar estes dois momentos da luta dos trabalhadores, a ação econômica e sindical e a direção política. Mas é um bloco ainda minoritário, embora expressivo e sem condições, no presente, de deter a hegemonia junto à CUT. Um de seus pólos mais importantes, o MOMSP, não tem conseguido derrotar as direções que dominam o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o que daria à Cut pela Base um novo e decisivo peso no interior da CUT.

Na positividade e nos limites de ambas as grandes tendências, a CUT vive sua processualidade. A Articulação Sindical, especialmente o seu pólo mais combativo, ao enfatizar a luta econômica penetra no cotidiano da classe trabalhadora, sendo um importante instrumento de ação dos trabalhadores. A esquerda da CUT

— especialmente a Cut pela Base — na defesa de valores socialistas, tem obstado e dificultado uma definição maior de alguns setores, no sentido de social-democratizar a CUT. Desta tensão e por vezes até contraditória situação, a CUT, em sua pluralidade política e ideológica, tem avançado porque não se esgota nesta polêmica de suas tendências, mas porque se coloca como talvez o único instrumento que os assalariados encontram para travar a sua luta incessante contra a superexploração do trabalho.

A radicalidade do mundo do trabalho dá vida à ação da CUT. Por isso deve ser preservada e intensificada. Seria, pois, um grave erro, que essa pluralidade da CUT fosse eliminada; ao contrário, quão maior ela for presente, quanto mais as tendências e setores vinculados à esquerda e aos trabalhadores dela se aproximarem (como fazem agora também o PCdoB, através da Corrente Sindical Classista, e o PCB) maior será o seu dinamismo. Naturalmente que esta pluralidade deverá reafirmar um caráter de pluralidade socialista, condição para que esta Central procure obstacular os avanços das forças à direita, neo-liberais — como o sindicalismo de resultados da Força Sindical — ou a própria burocracia sindical, da qual as CGT's são expressão. E para que se recuse fortemente também a alternativa socialdemocrata, que em pouco tempo a descaracterizaria como uma Central arraigada nas aspirações cotidianas e históricas da classe trabalhadora brasileira.

É decisivo que os militantes, os movimentos e os partidos na esquerda — e não só o PT — atuem no interior da Central. Será preservada sua autonomia junto aos partidos, quanto maior for a presença destes partidos de esquerda, e garantida sua pluralidade socialista. E, como veremos mais adiante, será decisiva

esta conformação, de modo a permitir que a CUT mantenha e aprofunde sua presença nos embates previstos para a década de noventa, onde as forças do capital têm procurado, por múltiplas formas, organizar-se no mundo sindical.

A RESPOSTA DA ORDEM: A MODERAÇÃO DA CGT E SEUS DESDOBRAMENTOS

A CGT encontra sua origem na ação da Unidade Sindical, tendência emergente com o ressurgimento do *novo sindicalismo* e que aglutinava centralmente a esquerda tradicional (o PCB e MR-8), além de amplos segmentos ligados à burocracia sindical e mesmo ao peleguismo que, com o advento do *novo sindicalismo*, iniciou um projeto de modernização sindical. Eram, em sua maioria, sindicalistas vinculados ao PMDB e que recusavam e rechaçavam as ações mais combativas da CUT. Esta tendência participou do I CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), em 1981, e posteriormente, alegando discordância em relação a alguns itens estatutários da convocatória do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (previsto para agosto de 1983, em São Bernardo), realizou, em novembro de 1983, o CONCLAT da Praia Grande. Na verdade, esta tendência, percebendo-se minoritária e, portanto, incapaz de deter a hegemonia ou mesmo o controle da nova Central em gestação, optou pela realização de um outro CONCLAT, onde seria o pólo francamente dominante. Foi desse modo que nasceu esta tendência, que três anos depois denominou-se Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em setembro de 1988, esta tendência alterou sua denominação para Confederação Geral dos Trabalhadores.

res (CGT), visando adequar-se às novas normas que seriam vigentes à partir da promulgação da nova Constituição. Em novo Congresso, realizado entre abril e maio de 1989, a tendência liderada por Antônio Rogério Magri foi vitoriosa, mantendo-se à frente da CGT. O grupo derrotado, liderado por Joaquim dos Santos Andrade, em aliança com parcelas da esquerda tradicional (PCB e MR-8), não aceitando o resultado, realizou outro Congresso, em setembro-outubro do mesmo ano, onde Joaquinção reelegeu-se como presidente da Central Geral dos Trabalhadores. Por isso há, hoje, duas CGTs: a Confederação liderada por Magri e Canindé Pegado e outra, ainda menor, a Central liderada inicialmente por Joaquinção (outros dados sobre as CGTs podem-se encontrar em *CUT: os Militantes...* p. 119 e seguintes).

Quais os elementos sindicais, políticos e ideológicos que se aglutinaram em torno dessa corrente?

A CGT reavivou, na sua origem, de maneira arqui-deformada, o projeto do antigo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) dos anos sessenta, que tinha então a hegemonia da aliança PCB/PTB. Agora, no início dos anos oitenta, a esquerda tradicional buscava no velho sindicalismo, atrelado e subordinado à burocracia sindical e ao peleguismo, as bases para a sua nova ação. Imaginava que este sindicalismo lhe serviria de base, naturalmente sob sua hegemonia, sob o seu comando. Desse modo, a esquerda tradicional aliou-se a Joaquim dos Santos Andrade¹ (a nível nacional esta

1. Ver *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo* (1978/83). Dissertação de Mestrado de Arnaldo Nogueira, Unicamp, 1990, onde o autor estuda a gênese da política de modernização conservadora daquele sindicato.

aliança reproduzia a ação a nível sindical, onde Luís Antônio de Medeiros, então militante do PCB, somava-se a Joaquinção na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.) Aliou-se também a Antônio Rogério Magri, então presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e sindicalista formado na tradição da direita sindical norte-americana. E, na sua ponta à esquerda, contava com as adesões de José Francisco da Silva, que dirigia a importante CONTAG, e de sindicalistas vinculados ao PCdoB. No seu espectro central, contava com a adesão de militantes sindicais vinculados ao PMDB. Era, como se vê, uma frente sindical onde, especialmente o PCB, sonhava com o controle de boa base sindical e desse modo, imaginava voltar a ter bases sociais, como no pré-64.

A nível da ação sindical, a postura da CONCLAT/CGT seria pautada pela moderação. Buscava-se, deste modo, manter-se a aliança policlassista, que encontrava no PMDB o seu centro político; a oposição à Ditadura Militar era vista como algo fundado numa postura moderada e mesmo conciliadora, ao contrário da política de confronto que pautava a ação da CUT. Quanto à estrutura sindical atrelada, sua postura era — também aqui em nítida distinção em relação a CUT — de adesão, criticando somente alguns aspectos desta estrutura. A defesa que sempre fez do imposto sindical é exemplar manifestação desta posição.

Aos poucos, na CGT, movimentavam-se três blocos, ora em confluência, ora em dissonância. O seu centro era composto por sindicalistas oriundos do peleguismo tradicional, mas que buscavam modernizar-se — a nível partidário em sua maioria simpatizantes do PMDB — e, para tanto, contavam com uma sólida aliança com setores da esquerda tradicional, em especial o PCB e MR-8. À esquerda desenvolvia-se, no interior da CGT,

a Corrente Sindical Classista, vinculada ao PCdoB. E à direita avançava, com muita desenvoltura, e ganhando cada vez mais espaço no interior da CGT, a aliança entre Antônio Rogério Magri, influenciado pela direita sindical norte-americana, e o então recém-dissidente do PCB, Luís Antônio Medeiros que, curiosamente, foi levado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para, garantindo a ação do PCB, derrotar o peleguismo mais atrasado. Medeiros, por fim, numa ação lenta mas precisa, derrotou tanto Joaquim dos Santos Andrade quanto o próprio PCB, com o qual viria a romper. É esta tendência, liderada por Medeiros e Magri, que começou a propugnar-se como defensora do “sindicalismo de resultados”, passando a atuar mais diretamente no interior da CGT, visando imprimir uma nova diretriz à Central. Aos poucos, a aliança entre a burocracia sindical, a esquerda tradicional e esta nova direita sindical (o sindicalismo de resultados) mostrou-se um tanto incômoda. A Corrente Sindical Classista, querendo opor-se cada vez mais à “Nova República” que ajudara a eleger. O centro, aglutinado por Joaquim dos Santos Andrade e setores da esquerda tradicional — PCB e MR-8 — mantinha sua postura ambígua de adesão crítica à “Nova República”. E o sindicalismo de resultados, sob influxo do neo-liberalismo, corria por fora em busca da hegemonia, pela direita, no interior da CGT. Ao final dos anos oitenta e início dos anos noventa, cada uma destas tendências buscou novos caminhos: a Corrente Sindical Classista, do PCdoB, aderiu à CUT. O sindicalismo de resultados abre caminho para uma nova central que busca organizar-se sob a denominação de Força Sindical, com Medeiros à frente. Parte expressiva do PCB optou também pela CUT. Redefiniam-se assim, em fins de oitenta e início de noventa, as tendências presentes no sindicalismo brasileiro.

Até assumir o Ministério do Trabalho no governo Collor, Magri ficou com a Confederação Geral dos Trabalhadores (no presente liderada por Francisco Pega-do) e Joaquim dos Santos herdou a hoje inexpressiva Central Geral dos Trabalhadores, da qual veio a se desligar posteriormente, em maio de 1991.²

2. Não fizemos referências A União Sindical Independente (USI), "Central" que agrega o sindicalismo totalmente atrelado e subordinado ao Estado. É o peleguismo arcaico. Sua única base é dada pelo sistema confederacional e pela Federação dos Empregados do Comércio do Estado de São Paulo. A USI tem Antônio Pereira Magaldi como presidente. Vale lembrar que é uma tendência de presença irrisória no interior do movimento sindical real e do base.

O SINDICALISMO DE RESULTADOS E A FORÇA SINDICAL: O CONTRA-ATAQUE DO CAPITAL

O sindicalismo de resultados nasceu, inicialmente, da confluência de duas atuações sindicais que vivenciaram trajetórias distintas e que, num dado momento, na segunda metade da década de oitenta, abraçaram o mesmo projeto. Sua liderança mais significativa é, de longe, Luís Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Sua outra liderança é Antonio Rogério Magri, na época presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo. O primeiro, ex-militante do PCB, abandonou este partido para liderar “um novo projeto de sindicalismo”; o segundo, moldado desde cedo num setor — o energético — então monopolizado pelo capital estrangeiro, pela Light.

A confluência da atuação destes dois líderes sindicais permitiu a formação, no Brasil, de uma nova direita no movimento sindical, distinta do velho peleguismo e perfeitamente inserida na onda neo-liberal que penetrou também no movimento sindical em nosso país. Alguns dos pontos centrais do seu ideário são: reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolar este âmbito da luta; o papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem

ser totalmente desvinculados da ação sindical; o Estado deve reduzir-se a sua ação, em favor de uma política privatizante. Estes pontos básicos, aliados a uma estratégia que recusa o confronto e procura extrair resultados imediatos nas ações práticas, calculadas para que não extrapolem o âmbito da negociação, conformaram uma feição neo-liberal e portanto burguesa, no seio do movimento sindical brasileiro. Por isso, dizíamos, é algo muito distinto do peleguismo (sempre atrelado ao Estado e dele porta-voz) e conforma o que caracterizamos como sendo a nova direita no movimento sindical. Ela opera, a nível sindical, uma espécie de mescla entre o neo-liberalismo — onde predomina — mantendo pontos de contato com a direita da social-democracia. Isto é o âmbito e o campo ideológico onde o sindicalismo de resultados opera e atua.

A reprodução de algumas indicações deste ideário nos permite elucidar os seus significados. Conforme disse Luis Antonio Medeiros, em entrevista à *Folha de S. Paulo* (20/08/87): "Eu acho que o capitalismo venceu no Brasil... Eu quero a divisão das riquezas e a minha briga não é pela mudança do regime." E quanto ao papel dos sindicatos: "o sindicato é um fator de mercado e deve, portanto, valorizar o preço de mão-de-obra." E acrescenta: "o trabalhador brasileiro não é contra o lucro, não é contra a existência de empresas. O que o trabalhador brasileiro quer não é destruir as empresas. Não é tomar as empresas, não é fazer com que elas não tenham lucro. O que ele quer é a participação nos lucros."

É, como se pode ver, a expressão politizada e articulada do culto da contingência. A natureza da classe operária é identificada com a sua consciência contingente. (Ver, a respeito, nossas considerações em *A Rebelião...* p. 146 e seguintes). Aquilo que é circunstancial na consciência de parcelas do operariado adquire

a conformação plena de uma política mantenedora da ordem. O que setores do operariado espontaneamente pensam é elevado à dimensão de seu projeto de classe, que também está preso a contingência. E isto dito por alguém que, formado pela esquerda tradicional, não teve receios em dizer que “a experiência da Comuna de Paris tem que ser resgatada, porque a Comuna de Paris foi a nossa luta.” (*Folha de São Paulo*, 20/08/87)

E, quanto aos caminhos a serem trilhados neste ideário e nesta ação sindical, acrescentou: “o que nós estamos procurando são caminhos novos. Mas eu diria que todo sindicato que se preze faz parte da reprodução capitalista. Porque qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível. Valorizar. Mas, a medida que ganho mais, compro mais, e assim o comércio vende mais, a indústria vende mais e eu crio mercado interno. Se crio mercado interno, estou fortalecendo o nosso capitalismo.” E, tecendo comentários aos partidos, acrescentou: “acho que está havendo no Brasil uma certa reação à excessiva política partidária existente nos sindicatos. Esse negócio chegou a nos exaurir. Não está dando resultado, não está trazendo conquista. Nossa reação é, de certa forma, para estilhaçar. E pode parecer alguma coisa como o sindicalismo norte-americano. Mas o meu ideal de sindicato não é nem o norte-americano, mas o alemão. São os sindicatos mais fortes, mais potentes.” (*Folha de São Paulo*, 20/08/87)

O aparente apoliticismo de Medeiros faz coro com a crítica vulgarizada. Perguntado pelo *Jornal do Brasil* à respeito do Pacto, asseverou: “só se for com todo mundo metendo a mão na massa. Principalmente os políticos, esse bando de irresponsáveis que só querem saber de lucrar e ganhar eleições.” (*JB*, 14/05/89). E, ao discorrer sobre as greves, completou: “a greve tem

que ser sempre a última saída. O problema é que falta sensibilidade aos empresários. O patronato não é muito chegado a um diálogo." E, deblaterando com setores à esquerda, acrescentou: "os trabalhadores têm que resistir à intransigência dos patrões e segurar irresponsáveis como o pessoal da Convergência Socialista e da Libelu. Eles ainda não tiraram a luta armada da cabeça, quando nós já estamos até saindo da era do computador... É preciso isolar os grupelhos de ultra-esquerda e de ultra-direita."

Vale ainda lembrar que, além de utilizar-se de todos os elementos presentes na estrutura sindical, a ação de Luís Antônio Medeiros foi sempre no sentido de desestimular os confrontos, de realizar acordos individuais e isolados. Enquanto o conjunto do movimento sindical realizava a greve geral de março de 1989, Medeiros negociava isoladamente acordos por empresa. Este é o porquê da denominação "sindicalismo de resultados." É nítido, entretanto, que falta um chão social duradouro para a vivência deste sindicalismo. Isto supõe uma burguesia com traços de civilidade e efetivamente disposta a fazer concessões reais. O que não parece ser o nosso caso, um país de capitalismo hipertardio e que tem sua dinâmica fundada na simbiose entre grande produtividade e sub-remuneração da força de trabalho. A crise do "sindicalismo de resultados" será, portanto, decorrência da própria vigência de um modelo que não permite resultados para os trabalhadores.

O caso de Magri é de maior rusticidade. Modelado pela concepção sindical *trade-unionista* norte-americana, na sua variante mais à direita, encontrou no pequeno núcleo de trabalhadores da antiga Light a base de sustentação de sua política sindical. Foi a ponta "norte-americana" no sindicalismo brasileiro. Sua opção por Collor, na eleição presidencial de 1989, e sua

indicação para o Ministério do Trabalho só confirmam sua “trajetória anterior”. Na reconfiguração sindical Magri separou-se de Medeiros, em fins da década de oitenta e início de noventa. Ficou na CGT, enquanto Medeiros fundou a Força Sindical.

A fundação da Força Sindical (que contou com o apoio de cerca de trezentos sindicatos, duas confederações e vinte federações), no início de 1991, caminha no sentido de consolidar o projeto neo-liberal do sindicalismo de resultados. Medeiros conseguiu, à frente desta nova Central, articular vários setores que anteriormente davam sustentação às CGT's. Estas deverão definir de maneira ainda mais intensa, fazendo com que muitos de seus quadros sindicais migrem cada vez mais para a Força Sindical, de modo que já é possível prever um quadro onde duas centrais disputarão o cenário sindical brasileiro: a CUT e a Força Sindical.

Fazendo aqui e ali concessões para incorporar setores sindicais egressos da esquerda tradicional, o Manifesto de criação da Força Sindical reafirma, entretanto, os aspectos fundamentais do sindicalismo de resultados: “a criação de uma Central Sindical moderna e ativa — a Força Sindical — surge, nesse contexto de crise e mudanças, como uma necessidade imperiosa. Tanto os trabalhadores quanto a sociedade como um todo necessitam, precisam, exigem uma central sindical que não seja ‘revolucionarista’, de um lado, ou submissa, de outro. Uma Central que não seja, de um lado, apenas sustentação de algum projeto estatal ou, de outro, inimiga visceral tanto do Estado quanto do empresariado. Os idealizadores da Força Sindical acreditam que neste mundo que assiste às mudanças radicais nos esquemas ideológicos, políticos e econômicos, é preciso lutar por um modelo de sociedade moderna, competitiva, democrática, competente e pro-

gressista". Nem mesmo à nível discursivo há alguma restrição ao capitalismo. Na verdade objetiva-se a "Justiça social, através da redistribuição de renda, com participação dos trabalhadores nos lucros e nas decisões das empresas...". Pretende, como consta da sua Carta de Princípios, a "busca permanente de um entendimento nacional, através de uma postura crítica e construtiva, e com base, sempre, em uma negociação de caráter político geral" (Conforme o Manifesto "*Nasce uma Nova Força — Força Sindical*").

O sindicalismo de resultados estampa, pois, uma nova direita em gestação no movimento sindical brasileiro.

A nova direita não pretende confundir-se com o sindicalismo que sustentou o peleguismo. Procura injetar e introduzir o ideário neo-liberal no mundo da representação do trabalho.¹ E, flerta também com a direita da social-democracia européia. Mas a gênese e a atuação do sindicalismo de resultados possibilitou uma ideologização mais expressiva do movimento sindical. A direita saiu da defensiva; não precisa mais do peleguismo. Ideologizou e "modernizou" o seu discurso. Metamorfoseou-se. E quais serão as respostas da esquerda sindical? Veremos isso um pouco adiante. Antes, é preciso analisar as transformações (e permanências) ocorridas a partir da promulgação da Constituição de 1988, no capítulo que se refere à estrutura sindical.

1. Quem, pela primeira vez, expôs de maneira mais sistemática os vínculos entre o sindicalismo de resultados e o neo-liberalismo foi Ozéas Duarte em seu ensaio *Os Mercadores de Ilusões: Análise Crítica do Sindicalismo de Resultados* (Ed. Brasil Debates, 1988, SP).

O INTERREGNO INSTITUCIONAL

MUDANÇA E CONSERVAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Para concluir este balanço analítico dos anos oitenta, é necessário esclarecer a seguinte indagação: o que mudou no sindicalismo brasileiro depois da Constituição de 1988? E o que permaneceu?

Pode-se dizer que a Constituição, promulgada em outubro de 1988, consolidou o trânsito da ditadura militar para o conservadorismo civil no Brasil. A maioria parlamentar dominante impediu que mudanças substanciais fossem conquistadas e manteve, no essencial, o caráter conservador da Carta Constitucional. Apesar disto, houve pontos de avanço para os trabalhadores que o capital e os seus representantes procuram obstar e inviabilizar através da legislação complementar.

No Capítulo dos Direitos Sociais, em especial no que se refere à organização sindical, está estampada a ambigüidade acima mencionada. Houve avanços efetivos, porém, em vários pontos, foram mantidos aspectos anteriores nefastos. Exemplifiquemos.

Um ponto importante obteve-se através da liberdade de associação sindical, sem que para isso seja necessária a autorização do Estado ou a sua intervenção (Artigo 8º). Trata-se, é evidente, de um passo significativo e de uma conquista do movimento sindical combativo. Porém, os sindicatos continuam organizados por categoria profissional e não por ramo de atividade eco-

nômica (neste caso se evitaria que uma mesma empresa tivesse trabalhadores vinculados a diferentes sindicatos). E, o que é muito pior, manteve-se o nefasto imposto sindical, um dos pilares mais importantes do sindicalismo atrelado. Foram ampliadas inclusive as formas de contribuição, visando o fortalecimento das Confederações que, ao invés de serem eliminadas, saíram fortalecidas. Como já mencionamos anteriormente, a única Confederação dentro da estrutura sindical oficial, que nasceu como resultado das lutas sociais foi a CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas; as demais são todas parte do que há de mais nefasto no sindicalismo brasileiro e deveriam ter sido extintas.

Foi também consagrado o direito de sindicalização aos funcionários públicos que vinham, desde fins da década de setenta, ampliando enormemente suas associações de classe, mas a quem era vetado o direito de criar sindicatos. Foram estendidos ao campo vários direitos sindicais anteriormente restritos ao mundo urbano. Foi aprovado o direito de eleição de um representante dos trabalhadores nas empresas com mais de duzentos empregados; é evidente, entretanto, que este direito está ainda muitíssimo aquém de constituir-se em uma efetiva representação dos trabalhadores, o que seria obtido a partir das comissões de empresas. E tampouco tem sido implementado.

A ambigüidade também se estampa com nitidez em dois outros aspectos que dizem respeito aos trabalhadores: o direito de greve e a questão do sindicato único. No que diz respeito ao primeiro ponto, embora tenha sido assegurado o direito de greve — o que é um grande avanço — há uma artimanha que pode restringir tal direito. Caberá à lei complementar estabelecer quais são os serviços ou atividades essenci-

ais e como se processará em caso de greve nestes setores. E mais, os "abusos" cometidos serão sujeitos às penas legais, ou seja, concede-se o princípio do direito de greve e tenta-se restringi-lo ou mesmo inviabilizá-lo, na hora da sua regulamentação complementar. Velha tática constitucional das classes dominantes brasileiras.

Por fim, a questão do sindicato único. Entendemos que o sindicato único é uma conquista dos trabalhadores, resultado de sua ação concreta. Porém, entendemos também que é necessário que exista ampla liberdade e autonomia sindical frente ao Estado (princípio este consagrado, por exemplo pela Convenção 87 da OIT). A Constituição brasileira de 1988, ao mesmo tempo em que consagra a livre associação sindical, proíbe a criação de mais de um sindicato por categoria. Há, evidentemente, uma contradição. Em nossa opinião, a aprovação da Convenção 87 da OIT, que permite a liberdade e autonomia sindicais, não é incompatível com o princípio do sindicato único conquistado na prática pelos trabalhadores. Aquela Convenção possibilita tanto a vigência do pluralismo sindical na base (que entendemos como prejudicial para os trabalhadores brasileiros), quanto a existência do sindicato único, como, aliás, ocorre em diversos países. Neste último caso, a existência do sindicato único, ao invés de ser uma imposição legal (ou exemplo de unicidade sindical), resulta de uma decisão autônoma e independente dos trabalhadores em suas lutas históricas pela ação e organização unitária dos trabalhadores. E será difícil supor que a classe trabalhadora em nosso país opte pela sua própria fragmentação nas organizações de base. Ao contrário, sua luta tem se pautado tanto pela defesa da independência, autonomia e liberdade sindicais, quanto pelo princípio da organização e da

ação unitárias. Assim ela tem se expressado em vários congressos e encontros sindicais de âmbitos diversos: desde assembléias de fábrica ou de base, até seus encontros nacionais. Poderíamos mencionar recentemente, só para darmos um exemplo, a luta travada pelos metalúrgicos do ABC paulista, pela reconquista de seu sindicato, nas intervenções realizadas pela ditadura durante as greves de 1979 e 1980. Numa das vezes houve inclusive uma tomada simbólica do Sindicato, enfrentando forte aparato repressivo.

Vê-se, portanto, que, se houve avanços a partir da Constituição de 1988, como a possibilidade de criação de sindicatos (sem que seja necessário o reconhecimento do Ministério do Trabalho), o direito de sindicalização dos funcionários públicos, a extensão dos direitos sindicais ao campo, a obtenção do direito de greve, houve também a manutenção e a conservação de aspectos nefastos, como o imposto e as contribuições sindicais, a persistência das Confederações, a não obtenção da plena autonomia e liberdade sindical, as possibilidades de restrição ao direito de greve, entre outros. Por isso, há sentido em se falar no binômio mudança e conservação no sindicalismo após a promulgação da Constituição de 1988.

Para concluir este balanço dos anos oitenta, gostaria de enunciar algumas idéias que complementaríamos analiticamente o quadro até aqui traçado e que indicam algumas possibilidades e perspectivas para a ação sindical no Brasil, nesta nova década dos noventa.

ESBOÇANDO CONCLUSÕES

TESES E IDÉIAS PARA O SINDICALISMO BRASILEIRO

Ora no fluxo, ora no contra-fluxo das tendências vivenciadas pelo sindicalismo dos países avançados, o Brasil presenciou agudas e significativas transformações.

Sente o nosso país, diretamente, as repercussões e os impactos das mudanças tecnológicas do Primeiro Mundo. O impacto da automação, da robótica, das novas técnicas de flexibilização e desregulação da produção, das novas formas de gestão da força de trabalho aqui estão presentes. Mas, paralelamente à esta processualidade, as nossas taxas de sindicalização, urbana e rural, aumentaram significativamente; aumentou também significativamente o número de sindicatos;¹ deu-se uma explosão do sindicalismo dos assalariados médios; o *quantum* grevista foi intenso nos anos oitenta, alcançando taxas incomuns, mesmo quando comparado a outros países com forte tradição sindical. Procurou-se organizar, embora de maneira ainda incipiente, formas de organização de base, especialmente através de comissões de fábrica; avançou-se

1. Os dados que obtivemos através de consulta ao IBGE, Ministério do Trabalho e à Central Única dos Trabalhadores permitiam calcular, até outubro de 1988, um total de 7.426 sindicatos, dos quais 4.277 urbanos e 3.149 rurais

na luta pela independência e desatrelamento dos sindicatos em relação ao Estado e verificou-se, entre as várias transformações sobre as quais discorreremos, o nascimento das centrais e tendências sindicais de âmbito nacional, das quais a CUT teve, na década estudada, um peso relevante.

Vimos, também, que a causalidade essencial do movimento sindical — e também do movimento grevista — foi voltar-se contra os níveis intensificados de sub-remuneração da força de trabalho, cuja cotidianidade, no mundo da produção, é marcada pela superexploração do trabalho. Foi também intensa a ação sindical visando maior autonomia e independência frente ao Estado.

Foi, portanto, um movimento — sindical e grevista — que mesclou causalidade econômica no seu desencadear, e significação política no seu desdobramento imediato. Econômica na sua causação, política na sua significação mais profunda. Depois de tantos anos sob a ditadura militar, o movimento sindical e grevista recolocou a classe trabalhadora na cena social e política do país. A particularidade do confronto no capitalismo brasileiro politiza imediatamente, mesmo quando a luta é de motivação predominantemente econômica. Mostramos em abundância, esperamos, esta tendência na primeira parte deste texto.

Quanto à forma de ser deste movimento, ele tem oscilado entre uma espontaneidade com menor ou maior presença dos organismos sindicais. Inicialmente mais próximo de uma ação espontânea sem a presença do organismo sindical, e posteriormente, mais próximo de uma ação sindical com traços mais nítidos de organização, é nesta processualidade que se encontrou o nosso movimento sindical e grevista.

Todo este quadro permitiu que se desenvolvessem outras duas tendências, extremamente significativas

nos anos oitenta: a inversão na centralidade das lutas, com os sindicatos à frente na confrontação política com a ditadura militar e posteriormente com a Nova República; e, o que nos parece decisivo hoje, uma mudança qualitativa na luta sindical, que acabou por provocar uma acentuação do fenômeno da ideologização do próprio movimento sindical. Queremos concluir este ensaio tratando destes dois últimos aspectos.

Os graves embates sociais da década, dados por movimentos grevistas ampliados — ora por categoria, como a greve nacional dos bancários de 1985, ou com as greves gerais, especialmente aquelas que foram melhor sucedidas, como as de 1986 e 1989; ou ainda greves como a de novembro de 1988, dos metalúrgicos de Volta Redonda, só para lembrar alguns exemplos — exprimem esta inversão do movimento operário: a luta sindical reivindicatória esteve à frente dos próprios partidos, ganhando relevância então o papel político que acabou sendo exercido pelas centrais sindicais, em especial pela CUT. No vazio aberto pela limitação dos partidos de esquerda, o sindicato e seu instrumental nacional — a CUT — acabaram assumindo um papel político relevante, que normalmente é atributo dos partidos. Ilustra bem esta formulação, a pressão social exercida pela CUT no curso do processo de elaboração da Constituição, que posteriormente forçou as forças da ordem a aceitarem algumas conquistas sociais. Não fosse esta pressão do movimento social, articulada pela CUT, a Constituição seria ainda mais conservadora. Lembra-se também que esta tendência — com as singularidades diferenciadoras — também esteve presente nesta década de oitenta, em outros países latino-americanos, onde paralelamente à retração dos partidos de esquerda, deu-se o avanço de movimentos sindicais independentes e autônomos.

Naturalmente estamos fazendo exceção aos momentos eleitorais — especialmente nas eleições presidenciais de 1989, quando nosso país esteve dividido ao meio e com uma candidatura de origem operária e sindical que liderava um amplo movimento eleitoral democrático e popular — momentos em que as ações políticas assumiam uma forma eleitoral e institucional, sendo menor, portanto, nesse universo eleitoral, o âmbito de atuação dos sindicatos.

A segunda tendência diz respeito à mudança qualitativa, que se iniciou na segunda metade da década de oitenta. É sabido que a primeira fase do movimento sindical foi marcadamente de resistência ao binômio arrocho/ditadura. Desde as memoráveis greves do ABC paulista, em 1978, que se generalizaram para o conjunto do país, o movimento sindical e grevista (que, neste período estudado muitas vezes se confundiam e se mesclavam) esteve empenhado numa enorme e mesmo heróica luta de resistência. Porém, a partir da segunda metade desta década — já sob a “Nova República” — o movimento sindical passou a ser solicitado numa dimensão até então menos presente: a dimensão ideológica. Além da resistência até então predominante — e que por certo se mantém e se manterá por bom tempo — tornou-se necessário para os sindicatos, em suas tendências nacionais, oferecerem alternativas, num quadro que não era mais aquele ditatorial. Isto os jogava para o universo explicitamente político e ideológico. E, quer pela direita, quer pela esquerda, novas situações foram criadas e novas exigências foram colocadas. Aqui ganha relevância a enorme reciclagem da direita mais moderna no seio do movimento sindical, que abandonou o antigo poleguismo e, através do “sindicalismo de resultados” e posteriormente da Força Sindical, forçou uma maior ideologização do movimento sin-

dical. Pela primeira vez no país, uma tendência sindical com relativa penetração definia o capitalismo como vitorioso em nosso país e abraçava um programa inteiramente convergente com o ideário neo-liberal. A nova direita, repetimos, levou o debate sindical para o âmbito explicitamente ideológico. Vimos que no interior da esquerda sindical — na CUT — este debate esteve sempre presente e em 1986, no II Congresso da Central, ocorreu sua adesão explícita ao socialismo, ainda que com a feição de uma pluralidade socialista, conforme expusemos anteriormente.

É mais ou menos nítida, como tendência, uma situação onde, à direita e aglutinando forças explicitamente pró-mercado e pró-capitalistas, o espaço da Força Sindical ou do “sindicalismo de resultados” deve ser hegemônico. À CUT está reservado o espaço que sempre foi o seu, de uma Central onde predomine um caráter anti-capitalista. Por isso, o embate travado no interior da CUT, entre socialistas e social-democratas, ao mesmo tempo que é uma decorrência da mudança qualitativa que acima aludimos, também terá um peso decisivo em sua definição e consolidação de sua trajetória. Ou a CUT mantém o seu espaço, na esquerda, ou então ela poderá vir a ter que disputar, com setores vinculados à Ordem, um lugar que não é o seu. O que implica em que o seu espaço possível de ação é enquanto central de esquerda, afinada com posturas e ideais socialistas. De pluralidade socialista.

Por isso cremos que, nesta década que se abre — e novamente no contrafluxo do “fim das ideologias” tão em voga no Ocidente avançado — nesta parcela expressiva do Terceiro Mundo Industrializado, o debate ideológico permanecerá e até mesmo se intensificará. Até, pelo menos, que as definições ora em curso se concretizem...

PARA ONDE VÃO OS SINDICATOS?

A última década vivenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, com repercussões diretas nas suas formas tradicionais de representação, dadas pelos sindicatos e partidos. Creio que se possa mesmo dizer, sem exagero, que foi a mais aguda crise deste século, que atingiu de maneira avassaladora o mundo da materialidade e da subjetividade do ser que vive do trabalho. A apreensão dos elementos centrais deste quadro crítico mostra-se imprescindível para que se possam visualizar perspectivas para a nova década.

Não foram poucas as transformações: com a inovação tecnológica, através da automatização e da robótica, desencadeou-se uma metamorfose na forma de ser do trabalho. Paralelamente ao definhamento do operariado industrial tradicional vivenciou-se uma explosão do assalariamento no setor de serviços. Desproletarização nas fábricas e terciarização do trabalho. As transformações em curso atingem também o padrão taylorista e fordista, dominantes neste século. Caminha-se, rapidamente, nos países do Ocidente

avanzado, para a flexibilização da produção; experimenta-se a desconcentração de grandes unidades produtivas e flexionam-se os direitos e conquistas (árrduas) dos trabalhadores. Transita-se, em vários ramos da produção, num rumo que vai do fordismo ao "toyotismo".

Ao invés do cronômetro taylorista e da produção em série fordista, movidos por enormes contingentes operários, avança-se, com o Japão na dianteira, para novos padrões de produção e de gestão da força de trabalho. A experiência dos círculos de controle de qualidade (CCQs) esparrama-se por todo Japão, ensaiando experimentos no Ocidente avanzado e no Terceiro Mundo industrializado. Substituem o despotismo taylorista pelo estranhamento do trabalho levado ao limite. É a apropriação do fazer e do saber do trabalho.

Não é preciso reafirmar que este quadro penetra até a medula do operariado industrial tradicional dos países avançados, que se reduz significativamente mas resiste enquanto predominar o (neo)fordismo e o (neo)taylorismo. Desqualificou-se em vários ramos, diminui em outros, como no mineiro e metalúrgico e requalificou-se em outros, como no caso dos operários-técnicos da siderurgia. Complexificou-se e heterogeneizou-se ainda mais.

Se a estes elementos estruturais acrescentarmos àqueles que remetem ao universo da consciência, da subjetividade e da representação do trabalho, compreende-se o porquê da agudeza da crise. Os seus organismos tradicionais, como os sindicatos, estão aturdidos e na defensiva, na retransa e com vários pontos vulneráveis. Entre o estrago bárbaro do stalinismo e a onda neoliberal, abandonam as perspectivas de emancipação do trabalho e contentam-se com o bem-estar social-democrata. Distanciam-se dos movimentos autô-

nomos de classe e subordinam-se, política e ideologicamente, aos valores existentes na sociabilidade regida pelo mercado. Abandonam o sindicalismo de classe dos anos sessenta e setenta, forte na França e Itália, e optam pelo sindicalismo de participação, como o alemão. Viram decrescer, nos anos oitenta, seus níveis de sindicalização, perdendo muito de suas bases e de suas forças.

Neste quadro adverso, querem discutir os impactos da automação, da robótica, das novas técnicas de gestão etc. Como tudo isso tem como mola propulsora a produção para o mercado, este é o limite que não podem transpor. Esta é a condição para participarem de tudo. Ou melhor, quase tudo... Da Suécia à Itália, da Alemanha à França, o quadro, em suas tendências mais gerais, pouco difere disto. E a unificação europeia acentuará estas tendências. Na Inglaterra, laboratório clássico do neoliberalismo europeu, a ação sindical é ainda mais defensiva. Luta pela preservação de conquistas sociais e públicas solapadas no fundo durante a vigência da era Thatcher.

É claro que, nesta contextualidade, há sinais de resistência, dada a permanência da contraposição entre capital social total e a totalidade do trabalho. As centrais sindicais espanholas, uma vez contabilizadas as perdas oriundas do Pacto de Moncloa, ensaiam ações mais ofensivas. Os ainda incipientes COBAS (*Comitato di base*), na Itália, questionam fortemente a moderação das centrais sindicais. A este quadro deve-se adicionar as consequências socialmente graves, decorrentes da sociedade dual, dada pela presença dos *gastarbeiters* na Alemanha (1 milhão e meio ao final da década de oitenta), do *lavoro nero* na Itália, isto é, dos trabalhadores imigrantes que praticam o trabalho parcial, precário, sub-humano, e que não gozam das benesses do *welfare state*.

Para apreender a repercussão da crise do trabalho no Terceiro Mundo industrializado é preciso, entretanto, fazer mediações. Este vive uma contextualidade particular que o insere ora no fluxo, ora no contra-fluxo destas tendências. México, Brasil, Argentina, Coréia e os países asiáticos de industrialização recente ilustram bem este quadro de confluências e dissonâncias. O nosso país vivencia as repercussões e impactos das mudanças estruturais decorrentes da automação e da robótica. Desenvolvem-se, mais ou menos ousadamente, novas técnicas de flexibilização e de gestão do trabalho, embora o binômio taylorismo-fordismo ainda impere, e muito. Mas, no contrafluxo do quadro do Ocidente avançado, inúmeras transformações fortaleceram o nosso sindicalismo.

As taxas de sindicalização aumentaram significativamente na última década, tanto no contexto urbano quanto no rural. Houve uma expansão enorme no sindicalismo dos assalariados médios; o volume grevista foi intenso e em 1987 alcançou mais de duas mil greves e mais de 130 milhões de jornadas não-trabalhadas. Ensaiou-se um projeto de organização de base, através das comissões de fábricas, avançou-se na luta pela independência dos sindicatos em relação ao Estado e verificou-se o nascimento das centrais sindicais. Este, um dos pontos mais nevrálgicos do sindicalismo brasileiro, possibilitou o nascimento da CUT que, em seus sete anos de existência, é caso quase ímpar da nossa história do trabalho, só encontrando paralelo, em duração, na pequena Confederação Operária Brasileira do início do século.

Se foram decisivas as transformações ocorridas em nosso sindicalismo nos anos oitenta, o que se visualiza para os primeiros anos da nova década é sombrio: recessão, mais arrocho salarial, aumento dos níveis de

miserabilidade, além da tentativa de consolidação, neste Terceiro Mundo industrializado, das transformações vivenciadas no Ocidente avançado. O sindicalismo brasileiro terá, por certo, uma década duríssima. Teremos que seguir, aqui, os rumos adotados lá fora ou devemos buscar, em nossas especificidades, as reais saídas para a crise que atinge o mundo do trabalho?

*MUNDO DO TRABALHO E SINDICATOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO:
IMPASSES E DESAFIOS DO NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO*

A crise que atinge o mundo do trabalho, seus organismos sindicais e partidários, é de proporções ainda não de todo assimiladas. Sua intensidade e agudeza devem-se ao fato de que, simultaneamente, atingiu a *materialidade* e a *subjetividade* do *ser-que-vive-do-trabalho*. Não foram poucas as transformações vivenciadas nesta última década, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com repercussões fortes, decorrentes da mundialização e globalização do capital, no conjunto de países do Terceiro Mundo, especialmente aqueles *intermediários*, dotados de um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil.

Indico, a seguir, alguns elementos que, no seu conjunto, compõem a causalidade deste quadro agudamente crítico: a automação, a robótica e a microeletrônica, possibilitaram uma revolução tecnológica de enorme intensidade. O taylorismo e o fordismo já não são únicos, convivendo, no processo produtivo do capital, com o "toyotismo", o "modelo sueco", entre outros. Tais mudanças têm consequências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões

de gestão e "envolvimento" da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão - em realidade uma apropriação do *fazer e saber* do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o *estranhamento* do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite - tudo isso, feito sob um "inquestionável" domínio da "produtividade" e da "modernidade social", acabou afetando a *forma de ser* do proletariado fabril, tradicional. A *classe-que-vive-do-trabalho* metamorfoseou-se.(1)

Se já não bastassem estas transformações, a crise atingiu também diretamente a *subjetividade* do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais *defensiva*, cada vez mais atada à *imediaticidade*, à *contingência*, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a "revolução técnica" do capital avançava, lutavam para manter o *mais elementar e defensivo* dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência esta ameaçada: o *direito ao trabalho, ao emprego*.

É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o

sindicalismo de participação em substituição ao *sindicalismo de classe*. Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital. As perspectivas generosas da emancipação humana, tão caras à Marx, foram ou estão sendo pouco a pouco trocadas pelos valores da acomodação socialdemocrática. Entre o estrago neoliberal e a bancarrota do Leste-Europeu (equivocadamente assimilada por enormes contingentes da esquerda como o "fim do socialismo e do marxismo"), o universo político e ideológico do mundo sindical de esquerda, incapaz de buscar novas alternativas socialistas, refundadas, redescobertas e radicais, cada vez mais se insere na preservação do chamado *welfare state*, no universo da ação socialdemocrática. A luta pelo controle social da produção, presente com intensidade nos anos 60/70, na Europa, e em tantos outros momentos da luta dos trabalhadores, parece cada vez mais distante. O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concertação.

Incapaz de apreender a amplitude e a dimensão da crise do capitalismo, postado numa situação desfavorável que lhe obsta a possibilidade de visualizar e agir para além do capital, o sindicalismo, em seus traços e tendências dominantes nos países avançados, conduzido pelo ideário que tem conformado suas lideranças, a cada passo dado, recua a

um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tombo. Cada vez mais atuando sob o prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade. Penso que se trata mesmo da *mais aguda crise no universo do trabalho*, com repercussões fortes no movimento dos trabalhadores. A *simultaneidade* da crise, tanto na materialidade, quanto na subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho*, a torna muito mais intensa. Quais foram as consequências mais visíveis destas transformações?

No que diz respeito ao mundo do trabalho, as respostas são complexas e envolvem múltiplas processualidades, que aqui somente podemos indicar, de modo a tentar configurar um *esboço* explicativo para a crise que assola a classe trabalhadora (nela incluído o proletariado) e em particular o movimento sindical. É visível a redução do operariado fabril, industrial, gerado pela grande indústria comandada pelo binômio taylorismo-fordismo, especialmente nos países capitalistas avançados. Porém, paralelamente a este processo, verifica-se uma crescente *subproletarização* do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial etc. A presença imigrante no Primeiro Mundo cobre fatias dessa *subproletarização*. Ora se confundindo, ora se diferenciando desta tendência, há um fortíssimo processo de *terceirização* do trabalho, que tanto

qualifica como desqualifica e com certeza desemprega e torna muito menos estável a condição operária.(2) Deslança o assalariamento dos setores médios, incorpora-se o trabalho das mulheres no processo produtivo. Há qualificação em vários setores, como no ramo siderúrgico, acarretando, enquanto tendência, um processo de *intelectualização do trabalho industrial* (o trabalhador como "supervisor e regulador do processo de produção", conforme a antecipação genial de Marx nos *Grundrisse*), e desqualificação em outros, como no mineiro. Como se constata, a processualidade é complexa e multiforme e tem como resultado uma classe trabalhadora mais *heterogeneizada, fragmentada e complexificada*.(3)

E o sindicalismo não permaneceu imune a estas tendências: diminuíram as taxas de sindicalização, na(s) última(s) década(s), nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países. (4) Com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, parciais, *reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho*. Houve, na década de 80, redução do número de greves em vários países do centro. Aumentam os casos de corporativismo, xenofobia, rascismo, no seio da própria classe trabalhadora. Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas. Que atingiu com intensidade, na década de 80, o sindicalismo nos países avançados e que, na

viragem de 80 para 90, atingiu diretamente os países subordinados, especialmente aqueles dotados de um parque produtivo relevante, como é o caso do Brasil.

Quando se reflete sobre as transformações vivenciadas no sindicalismo nos países centrais e seus paralelos com aquele praticado no Brasil, é preciso fazer as devidas mediações. Participamos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas que tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é típico deste canto do mundo e desse modo reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma *globalidade desigualmente combinada*, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados.

O nosso sindicalismo viveu, na década de 80, ora no fluxo, ora no contra-fluxo das tendências acima descritas. Diria que, na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira muito insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta

pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o *novo sindicalismo* ao longo da última década.

Porém, paralelamente a este processo, nos últimos anos da década de 80, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriam o nosso sindicalismo na onda regressiva. A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro recessivo intensificado, deslançavam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um exemplo forte. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização, tiveram no neoliberalismo do projeto Collor, forte impulso.

Esta nova realidade arrefeceu e aciou o *novo sindicalismo* no Brasil, que se encontrava, de um lado, frente à emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da *nova direita*, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo e, de outro, frente às próprias lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT, que lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do *novo sindicalismo*,

para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora. Neste caso, além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nitidos contornos socialistas, de modo a dotar o novo sindicalismo dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto e, de outro, à acomodação socialdemocrática, que apesar de sua crise no centro, aumentava fortemente seus laços políticos e ideológicos com o nosso movimento sindical, procurando apresentar-se cada vez mais como a única alternativa possível para se fazer o combate ao neoliberalismo.

Não é preciso dizer que o quadro hoje é agudamente crítico. O sindicalismo da *Força Sindical*, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, dependente totalmente dos recursos forâneos.

Na Central Unica dos Trabalhadores -que nasceu a partir do operariado industrial ligado à indústria automobilística, da qual Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores se originaram- o quadro é também

de grande apreensão. Começa a ganhar cada vez mais força, em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anti-capitalistas, em nome de uma acomodação dentro da Ordem. O culto da negociação, das camaras setoriais, do programa econômico para gerir pelo capital a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática socialdemocráticas. Trata-se de uma crescente definição política e ideológica no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez menos respaldada numa política de classe. E cada vez mais numa política para o conjunto do país, o "país integrado do capital e do trabalho".

No campo que se reconhece como socialista e anticapitalista no interior da Central Unica dos Trabalhadores, as dificuldades também são enormes. Como é possível resistir a uma onda tão intensa? Como é possível elaborar um programa econômico alternativo que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria da economia informal? Como é possível gestar um novo modelo econômico que elimine definitivamente a superexploração do trabalho, que particulariza o capitalismo industrial brasileiro, cujo salário mínimo está em torno de 70 dolares? Quais são os contornos básicos desse modelo econômico alternativo cuja lógica deverá iniciar a desmontagem do padrão de acumulação capitalista vigente no país? Como é possível pensar numa ação que não

impeça o avanço tecnológico, mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho *alternativo* que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração impostas pela lógica do capital, *integradora para fora e desintegradora para dentro*? Como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade *para além do capital*, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do *ser que vive do trabalho*? Em outras palavras, como superar um caminho meramente doutrinário e buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara conformação anticapitalista? São, como se pode perceber, alguns desafios enormes.

Se, entretanto, consegui traçar um quadro *crítico* aproximado, o desafio mais urgente do nosso sindicalismo pode ser assim sintetizado: como se efetiva, no contexto de uma situação *defensiva*, uma ação sindical que dê respostas às necessidades *imediatas* do mundo do trabalho, preservando elementos de uma estratégia anticapitalista e socialista?

Qual caminho que o *novo sindicalismo* brasileiro, nascido no final dos anos 70 e início de 80, vai adotar: irá negociar *dentro da Ordem* ou *contra a Ordem*? Procurará elaborar um programa de emergência para simplesmente *gerir a crise do capital* ou tentará avançar na elaboração de um programa econômico alternativo, *formulado sob a ética do*

trabalhores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores? Pode-se responder que para tanto é preciso muito mais que a ação sindical. É verdade. Mas pode-se responder que a ação sindical no Brasil dos nossos dias seguramente auxiliará, numa ou noutra direção, o que lhe confere uma enorme responsabilidade.

(1) Ver, por exemplo, Murray, F. - "The Descentralisation of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker", *Capital & Class*, 19, 1983, Londres; Annunziato, F. - "Il Fordismo nella Critica de Gramsci e Nella Realta Statunitense Contemporanea", *Critica Marxista*, 6, 1989, Italia; Clarke, S. - "Crise do Fordismo ou Crise da Socialdemocracia", *Lua Nova*, 24, 1991, SP; Gounet, T. - "Luttes Concurrentielles et Stratégies d'accumulation dans L'Industrie Automobile", *Etudes Marxistes*, n. 10, maio de 1991, Bélgica.

(2) Ver Bihr, A. - "Le Prolétariat Dans Tous Ses Eclats", *Le Monde Diplomatique* e Gorz, A. - "Pourquoi la Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valets", *Le Monde Diplomatique*, 22/6/1990.

(3) Ver Mészáros, I.- "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", *Monthly Review*, 39, jul-ago/1987 e Mandel, E.- "Marx, La Crise Actuelle et L'Avenir du Travail Humain", *Quatrième Internationale*, 20, maio/ 1986, Paris.

(4) Ver, por exemplo, os dados apresentados por Visser, Jelle, em "Syndicalisme et Desyndicalisation", em Freyssinet, J.(organizador), em *Le Mouvement Social* nº 162, "Sindicats D'Europe", janvier/mars 1993, éditions Ouvrières.

INDIVÍDUO, CLASSE E GÊNERO HUMANO: O MOMENTO DA MEDIAÇÃO PARTIDÁRIA

Este texto pretende, tão somente, elencar pontos ou notas acerca de temáticas tão complexas e complexificadas, que dizem respeito aos partidos e as classes sociais na contemporaneidade. Como se trata de um roteiro para um debate, ele terá muito mais o caráter pontuado de questões para discussão.

Feito este esclarecimento acima, enuncio outro objetivo deste texto: reafirmar a pertinência da conexão entre os partidos e as classes sociais, como referencial analítico profícuo. Não se defenderá aqui, entretanto, a excludência analítica de se pensar a relação partidos/classes sociais/gênero humano⁽¹⁾, como incompatibilizada com a relação partidos/classes e a questão do gênero/mulher. É triste constatar que, além do enorme empobrecimento analítico presente quando se estuda a relação entre partidos e classes sociais hoje, houve, também, na brutalização (e simplificação) teórica deste século, a exclusão, pura e simples, da questão específica do gênero/mulher nas inter-conexões existentes entre os partidos e as classes-que-vivem-do-seu-trabalho. Apesar disto, a questão das classes, dos partidos e da mulher permanece. O que aqui me proponho é, entretanto, muito mais modesto: enumerar questões (breves), indicativas da pertinência e validade de se pensar as conexões entre os partidos e as classes sociais.

(1) Ser genérico, em termos marxianos, entendido como ser consciente, que vive a efetividade humana unilateral. Ser que se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre. Conforme Marx, parte final do primeiro dos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844), Grijalbo, Espanha.

Parece uma obviedade que, na sociedade regida pelo capital, ocorre a desidentidade entre indivíduo e gênero humano, especialmente quando o olhar se volta para o mundo do trabalho. Marx referiu-se a esta dimensão aguda, complexa e contraditória, nos Grundrisse: "O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, que torna possível esta individualidade (os indivíduos universalmente desenvolvidos) supõe precisamente a produção baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo, a universalidade do estranhamento frente a si mesmo e aos demais e a universalidade e a multilateralidade de suas relações e habilidades. Em estágios de desenvolvimento anteriores, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque não havia desenvolvido ainda a plenitude de suas relações e não as pôs, frente a ele, como potências e relações sociais autônomas".(2)

Essa desidentidade entre indivíduo e gênero humano - e as múltiplas formas de estranhamento que daí decorrem - se universalizam sobre a produção generalizada de mercadorias, apesar desta oferecer, pela primeira vez, as possibilidades para a multilateralidade humana. Mas, ao invés do homem voltado para-si-mesmo-conscientemente-como-gênero, tem-se o seu contrário. Nas palavras de Agnes Heller: "ao mesmo tempo em que o capitalismo produz necessidades "múltiplas e ricas", provoca o empobrecimento dos homens e converte o ser que trabalha em um ser "isento de necessidades".(3) Constata-se, pois, um processo de homogeneização e redução das necessidades do ser social que trabalha, "que deve

(2) Marx, K. - Grundrisse (Borrador), Siglo XXI, Argentina, p.69/89.

(3) Heller, Agnes-Teoria de las Necesidades en Marx, Ed. Península, Espanha, p.53.

privar-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo".(4)

Não creio que se possa dizer que no capitalismo avançado tal contextualidade e concretude não ^{tem} mais vigência. Essa hipótese, então, para o Terceiro Mundo industrializado, é inimaginável. E mesmo na Volvo, de Uddevalla, na Suécia, citada como exemplo mais avançado de organização do trabalho sob o capitalismo do welfare state, também lá o produto continua alheio e estranho aos seus reais produtores. A decisão de que produzir não lhes pertence. E a apropriação do trabalho não é nem social e nem coletiva. Cito este exemplo atípico, porque mesmo ele reafirma a regra. E isso na Suécia. Na realidade do Brasil, México, Coreia, Argentina, a desidentidade entre indivíduo e gênero humano beira a animalidade, especialmente quando se pensa nos estratos mais subalternizados das classes trabalhadoras. Isso para não falar dos gastarbeiters na Alemanha, no lavoro nero na Itália, enfim, no trabalho imigrante tão degradado na Europa que rumo para a unificação e que exclui contingentes vários do seu "bem estar social".

Há, pois, não a eliminação mas a persistência do antagonismo entre capital social total e a totalidade do trabalho, antagonismo que se dá tanto na esfera da produção, quanto da sociedade de consumo produtora de desperdício, que manipula o consumo do ser que trabalha. O seu tempo de não-trabalho, seu tempo liberado, não lhe permite viver uma vida cheia de sentido.(5)

(4) *Ibid*, p. 65.

(5) Ver, a este respeito, os ensaios de Mandel, E., "Marx, La Crise Actuelle et L'Avenir du Travail", in Quatrième Internationale, nº 20, mai/86 e Mészár os, I., A Necessidade do Controle Social, Ed. Ensaio.

(6) Penso que, neste universo, afloram duas outras questões decisivas, quando se pensa na emancipação do ser social: a contradição entre o indivíduo e a sua classe e as relações complexas e contraditórias entre o gênero mulher e

Se o indivíduo é expressão da singularidade e o gênero humano é uma dimensão de universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social. A consciência de uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular.⁽⁶⁾ Essa consciência do ser que trabalha é, portanto, uma processualidade, algo em movimento, em seu ir-sendo. Neste longo, complexo, torturoso percurso, com idas e vindas, encontra-se ora mais próximo da imediatidade, do seu ser-em-si-mesmo, da consciência contingente, ora mais próximo da consciência autoemancipadora, do seu ser-para-si-mesmo que vive como gênero, que busca a onilateralidade, momento por certo mais difícil, mais complexo, da universalidade autoconstituente da classe.⁽⁷⁾

Decisivo aqui é referir-se que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas, e as respostas dos indivíduos e das classes são uma constante busca de indagações que se originam na vida cotidiana, onde as questões lhes são afloradas. As respostas às questões mais complexas são, entretanto, mediatizadas. Recorro a uma passagem de Lukács, que me remete ao centro da questão: "Enquanto na cotidianidade normal cada decisão que não se tornou completamente rotineira, vem presa em uma atmosfera de inumeráveis 'se' e 'mas'..., nas situações revolucionárias e mesmo já em seus processos

home

(7) Ver Mészáros, I., "Contingent and Necessary Class Consciousness", in Philosophy, Ideology & Social Science (Essays in Negation and Affirmation), Wheatsheaf Books Ltd, 1986, Inglaterra, p. 81/83.

TRABALHO E ESTRANHAMENTO

A história da realização do ser social, muitos já o disseram, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. É por demais conhecida aquela passagem de *O Capital*, onde Marx diferencia o pior arquiteto da melhor abelha: aquele "obtem um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objeto, que ele sabe que determina, como lei, espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade".¹

Em outras palavras, o ser humano tem ideado, em sua consciência, a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho, antes de sua realização.

Isto ressalta a capacidade teleológica do ser social. É no trabalho, entendido como protoforma, com forma originária da atividade humana, "que se pode demonstrar ontologicamente que o estabelecimento de uma finalidade é um momento real da efetiva

¹ Marx, K., *O Capital*, vol. I, Livro Primeiro, Tomo 1, Abril Cultural, São Paulo, 1983, pp. 149-150.

realidade material [...] qualquer trabalho seria impossível se não fosse precedido de uma tal colocação, determinando-lhe o processo em todas as suas fases".² Ou, ainda segundo Lukács: "Tão somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação".³

Do que se depreende que é decisivo o papel da ação teleológica, que põe em movimento formas distinguidoras da atividade mecânica animal, configurando previamente o processo de trabalho.

No trabalho, o momento distinguidor, essencialmente separatório é constituído pela manifestação do ato consciente que, no ser social, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica.⁴ "O trabalho é um ato de por consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios".⁵ O que remete a uma dimensão fundamental da subjetividade do ser, à dimensão teleológica. "Portanto, pode-se falar racionalmente do ser social tão-somente quando se compreende que sua gênese, sua separação da base originária e sua emancipação, estão fundadas no trabalho, ou seja, na contínua realização de finalidades colocadas".⁶

². Lukács, G., *Ontologia Dell'essere Sociale*, II', Editori Riuniti, Roma, 1981, p. 23.

³. Lukács, G., "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem", in *Temas de Ciências Humanas*, nº 4, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1978, p. 5.

⁴. Ibid., p. 4.

⁵. Ibid., p. 8.

⁶. Lukács, G., *Ontologia Dell'essere Sociale*, II', op. cit., p. 24.

Falar em teleologia no processo de trabalho não significa, evidentemente, conceber um teleologismo que afirma o domínio universal do finalismo, uma teleologia dominando a história. Há, ao contrário, no plano do trabalho, uma unidade inseparável entre teleologia e causalidade. Como diz ainda Lukács: "Decisivo aqui é compreender que se está em face de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade em movimento é certamente de origem teleológica, mas a sua existência real [...] é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico".⁷

O que torna transparentes a contraditoriedade presente no processo social: formular teleologias sobre as alternativas possibilitadas pela realidade - cujo movimento é resultante de causalidades presentes nesta mesma realidade e que foram postas pelo conjunto dos atos humanos precedentes -, o que restringe e limita as possibilidades e alternativas da ação teleológica. Isso, entretanto, não elide a ação consciente, subjetiva, que desempenha papel decisivo nas mudanças e rupturas substanciais da história da humanidade, de que as revoluções são momentos exemplares.⁸

O trabalho gera "na ontologia do ser social, uma categoria qualitativamente nova em relação às precedentes formas do ser inorgânico. Tal novidade está no fato de que a posição teleológica realiza-se enquanto resultado adequado, idealizado e desejado".⁹

⁷. Lukács, G., "As Bases...", op. cit., p. 6.

⁸. Sobre a distinção lukacsiana entre posições teleológicas primárias, isto é, aquelas que remetem diretamente à esfera do trabalho, e as posições teleológicas secundárias, isto é, aquelas que se referem da atividade humana que não diretamente vinculadas às atividades econômicas, mas sim à superestrutura, ver Vaisman, Ester, O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lukács, Dissertação de Mestrado, UFPB, 1986, especialmente cap. I.

⁹. Lukács, G., Ontologia..., II', op. cit., p. 33.

O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o "motor decisivo do processo de humanização do homem".¹⁰ Não foi outro o significado dado por Marx ao enfatizar que "Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana".¹¹ Essa formulação permite entender o trabalho como "a única lei objetiva e ultra-universal do ser social, que é tão 'eterna' quanto o próprio ser social; ou seja, trata-se também de uma lei histórica, na medida em que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir".¹²

Através do trabalho, diz Lukács, "tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; 'desenvolve as potências nela ocultas' e subordina as forças da natureza 'ao seu próprio poder'. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza, são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha 'utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade'".¹³

¹⁰. Ibid., p. 36.

¹¹. Marx, K., O Capital, op. cit., p. 50.

¹². Lukács, G., Ontologia do Ser Social (Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx), Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979, p. 99.

¹³. Ibid., p. 16.

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado.¹⁴ O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social - a sua realização no e pelo trabalho - é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo, reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não "primeira necessidade" de realização humana. Na formulação contida nos Manuscritos: "... o trabalhador decai a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria", torna-se "um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual".¹⁵

Como expressão da realidade existente na sociedade regida pelo valor tem-se a dialética da riqueza-miséria, da acumulação-privação, do possuidor-despossuído. Ainda conforme Marx: "Segundo leis da

¹⁴. Utilizamos a expressão o trabalho estranhado (*die entfremdete Arbeit*) e estranhamento (*Entfremdung*) e não alienação (*Entauserung*), porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana. Como disse Lukács: "Somente quando as formas objetificadas da sociedade adquirem ou assumem funções que põem a essência do homem em contraposição à sua existência, submetem a essência humana ao ser social, a deformam ou dilaceram, etc., é que se produz a relação objetivamente social do estranhamento". Conforme Lukács, G., *História y Consciencia de Clase*, Prólogo de 1967, Grijalbo, Espanha, 1975, p. XXVI. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas acarreta necessariamente o desenvolvimento da capacidade humana mas - e aqui emerge plasticamente o problema do estranhamento - o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, pode desfigurá-la e evitá-la. Ver Lukács, G., *Ontologia...*, II", p. 562.

¹⁵. Marx, K., *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, parte final do primeiro manuscritos, in Marx/Engels, *História*, Fernandes, Florestan (org.), Ática, São Paulo, 1983, pp. 147 e 158. Como o tradutor desta edição não compartilha com o exposto na nota anterior, fizemos algumas alterações a partir da consulta ao texto original *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (1844), Werke, Dietz Verlag, Berlin, pp. 510-522.

Economia Política o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que tanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza".¹⁶

Como resultante da forma do trabalho na sociedade capitalista tem-se a desrealização do ser social. O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor e que se tornou coisa. Tem-se então, que esta realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador.¹⁷

Esse processo de estranhamento do trabalho não se efetiva apenas no resultado - a perda do objeto - mas abrange também o próprio ato de produção; ele é o efeito da atividade produtiva já estranhada. Se o produto é o resultado da atividade produtiva, resulta que esta é estranha ao trabalhador. Nas palavras de Marx: "No estranhamento do objeto do trabalho só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho".¹⁸ O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega. "Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho

¹⁶. Ibid., p. 152.

¹⁷. Ibid., p. 149.

¹⁸. Ibid., pp. 152-153.

e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele".¹⁹

Em seus Extratos de Leitura sobre J. Mill, onde pela primeira vez faz uma exposição mais sistemática da noção de estranhamento, Marx afirma: "Meu trabalho seria livre projeção exterior de minha vida, portanto desfrute de vida. Sob o pressuposto da propriedade privada (em troca) é estranhamento de minha vida, posto que trabalho para viver, para conseguir os meios de vida. Meu trabalho não é vida".²⁰

O trabalho como atividade vital, verdadeira, desaparece: "Uma vez pressuposta a propriedade privada, minha individualidade se torna estranhada até tal ponto, que esta atividade se torna odiosa, um suplício e, mais que atividade, aparência dela; por consequência, é também uma atividade puramente imposta e o único que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca e accidental, não a necessidade interna e necessária".²¹

O estranhamento, enquanto expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro é a "abstração da natureza específica, pessoal" do ser social, que "atua como homem que se perdeu a si mesmo, desumanizado".²² O estranhamento remete, pois, à idéia de barreiras sociais que obstaculizam o

¹⁹ Ibid., p. 153.

²⁰ Marx, K., "Extractos de Lectura - James Mill", in Obras de Marx y Engels, Ome, "Manuscritos de Paris y Anuários Franco-Alemanes - 1844", Grijalbo, Barcelona, 1978, p. 293.

²¹ Ibid., p. 299.

²² Ibid., p. 278.

desenvolvimento da personalidade humana. Tem-se como retrato não o pleno desenvolvimento da onilateralidade do ser, mas a sua redução ao que lhe é instintivo e mesmo animal. Ainda nas palavras incisivas presentes nos Manuscritos: o trabalhador sente-se livremente ativo em suas funções animais (comer, beber, procriar, etc.) e em suas funções humanas sente-se como um animal. O que é próprio da animalidade se torna humano e o que é humano torna-se animal.²³

Estranhado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se do próprio homem.²⁴ Torna-se estranho em relação ao gênero humano. "O homem se converte em um simples meio para outro homem; um meio para a satisfação de seus fins privados, de sua avidez."²⁵ Não se verifica o momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano - isto é, o homem vivendo para-si-mesmo conscientemente como gênero -, mas o seu contrário.

Nas sociedades capitalistas "o valor de uso (o produto do trabalho concreto) não serve para a satisfação das necessidades. Ao inverso, sua essência consiste em satisfazer as necessidades do não-possuidor. Ao trabalhador lhe é completamente indiferente o tipo de valores de uso por ele produzido, não tendo com eles nenhuma relação. O que desenvolve para satisfazer suas necessidades é, pelo contrário, trabalho abstrato: trabalha unicamente para manter-se, para satisfazer as meras necessidades 'necessárias'".²⁶

²³. Marx, K., Manuscritos Econômicos-Filosóficos, op. cit., p. 154.

²⁴. Ibid., p. 158.

²⁵. Heller, Agnes, Teoria de las Necesidades en Marx, Ed. Península, Barcelona, 1986, p. 54.

²⁶. Ibid., p. 54.

Na concretude do capitalismo tem-se portanto, que "tudo é 'reificado' e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo. O indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), quando seu 'corpo inorgânico' - 'natureza trabalhada' e capacidade produtiva externalizada - foi dele alienado. Não tem consciência de um 'ser pertencente a uma espécie'..., em outras palavras, um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade".⁸⁷

A atividade produtiva, dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, onde os homens são atomizados, "não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque 'reifica' (coisifica) o homem e suas relações e o reduz ao estado de um animal natural".⁸⁸ Em lugar da consciência de ser social, tem-se o culto da privacidade, a idealização do indivíduo tomado abstratamente.⁸⁹ Ao invés do trabalho como atividade vital, momento de identidade entre o indivíduo e o ser genérico, tem-se, na sociedade regida pelo capital, uma forma de objetivação do trabalho, onde as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem, conforme disse Marx, a forma de relação entre os produtos do trabalho. A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas.

"A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de forças de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho,

⁸⁷ Mészáros, István, Marx: A Teoria da Alienação, Zahar, Rio de Janeiro, 1981, p. 76.

⁸⁸ Ibid., pp. 76-77.

⁸⁹ Ibid., p. 77.

finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho".³⁰

A dimensão abstrata do trabalho mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. Disto resulta o caráter misterioso, ou fetichizado da mercadoria: ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho. Mascaram-se as relações sociais existentes entre os trabalhos individuais e o trabalho total, apresentando-as como relações entre objetos coisificados. "Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas".³¹

No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em uma relação social entre coisas: a capacidade pessoal transfigura-se em capacidade das coisas.³² Trata-se, portanto, de uma relação reificada entre os seres sociais. Marx aponta, entretanto, nos Grundrisse, a dialeticidade presente no capitalismo: "O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, que tornam possível esta individualidade [Os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais enquanto relações próprias e coletivas estão já submetidas a seu próprio coletivo] supõem precisamente a produção baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo, a universalidade do estranhamento do indivíduo frente a si mesmo e aos demais e a universalidade e a

³⁰. Marx, K., O Capital, volume I, Abril, op. cit., p. 71.

³¹. Ibid., p. 71.

³². Marx, K., Elementos Fundamentales Para La Crítica de la Economía Política, Borrador, 1857-1858, I, Siglo XXI, Buenos Aires, p. 85.

multilateralidade de suas relações e de suas habilidades. Em estágios de desenvolvimento anteriores, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque não havia desenvolvido ainda a plenitude de suas relações e não as pôs, frente a ele, como potências e relações sociais autônomas". E acrescenta: "É tão ridículo sentir nostalgia daquela plenitude primitiva como crer que é preciso deter-se neste vazio completo".³³

A racionalização própria da indústria capitalista moderna tende, ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. Este é reduzido a um nível de especialização, que acentua a atividade mecanicamente repetida. E essa decomposição moderna do processo de trabalho, de inspiração taylorista, "penetra até a 'alma' do trabalhador".³⁴ Tem-se, no plano da consciência, a coisificação, a reificação; o trabalho estranhado converte-se num forte obstáculo à busca da onilateralidade e plenitude do ser. Não é casual, diz A. Heller, que Marx enfatize vigorosamente o fato de que o capitalismo produza necessidades "múltiplas e ricas", na mesma medida em que o empobrecimento dos homens e converte o trabalhador em um ser "isento de necessidades".³⁵

³³ Ibid., p. 89-90.

³⁴ Conforme Lukács, G., "La Coisificación y la Conciencia Del Proletariado", in *Historia y Conciencia de Clase*, op. cit., p. 129.

³⁵ Heller, A., op. cit., p. 53.

Remetida à contemporaneidade, dada pelo capitalismo avançado da época monopólica, a problemática do estranhamento adquire amplitude ainda maior: se na gênese do capitalismo industrial, dada a vigência "de um trabalho opressivo em um nível quase animal" [...] a luta de classes teve por objetivo, por decênios, garantir, com reivindicações adequadas sobre salários e sobre o tempo de trabalho, o mínimo de uma vida humana para o trabalhador",³⁶ com a subsunção real do trabalho ao capital, e o predomínio da mais-valia relativa, a luta ganhou um componente inteiramente novo, uma vez que a mais-valia absoluta já não desempenha o papel dominante.

"Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais, ergue uma barreira no interior dos indivíduos, entre a sua existência e uma vida rica de sentido [...] Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em *otium*, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância e vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho".³⁷

Essa longa citação parece-nos valiosa por introduzir componentes novos para se entender a problemática do estranhamento na sociabilidade contemporânea: se esta se objetiva originariamente no processo de produção - e tem neste momento o seu estatuto

³⁶. Lukács, G., *Conversando com Lukács*, por Holz, Kofler Aben droth, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, pp. 52-53.

³⁷. *Ibid.*, pp. 53-54.

ontológico fundante - o capitalismo avançado conseguiu estendê-la até a esfera do consumo. Com todo arsenal mercadológico e da mass-mídia, a possibilidade de manipulação das necessidades de consumo do ser que trabalha o impossibilita, também neste plano, de buscar sua realização, acarretando formas complexas de estranhamento.²⁸

No universo da manipulação das necessidades, a liberdade individual é "só aparente: o particular elege os objetos de suas necessidades e plasma estas necessidades individuais não em conformidade com sua personalidade, mas sobretudo em conformidade com o lugar que ocupa na divisão do trabalho [...] dado que o fim não é o desenvolvimento múltiplo do indivíduo, o particular se converte em escravo desse conjunto restrito de necessidades".²⁹ O retrato mais significativo do empobrecimento das necessidades do indivíduo é dado pela sua redução e homogeneização: "o operário somente deve ter o suficiente para querer viver e somente deve querer viver para ter. [...] Quando observa que o trabalhador é um 'ser sem necessidade', Marx alude a esta redução. O trabalhador deve privar-se de toda necessidade para poder satisfazer uma só, manter-se vivo. [...] De uma só coisa não pode privar-se o trabalhador: de sua força de trabalho. Porém, o uso da força de trabalho (o

²⁸. Conforme Lukács, G., "Autocrítica do Marxismo", in Temas de Ciências Humanas, op. cit., p. 23. Penso que Sartre também afora esta problemática quando afirma, referindo-se ao capitalismo avançado, que "o operário esgota-se trabalhando para produzir o automóvel e para ganhar o dinheiro necessário para comprá-lo; esta aquisição lhe dá a impressão de que foi satisfeita uma 'necessidade'. O sistema que o explora lhe dá, ao mesmo tempo, um modelo e a possibilidade de satisfazê-lo. Há que buscar, portanto, a consciência do caráter intolerável do sistema não mais na impossibilidade de satisfazer suas necessidades elementares, senão, antes de tudo, na consciência da alienação: quer dizer, porque esta vida não vale a pena de ser vivida e porque não tem sentido, esse mecanismo é um embuste, essas necessidades criam-se artificialmente, são falsas, esgotam e só servem a estas utilidades". Sartre, J. P., "Masas, Espontaneidad, Partido", Discusión entre Sartre y la dirección del II Manifiesto, in Teoría Marxista del Partido Político 3, Vários Autores, Cuadernos de Pasado y Presente 38, Siglo XXI, Argentina, 1973, p. 21.

²⁹. Heller, A., op. cit., p. 57-58.

trabalho) em condições capitalistas constitui também um 'processo de redução'. A mesma execução do trabalho não representa uma necessidade do trabalhador. Como consequência da divisão do trabalho esta é limitada a 'força produtiva por excelência'. Assim se conclui o processo de redução e homogeneização das necessidades".⁴⁰

Há, portanto, no plano da produção e reprodução material uma dupla dimensão da luta contra o estranhamento sob o capitalismo: aquela que visa o questionamento do próprio modo de produção e extração na mais-valia e aquela que possibilita ao indivíduo que trabalha, utilizar seu horário de não-trabalho, seu tempo liberado, visando a concretização de uma experiência mais cheia de sentido, não coisificado pela manipulação do capital.

É evidente, entretanto, que a emancipação do trabalho não se confunde com tempo livre ou liberado, mas sim com uma nova *forma de trabalho*, que realize, em sua integralidade, a onilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social. Por isso discordamos de A. Gorz, quando este afirma que a libertação do ser social passa pela abolição do trabalho, pelo reino do não-trabalho, pela "sociedade do tempo liberado". Dessa formulação resulta que a centralidade na transformação social não é mais encontrada no proletariado mas na "não-classe" de "não-trabalhadores".⁴¹

⁴⁰. Ibid., pp. 64-66.

⁴¹. Ver Gorz, A., Adeus ao Proletariado (Para Além do Socialismo), Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1982, pp. 9-22.

É verdade que na contextualização do capitalismo avançado, a automatização crescente tem acarretado uma diminuição relativa e absoluta da classe operária. Do mesmo modo, é possível constatar, em alguns países europeus, um processo que, paralelamente à automação do trabalho, tem gerado uma descentralização das grandes unidades fabris. Referindo-se à Itália, Fergus Murray mostra como a descentralização produtiva tem sido intensificada e tem se transformado através do avanço tecnológico, combinando automação e descentralização física da produção, gerando o fracionamento do trabalho, anteriormente concentrado em grandes unidades fabris, e que passa a se transferir para o "domestic out-workers", incrementando, desse modo, o "putting-out" do trabalho para uma rede de pequenas unidades. A título de exemplo destas tendências, cita o autor que no Japão existem cerca de 180 mil "domestic out-workers"; o carro S. da General Motors é fabricado na rede de produção da G.M. européia, que emprega 120 mil trabalhadores espalhados em 39 plantas em 17 países. Na economia italiana, o "putting-out" tem acarretado mudanças no emprego industrial dos últimos 10 anos; em 1971, 22% da força de trabalho industrial estavam empregados em pequenas empresas com menos de 19 trabalhadores. Por volta de 1978 este índice cresceu para 29,4% , aumentando em cerca de 345 mil trabalhadores. O "putting-out" e a fragmentação geográfica da produção têm sido parcialmente responsáveis por estas tendências. Em 1980 aproximadamente um terço da força de trabalho na indústria mecânica de Bolonha estava trabalhando em "empresas artesanais" ("artisan firms") que empregam de 1 a 15 trabalhadores. Tudo isto sugere, segundo o autor, que a descentralização produtiva, a automação e a

informática são meios eficientes para serem contrapostas ao poder operário e ao trabalho coletivo de massa. Em se generalizando esta tendência (o que por enquanto é uma hipótese) é evidente que o trabalhador coletivo de massa dos anos 70 diminuirá em muito sua potencialidade revolucionária.⁴²

Se é válido argumentar que a formulação de Gorz é, no mínimo, polêmica e mesmo problemática, mesmo quando remetida à concretude do capitalismo avançado (onde expressivos confrontos do proletariado europeu, como a greve dos mineiros ingleses, que perdurou por quase um ano, e a dos metalúrgicos alemães, também de longa duração - só para citar dois exemplos desencadeados em 1984 - contraditam as teses do "welfare state" e do conformismo da classe operária) mais problemáticas tornam-se quando remetidas aos países não-hegemônicos.⁴³ Mas esse já é uma outra discussão.

⁴² Ver Murray, Fergus, "The Decentralisation of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker?", in *Capital & Class*, nº 19, Primavera 1983, Londres, pp. 79-99.

⁴³ Sobre a greve dos mineiros na Inglaterra ver *Digging Deeper - Issues in the Miner's Strike*, Huw Beynon Ed., British Library, 1985.

Outro autor, Castoriadis, levou ao limite a formulação anterior contida em A. Gorz, e da qual discordamos radicalmente. Em *Socialismo ou Barbárie* diz: "A preparação histórica, a gestão cultural e antropológica da transformação social não pode nem poderá ser tarefa do proletariado, nem a título exclusivo nem a título de privilégio. Não se trata de atribuir a uma categoria social particular, seja ela qual for, uma posição soberana ou 'hegemônica', após o que discorre sobre o que considera a total inadequação do conceito de proletariado e da teoria marxiana das classes. Acrescenta ainda, em outro ensaio: "Não podemos começar a compreender algo sobre o proletariado e sua história enquanto não nos livrarmos desses esquemas ontológicos que dominam o pensamento herdado (e seu último rebento, o marxismo), enquanto não considerarmos em primeiro lugar as significações novas que emergem na e através da atividade dessa categoria social, em vez de fazê-la entrar à força em escaninhos conceituais vindos de fora e previamente dados". E completa: "A classe operária, no sentido próprio da expressão, tende a se tornar uma camada numericamente minoritária nos países de capitalismo moderno; e, o que é ainda mais importante, não se manifesta mais e não se põe mais como classe". Disto resulta que "...não há mais proletariado como única classe verdadeiramente revolucionária; há um proletariado minoritário na sociedade, que não se põe como classe revolucionária (e nem mesmo mais como 'classe') e cuja luta contra o sistema instituído não é, quantitativa ou qualitativamente, nem mais nem menos importante do que a de outras camadas sociais". A primeira citação está em Castoriadis, C., *Socialismo ou Barbárie (O Conteúdo do Socialismo)*, Brasiliense, São Paulo, 1983, p. 30. As demais citações encontram-se em *A Experiência do Movimento Operário*, Brasiliense, São Paulo, 1985, pp. 54, 73 a 76. Em relação à persistência do antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho, ver as considerações de Mészáros, *A Necessidade do Controle Social*, Editora Ensaio, São Paulo, especialmente itens 6 e 7.

A CRISE VISTA EM SUA GLOBALIDADE

I

Uma análise global da crise do capitalismo é um empreendimento difícilimo, mesmo quando o objetivo é reter algumas de suas tendências mais gerais. Não é outro o sentido de *O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial)*, do alemão Robert Kurz.

Podemos iniciar dizendo que estamos diante de um livro de fortíssimo impacto. Parece-nos difícil resenhá-lo na medida que ele é, por um lado, altamente convincente, vigoroso, ousado, explosivo, denso, analítico, contestador e, por outro lado, problemático, por vezes impressionista, quase jornalístico e em alguns momentos insuficiente. Mas a sua dimensão primeira, de alta positividade, é muito superior à segunda. O que o torna um livro *privilegiado*, como poucos nesta época de conformismo e resignação quase absolutas, de encantamento com os valores do mercado, do capital, da produtividade, da institucionalidade, da ordem, das indeterminações, dos estranhamentos, das fetichizações, do fim da história e de tantas outras manifestações da *irratio* dominante.

O livro defende com enorme vigor e força uma tese central: a derrocada do Leste Europeu e dos chamados países socialistas não foi expressão da vitória do capitalismo e do

Occidente, mas a manifestação de uma *crise particular* que agora fulmina o coração do sistema mundial produtor de mercadorias. Foi, portanto, um momento de uma dada *processualidade*, da crise global do capital, que se iniciou pelo Terceiro Mundo, atingiu de maneira arrasadora o Leste Europeu e agora penetra agudamente *no centro* do modo de produção de mercadorias e da sociedade do trabalho *abstrato*. Nas palavras do autor: "O "mercado planejado" do Leste (...) não eliminou as categorias do mercado. Consequentemente aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (ganho da empresa). E quanto ao princípio básico do trabalho abstrato, este não se limitou a adotá-lo, como também levou-o ao extremo". (p.29)

Os países do Leste eram parte "do próprio sistema produtor de mercadorias", constituindo-se numa *variante* deste e nunca em algo efetivamente novo e socialista. Aqueles que partem do *estatismo* existente no Leste para diferenciá-lo do capitalismo, desconsideram que a formação social capitalista, em vários momentos, recorreu ao estado para constituir-se e consolidar-se. O mercantilismo, a Era Bismarck e o intervencionismo keynesiano são exemplos, sempre segundo o autor, desta recorrência. Sugestivo e altamente provocativo nas indicações e ilações teóricas, mas também enormemente *a-histórico*, Kurz procura mostrar como o "estatismo do socialismo real" encontra em verdade muita similitude com o estado racional burguês de Fichte. E até mesmo com o Mercantilismo... Mercado planejado, direito

ao trabalho e monopólio estatal do comércio exterior, presentes no "socialismo real", "foram pré-formuladas pelo próprio capitalismo e por seus ideólogos progressistas à beira da industrialização; não são estranhas, em sua essência, ao capital ou ao sistema produtor de mercadorias, mas sim, características estruturais do nascimento histórico desses últimos". (p. 42) O culto do trabalho *abstrato*, levado ao limite no Leste, mostra como a crítica marxiana do fetichismo foi absolutamente desconsiderada, "eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degradada a um fenômeno mental puramente subjetivo." (p.48)

..... Sem romper na interioridade com a lógica do sistema produtor de mercadorias, a "crise da sociedade de trabalho do socialismo real marca a crise iminente da moderna sociedade do trabalho em geral, e isso precisamente *porque* os mecanismos de concorrência tiveram tanto êxito e minaram e debilitaram de fato os fundamentos do sistema produtor de mercadorias. Faz parte da lógica desse sistema o fato de que os seus componentes mais fracos, no que se refere à produtividade e ao entrelaçamento, são os primeiros a cair no abismo de colapso do sistema..." (p.90) Superadas as lacunas do texto da edição brasileira, que carece de imediata e imprescindível revisão, percebe-se nesta última citação que o autor entende a crise da modernidade em sua dimensão globalizada. Sem o princípio da concorrência, absolutamente improdutivo e obsoleto no desenvolvimento

tecnológico, o Leste viu germinar, simultaneamente, uma sociedade de escassez e desperdício. Quando o Ocidente vivenciou, nas décadas de 70 e 80, um significativo surto tecnológico, através da microeletrônica, a concorrência e a lógica do sistema mundial produtor de mercadorias acabaram por levar ao colapso terminal do "socialismo real", que "tinha que fracassar em sua própria irracionalidade interna, na forma-mercadoria levada ao extremo do absurdo e na relação insustentável com o exterior..."(p.152) Desse modo, a transição pós-89, vivenciada pela URSS e pelo Leste, assemelha-os não com o Ocidente avançado, mas com uma realidade mais próxima do Terceiro Mundo. Este, na outra ponta da crise global do sistema produtor de mercadorias, já se constitui naquilo que o autor chama de "sociedades pós-catastróficas": " (...) o Terceiro Mundo ou já fracassou em sua tentativa de modernização (...) ou, no melhor dos casos, encontrou um *status* precário, no papel de países ascendentes, que permanece exposto à espada de Dâmoques do mercado mundial e, mesmo assim, já não permite um desenvolvimento interno da sociedade inteira."(p.176) As raríssimas exceções não fracassadas da "industrialização para a exportação", presenciada em alguns países asiáticos como Coreia, Hong Kong, Taiwan e Cingapura, permanecem numa "dependência precária dos países ocidentais" e não tem vivenciado, até agora, o desenvolvimento de um mercado interno que de fundamento a estes projetos industriais, além de serem em sua maioria países pequenos, insulares, cujos

projetos são irrealizáveis em países continentais. "A estrutura industrial insular que é capaz de concorrer no mercado mundial está unilateralmente orientada para a exportação, e o mercado interno não pode ser desenvolvido suficientemente porque a industrialização para a exportação, aparentemente bem sucedida, não pode gerar, em virtude de sua alta intensidade de capital, o volume suficiente de capacidade aquisitiva interna; o fator decisivo nesse processo não é o salário baixo, mas sim a incapacidade destas produções altamente automatizadas de absorver massas suficientes de mão-de-obra."(p. 176) Kurz só pode visualizar, para o Terceiro Mundo, rebeliões sociais, movimentos inspirados no fundamentalismo etc, sujeitos sempre à intervenção de um "poder policial internacional" respaldado pela ONU. Tendo perdido seu papel de fornecedor de força de trabalho sub-remunerada e abundante para o capital produtivo, estes países, fora do embate tecnológico em que se encontra o centro, são expressão viva e real da outra ponta do *colapso*. Sua conclusão é aguda: "A lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente".(p.206) A mesma lógica desigual que regulou as relações entre os países centrais e do Terceiro Mundo penetra no *interior* do Ocidente. "O que marca a próxima fase é que regiões inteiras estão "caindo fora", morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram

derrotadas na concorrência dos mercados mundiais e já não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade". E o autor está se referindo, aqui, aos países do centro. Os EUA e Inglaterra "estão dissipando seus próprios recursos de capital monetário em um *consumo improdutivo a nível de potências mundiais*", consumo que não poderiam praticar há muito tempo. (p.211) Japão e Alemanha, os "vitoriosos", não têm como escapar desta lógica destrutiva que os movimenta: estão financiando, "há anos e em dimensões inimagináveis, seus sucessos de exportação nos mercados mundiais, emprestando às economias da OCDE que de fato foram derrotadas na concorrência, os recursos necessários para a continuação da inundação com mercadorias importadas. Somente por isso, as economias perdedoras dentro da OCDE ainda não tomaram o rumo das sociedades pós-catastróficas do Sul e do Leste, porém à custa de acumularem verdadeiras montanhas de dívidas impagáveis." (p.213) A conclusão do autor é direta: estamos entrando numa *era das trevas*, de consequências imprevisíveis. E, "uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo (...) ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do "trabalho", da "classe trabalhadora", ou da "luta das classes trabalhadoras"" . O marxismo (e junto com ele o movimento operário) é "parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise." (p.227) Apesar do enorme resgate que Kurz faz das

formulações marxianas, neste ponto aparece a sua única (e forte) crítica: "Sem dúvida, revela-se aqui um dilema até hoje insuperado no centro da teoria de Marx. A afirmação do movimento operário (...) é na verdade inconciliável com a sua própria crítica da economia política, que desmascara precisamente aquela classe trabalhadora não como categoria ontológica, mas sim como categoria social constituída, por sua vez, pelo capital." (p.71) O movimento operário, segundo Kurz, conduziu à emancipação *capitalista* dos trabalhadores, mas não é o *sujeito* capaz de levá-lo à emancipação *social*. E, com outra tese provocativa e ousada, finaliza seu ensaio: "O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objetivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim, um fenômeno *já presente*, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma errada e negativa, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um *comunismo das coisas*, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana." (p.228) Na impossibilidade e inexistência de um sujeito coletivo capaz de superar a crise, no universo do mundo do trabalho, Kurz esboça sua proposição : torna-se necessária a busca de "uma razão *sensível*, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e vinculada à forma-mercadoria." (p.232) Esta crítica radical "teria que se emancipar completamente de suas idéias anteriores, já obsoletas" e para a qual a

"esquerda, com todos os seus matizes, mostra-se completamente incapaz de dar uma resposta à crise." (p.226/227)

II

Trata-se, como procuramos mostrar, nestas páginas onde perseguimos a *imanência* do texto, de um ensaio ousado, rico, provocativo, contundente, polêmico e *problemático*. Texto onde a prioridade é do *ontológico*, onde a apreensão da lógica do objeto - a crise *contemporânea* do sistema produtor de mercadorias, do capitalismo- é perseguida em seus nexos essenciais e *totalizantes*. Pode-se dizer, sinteticamente, que suas *formulações acertam* no essencial, no *diagnóstico* da crise do capital dos nossos dias e *falham* nas visualizações, nas proposições, no modo de caminhar *para além do capital*. Talvez seja demais, nos dias de hoje, exigir tanto. Afinal, apontar o capitalismo como derrotado a partir da análise do desmoronamento do Leste Europeu, não é pouco nem usual. E resgatar vigorosamente e sugestivamente a crítica da economia política de Marx para demonstrá-lo, é ainda mais incomum. Um livro que provoca e nos faz refletir e ... repensar, *pela esquerda*, sobre tantos pontos "*inquestionáveis*", também é outro forte mérito. Gostaria de concluir, entretanto, apontando *alguns* dos problemas que sua leitura suscita.

Primeira crítica: na recuperação ontológica do objeto, Kurz *suprimiu* a dimensão, decisiva em Marx, da

subjetividade. Os seres e personagens do capital e do trabalho são epifenômenos de uma lógica dada por um objetivismo férreo. Neste ponto, e inspirado no tom provocativo do texto, parece-nos que o materialismo de Kurz é mais próximo de Feuerbach do que de Marx. Vale lembrar a *primeira tese* sobre Feuerbach: o principal defeito de todo o materialismo até aqui (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade só é apreendida sob a forma de *objeto ou de intuição*, mas não como *atividade humana sensível*, como *praxis*, não subjetivamente. (Marx, *Teses sobre Feuerbach*). A lacuna que Kurz atribui a Marx é, em verdade, uma lacuna de Kurz: o seu entendimento do *fetichismo* como quase integral, insolúvel e irremovível obsta a existência ativa e a resistência efetiva dos sujeitos. Kurz aqui paga um preço desnecessário aos críticos da *sociedade do trabalho*, que ele tanto se aproxima como se diferencia. Próximo de Habermas (e por tabela de Gorz e Offe) Kurz se insere no universo dos críticos da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo. Com uma *significativa diferença*: para ele, trata-se de eliminar a centralidade do *trabalho abstrato*, coisa feita também por Marx desde os estudos preparatórios para os *Manuscritos de 1844*. Porém, para Marx era imprescindível o resgate da dimensão *concreta* do trabalho, enquanto *atividade vital*, enquanto fonte criadora de *valores de uso socialmente necessários*, enquanto *protoforma* da atividade humana, para lembrar o velho Lukács. Kurz não é

suficientemente claro a este respeito (o que é uma lacuna) mas sugere, num paragrafo, uma pista relevante: "*A sociedade do trabalho* como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e o conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho." (p.26) Apesar desta referência, Kurz parece ainda tributário, em alguma dimensão, dos adeptos da *crise da sociedade do trabalho*. Para sermos claros: uma coisa é o esgotamento da sociedade do trabalho *abstrato*. Outra, bem diferente, é a crítica que recusa um projeto societário que conceba o *trabalho* como *criador de valores de uso*, na sua *dimensão concreta*, como *atividade vital, desfetichizada*, como *ponto de partida* (e não de chegada) para a *omnilateralidade humana*.

Kurz centra toda a sua análise na prevalência da produção generalizada e destrutiva de mercadorias e na conseqüente teoria marxiana do valor-trabalho; uma vez que se reafirma contemporaneamente esta tese (o que é outro enorme mérito do livro), parece muito difícil negar a *existência objetiva* da contradição no interior do processo de valorização do capital. De modo que a luta objetiva entre a *totalidade do trabalho social* e a *totalidade do capital* não contradita a crítica marxiana da economia política, mas lhe é absolutamente essencial. Não são "duas lógicas históricas ... completamente diferentes", como quer Kurz, mas momentos

intrínsecos de uma *mesma lógica*, da classe que cria valores e...que exatamente por isso tem a *possibilidade* de antagonizar-se frente ao capital, de rebelar-se. Se a teoria do valor-trabalho é validada, a *luta de classes* é consequência inevitável daquela. Esta foi, inclusive, uma das aquisições ontológicas centrais do Marx que, na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844), concebia *preliminarmente* o proletariado como a "classe com cadeias radicais", e que posteriormente apreendeu o proletariado como a "mercadoria-força de trabalho que cria valores" e que vivencia por isso a possibilidade real da contradição frente ao capital. O ponto essencial remete a discussão para o universo das limitações *subjetivas* do mundo do trabalho, campo temático que, como vimos, Kurz recusa.

A sua crítica de que o movimento operário, neste século, esteve em grande medida atado à luta no universo da sociedade de mercadorias é rica e em boa medida verdadeira. Basta pensar nas enormes limitações da chamada esquerda tradicional. Mas não deveria permitir a Kurz chegar onde chegou: na ausência absoluta de sujeitos. Para Marx sempre foi muito claro que "o proletariado está obrigado a *abolir-se a si mesmo*", se de fato pretende a superação da sociedade do capital. (Marx, *A Sagrada Família*) Desse modo, e se se quer ficar no essencial da discussão que Kurz suscita, a *classe-que-vive-do-trabalho* não está *objetivamente* incapacitada para superar o capitalismo (como quer Kurz),

mas somente poderá vir a fazê-lo se sua *auto-consciência* incorporar como momento *decisivo* a *auto-abolição de si mesmo como classe*, o *momento do gênero-para-si*. O que, reconhecemos, é uma tarefa monumental, e para a qual só uma *esquerda social, renovada, crítica e radical, de nítida inspiração marxiana*, forjada no interior do mundo do trabalho poderá, em nosso entendimento, implementar. A esquerda tradicional (do "marxismo" da era staliniana e stalinista) e a esquerda social-democrática estão, ambas, impossibilitadas para esta empreitada.

Segunda crítica: a assimilação entre Leste e Ocidente, se é verdade no que diz respeito a que ambos inseriam-se no universo do sistema produtor de mercadorias, não deve permitir uma *identificação tão plena* entre o que ocorreu nos países pós-capitalistas e os capitalistas. No debate presente neste número da *Crítica Marxista*, indicamos algo a respeito desta discussão. Não é por acaso que Kurz fala em "socialismo de caserna", "socialismo real", "regime protocapitalista", "sociedades capitalistas", "regime transitório pré-burguês", "mercantilismo tardio", entre outras denominações. Convenhamos, é muita imprecisão conceitual. cremos que a Revolução Russa não foi burguesa em sua origem, como quer Kurz, mas pouco a pouco viu sua processualidade curvar-se cada vez mais à lógica mundial do capital. E aqui também Kurz auxilia, e muito, na reafirmação e demonstração desta tese.

Terceira crítica: Kurz tem boa dose de razão ao atar o

marxismo do século XX à tragédia do Leste Europeu. Mas exagera, e por diversas vezes equivoca-se. Cito só dois exemplos: dizer que "Trotsky, em primeiro lugar, poderia ter-se tornado outro Stalin"(p.50) só é aceitável quando o império da objetividade é de tal tamanho, que suprime toda a dimensão *subjetiva*. De novo Kurz está muito mais próximo de Feuerbach do que de Marx. Do mesmo modo quando diz que nada se salva do chamado marxismo ocidental, "abstraindo-se algumas iniciativas isoladas, pouco claras e sem maior resultado". Este acabou sendo responsável pela "ausência de uma crítica do fetichismo".(p.49) Da *coisificação* presente em *História e Consciência de Classe* até a vigorosa teoria do *estranhamento* encontrada na *Ontologia do Ser Social*, não foi outro o empreendimento enorme de Lukács, que pode até mesmo ter, para os seus críticos, muitas lacunas, mas por certo não foi "pouco clara e sem maior resultado". O mesmo poderia ser dito de Gramsci, que revigorou o marxismo contemporâneo, porque entendeu a dimensão *subjetiva*, a *mediação* política, a dimensão emancipadora da cultura etc, não como epifenômenos redutíveis a um objetivismo férreo. Neste capítulo Kurz é por demais arrogante. E fazer a *crítica da política*, entendendo-a como *mediação*, como faz Marx, não é desconsiderá-la, como faz Kurz, ou tratá-la como mero epifenômeno.

Último ponto: Kurz redesenha o *colapso* da sociedade produtora de mercadoria-dinheiro. E não vê uma saída *emancipadora* impulsionada pelas forças do *trabalho*, como

também parece não considerar a hipótese de uma (relação conservadora das forças burguesas visando minimizar a crise e desse modo prolongar a sociabilidade regida pelo capital. Cremos, ao contrário, que ambas as alternativas se colocam: uma, a *reação do capital*, para tentar *amenizar a era das trevas*, e não deixar, com ela, desmoronar o *admirável mundo* do dinheiro. Evidentemente, para citar um único exemplo, o desemprego estrutural ampliado converte-se em um *problema* para os *sujeitos do capital* quando acarreta uma depressão acentuada do *mercado consumidor* a ponto de comprometer a integralização do processo de valorização do capital. A outra, a *ação do trabalho*, porque sob a ruína de uma experiência intentada e desastrosa, que foi a experiência do Leste, poderá talvez pela primeira vez neste século, olhar para o Ocidente e para o mundo, e vê-lo sendo minado por sua própria lógica destrutiva. E ousar, de maneira crítica, renovada e radical, avançando para *além do capital*, lançando, "mais cedo ou mais tarde, o tabuleiro no chão" e dispensando "todas as regras da chamada civilização mundial", uma vez que "essas regras democráticas da razão mundial burguesa e iluminista são em sua essência abstratas e insensíveis, pois seu verdadeiro fundamento é o automovimento do dinheiro, abstrato e privado de sensibilidade..." (p.199) E o livro de Robert Kurz é um alento e uma reflexão viva nesta direção, inconformado e anticapitalista que é, contraditando em alguma medida até mesmo uma de suas formulações, visto que se constitui numa

expressiva reflexão e resposta de uma *subjetividade* que não se subordinou aos valores do capital e aos *estranhamentos* hoje tantas vezes cultuados, escrevendo um contundente ensaio contra a lógica e os mecanismos atuais da sociabilidade do capital. O que o torna um dos livros de maior impacto dos últimos anos.

A PREVALÊNCIA DA LÓGICA DO CAPITAL

Nos limites deste pequeno texto vou procurar apontar alguns elementos que determinaram, no plano ontológico, a derrocada da URSS e da equivocadamente chamada "experiência socialista" intentada neste século. Vou fazê-lo recorrendo a duas idéias centrais, deixando de tratar de inúmeras questões relevantes, *mas não determinantes*, que este espaço não permite tratar:

1) Ao contrário do que apregoa a *irrazão* hoje dominante, a experiência da URSS não concretizou valores essenciais do pensamento de Marx, mas acabou por efetivar a *negação aguda dos elementos fundantes de seu pensamento*.

2) As sociedades pós-revolucionárias *não conseguiram constituir-se enquanto sociedades socialistas*; a ruptura iniciada em 1917 *não foi capaz de romper com a lógica histórico-mundial do capital*, apesar de contemplar, no âmbito dos recortes nacionais, dimensões anticapitalistas.

Começemos pela primeira. São conhecidas as idéias de Marx a respeito das possibilidades de rupturas anticapitalistas: estas encontrariam solo fértil somente se as revoluções socialistas atingissem uma dimensão e uma processualidade universalizantes, a partir de "um alto grau de desenvolvimento", dado "num plano *histórico-mundial*". Sem isso, o "comunismo local", impossibilitado de desenvolver-se como "força universal", seria sufocado pelas próprias "forças do intercâmbio" mundial. (Marx, 1977; 50/51) Muito

tempo depois, indagado sobre a possibilidade da Revolução na Rússia, Marx acrescentou: pela inserção no "mercado mundial onde predomina a produção capitalista" (Marx, 1978; 142), a revolução russa poderá ser "ponto de partida" para o Ocidente, "de modo que ambas se completem". (Marx e Engels, 1975; 15)

Sabe-se que não foi esta a trajetória russa: uma revolução singular, ocorrida num país atrasado, não teve como desdobramento a *ocidentalização* da revolução. Com as derrotas das revoluções no centro, especialmente a alemã, a revolução russa começa a vivenciar a *tragédia*. Se com Lenin, Trotsky e Bukharin, *dimensões* desta tragédia eram visualizadas, com Stalin a revolução russa atingiu a absurda condição de *modelo* que deveria ser seguido pelas demais revoluções. Daí para a também nefasta tese staliniana do *socialismo num só país*, e seus vários e cada vez mais equivocados desdobramentos, como o do *socialismo nos países coloniais, dependentes, atrasados etc*, foi um passo muito rápido. *Objetivamente isolada*, a revolução russa estava *impossibilitada de romper com a lógica do capital*; posteriormente, ao *ampliar-se* (sem revolução) para o Leste europeu e deste em direção à periferia do capitalismo, *acentuava a tendência anterior*. A efetivação de uma *transição isolada ou subalterna* para o socialismo era uma *impossibilidade objetiva*. *Subjetivamente*, sob o terror da *era Stalin*, o mito do "socialismo num só país" converteu-se *em tese taticista com estatuto de cientificidade e de*

classicidade. (Lukács, 1976; 361)

O resultado final disto está estampado em 1989: a derrocada e o desmoronamento final da URSS e dos países que compunham o falsamente denominado "bloco socialista", que não conseguiram romper com a *lógica, o domínio do capital*. (Mészáros, 1982, 1985, 1992) Seus traços internos anticapitalistas (de que foram exemplos a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais-valia acumulada *privadamente*), foram incapazes de romper com o sistema de comando do capital, que se manteve através dos imperativos materiais; da divisão social do trabalho herdada anteriormente e só parcialmente modificada; da estrutura objetiva, atrasada em seu início e obsoleta em seu desenvolvimento posterior; e da conseqüente generalização do *reino da escassez*. Seus vínculos com o *sistema mundial produtor de mercadorias* impediram que sua conformação interna com traços anticapitalistas tornassem-se determinantes. Ao contrário, estes países curvaram-se à *lógica da produção e do mercado sob comando do capital*. Na síntese de Mészáros: a União Soviética não era capitalista, nem mesmo um capitalismo de estado. Mas o sistema soviético estava totalmente dominado pelo poder do capital: a divisão do trabalho permanecia intacta, a estrutura de comando do *capital* (e não do *capitalismo*, na distinção decisiva presente em Marx e reafirmada por Mészáros) também permanecia. O Capital é um sistema de comando cujo funcionamento é orientado para a acumulação, sendo que essa

acumulação pode ser garantida por diferentes caminhos. (Mészáros, 1992, 31) Com um diagnóstico que contempla algumas similaridades, Mandel afirma que "a persistência da produção de mercadorias na URSS e outras formações sociais similares, é uma evidência decisiva de que... não há uma economia socialista nem uma sociedade onde os meios de produção estejam plenamente socializados ou mesmo em processo de socialização." (Mandel, 1985, 57)

Outro autor, em recente e polêmico ensaio, desenvolveu a tese de que o sistema soviético estava na sua *interioridade* impossibilitado de romper com a *lógica do sistema global produtor de mercadorias e do trabalho abstrato*. Depois de demonstrar que o "sistema de mercado planejado", seguindo sua própria lógica imamente, levou ao extremo todas as irracionalidades do sistema produtor de mercadorias, ao invés de começar a eliminá-las, acrescentou: a produção de mercadorias "do 'socialismo real', ao chegar ao mercado mundial, (teve) que sujeitar-se às leis deste, independente de suas leis próprias... O mercado mundial, em primeiro lugar uma metaesfera da produção de mercadorias das economias nacionais, impõe progressivamente em um contexto global a lei da produtividade, descrita por Marx." (Kurz, 1992, 102 e 131/132).

Esses países, tendo a URSS à frente, com insuficiente nível de desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configurarem-se como sociedades pós-capitalistas, foram gradativa e crescentemente sufocados pela lógica histórico-

mundial do capital; a *tentativa* de transição socialista intentada neste século XX não foi capaz de quebrar o centro hegemônico do capitalismo e a partir daí iniciar efetivamente a desmontagem da lógica do capital. Ao invés da associação livre dos trabalhadores, da omnilateralidade e emancipação humanas, de que tanto falou Marx, vivenciou-se a crescente subordinação destes países aos regramentos próprios do capital e do sistema produtor de mercadorias. Na verdade estas sociedades pós-revolucionárias constituíram sociedades *híbridas*, *nem capitalistas e nem socialistas*, cuja transitoriedade, embora tivesse um *télos* voltado abstratamente para o socialismo, *foram objetiva (e subjetivamente)* regredindo e acomodando-se ao sistema produtor de mercadorias em escala internacional. Penso que há uma certa similaridade, para fazermos um paralelo histórico, com as formações sociais que, à época da transição do feudalismo para o capitalismo, assumiram também uma conformação *híbrida*, que gerou inclusive um expressivo e controvertido debate no interior do marxismo. A diferença mais evidente é que naquele trânsito o capitalismo tornou-se, ao final do processo, vitorioso, diferentemente da transição intentada no século XX, que não levou à superação do modo de produção capitalista. O caso chinês parece exemplar: subsiste através de uma falaciosa "economia socialista de mercado", cada vez mais atada (e sintonizada) com o sistema mundial produtor de mercadorias e sustentada até não se sabe quando por uma autocracia partidária.

Quero concluir com três sintéticas indicações: *Primeiro*, os eventos de 1989 sinalizam uma nova era, de crise aguda do capital (Kurz, 1992; Mészáros, 1989), bem como a possibilidade real de revivescimento de uma esquerda renovada e radical, de *inspiração marxiana*, que não poderá ser responsabilizado pela barbárie (neo) stalinista vigente naqueles países até pouco tempo. (ver, por exemplo, Magri, 1991, 9) O movimento socialista também ver-se-á beneficiado pela intensificação das contradições sociais nas formas societárias que estão se configurando na ex-URSS e demais países do Leste europeu.

Segundo: a análise das experiências revolucionárias do século XX nos permite concluir que "a revolução social vitoriosa não poderá ser local ou nacional somente a revolução política poderá confinar-se dentro de um quadro limitado, em conformidade com sua própria parcialidade- (a revolução social) deverá ser *global/universal*, o que implica a necessária superação do estado em sua escala global". (Mészáros, 1982, 60) Do que se depreende que as ocorrências de *revoluções políticas nacionais* não levam à realização *imediata e nacional* do socialismo, uma vez que este supõe um processo *ampliado e de dimensão universalizante*.

Terceiro: as possibilidades reais de superação do capital ainda encontram como subjetividade coletiva capaz de efetivá-las a *classe-que-vive-do trabalho*. Mais heterogênea, mais complexificada e mais fragmentada é, entretanto, pela análise da sociabilidade do capital, o *ser social*

ontologicamente ainda capaz de virar uma nova página da história.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Kurz, R. (1992) *O Colapso da Modernização, Paz e Terra*, RJ.
- Lukács, G. (1976) *Ontologia Dell'Essere Sociale*, I, Ed. Riuniti, Roma.
- Magri, L. (1991) "The European Left Between Crisis and Refoundation", *New Left Review*, 189.
- Mandel, E. (1985) "Marx e Engels: A Produção de Mercadorias e a Burocracia- As Bases Teóricas para a Compreensão Marxista da União Soviética", *Ensaio* 14, Ed. Ensaio, SP.
- Marx, K. (1977) *A Ideologia Alemã*, Ed. Grijalbo, SP.
- (1978) "Carta a Vera Zasulitch, de 1881", *Cara a Cara*, I, Ed. Vozes.
- Marx, K e Engels, F. (1975) "Prefacio a La Edicion Rusa de 1882", *Obras Escogidas*, Tomo I, Ed. Ayuso, Espanha.
- Mészáros, I. (1982) "Il Rinnovento del Marxismo e L'attualità Storica dell'ofensiva Socialista", *Problemi Del Socialismo* 23, Milano.
- (1985) "Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias", *Ensaio* 14, Ed. Ensaio, SP.
- (1989) *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, Ed. Ensaio, SP.
- (1992) "Marxism Today: An Interview with István Mészáros", *Radical Philosophy* 62, Autumn 1992 ou também em *Monthly Review*, vol. 44, n. 11, April/1992.

*DIMENSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA OU DA NOVA (DES)ORDEM
INTERNACIONAL*

Vivemos numa época marcada por uma aguda crise e inúmeras mistificações. Valores, concepções, ideários, todos eles moldados por manipulações que penetram com enorme intensidade em milhões de consciências e cuja finalidade é mascarar a dimensão aguda da *crise contemporânea*. Duas delas parecem-me mais nefastas e são justamente aquelas para as quais as respostas têm se mostrado absolutamente insuficientes, ao menos quando se pensa nas grandes maiorias trabalhadoras. A *primeira* delas, responsável pelo entendimento que se propagou, a partir da derrocada do Leste em 1989, com o desmantelamento da URSS e praticamente de todos os países que compreendiam o equivocadamente chamado "bloco socialista". A *segunda*: a crença da vitória do capitalismo, que teria, com a derrota do Leste, criado as condições para sua "eternização".

Este ensaio pretende oferecer elementos para a crítica destas duas mistificações para, ao final, levantar alguns dos desafios mais agudos enfrentados pelo mundo do trabalho.

Começemos pelo Leste Europeu. O colapso vivenciado em 1989 não significou o fim do socialismo mas, isto sim, a derrocada de uma tentativa, iniciada em 1917, com a Revolução Russa, mas que foi, pouco a pouco sendo minada e subordinada à *lógica histórico-mundial do capital*. Uma

revolução singular, que contava com sua expansão para o Ocidente para que pudesse sobreviver, viu tolhido este caminho, restando-lhe a expansão para o Oriente, para os países atrasados, de origem colonial. Apesar de seus traços internos anti-capitalistas, como a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais valia acumulados privadamente, a *lógica mundializada do capital (e do mercado)*, acabaram por sufocar estes países pós-capitalistas que viveram (ou vivem) a partir de 1989, com a URSS 'a frente, um processo de regressão ao capitalismo. O reino da escassez, o atraso tecnológico, a permanência de uma divisão do trabalho só parcial e limitadamente modificada, a dependência financeira crescente ao capital internacional, são algumas das muitas manifestações da crescente subordinação dos países do Leste Europeu 'a lógica do sistema produtor de mercadorias em escala internacional. O caso chinês, por vezes citado como exemplo de "persistência do socialismo" é uma clara expressão do que oferecemos acima: está cada vez mais articulado *econômica e externamente* com o sistema mundial produtor de mercadorias, ainda que fundado *internamente* em mecanismos e relações não-capitalistas, garantidos por uma autocracia partidária e estatal de feição neo-stalinista, o que tem possibilitado, até o presente, o "sucesso" econômico deste modelo.

Embora rompessem internamente com elementos do capitalismo, os países do Leste mostraram-se incapazes de romper com a *lógica do capital*.

Resultado: países dotados de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configurarem-se internamente como pós-capitalistas, foram pouco a pouco sendo tolhidos e incorporados pela lógica do capital mundializado. De modo que a *tentativa de transição intentada para o socialismo* não foi capaz de romper a lógica do capital, constituindo-se em sociedades *híbridas, nem capitalistas e nem socialistas* - assemelhando-se neste particular a outros momentos de transição experimentados pela história- e que, no presente, vivenciam uma nítida regressão ao capitalismo. Desse modo, uma postulação essencial de Marx -sobre a necessidade de uma generalização das revoluções socialistas num plano histórico-universal, e da impossibilidade do "comunismo local"- foi confirmada e não negada com o desmoronamento do Leste Europeu.

Pelo que se esboçou acima, deve-se concluir que o que desmoronou com a URSS não foi o o *socialismo*, mas uma tentativa de *transição* que não pode se efetivar, e que poucos anos após o seu início, foi adicionada por outro elemento essencial, *subjetivo*, dado pela barbárie stalinista, que ditatorialmente *consolidou* um "socialismo" que de fato *nunca existiu*.

A outra mistificação, ainda mais forte que a primeira, é aquela que faz a apologia do capitalismo, "eternizado" a partir do desmoronamento do Leste Europeu. A derrota daquele seria a consolidação da vitória deste. Porém, ao mesmo tempo em que esta proposição é enormemente veiculada, a *crise*

penetra no *centro* dos países capitalistas, numa intensidade nunca vista anteriormente. Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias acentuou em tal intensidade a concorrência inter-capitalista que converteu a busca da "produtividade", da "modernidade", em um processo *auto-destrutivo* que gerou, entre outras consequências nefastas, a criação sem precedentes de uma sociedade de *excluídos*, não só nos países de Terceiro Mundo, mas no coração dos países avançados. O salto tecnológico - de que é exemplo o japonês, seguido pelo avanço alemão - tem ocasionado a desmontagem de inúmeros parques produtivos que não conseguem acompanhar a lógica perversa da "produtividade". Desse modo, alguns países capitalistas avançados tendem "a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história". Isto se dá porque "o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativos, enquanto que seu impulso interior pela auto-expansão é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite... É por isto que corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da *destrutiva auto-reprodução ampliada* ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para a

satisfação das necessidades humanas". (Mészáros, I., *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, Ed. Ensaio, 1989, pp. 20 e 102/3). Consolida-se uma *lógica de produção essencialmente destrutiva*, onde o *valor de uso* das coisas é subordinado ao *valor de troca*. Como resultado disso, "o capital adquire algumas novas potencialidades produtivas, na medida em que realmente não há consequência alguma para o seu sistema se a taxa de uso, que caracteriza a relação do consumidor com um dado produto for máxima ou mínima. Isto não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital". (idem, 23) As consequências desta *lógica de produção destrutiva*, desencadeadas num contexto *globalizado*, são por demais evidentes: "O que marca a próxima fase (do capitalismo) é que regiões inteiras estão "caindo fora", morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados e já não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade". (Kurz, R., *O Colapso da Modernização*, Ed. Paz e Terra, 1993, p. 208)

Fenômeno este que não se restringe aos países do Terceiro Mundo industrializado e intermediário como o Brasil, mas que penetra em países centrais, que estão incapacitados de acompanhar a corrida tecnológica. A Inglaterra talvez seja o caso mais gritante. Os EUA sentem diretamente este processo, suportando até o presente em função de seu expressivo mercado interno. Japão e Alemanha, os países

considerados "vitoriosos", também não têm, no limite, como escapar desta lógica destrutiva, uma vez que estão financiando, "há anos e em dimensões inimagináveis, seus sucessos de exportação nos mercados mundiais, emprestando às economias da OCDE que de fato foram derrotadas na concorrência, os recursos necessários para a continuação da inundação com mercadorias importadas. Somente por isso as economias perdedoras dentro de OCDE ainda não tomaram o rumo das sociedades pós-catastróficas do Sul e do Leste, porém à custa de acumularem verdadeiras montanhas de dívidas impagáveis". (idem, 213) A experiência recente dos países asiáticos, como Coreia, Hong Kong, Taiwan e Cingapura, são irrealizáveis em países de dimensão continental; em sua maioria, são pequenos países que não conseguiram sequer desenvolver um mercado interno e dependem diretamente do Ocidente para desenvolver sua industrialização para exportação. Não se constituem, desse modo, em alternativa a ser seguida e viabilizada pelos países continentais do Terceiro Mundo. Desse modo, a crise que antes atingia o Terceiro Mundo, depois de destruir o Leste Europeu, avança em direção ao centro. A lógica desigual que configurou as relações entre países do centro e do Terceiro Mundo penetra no interior do Ocidente. A miserabilidade presente nas grandes capitais, as altíssimas taxas de desemprego, a desindustrialização de inúmeros complexos produtivos, são algumas expressões mais visíveis da crise aguda que marca a sociedade capitalista. Numa conclusão, pode-se dizer que "o

Ocidente encontra-se diante do mesmo problema que já rebaixou o Sul e o Leste ao *status* de grandes perdedores. Quanto mais diminui a capacidade aquisitiva global, real ou produtiva, em virtude da destruição, mediada pela concorrência, de recursos e capital, e quanto mais se intensifica a luta entre os vencedores restantes, tanto mais cedo têm que ficar para trás na corrida da produtividade, também dentro da OCDE, economias nacionais inteiras, caindo abaixo do nível global da rentabilidade alcançado." (idem, 210/211)

De modo que, de expectador privilegiado da *crise* no Terceiro Mundo e posteriormente no Leste Europeu, o centro torna-se o cenário principal, vivenciando em seu interior dimensões tão explosivas e críticas quanto aquelas que antes ficavam restritas ao Sul. Confrontos grevistas, como a recente paralisação ampliada dos sindicatos europeus ou a greve dos metalúrgicos da Alemanha ex-Oriental, de maio de 93, são apenas um tímido sinal do que pode acontecer no *centro nervoso do capital*. Por tudo isso, apregoar a "vitória" do capitalismo nesse contexto só pode ser entendido como mais um brutal exercício de manipulação. Tudo isso possibilita, neste final de século "quase das trevas", um real revivescimento da esquerda, renovada e radical, inspirada em valores essenciais do pensamento de Marx, fundada na *classe-que-vive-do-trabalho*, e por isso capaz de iniciar um processo de construção do socialismo, que de fato de início a uma organização societária emancipada, fundada em valores *para além do capital, do mercado, do lucro*, que

possibilitem a existência de seres sociais *omnilaterais*, "livremente associados". É, como se pode ver, um empreendimento difícil e ousado, para o qual estão impossibilitados, tanto a *velha esquerda da era stalinista*, como a *esquerda social-democrática*.

OS COMUNISTAS NO BRASIL

A PRIMEIRA INFLEXÃO STALINISTA NO BRASIL: (AS REPERCUSSÕES DO VIº CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA NO IIIº CONGRESSO DO PCB).

I- INTRODUÇÃO

O entendimento da gênese ou da primeira inflexão stalinista em nosso país nos remete às origens daquele fenômeno na União Soviética. Pode-se dizer que entre as perversidades operadas pelo stalinismo, uma delas foi a que converteu uma revolução singular, ocorrida num país que era elo débil da cadeia monopólica, um país de *tipo asiático*, em uma *revolução universal*. A particularidade histórica russa, marcada pela complexidade de um país atrasado que articulava formas capitalistas, feudais e asiáticas - e que, em termos marxianos, poderia no máximo converter-se em *ponto de partida*, no Oriente, para a ocidentalização da revolução - tornou-se, dada a derrota e a impossibilidade crescente das transformações revolucionárias na Europa avançada, pouco a pouco, em *modelo de classicidade* revolucionária. A idéia leniniana de que a Rússia deixaria "em breve de ser um país modelo" e voltaria "a ser novamente um país atrasado (no sentido "soviético" e socialista)" foi convertida, pela formulação de Stalin, em uma *revolução universal*, modelo a ser seguido pelas demais forças comprometidas com o socialismo. (1) Em franco contraste com Lenin, a concepção

staliniana converteu o desenvolvimento revolucionário russo em um desenvolvimento clássico; tal modelo de classicidade haveria de impregnar o movimento comunista nos demais países.

As teses de Marx, reafirmadas por Lenin, Rosa Luxemburgo e com maior ênfase por Trotsky, de que a revolução teria uma dimensão universal e que encontrava suas condições propícias no Ocidente, uma vez que tenderia a levar à ruptura um conjunto expressivo de países avançados, foram absolutamente transfiguradas. Nasceu, além do modelo de classicidade atribuído à particularidade russa, a tão conhecida tese do "socialismo num só país". Negação aguda da formulação de Marx, presente desde pelo menos a *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e *A Ideologia Alemã* (2), a tese do "socialismo num só país" ganhava, frente às derrotas das revoluções no Ocidente, o estatuto taticista de fundamentação teórica. Marx, Engels e especialmente Lenin passaram a ser usados como elaboradores ou coonestadores da tese do "socialismo num só país".

Esta dupla formulação - a do caráter universal e clássico da Revolução Russa e aquela que valida a possibilidade do socialismo num só país - penetrou inicialmente no interior do PC soviético. Derrotado Trotsky, esta tese penetra no interior da Internacional Comunista e, de forma avassaladora, para o conjunto do movimento comunista internacional. (3)

Claudin sintetiza precisamente este processo: "A teoria do socialismo num só país se converte em doutrina oficial da IC (uma vez que o trotskismo foi posto para fora da lei na União Soviética e nos partidos comunistas de todos os países) e passa a ser o princípio diretor da concepção da revolução mundial formulada no

programa aprovado no VI Congresso (1928). 'A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Esta desigualdade se agrava e acentua na época imperialista. Disto resulta que a revolução proletária internacional não pode ser considerada uma ação única, simultânea e universal. A vitória do socialismo é possível, no início, em alguns países capitalistas, inclusive num só país tomado isoladamente'". (4)

Era a vitória do taticismo de Stalin frente à formulação teórica de Trotsky. Já "um ano e meio antes do VI Congresso, o Comitê Executivo da IC adotara plenamente a posição de Stalin. Na resolução aprovada pelo VII Pleno Ampliado do Comitê Executivo, celebrado em novembro/dezembro de 1926, pode-se ler: 'O partido comunista (bolchevique) da URSS tem perfeita razão ao praticar uma política de edificação do socialismo, com a plena certeza de que a União das Repúblicas Socialista Soviéticas possui no interior do país tudo o necessário e suficiente para construir uma sociedade socialista integral'. (5)

As consequências agudas e nefastas desta concepção staliniana são enormes: convertida em fundamento teórico da estratégia da Internacional Comunista, a teoria do "socialismo em um só país" significava a subordinação das possibilidades da Revolução Mundial às exigências erigidas pela URSS visando à constituição do *seu* socialismo. (6) Como a direção da IC era intimamente subordinada à concepção staliniana, as ações dos movimentos comunistas dos demais países atavam-se irremediavelmente - pela intermediação da IC - à propositura staliniana. O fenômeno intenso da stalinização dos PCs já começava a ganhar corpo, na verdade, desde o V Congresso (1924). Por

ocasião da eleição do C.E.I.C., ao final do Congresso, Trotsky e Radék foram excluídos da lista. Era, como lembra E. Carr, a primeira sanção formal a que Trotsky fora submetido(7). Ao contrário, Stalin selava, com sua eleição para o CEIC, a sua predominância, ao mesmo tempo em que se desenvolvia, com intensidade, a tese da "bolchevização" dos PCs, ou mais precisamente, do "partido bolchevique mundial". Esta concepção está estampada nesta exposição feita durante o V Congresso: "Estamos decididamente contra uma desbolchevização do partido russo e pela criação de um partido bolchevique mundial, no que deve transformar-se a Internacional Comunista, inspirada pelo espírito de Lenin." (8) A bolchevização dos partidos comunistas - e o conseqüente combate às teses de Trotsky - sob inspiração staliniana e stalinista, estava lançada. A Resolução sobre o Informe do CEIC exigia "a bolchevização dos partidos comunistas, fiéis executores das diretivas de Lenin, e ao mesmo tempo capazes de levar em conta as situações concretas de cada país". E a Resolução sobre tática avançava ainda mais: propugnava pela "bolchevização dos partidos e a formação de um partido único mundial" como "a tarefa central do período atual". (9) Com Lenin morto, e Trotsky sofrendo fortes sanções e restrições, a "bolchevização" constituiu-se no primeiro passo para a stalinização do movimento comunista internacional.

Supressora das particularidades, erigindo a revolução Russa em *modelo de classicidade*, elaborando e "teorizando" sobre o "socialismo num só país", subordinando os PCs à hegemonia ou à dominação staliniana, tudo isso fez com que, conforme disse Lukács, a prioridade de fato da tática fosse elevada à condição de teoria

marxista autêntica. Em contraste com Marx e Lenin, a teoria não mais constituía o fundamento intelectual das principais táticas, mas algo pensado "a posteriori", como mera justificativa, que se apresentava como se fosse a continuação, a aplicação linear da teoria marxista.(10)

Era o reinado perverso do *feticismo*, um dos aspectos básicos do stalinismo, que permeou, através da IC, o movimento comunista a partir do final dos anos 20 e início dos 30. E o VI Congresso da IC, ao tematizar a questão latino-americana, possibilitou que esta concepção impregnasse também os PCs do mundo colonial.

II- A INTERNACIONAL COMUNISTA: ENSAIOS E ERROS SOBRE A QUESTÃO LATINOAMERICANA.

É sabido que a questão latino-americana esteve efetivamente ausente, no seio da IC, até pelo menos a realização de seu VI Congresso, realizado entre 17 de julho e 1 de setembro de 1928, quando pela primeira vez destinou-se um capítulo à ela.

A questão colonial, em sentido genérico, teve seu primeiro aparecimento durante o II Congresso da IC, voltada especialmente para os países do Oriente atrasado. A China e a Índia moldavam-se como protótipos do mundo colonial e para aqueles países voltava-se a IC, numa época em que sua atuação ainda privilegiava intensamente as possibilidades de Revolução no Ocidente. A América Latina não foi sequer considerada nas resoluções do II Congresso. O esquecimento deste lado do mundo colonial era tal que, anos depois, no V

Congresso da IC, em 1924, pode-se constatar o seguinte registro de descontentamento por parte do delegado do PC Mexicano: "A importância da América Latina para os Estados Unidos é imensa, porém não é reconhecida nem por Zinoviev, nem pelos comunistas dos Estados Unidos".(11)

Outra expressão deste desconforto dos comunistas latino-americanos pode ser encontrada quando da realização do VI Congresso, ocasião em que Lacerda, delegado do PCB, ousou fazer um contraponto a Bukharin: "Desejaria iniciar com uma pequena observação. Lê-se nas teses do camarada Bukharin que o movimento comunista chegou pela primeira vez aos países da América Latina. Camaradas, isto não é muito exato. Não foi o movimento comunista que chegou pela primeira vez na América Latina, foi a Internacional Comunista que pela primeira vez se interessa pelo movimento comunista na América Latina".(12)

Foi somente neste VI Congresso que, pela primeira vez, elaborou-se um capítulo voltado para a questão latino-americana e as estratégias a serem adotadas pelos partidos comunistas dos respectivos países. Isso se explica, por um lado, pelo fracasso da insurreição da Cantão, comandada pelo Komintern, e também pelo avanço da presença norte-americana na América Latina, frente ao declínio inglês.(13) Este Congresso contou com a representação latino-americana composta pelos PCs da Argentina, Brasil, Uruguai, Cuba, Paraguai, Equador e Colômbia, muitos dos quais eram partidos recém constituídos.

Além do Relatório de Kuusinen, sobre o mundo colonial, coube a Humbert-Droz, secretário da IC e chefe do seu Secretariado para a América Latina, a apresentação de um co-relatório voltado para o

Novo Continente. Representando o PCB estavam os militantes Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima.(14)

As Teses sobre o Movimento Revolucionário nas Colônias e Semi-colônias começavam enfatizando que "...o enorme mundo das colônias e semi-colônias converteu-se em um focô inextinguível do movimento revolucionário de massas".(15) Partindo de referências à China, Índia e Indonésia - onde particularmente nos dois últimos países a situação era entendida como favorável às possibilidades revolucionárias - o VI Congresso voltou sua atenção para o mundo latino-americano, acentuando-se que nesta região o imperialismo norte-americano já relegava o inglês a um plano de inferioridade. Constatou-se a existência de insurreições camponesas, greves operárias, que estampariam o aprofundamento dos processos revolucionários no mundo latino-americano, contrários à dominação imperialista. A acentuação da contradição entre a política imperialista no mundo colonial e a busca de um desenvolvimento autônomo dos povos coloniais encontraria suas possibilidades de ação através das massas trabalhadoras. Frente ao catastrofismo capitalista, a inevitabilidade da crise permitia "...a possibilidade objetiva de um desenvolvimento não-capitalista nas colônias atrasadas", o que seria possível através da instauração dos *soviets*.(16)

O mundo colonial era assim concebido: num pólo encontravam-se as colônias que absorveram a população excedente das metrópoles e que se constituíram em prolongamentos do sistema capitalista. O Canadá e a Austrália tipificam esta modalidade de origem colonial. Noutro pólo encontravam-se aqueles países coloniais que desde sua origem

vivenciavam formas de exploração metropolitana e que se constituíram enquanto núcleos fornecedores de "matérias primas", áreas de investimento de capitais ou mercados consumidores. Nas primeiras - as "colônias de imigração" - reproduzia-se a estrutura de classes existentes nos países de origem, sendo que os interesses das burguesias locais identificavam-se em boa medida aos das burguesias hegemônicas nas metrópoles. Já nas "colônias de exploração" os interesses das burguesias imperialistas "travam ao fim e ao cabo o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias"; "se a exploração colonial pressupõe certa promoção do desenvolvimento da produção das colônias, este desenvolvimento, graças ao monopólio imperialista, segue um caminho muito determinado e só é promovido na medida em que isso corresponda aos interesses da metrópole..."(17)

Neste ponto encontrava-se, para a análise presente no VI Congresso da IC, a dimensão decisiva do mundo colonial: este via-se tolhido para buscar um desenvolvimento autônomo e acabava por desempenhar funções de apêndice econômico do mundo imperialista; os produtos dos trabalhos dos assalariados drenavam-se para as burguesias dos países centrais.(18)

Eram bastante acentuadas, entretanto, as similitudes entre a contextualidade latino-americana e o mundo asiático, em particular a China e a Índia: "Da mesma forma que em todas as colônias e semi-colônias, o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho na China e na Índia estão em um escalão relativamente baixo. Esta circunstância e o jugo da dominação estrangeira, igualmente à existência de fortes resíduos de feudalismo e de relações pré-capitalistas, determinam o caráter da próxima etapa da

revolução nestes países..., revolução democrático-burguesa, vale dizer, da etapa de preparação dos pressupostos para a ditadura proletária e a Revolução Socialista".(19)

E, apesar de conceber essa revolução democrático-burguesa no mundo colonial como "organicamente vinculada à *luta nacional de libertação*", através dela dar-se-ia o rompimento dos laços de subordinação ao imperialismo, realizando a nacionalização das concessões, ferrovias, bancos etc; pretendia-se também obter a unidade nacional onde esta ainda não houvesse sido conquistada, objetivando-se ainda a destruição do poder das classes exploradoras e a organização de conselhos operários e camponenses - os *soviets* - bem como a criação do exército vermelho e a instauração da ditadura do proletariado e do campesinato, com a hegemonia do primeiro. Enfatizava-se também a importância da revolução agrária como forma de libertação do campesinato frente às formas pré-capitalistas, coloniais e escravistas e propugnava ainda a nacionalização dos subsolos, além da necessidade de ampliar os sindicatos operários e fortalecer os partidos comunistas.(20)

Era evidente que, além da contextualidade chinesa e indiana que moldavam a visão colonial para o universo latino-americano, já estava presente no seio da IC um forte *taticismo* marcado pelo "oportunismo de esquerda", onde a tática da luta de *classe contra classe*, concebida para o cenário europeu, transplantava-se sem mediações para o mundo latino-americano. Decorre em boa medida desta impropriedade, o fato de que, ao mesmo tempo em que se falava em "revolução democrático-burguesa", em "luta de libertação nacional", propugnava-se também a instauração dos *soviets* de operários,

camponeses e soldados. Taticismo "esquerdista" da fase da luta de *classe contra classe*, que passou a impregnar, pouco a pouco, os PCs do mundo colonial, e dentre eles o PC brasileiro. Lembre-se que a tática da *classe contra classe* tinha como contraponto o entendimento de que a socialdemocracia era vista como aliada do fascismo e, portanto, principal inimiga dos comunistas.

Tese equívoca ao extremo, e que contou com a oposição de expressivas figuras do movimento comunista internacional, como Lukács, que nas "Teses de Blum" (1928), contestava agudamente a formulação política staliniana, sendo por isso tachado de "socialdemocrata". "Estas teses não têm nada a ver com o bolchevismo", dizia o Comitê Executivo da IC à propósito das Teses de Blum.(21) Lembre-se ainda a nítida dessintonia entre a formulação gramsciana sobre a "guerra de posição", num momento em que a IC falava da luta de *classe contra classe*, na sua variante stalinista. Trotsky, por sua vez, fez também contundente crítica à tese que visualizava a socialdemocracia como aliada do fascismo. E se a tese da *classe contra classe* e do *social-fascismo* mostraram-se equivocadas -na verdade o contexto mundial era fortemente defensivo para as forças de esquerda e francamente contra-revolucionário - o transplante destas formulações para o mundo colonial estampavam limpidamente as impropriedades e descaminhos que marcaram a atuação da IC, depois da vitória staliniana. E os PCs no mundo colonial, fragilizados e dédeis, acabaram por se mostrar incapazes de evitar a penetração avassaladora das novas teses da IC. Exemplo disto encontramos na proposição que estabelece que os comunistas deveriam "tomar parte ativa e geral do movimento revolucionário de massa

dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde este movimento estiver sob a direcção da pequena burguesia. Para isso os partidos comunistas não têm que se subordinar sob nenhuma circunstância a seus aliados temporários".(22) Suas orientações deveriam pautar-se por um programa cujas principais reivindicações seriam: expropriação dos latifúndios; confisco das empresas estrangeiras; cancelamento da dívida externa; regulamentação da jornada de 8 horas; armamento dos operários e camponeses visando milícias populares e a instauração do "poder soviético de operários, camponeses e soldados em substituição à dominação de classe dos fazendeiros e Igreja. Na agitação comunista a consigna governo *operário e campones* deve ocupar o lugar mais importante, por oposição aos assim chamados governos 'revolucionários' da ditadura militar da pequena burguesia."(23) Desse modo, os comunistas do mundo colonial estaria combatendo a política colonial socialdemocrata aliada ao imperialismo.(24)

A análise que sustentava a tese da fase crítica do capitalismo teve em Bukharin o seu principal formulador. Partindo do pós-guerra, entendia o capitalismo a partir de três períodos: o *primeiro*, de crise revolucionária aguda, abrangendo as várias situações revolucionárias ocorridas desde o fim da Primeira Guerra até os anos 20/21, e que teve na Revolução Russa e Alemã seus momentos mais significativos. O *segundo* marcou uma fase ofensiva do capitalismo, frente às derrotas de várias tentativas revolucionárias e, conseqüentemente, significou uma fase defensiva do proletariado. Apesar disso, houve algumas situações revolucionárias em países coloniais e semicoloniais, como China, Síria e Marrocos. O

terceiro período caracterizou-se, de um lado, e inicialmente, por uma ampla reorganização capitalista, através de um intenso processo de monopolização e desenvolvimento técnico e, ao mesmo tempo, pelo "crescimento das forças opostas ao capitalismo" e pelo "desenvolvimento extremamente intenso" das suas contradições. O aguçamento da luta de classes e a iminência de uma "situação revolucionária" acabaram, por sua vez, por agravar o "quadro geral da crise capitalista". Lembre-se ainda que, segundo Bukharin, existiam três tipos de países: aqueles de capitalismo *muito desenvolvido*, aqueles com um desenvolvimento capitalista *médio*, como a Iugoslávia e a Romênia e os países *coloniais e semicoloniais*. (25)

Houve várias manifestações, por parte de representantes latino-americanos, no sentido de avançar um pouco mais na busca da particularidade destes países, através de formulações que, muitas vezes, opunham-se ao esquematismo vigente no seio da IC. No Informe da delegação latino-americana sobre o Programa da IC, disse o delegado pelo Equador: "Parece-me que o programa não dá uma fisionomia própria ao desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e naqueles chamados semicoloniais." (26) Em alguns países, como o Brasil e a Argentina, a denominação semicolonial era insatisfatória: "É muito importante estabelecer uma distinção entre países semicoloniais e aqueles que, à falta de um termo melhor, podem ser chamados de 'dependentes'... Deve-se então aceitar uma nova categoria adjunta aos três grupos de países classificados no programa de acordo com seu desenvolvimento econômico e grau de dependência política. Este novo grupo estaria constituído pelos países 'dependentes', que estão penetrados economicamente pelo

imperialismo, mas conservam uma independência política bastante grande, seja devido a uma penetração econômica débil, seja devido à sua força política". (27)

No contra-fluxo das posições da IC, os representantes latino-americanos questionavam a validade da proposta de revolução democrático-burguesa nos países 'dependentes'; recusou-se a identificação direta dos latifúndios à relações de feudalidade. Estes, ao contrário, foram concebidos como expressão de frações da burguesia e postulou-se acerca da necessidade de alianças com os camponeses e a pequena burguesia, formulações que encontravam fortes resistências no interior da IC.

O Informe da Humbert-Droz, "Sobre os Países da América Latina", expressão dos equívocos da IC para o mundo latino-americano, afirmava a necessidade -mesmo reconhecendo a diversidade existente no continente- de "estabelecer a linha tática geral que devemos dar à nossa ação comunista, à ação revolucionária em geral na América Latina", tendo como parâmetros alguns traços comuns existentes nos países do novo continente. (28)

Sua exposição reafirmava, em contraposição à outras exposições de comunistas latino-americanos, o caráter "semi-colonial" de países como Chile, Argentina e Brasil, que apesar de dotados de "um certo desenvolvimento industrial, demonstram que seu progresso econômico não é independente..., demonstram que estes países são semicolonias dos imperialismo inglês e norte-americano." (29)

Frente ao real desconhecimento das particularidades do mundo latino-americano, o caminho encontrado pelo VI Congresso da IC, sob hegemonia stalinista, consistia em formulações generalizantes,

abstratas e equívocas. Recusava-se concretamente uma política de alianças com a pequena burguesia; não se dava a necessária ênfase à aliança com o campesinato e, o que é ainda mais grave, não se operava uma nítida distinção entre os países asiáticos e os da América Latina, entre os países "colônias e semicolônias" e os "dependentes". O *taticismo* forçara o enquadramento dos PCs latino-americanos aos pressupostos "teóricos" da formulação staliniana e stalinista; as revoluções do mundo colonial subsumem-se aos momentos e possibilidades da Revolução Russa, concebida como via *clássica e universal* do caminho para o socialismo. A tese do "socialismo num só país" ganha estatuto de um *dogma* intocável e os PCs, que ensaiavam e intentavam investigações com alguma pertinência, tiveram suas virtualidades intensamente sufocadas. Foi, como veremos a seguir, o que se passou com o PC brasileiro.

III- A VIRAGEM DO PCB RUMO A STALINIZAÇÃO: DO III CONGRESSO AO ENTENDIMENTO DA REVOLUÇÃO DE 1930.

O PC brasileiro teve, desde sua origem, uma trajetória singular, que o distancia de um significativo conjunto de partidos comunistas de outros países. O primeiro aspecto comumente destacado é aquele que alude à sua origem a partir do anarcosindicalismo. Fruto do relativo esgotamento desta corrente, presente no movimento operário brasileiro nas primeiras décadas deste século, o PCB teve como núcleo dirigente um conjunto de ex-militantes egressos do anarcosindicalismo e que, pouco a pouco, sob o impacto da Revolução Russa, abracavam o ideário comunista. Isto faz aflorar o fato de que

o PCB não se originou como desdobramento da ruptura clássica entre socialistas e comunistas, entre os adeptos da II e da III Internacionais. Em nosso país praticamente inexistiu um movimento socialista expressivo antes da formação do PCB.(30) A ausência de uma tradição socialista anterior fez praticamente do PC brasileiro a primeira experiência. Deve-se acrescentar ainda o fato de que aquele partido não vivenciou anteriormente uma sólida cultura burguesa, que pudesse ser ponto de partida para sua superação crítica. Essa conjugação de elementos - a gênese anarcosindicalista, a ausência de uma tradição socialista e de uma cultura burguesa - marcaram a singularidade do processo constitutivo do PCB, nos anos 20. *Agrarismo e Industrialismo*, de Octávio Brandão, é expressão quase única de um ensaio que estampava as limitações acima aludidas e refletia a concepção que dominava os comunistas brasileiros quando da realização de seu II Congresso, em 1925: "As teses sobre a situação política nacional baseavam-se na concepção dualista 'agrarismo-industrialismo' dominante na direção do Partido. Falava-se aí em luta entre o capital agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, como sendo a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República."(31) o primeiro, o "capitalismo agrário semifeudal", apoiado pelo imperialismo inglês, e o segundo, o "capitalismo industrial", apoiado pelo norteamericano.(32)

A esta evidente fragilidade e mecanicidade do "marxismo brasileiro" mesclou-se outro elemento, externo, que pouco a pouco se sobrepôs aos esforços que aqui se faziam no sentido de *esboçar* um entendimento da concretude brasileira. Esse elemento foi dado pela

ação da IC que, a partir da morte de Lenin, começou a vivenciar um intenso processo de stalinização, que teve repercussões agudas e ásperas no conjunto do movimento comunista internacional. E o PCB não permaneceu imune a este influxo. Toda a tematização, oriunda do II Congresso do PCB, de fevereiro de 1925, no sentido de impulsionar uma política de união operário-camponesa, consubstanciada na criação do Bloco Operário e Campones (BOC), em 1928, foi alvo de forte dose crítica, quando da realização do III Congresso do PCB, entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Lembre-se que este Congresso é posterior ao VI Congresso da IC e já é possível constatar que suas resoluções se aproximavam de algumas teses centrais que estavam dominando o cenário comunista internacional ao final da década de 20. cremos que é exatamente neste momento que se dá o *primeiro influxo* stalinista no PCB.

O III Congresso assim caracterizou o momento brasileiro: "... o exame objetivo da situação econômica, política e social do país, no momento presente, faz prever uma conjuntura revolucionária, que poderá resultar da coincidência de vários fatores: 1) a crise econômica conseqüente a uma catástrofe na política do café; 2) crise financeira ligada à crise econômica e resultando diretamente do fracasso do plano de estabilização monetária artificialmente sustentado por meio de empréstimos onerosos; 3) crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial brasileira (1930)..."(33)

A economia brasileira continuava, entretanto, predominantemente agrária, "semifeudal", e "semicolonial": "O Brasil é um país semicolonial. Penetrando nele o imperialismo, adaptando a economia do

país ao seu próprio interesse, apóia-se nas formas de exploração feudais e semiescravagistas, baseadas no monopólio da terra."(34) E acrescenta, referindo-se à disputa interimperialista: "Como fator fundamental no reagrupamento de forças internas, mais e mais se há feito sentir a pressão externa do imperialismo. Pressão dupla e antagônica. Até a guerra mundial, dominava no Brasil, sem contraste, o imperialismo inglês; porém, de então para cá entrou em cena o jovem imperialismo ianque, irresistível rival daquele. Seculares eram as ligações de dependência da burguesia agrária e conservadora do Brasil em relação ao imperialismo britânico; daí que o imperialismo norte-americano, como primeira etapa em seu plano de penetração, tenha procurado apoiar-se na burguesia industrial, pretensamente liberal, mais jovem, mais ambiciosa e mais ousada. O agravamento dessa dupla e contraditória pressão externa não podia deixar de acentuar, como acentuou, como acentua cada vez mais, os antagonismos das forças sociais internas, aumentando a exploração e a opressão das massas laboriosas em geral. Tal a causa primordial dos descontentamentos populares acumulados nestes últimos anos e que explodiram nas revoltas de 5 de julho."(35)

Como desdobramento desta análise, o III Congresso do PCB desenvolveu a concepção teórico-política da *Terceira Revolta*: os levantes tenentistas de 22 e 24, seguidos da Coluna Prestes, questionavam o Estado republicano, através da ação central da pequena burguesia e abriam a possibilidade para a "terceira explosão revolucionária", mais aguda e radical, desencadeada pelas massas e tendo o Partido Comunista como dirigente.(36)

Essa visualização de uma *possibilidade revolucionária* no Brasil,

já estava presente em abril de 1928, nas Resoluções da Conferência Sindical Latino-Americana, conforme se pode constatar: "O movimento proletário da América Latina atravessa atualmente um período de tempestuoso desenvolvimento. Isto se explica, antes de tudo, pela rápida industrialização de toda a América Latina e pela pressão que exerce o imperialismo inglês e americano sobre as massas populares de todo o continente". E acrescentava: "... a situação objetiva é muito favorável para o desenvolvimento e ação da classe operária" e "para o crescimento e organização dos sindicatos, devido a que existe uma *efervescência revolucionária contínua, quase incessante*, em todos os países da América Latina, *efervescência* que é o reflexo de uma transição que se opera do regime feudal e de servidão, ao regime burguês e capitalista."(37)

Creemos que esta análise da situação brasileira, entendida como de *incessante efervescência revolucionária*, é muito mais uma *sobreposição* da leitura que se consolidava no seio da IC, no seu VI Congresso, do que da caracterização que os comunistas do PCB procuravam fazer da realidade brasileira. A crise que aqui se vivenciava -real- não poderia ser esquematicamente convertida em *crise revolucionária*, não fosse esta uma proposição política vigente no VI Congresso. Concretamente, esta concepção descartava uma política de alianças com a pequena burguesia e não enfatizava, com o devido peso, a aliança com os trabalhadores do campo. O resultado da stalinização "de esquerda" do final dos anos 20, impediu que os comunistas do PCB desenvolvessem, com alguma eficácia, as suas formulações gestadas em meados daquela década. Havia, especialmente, uma resistência forte aos "equivocos" de uma política de alianças,

consubstanciadas através do BOC: "Muitos perigos, que rondavam o BOC desde o início, acentuaram-se com o correr do tempo, e entre eles o 'eleitoralismo', campo aberto à proliferação de oportunistas e carreiristas da pior espécie. Na discussão interna que se travou no Partido, em 1928, uma das questões mais acesamente debatidas foi a do BOC e os erros consequentes cometidos na política eleitoral do Partido. Outro perigo, mais grave ainda, consistia numa certa tendência a não só esconder o Partido por trás do BOC, mas fazer o Partido dissolver-se em suas fileiras. O exame e o debate de tais perigos levou o III Congresso do Partido... a tomar importante resolução sobre o BOC, visando precisamente a corrigir os erros e desvios constatados".(38)

Parece evidente, portanto, que estava se efetivando o primeiro consistente influxo stalinista em nosso país. Realizado quase quatro meses após o VI Congresso da IC, o III Congresso do PCB previa uma "conjuntura revolucionária", com possibilidades de vitória da "terceira revolta", então sob condução das massas operárias e direção do PCB. Reafirmava-se o caráter "feudal" do nosso país, via-se na disputa interimperialista o eixo da questão nacional e criticava-se a política de frentes populares, da qual o BOC era a expressão política.(39) Lembramos, entretanto, que este foi o primeiro influxo. Ainda assim, as resoluções deste III Congresso foram veementemente criticadas pela IC, em reuniões realizadas em Moscou, em fins de 1929, contando inclusive com a presença de Astrojildo Pereira. Foram qualificadas como expressando a submissão à pequena burguesia e por isso condenadas.(40)

Nos anos imediatamente posteriores, o PCB assimilou plenamente as

proposições presentes no seio da IC, que levou ao sufocamento das tendências que estavam se gestando desde meados dos anos 20, e que tiveram em Astrojildo Pereira e Octávio Brandão seus principais inspiradores. É exemplo desta tendência o texto de Astrojildo Pereira, onde defendia como condução própria para o PCB a "idéia de uma aliança com a vanguarda revolucionária da pequena burguesia que encabeçara os movimentos de 22 e 24". A base desta formulação política era dada pela concepção de "revolução democrática pequeno-burguesa", de Octávio Brandão, tendo como pólo dirigente o proletariado.(41)

Vale lembrar que a resposta da IC veio rapidamente, através de um artigo de Humbert-Droz que contrapunha-se claramente ao de Astrojildo. Embora Droz não descartasse a aliança com a pequena burguesia, propugnava pela "dualidade de poder": "...o movimento revolucionário do proletariado criará a ditadura democrática dos operários e camponeses, poder surgido do seio mesmo das massas no decurso da luta, apoiado nos *soviets* de operários, camponeses e soldados. A palavra de ordem central deve ser, então, a do governo operário e campones", através da constituição de uma "união federativa das repúblicas operárias e camponesas para a América Latina."(42)

Era evidente que, pouco a pouco, se moldava no PCB uma concepção que cada vez mais se distanciava da política de aproximação com a pequena burguesia e de uma primeira tentativa de entendimento do quadro brasileiro, por certo bastante insuficiente, pelos elementos que marcaram a gênese do PCB e do "marxismo brasileiro". Operava-se uma adaptação às concepções vigentes na IC, especialmente após a

viragem realizada no seu VI Congresso, tanto em relação ao movimento comunista dos países avançados, quanto em relação ao mundo latino-americano, que pela primeira vez efetivamente constava da pauta de um Congresso da IC.

E essa *primeira inflexão* stalinista no PCB se fortaleceu nos dois anos seguintes, o que se evidencia na análise que o Partido fez da Revolução de 30. Pouco a pouco a ambiguidade, fruto do confronto entre sua postura anterior e as novas concepções da IC, foi sendo substituída por uma assimilação acrítica dos esquemas vigentes no centro hegemônico do movimento comunista.

Um exemplo desta ambiguidade aflora quando se constata, através de Octávio Brandão, que era imperioso ampliar a ação do BOC, buscando a adesão da pequena burguesia sob a liderança de Prestes. A crença de que se poderia introduzir um elemento revolucionário nos revoltosos da Coluna, através da presença do proletariado, ainda estava presente no interior do PC: "Tendo em vista a sucessão presidencial e suas consequências políticas e sociais, a luta contra os imperialistas e contra os grandes proprietários, especialmente os grandes agrários, deve constituir a base de uma aliança entre o proletariado com Luis Carlos Prestes." (43)

Essa tentativa de implementar uma proposta de frente popular estava, entretanto, em descrédito no interior da IC, o que levou a intensificação da crítica por parte desta última, através da Seção Latino Americana.

Em abril de 1930, a IC elaborou a "Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira", "resultado de um sério exame, a que se produziu em Moscou, da situação do Brasil e do PCB". Ela

traçava, "em forma concisa, diretivas claras e firmes para toda a atividade política do Partido no período atual." (44) Constatava que a produção nacional estava "minada por uma crise profunda, proveniente do caráter colonial da economia brasileira e da crescente contradição entre desenvolvimento rápido do modo de produção capitalista e a base econômica e social, que ainda se conservava feudal e escravagista". Este fato, aliado à crise econômica dos EUA, ameaçava de maneira catastrófica a nossa economia, agravada pela "luta entre o imperialismo inglês e americano, e da intervenção, nessa luta, das diversas classes da população no Brasil", criando "as condições indispensáveis para um vasto movimento das massas trabalhadoras". A intensificação da crise econômica, o agravamento das condições de vida das classes populares e a disputa interna entre as classes dominantes em função de seus vínculos com os dois blocos imperialistas, criavam as condições "para o rápido amadurecimento da situação revolucionária no Brasil. Isto significa que o PC do Brasil deve, desde agora, preparar-se para a luta, a fim de poder encabeçar a insurreição revolucionária das grandes massas trabalhadoras, que tanto pode eclodir por ocasião das eleições presidenciais, como por ocasião de qualquer greve importante ou de qualquer sublevação local de operários agrícolas, de camponeses ou de desempregados". O sucesso da revolução dar-se-ia na medida em contasse com a hegemonia operária em oposição à hegemonia burguesa.

E, uma vez mais recusando a concepção anteriormente vigente no interior do PCB, a Resolução afirmava: "No Partido prega-se abertamente a teoria da 'revolução democrática pequeno-burguesa',

sob cuja cobertura o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder' (Camarada Brandão). Esta teoria menchevista, antileniniana e antimarxista nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, como garantia essencial contra sua derrota e como a melhor preparação do proletariado para a conquista do poder". E, após criticar asperamente o BOC, concluía o Documento propugnando pela revolução agrária, pela libertação do domínio imperialista e constituição de uma república operária e camponesa à base dos *soviets*. (45)

Estando cada vez mais em nítida sintonia com as teses da IC para a América Latina, os comunistas do PCB distanciavam-se crescentemente do tenentismo dissidente, liderados por Prestes, o que impossibilitou uma aliança real destes setores às vésperas da revolução de 30. (46) O resultado foi isolamento e incompreensão, pelo PCB, da processualidade brasileira no período que culminou com a Revolução de 30. E, uma vez desencadeado aquele movimento político-militar, o PCB, sob agudo influxo da IC, persistia em sua análise: "A revolução que estourou no Brasil e que progride vitoriosamente sob a direção da 'Aliança Liberal' é uma revolução preparada e financiada pelo imperialismo *yankee* contra o governo atual dos grandes proprietários agrários, principalmente os plantadores de café - ligados ao imperialismo inglês..." (47) Acreditava-se que, no bojo desta crise pudesse se gestar a proposta de um governo operário e campones, sob condução do PCB.

O que se viu, entretanto, foi um movimento ao qual o PCB permaneceu sem ação, distanciando e isolado. Incapaz de consolidar uma política de alianças com os setores médios (e em especial com o

tenentismo dissidente), o PC, pela adesão às teses da IC, não conseguiu compreender efetivamente a realidade aqui vivenciada. Sua concepção catastrófica de crise econômica e da conseqüente ruptura revolucionária, não encontrou concretude no solo brasileiro no final dos anos 20. E no início de 1931, o *influxo* stalinista era tão evidente que o Secretariado Latinoamericano da IC assim se expressou: "O Plenum do CC do PCB tinha muita razão quando declarava que ... 'sem uma luta encarniçada contra os elementos prestistas, trotskystas, aliancistas, etc, não pode existir um partido comunista que mereça tal nome', que represente realmente a linha da Internacional Comunista".(48) Estava selado, em nosso entendimento, o primeiro consistente *influxo stalinista* no seio de PCB.

NOTAS

(1)Lukács, G., Ontologia Dell'Essere Sociale I, Editori Riuniti, Roma, 1976. p.361.

(2)A título de ilustração: "Empiricamente, o comunismo é apenas possível como ato dos povos dominantes, 'subita' e simultaneamente, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial conectado com o comunismo". Em A Ideologia Alemã, Grijalbo, SP, p.51. Esta dimensão tem sido enfatizada com muita pertinência por István Mészáros: "A revolução social vitoriosa não poderá ser local ou nacional...Deverá ser *global/universal*, o que implica a necessária superação do Estado em escala global". Ver "Il Rinnovamento del Marxismo e L'attualità storica dell'offensiva socialista", em Problemi del Socialismo, jan/fev/1982, Milão, Itália, p.60.

(3) Desde 1905 Trotsky apontava para a impossibilidade de êxito, posterior às revoluções, do socialismo nos países atrasados, tese que fica ainda mais consistente em seu pensamento ao longo dos anos 20.

(4) Claudin, F., A Crise do Movimento Comunista, vol. I, Global Editora, SP, p. 73.

(5) Idem, p. 98/99, nota 56.

(6) Idem, p. 75.

(7) Carr, E., "El V Congreso de la Internacional Comunista", *Cuadernos de Pasado y Presente* 55, 1975, p.28.

(8) Fragmento do discurso de Treint, cit. por Carr, op. cit., p.28. Ver também Milos Hájek, "A Bolchevização dos Partidos Comunistas", em Hobsbawm, E., História do Marxismo, VI, Paz e Terra.

(9) Carr, op. cit., p.28.

(10) Lukács, G., L'Uomo e la Democrazia, Ed. Lucarini, 1987, Roma, p. 79.

(11) Claudin, F., La Crise del Movimiento Comunista, Ed. Ruedo Ibérico, 1970, p. 203. Data desta época a criação do Bureau Latino-americano da IC, funcionando o Partido Comunista Argentino como ponto de contato para os PCs deste continente. Pouco antes, em 1922, o suíço Alfred Stiner havia sido designado como responsável da IC para assuntos latino-americanos.

(12) "O VI Congresso da Internacional Comunista, Informe y Discusiones", *Cuadernos de Pasado y Presente* 67, 1978, p.82.

(13) Ver Antunes, R., Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil, Ed. Cortez, Cap. V, utilizado como referência de pesquisa neste texto. Ver também Del Roio, M., A Classe Operária na

Revolução Burguesa, Oficina de Livros, SP, p. 96 e segs e Pinheiro, Paulo Sergio, Estratégias da Ilusão, Cia. das Letras, SP, especialmente item III.

(14) Veja-se Lima, Heitor F., Caminhos Percorridos, Ed. Brasiliense, a mais sugestiva e documentada das memórias de militantes, no que se refere às relações PCB e IC na viragem dos anos 20/30. E também Prado Jr., Caio, A Revolução Brasileira, Ed. Brasiliense, pioneira análise crítica dos equívocos da IC para a América Latina. Ver especialmente cap. II.

(15) "O VI Congresso..., Teses, Manifiestos y Resoluciones", op. cit., p. 188.

(16) Idem, p. 192/194.

(17) Idem, p. 198.

(18) Idem, p. 199.

(19) Idem, p. 205.

(20) Idem, p. 205.

(21) Há um fragmento das "Teses de Blum" publicado na Revista *TERAS* 7, Ed. Ciências Humanas. Ver também Trotsky, Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, Ed. Ciências Humanas, 1979.

(22) "O VI Congresso..., op. cit., p. 238.

(23) Idem, pp. 238/9.

(24) Idem, p. 241.

(25) Bukharin, N., "La Situación Internacional y las Tarefas de la Internacional Comunista", VI Congresso, Informes y Discusiones, op. cit., 9/11, 29 e 153. Ver também Schlesinger, Rudolf, "La Internacional Comunista y el Problema Colonial", *Cuadernos de Pasado y Presente* 52, p. 106.

(26) O VI Congresso..., "Informe de la Delegacion Latino-americana sobre el Programa da Internacional Comunista", Ricardo Paredes, op. cit., p. 176.

(27) Idem, p. 178/9.

(28) Humbert-Droz, "Sobre los Países de América Latina", VI Congresso..., op., cit., p. 301.

(29) Idem, p. 302.

(30) Ver, entre outros, Hecker, Alexandre, Um Socialismo Possível (A Atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo), T.A.Q. Editor, SP.

(31) Pereira, A., A Formação do PCB, Ed. Vitória, 1962, p. 66.

(32) Conforme documento "Os Congressos do PCB", p. 3.

(33) Pereira, A., op. cit., 144 e seg. e "Os Congressos ...", op. cit., p. 5.

(34) III Congresso, em Pereira, A., op. cit., p. 120.

(35) "Os Congressos do PCB", op. cit., pp. 5/6.

(36) Idem, p. 5.

(37) O *Trabalhador Latino-Americano*, Revista Quinzenal de Informação Sindical, Órgão Oficial do Comitê Pró-Confederação Sindical Latino-Americana, Ano I, n. 1 a 5, 15 de novembro de 1928 (grifos meus).

(38) Pereira, op. cit., pp. 102/3.

(39) Veja-se o Informe de Humbert-Droz, em "O VI Congresso...", op. cit., p. 319, com agudas críticas ao BOC.

(40) Ver Lima, Heitor, F., op. cit., pp. 103 e segs.

(41) Pereira, A., "O PCB e sua Ação", *La Correspondência Sudamericana*, Buenos Aires, 15/09/1928.

(42) Humbert-Droz, "O Movimento Revolucionário na América Latina",

Buenos Aires, 30/09/1928.

(43) Brandão, D., "A Sucessão Presidencial", *Diário Carioca*, 30/01/1929, em Carone, E., O Movimento Operário no Brasil (1877/1944), Difel, p. 517.

(44) *A Classe Operária*, 17/04/1930. As citações seguintes referem-se a este documento.

(45) Idem, p. 3. Ver argumentação similar em Borodine, Saul, "La Situation Politique et le Mouvement Ouvrier Revolutionnaire au Brésil", *La Correspondance Internationale*, n. 66, 1930, p. 872.

(46) Sobre a relação Prestes e o PCB neste período ver Antunes, R., op. cit., pp. 156 e 159.

(47) Par un Latino-americain, "A Propos des Evénements du Brésil", *La Correspondance Internationale*, n. 86, 1930, p. 1110.

(48) "El P. Comunista del Brasil frente a los Proximos Combates", *Revista Comunista*, Órgão Teórico del Secretariado de la Internacinal Comunista, año 1, n. 2 e 3, enero y febrero/1931, p. 21.

MINISTERO AFFARI ESTERI
Direzione Generale per la
Cooperazione allo Sviluppo

REGIONE EMILIA ROMAGNA
PROVINCIA DI BOLOGNA

UNIVERSITA' DEGLI STUDI
DI BOLOGNA

COMUNE DI BOLOGNA

CORSO DI FORMAZIONE PER ESPERTI LATINO-AMERICANI
SUI PROBLEMI DEL LAVORO E DELLE RELAZIONI
INDUSTRIALI

realizzazione a cura di

SINNEA
SIMPOSIO SUO PER LA COOPERAZIONE
E LA PICCOLA E MEDIA IMPRESA

in collaborazione con

Centro Interamericano de Administración del Trabajo - CIAT (OIT)

Atti della Giornata di studio a conclusione
della Seconda Edizione del Corso

**LE RELAZIONI INDUSTRIALI
IN AMERICA LATINA**

Bologna - 27 giugno 1989

a cura di Marco Biondi

UN VOLUME IN LINGUA ORIGINALE: L'AUTENTICITÀ
DI UN CONTINENTE

Mario Biagi
(Direttore del Corso)

Il lettore si accorgerà subito che il presente volume costituisce sì la raccolta di Atti di un convegno ma realizzata in un modo diverso dal solito. Infatti non si è proceduto alla traduzione dei vari contributi.

Il perché di questa scelta assume un significato simbolico. A parte il fatto che nell'ambito delle lingue neolatine la traduzione ha un senso molto limitato tanto agevole è la comprensione, mi sembra che il confronto comparatistico assuma un valore maggiore se condotto nel pieno rispetto dei singoli contesti nazionali o, in questo caso, subcontinentali, a partire dall'elemento linguistico. Come dire in altri termini che anche sotto questo profilo occorre resistere alla tentazione di una forzata omogeneizzazione culturale ai modelli europei.

Chiunque si occupa di studi comparatistici sa che l'uso pressochè universale della lingua inglese ha permesso di diffondere informazioni anche su ordinamenti altrimenti impermeabili o quasi sotto il profilo linguistico. Tuttavia è altrettanto noto che l'utilizzazione di un'unica lingua per descrivere realtà profondamente diverse tra loro induce ad errori, fraintendimenti, sottovalutazioni ed enfattizzazioni. Insomma non sempre salvaguarda l'autenticità di un sistema.

L'America Latina, pur nell'articolazione delle diverse realtà nazionali, offre agli studiosi ed operatori europei delle relazioni industriali un panorama di esperienze davvero autentico. La ricchezza dei vari sistemi apparirà subito evidente anche solo scorrendo le pagine che seguono. Spesso balza evidente un dibattito interno ad un paese assolutamente non ricomponibile: è il caso del Brasile che non a caso si presenta con una pluralità di contributi.

Il Corso in oggetto cerca di realizzare un confronto fra l'Italia, l'Europa e l'America Latina. Ma coltiva anche l'ambizione di promuovere una circolazione di informazioni e quindi un dibattito all'interno di quel subcontinente. Ecco un'altra buona ragione per cui questi Atti si presentano in lingua originale. Essi infatti sono destinati non solo al lettore europeo (certo più a suo agio con lo spagnolo che con l'italiano) ma anche (forse soprattutto) al pubblico latino-americano che certo gradirà la scelta.

Occorre però dire anche che questo vuole essere una testimonianza della

concretezza del Corso che ho il piacere di dirigere. Questi materiali serviranno ai partecipanti alle successive edizioni che rende le tre settimane del Corso non già un'effimera occasione di incontro ma il punto di partenza per realizzare un rapporto continuativo con chi opera in Italia, in Europa e in America Latina, nell'ambito delle relazioni industriali.

LAS RELACIONES DE TRABAJO EN AMERICA LATINA

Prof. Oscar Ermida Uriarte
Consejero Regional
Organización Internacional del Trabajo
Lima, Perú

desde el año 1988. Los trabajadores están representados por la C.G.T. y los empresarios a través de un censo de representatividad fijado por el gobierno (Rep. tácita). Los resultados desde la óptica de su funcionamiento han sido positivos.

Comisión Nacional de Trabajo Agrario

Febrero 1988. Representación sindical única (Unión Trabajadores Rurales) representación empresarial en cuatro entidades agrarias a nivel nacional y del Estado (Ministerio de Trabajo, de Economía, Sec. de Agricultura).

Comisión Participativa del Sector Público - con representación del Estado Empleador. Los dos sindicatos con ámbito de actuación nacional, y los sindicatos sectoriales en la medida en que se vean comprometidos sus intereses. Es un órgano de consulta no vinculante.

Evaluación

El marco de la confrontación política no permitió alcanzar acuerdos de concertación a nivel macro.

Argentina, 1989

ELEMENTOS PARA O ENTENDIMENTO DA REALIDADE BRASILEIRA: DA CRISE DE 1964 AO INÍCIO DOS ANOS 80

Prof. Ricardo Antunes
(UNICAMP - Universidade
de Campinas)

Após a Crise de 1964, com a derrocada do Governo Constitucional de Goulart e das forças nacional-reformistas, erigiu-se um Estado de feição ditatorial que reorganizou, intensificou e alargou o padrão de acumulação capitalista cujo setor mais dinâmico era o Departamento produtor de bens de consumo duráveis. Um conjunto de medidas constituíram-se nos pilares desse processoso regime de estabilidade foi substituído pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que possibilitou uma taxa de *turn over* intensa dentro das fábricas, com o conseqüente rebaixamento dos níveis salariais da força de trabalho. A Lei nº 4.330, que regulamentou o direito de greve, impôs tamanhas restrições que praticamente impediu a deflagração de greves. Inúmeros sindicatos sofreram intervenção e perderam o potencial reivindicatório, uma vez que o Estado efetivou-se como responsável pela definição dos índices de aumentos salariais.

É evidente que essas medidas, vistas de modo global, visavam fundamentalmente o rebaixamento salarial da força de trabalho, através do seu enfraquecimento e desorganização. As demais medidas tais como a contenção de créditos - responsável pela intensificação do processo de monopolização do capital -, corte nos gastos públicos, facilidades para o ingresso de capitais estrangeiros, aumento da carga tributária, etc., também injetaram novo dinamismo no padrão de acumulação, propiciando uma expansão que se efetivou intensamente no período do "milagre econômico" entre 1968-1973.

A feição básica do novo "modelo econômico" implantado pode ser assim configurada: uma estrutura produtiva bifronte onde, de um lado, tem-se a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) para um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes proprietárias e parcela significativa das camadas médias. Noutra pólo, tem-se a produção para a exportação, não só de produtos primários, mas também de produtos industrializados. O rebaixamento crescente do valor da força de trabalho possibilita, internamente, níveis de acumulação que interessam aos setores monopolistas nacionais e internacionais, além de permitir, externamente, a venda de produtos industrializados e preços competitivos. A recorrência ao empréstimo externo, ao capital financeiro internacional, é condição para a obtenção de bens de produção importados, que não podem ser adquiridos

somente pelo *quantum* realizado através da exportação.

Enquanto a produção de bens de consumo duráveis, equipamentos e bens intermediários expandiu-se em resposta a uma demanda interna, o setor de bens de consumo não-duráveis inseriu-se no esforço exportador.

A expansão econômica do pós-68, baseou-se, portanto, nos seguintes elementos:

"1. Uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças à concentração de renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; 2. uma demanda externa em expansão graças à liberalização do comércio internacional e ao subsídio das exportações; 3. Forte injeção de recursos do exterior, que complementam a poupança interna e permitem eliminar focos inflacionários, graças a uma capacidade de importar tornada superelástica".¹

A contenção salarial constituiu-se em instrumento eficaz nesse "novo" padrão de acumulação: se comparados os reajustes de salário com o aumento do custo de vida no período 65/67, percebe-se que houve um corte de pelo menos 25% nos salários reais, o que penalizou intensamente os operários da indústria².

Se acrescentarmos a esta tendência constante de rebaixamento dos salários, a intensificação da jornada de trabalho e o incremento tecnológico, temos a articulação que particulariza o capitalismo no Brasil no seu pólo industrial mais avançado: a superexploração do trabalho que dilapida enormes contingentes da classe trabalhadora brasileira³.

A partir de 73, entretanto, tem-se o esgotamento do padrão de acumulação: carente de um Departamento produtor de bens de produção de base nacional plenamente consolidado, a carga de importações mostrava-se cada vez mais acentuada e dificilmente seria paga com as divisas oriundas do pólo exportador⁴. A recorrência ao capital financeiro internacional visava a suprir o crescente déficit do balanço comercial. A perversidade do círculo vicioso foi estampada: cada vez mais recursos externos para suprir o déficit comercial e, também, as amortizações e os serviços da própria dívida. Isso tudo agravado pelo fato de que o Departamento produtor de bens de consumo duráveis, por ser predominantemente controlado pelo capital externo, tinha o seu excedente drenado para fora. O segmento nacional do Departamento produtor de bens de produção, com forte presença estatal, carecia igualmente de recursos para sua reprodução, colocando a problemática do endividamento para o capital privado nacional e para o capital estatal.

Em consequência disto, o esgotamento desse padrão de acumulação, que teve como núcleo dinâmico o Departamento produtor de bens de consumo duráveis, deu-se também como resultante da contradição existente entre "a industrialização voltada para mercado interno e o controle externo da propriedade do Departamento produtor de bens de consumo duráveis, que requer o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional do capital".⁵

A irrupção da crise econômica, cujos sintomas transpareceram já no final do ano de 1973, ao aflorar a necessidade de reordenar e recompor os diversos interesses das frações dominantes que se articulavam em torno do tripé capital monopolista

externo, capital monopolista privado nacional e setor produtivo estatal, atingiu diretamente a forma pela qual se estruturava o aparato estatal. A este competia, através de um rearranjo do bloco no poder, forjar alternativas que não trouxessem ônus em demasia para as frações monopolistas dominantes. A crise assumia, deste modo, uma explícita e transparente dimensão política.

A estabilidade do Estado dependia, então, de um lado, do equacionamento da questão econômica, capaz de propiciar uma retomada de padrão de acumulação e, de outro, do enrijecimento das medidas repressivas garantidoras da ordem que se queria efetivar. Os anos 68-73 forma expressões exacerbadas do binômio expansão econômica e autocracia. *Quando, entretanto, o "milagre econômico" deu sinais de esgotamento, começaram, muito lentamente, a ser solapadas as bases materiais do poder ditatorial.* As fissuras atingiram o bloco no poder, instalando-se no seio das próprias forças dominantes. O Governo Geisel, ao tomar posse em 1974, já o fez dentro de uma situação marcadamente crítica. Para o núcleo dirigente do Estado bonapartista enlocava-se a necessidade de reequacionar o bloco no poder, de recomodar as diferentes frações dominantes, inquietas pelo início da fase recessiva. O tripé sustentador da acumulação de capital passou a requerer do Estado alternativas efetivas capazes de superar a crise econômica. Entre os próprios monopólios nacionais, internacionais e o setor produtivo estatal acentuaram-se as dissensões, onde cada fração e sub-grupo mostrava sua relutância em arcar com o ônus da crise: "... a desaceleração do ritmo de desenvolvimento capitalista no Brasil (processo designado, usualmente, como o "fim do milagre econômico brasileiro"), evidente a partir de 1973-1974, aumenta as dificuldades econômicas das frações burguesas já submetidas, desde há muito ao cerco imposto (ao nível das políticas de preços, creditícia, tributária, cambial, etc.) pelo capital monopolista, nacional ou imperialista", acarretando dissensões também em setores expressivos do médio capital.⁶

Foi exatamente neste contexto de crise que o poder ditatorial bonapartista, primeiramente através da "distensão" do Governo Geisel (1974-79) e posteriormente da "abertura" de Figueiredo (1979-85), iniciou um processo de *auto-reforma do poder*, sem alterar a essência autocrática da dominação burguesa e sua política econômica: era o desencadear da transição para a institucionalização da autocracia. Gestava-se, na verdade, uma mudança na *forma* da dominação burguesa.

"Desteitas, pela crise do 'milagre', as condições de sustentação da ditadura militar bonapartista, tratava-se de encaminhar o desenho de *outra forma* de sustentar a *mesma dominação*. Perceidos estavam os fundamentos do *bonapartismo*, até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades *economicamente*, garantia a superexploração do trabalho, pautando, em certa, mas intensa acumulação. *politicamente*, desorganizara e aterrozara o movimento de massas, especialmente o movimento operário, e desbaratara as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e infloua poderosamente em sua orgânica."

No plano da sociedade política operava-se uma mudança na *forma do Estado*.

transitando-se do Estado bonapartista para o Estado autocrático institucionalizado. Geisel alertou, logo após a sua posse, para a estratégia de auto-reforma que se intentava iniciar:

"...envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64. *Os instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para a manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem muito menos retrocessos sempre perigosos*, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes mesmo potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora capaz de instituir, quando oportuno, salvaguardas eficazes dentro do contexto constitucional."

Gestava-se, dentro do aparelho de Estado bonapartista, um processo de limitada descompressão política, através da retração da *manu militari* e a montagem de um arcabouço jurídico-político capaz de erigir e consolidar a República institucionalizada e tutelada. Para que a finalidade básica desse procedimento fosse obtida era necessário recompor o bloco no poder, reordenando as diferentes frações dominantes, evitando sua erosão, além de cooptar amplos setores liberais da oposição, que responderiam ao aceno do poder, que lhes oferecia concessões no plano político-institucional, desde que fosse preservada a essencialidade da política econômica e excluída qualquer possibilidade de ação autônoma das massas trabalhadoras. Aceitava-se para a possibilidade de mudanças restritas no plano político-institucional, tais como:

1. A Reforma Partidária de 1979, que extinguiu a bi-partidarismo exercido pelos partidos oficiais (ARENA - Aliança Renovadora Nacional e M.D.B. - Movimento Democrático Brasileiro) e "liberalizava" a criação de novos partidos políticos;
2. aceitação, pelo Poder Militar, ainda no ano de 1979, da Anistia (restrita) aos presos políticos;
3. possibilidade de implementar, em um prazo mais distante, as eleições diretas para governadores dos estados e mesmo de um Congresso Constituinte, o que acabou ocorrendo somente ao longo da década de 80.

Dessa maneira, a consolidação do Estado autocrático institucionalizado visava abarcar os setores moderados das oposições, que seriam absorvidos pela "democracia forte", repondo não só o apoio do conjunto das frações burguesas (monopólicas ou não), mas também o de amplos setores da camadas médias liberais tradicionais que estavam na "oposição" desde que se consolidou a tendência ao prolongamento e fechamento do regime militar em fins dos anos 60. Às classes trabalhadoras,

entretanto, a auto-reforma preservava sistemática exclusão."

Florestan Fernandes, referindo-se a esse processo de institucionalização da ditadura, definiu o seu procedimento como sendo uma:

"*liberalização outorgada*, que se manifestou primeiro sob a forma de uma 'política de distensão' e, em seguida, sob a forma de uma 'política de abertura' - que revelava, a um tempo, as dificuldades, a fraqueza e a força do regime ditatorial. Se ela não mudava nada, pois era fruto ocasional da democracia restrita artificial imposta, mostrava que as contradições da sociedade civil não podiam ser absorvidas no plano da sociedade política e que a ditadura pagava, por aí, um alto preço pela ambigüidade da situação histórica."

E acrescentou: "Em resumo, a burguesia deveria perder o despotismo do seu 'braço militar', embora este se mantivesse atento, em posições-chave, para moldar a transição e converter a ditadura por outros meios em uma democracia tutelada". Claro que a "democracia tutelada", sendo a nova forma política assumida pela estrutura autocrática de dominação burguesa, preservava o seu conteúdo econômico, social, político e ideológico, vigente desde 64, cujo ideário encontrava-se estampado na ideologia da Segurança Nacional."

Este processo de auto-reforma do Estado burguês não contava, entretanto, com o afloramento de um *novo* elemento. Ele visava, a partir de meados da década de 70, recompor o bloco no poder, alargando suas bases sociais até os setores liberais e moderados da oposição, visando, com isso, a obtenção dos condicionantes sociais e políticos que permitissem a superação da crise econômica e a retomada de um novo ciclo de expansão monopólica, mas não contava com o irromper agudo e intenso da ação reivindicatória dos trabalhadores.

Aproveitando-se das metamorfoses do poder político e das dissensões que afloravam no bloco no poder, deu-se, a partir de 1978, o ressurgimento do movimento operário, desmistificando o projeto "aberturista", desnudando seu caráter de transição "pelo alto", por dentro do poder ditatorial. Por isto, constituiu-se num obstáculo que forçou o prolongamento da estratégia política de auto-reforma do poder político e da dominação autocrática, estratégia esta que exonerou seu curso somente na segunda metade dos anos 80, através da eleição indireta do Governo Sarney em 1985, da realização do Congresso Constituinte em 1988 e da realização, quase trinta anos depois, de eleições diretas para a escolha do novo Presidente da República, programada para novembro de 1989.

Sao Paulo, Brasil
1989

⁶¹ O Relatório apresentado durante a "Giornata di Studio Le Relazioni Intercontinentali in America Latina" organizada no âmbito do CORSO DI FORMAZIONE PER ESPERTI LATINO AMERICANI SUI PROBLEMI DI LAVORO E DELLE RELAZIONI INDUSTRIALI em 27 de junho de 1989, em Bologna.

SINGER, P. - "Evolução da Economia Brasileira: em *VCrise do Milagre*", Ed. Paz e Terra, 1976, R.L., p. 116.

⁶² Idem - "O 'Milagre Brasileiro': Causas e Consequências" in *VCrise do Milagre*, op. cit., p. 56.

⁶³ Ver, a este respeito, ANTUNES, Ricardo - *A Rebelião do Trabalho*, Ed. Fênix/Ed. da UNICAMP, 1988, SP, onde há um desenvolvimento mais detalhado de vários pontos apresentados neste texto.

⁶⁴ No ano de 1974 ampliou-se "grandemente o déficit da balança comercial que atingia cerca de 4,5 bilhões de dólares. Isso se deve não só a elevação do preço do petróleo mas também à grande quantidade de bens de capital que foram importados nesse ano, ao que se aliou o empenho para o brilhante de nossas exportações (principalmente de produtos primários)". Veja-se PEREIRA, L. C. Bresser, "A Recessão Econômica de 1974-1975" in *O Colapso de uma Aliança de Classes*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1978, p. 78.

OLIVEIRA, E. de - "Padrões de Acumulação, Oligópolos e Estado no Brasil (1950-76)", em *A Economia da Dependência Imperfeita*, Ed. Graal, 1977, RJ, p. 107.

⁶⁵ SAES, Décio - *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, T. A. Queiroz Editor, S.P., 1985, p. 218.

⁶⁶ CHASIN, J. - "Hasta Cuando?", em *Revista Ensaio 10*, Ed. Fênix, S.P., 1982, p. 10.

⁶⁷ Discurso pronunciado em 19 de março de 1974, na primeira reunião ministerial do Governo do General Ernesto Geisel.

⁶⁸ Este procedimento tão presente ao longo da história política brasileira, Michel Debrun caracteriza como sendo a essência da nossa conciliação: menos do que um acordo entre atores (individuais ou coletivos) de um peso similar, a conciliação política no Brasil, segundo Debrun, "sempre pressupõe o desequilíbrio, a dissimetria dos parceiros, e não seu equilíbrio". A conciliação existe "para formalizar e regular a relação entre atores desiguais, uns já dominantes e outros já dominados. E para permitir que os primeiros explorassem em seu proveito a transformação dos segundos em sócios caudatários". Debrun, M., *A Conciliação e Outras Estratégias*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1983, p. 15.

⁶⁹ FERNANDES, E. - *A Ditadura em Questão*, T. A. Queiroz Editor, São Paulo, 1982, p.27.

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 34.

ELEMENTOS PARA O ENTENDIMENTO DA REALIDADE BRASILEIRA: A DÉCADA DE 80⁷¹

Prof. Eliana Borges Cardoso

(Faculdade de Direito de
São Bernardo do Campo, SP - Brasil)

Farei um breve aceno à realidade sócio-política-econômica brasileira a partir dos anos 80 até a promulgação da Nova Constituição Federal em 1988, que deu nova forma jurídica às relações trabalhistas no Brasil.

Em 1964, por meio de um golpe, instalou-se a ditadura militar em nosso país apoiada pelos grupos econômicos dominantes. Os militares estiveram no poder até 1985, quando, por acordo entre grandes industriais, banqueiros, latifundiários, burguesia e os próprios militares, houve a transição do governo militar para o governo civil. Esta mudança estratégica da forma de dominação não se deu por acaso. Durante o regime militar, ao lado do chamado "milagre econômico" por meio do qual o Brasil desenvolveu seu parque industrial, cresceu desmedidamente a miséria em nosso país. Também nesse período, especialmente a partir de 1978, o movimento operário combativo intensifica sua organização, e a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, foi o marco do renascimento do sindicalismo independente. A CUT foi criada à margem e em contraposição à ordem institucional vigente. Criou-se ao mesmo tempo a Central Geral dos Trabalhadores - CGT, que reuniu líderes sindicais na sua maioria comprometidos com o regime estatal imposto aos sindicatos e conivente com os privilégios concedidos aos colaboradores do sistema.

Diante da miséria, da instabilidade econômica e política de um lado, e das organizações sindicais e populares que manifestavam a insatisfação popular do outro, a sustentação do regime militar tornou-se impossível. Numa forma de evitar o estouro do sistema, promoveu-se uma pequena abertura o que possibilitou a organização do Partido dos Trabalhadores e outros que, juntamente com a sociedade civil, impulsionaram um legítimo movimento por eleições diretas.

Houve uma mobilização nacional em torno das "Diretas 1985" mas habilmente o regime, em colaboração com os partidos de direita e de centro encabeçados por José Sarney, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e outros, canalizaram o movimento das diretas para legitimar o que chamaram de "transição democrática". Ao contrário da vontade popular, justificou-se que o primeiro passo para a democracia deveria ser a posse de um presidente civil escolhido por um colégio eleitoral. Foi o que ocorreu: escolhido, por via indireta, Tancredo Neves não chegou a assumir vitimado por doença fatal, assumindo o então presidente do partido situacionista que sustentara o regime militar, José Sarney.

Nova

ESCRITA

ensaio

ANO V - Nº 11/12

Edição Especial

**MARX
HOJE**



B. ANDREAS
• ENTREVISTA INÉDITA
"CHICAGO TRIBUNE" 1878

F. ENGELS
V. LENIN
J. LABASTIDA
J. NUN

G. LUKÁCS
I. MESZÁROS
F. FERNANDES
H. LIMA VAZ

M. TRAGTENBERG
T. CALVET
G. STACCONE
A. GRAMSCI
J. CHASIN (ORGANIZADOR)

J.P. NETTO
M.A. DE OLIVEIRA
J.C. AVELINO
R. ANTUNES
P. SILVEIRA



Marx e Engels (ilustração que apareceu em um semanário operário inglês da época)

PODER E TRANSIÇÃO

A Atualidade de Marx Frente aos Dilemas do Socialismo

Ricardo Antunes *

"Ultimamente, as palavras 'ditadura do proletariado' voltaram a despertar terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura?

Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado."

Engels, no 20.^o aniversário da
Comuna de Paris, 18-03-1891

I

Quero, neste momento em que se comemora o Centenário da morte de Marx, discutir um ponto de extrema relevância nos dias de hoje: a necessidade de recuperar a essência da formulação política marxiana, como caminho à superação de parcela dos impasses atuais do pensamento político marxista, bem como das deformações presentes nos países que vivem a transição socialista.

Não constituem novidade que as formulações teóricas de Marx sobre a revolução proletária tinham como referência o continente europeu, particularmente os países de capitalismo avançado. Nestes países emergia a possibilidade concreta da alternativa socialista. Os seus estudos sobre a França e Inglaterra validam a afirmação anterior. E penso ainda que — ao contrário do que por vezes costuma-se ouvir — Marx tinha plena razão ao conceber

* Professor do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da UNESP.

teoricamente a revolução proletária nestes países de capitalismo pleno. A Revolução de 1848 na França, o Movimento Cartista na Inglaterra e especialmente a Comuna de Paris, ao invés de infirmarem, confirmam aquelas formulações. O fato de estas experiências históricas — e de novo a Comuna merece destaque especial — não terem consolidado a ruptura com a ordem burguesa é uma outra discussão, a qual Marx e Engels, em várias oportunidades, apontaram suas causas.¹

Mas se este era o contexto histórico mais favorável à eclosão da revolução social, também é verdade que Marx, ao ser indagado sobre as possibilidades da revolução na Rússia, em mais de uma oportunidade desautorizou qualquer leitura mecanicista que procurava transpor, para outros países, as formas concretas de objetivação do capitalismo clássico. Contrário à universalização destas formas, Marx reafirmava a necessidade de apreensão da particularidade e das vias concretas para a transição. Foi o que disse, por exemplo, no segundo rascunho da Carta a Vera Zasulich, em 1881, ao afirmar que sua análise restringia-se "expressamente" aos países da Europa Ocidental: "A Rússia é o único país da Europa onde a propriedade comunal se manteve em uma ampla escala nacional; mas, simultaneamente, a Rússia existe em um meio histórico moderno, ela é contemporânea de uma cultura superior, ela se encontra ligada a um mercado mundial onde predomina a produção capitalista."²

E, no prefácio à edição russa do *Manifesto*, em 1882, Marx e Engels foram mais além. Após afirmarem que a Rússia assumia, naquele momento, a "vanguarda do movimento revolucionário da Europa" indagavam: "... poderia a comunidade rural russa — forma muito desnaturada da primitiva propriedade comum da terra — passar diretamente para a forma superior da propriedade coletiva, para a forma comunista ou, pelo contrário, deverá primeiro passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente?"³

"A única resposta que se pode dar hoje a esta questão é a seguinte: se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista."⁴

Pode-se dizer, portanto, que as formulações marxianas sobre a possibilidade de eclosão da revolução proletária nos países de capitalismo tardio (com exceção, é evidente, da Alemanha) praticamente resumem-se a estas indicações.⁵

A Revolução de Outubro e a nova fase de transição aberta, pelas suas particularidades, introduziram uma problemática teo-

ria nova que não tinha sido tematizada por Marx e Engels. País "bem debaixo da cadeia imperialista", onde coexistiam formas de produção feudais, asiáticas e capitalistas (pense na pequena propriedade, na aldeia comunal e na grande indústria de Petrogrado, por exemplo), Lênin caracterizou-o como o país "mais atrasado do ponto de vista econômico, no qual o imperialismo capitalista moderno se encontra envolvido, por assim dizer, numa rede particularmente densa de relações pré-capitalistas."⁶

E neste quadro de atraso — com uma indústria nascida tardiamente, cujo contingente operário urbano e rural somava, no início do século, cerca de dez milhões de pessoas, sendo que a grande massa dos 150 milhões de pessoas que compunham a população russa eram vinculados ao campo — que eclodiu a revolução socialista. Questões então resolvidas no universo dos países de capitalismo avançado, tais como a montagem de um parque industrial pesado ou a desfeudalização do campo e a resolução da questão agrária, colocavam-se como prioritárias para a emergente República dos Soviotes. Isto sem mencionar a gama de problemas oriundos da guerra civil e da luta contra a intervenção militar dos países imperialistas. Sem pretender aprofundar aqui estas considerações — que são bastante conhecidas — é possível dizer que a necessidade de apropriação e redistribuição racional do excedente deu margem ao advento do socialismo de acumulação, que comportava tarefas imanentes ao socialismo, como a coletivização da propriedade capitalista industrial, até o incentivo à produção e acumulação mercantil da pequena propriedade camponesa, ocorrida durante a NEP. Ora, este quadro de dificuldades ontológicas básicas apresentou, desde logo, dificuldades que se manifestavam também no plano da política. É ilustrativo a polémica entre Lênin e Trotsky acerca do caráter do Estado russo e de suas relações com os sindicatos. Nas palavras de Lênin: "O camarada Trotsky fala de 'Estado Operário'. Permitam-me dizer que isto é pura abstração. . . Em nosso país, o Estado não é, na realidade, operário e sim operário e camponês. . . Já assinalamos que nosso Estado é operário com uma deformação burocrática. . . É esta a realidade do período de transição. Pois bem, será que diante desse tipo de Estado, que praticamente se consolidou, nada têm os sindicatos a defender?"⁷

E para que não se tome como momentânea, circunstancial, esta caracterização, frise-se que a detecção deste problema, por Lênin, aparece também em 1919, quando da realização do VIII Congresso do PC Russo, ocasião em que o tema *burocratização do Estado operário* mereceu atenção especial. Frente ao seu renascimento "so poderemos lutar contra a burocracia sem trégua, até a vitória total, quando toda a população participar no Governo".⁸ Em outras palavras, o efetivo governo à base dos soviets (conse-

tem) era a alternativa à deformação do Estado operário. Se esta questão, no início da transição socialista, já inquietava Lênin — *que não dizer quando esta deformação deixou de ser combatida e passou a ser base de sustentação e apoio da concepção staliniana a partir, sempre crescentemente, de 1924*¹⁰ — Em outras palavras — que aqui se pretende enfatizar é que, se no início da Revolução Russa as dificuldades objetivas foram tais que impediram, segundo a própria formulação de Lênin, a *consolidação* da ditadura do proletariado (no sentido dado por Marx), o que dizer, então, da fase staliniana, quando se acrescentou outro ingrediente decisivo no plano subjetivo, momento em que as deformações deixaram de ser combatidas e, ao contrário, passaram a ser incentivadas, visto que significavam um terreno fértil para a proliferação da concepção e do taticismo staliniano, desfigurando a riqueza e diversidade presentes no seio do partido operário russo (expressas, por exemplo, no intenso debate travado entre as suas diferentes tendências, o que foi *de fato* suprimido a partir da hegemonia da fração liderada por Stalin). Desnecessário dizer que a ditadura do proletariado, a bases dos soviets, que ainda não tinha sido consolidada, sofreu desvios de todo o tipo.

II

Mas se é verdade que Marx não teorizou sobre os problemas da transição nos países considerados eles débeis, também é verdade que ele forneceu *indicações decisivas* sobre as características do poder operário na transição para a sociedade comunista.

Em 1852, na Carta a Weydemeyer, Marx fazia menção ao que era até então efetivamente inovador em sua obra: "1) que a *existência das classes* está vinculada unicamente a *fases particulares, históricas, do desenvolvimento da produção*; 2) que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3) que esta mesma ditadura somente constitui a transição para a *abolição de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes*"¹¹.

Se no *Manifesto* aparecia como passo decisivo da revolução a constituição do proletariado em classe dominante, foi exatamente algumas décadas mais tarde, com a eclosão da Comuna de Paris, que a categoria ditadura do proletariado ganhou plena densidade e dimensão universal.

Na *Crítica ao Programa de Gotha* Marx traçou os contornos mais gerais da fase de transição revolucionária da sociedade capitalista para a comunista: "A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro que a *ditadura revolucionária do proletariado*"¹². Esta fase teria ainda a presença de heranças da ordem anterior, como o direito

burguês, além da própria desigualdade, ainda que em níveis intensamente menores àqueles que vigoram na sociedade capitalista. Uma vez finda esta fase transitória, com a eliminação da divisão "misericordiosa" do trabalho e da oposição trabalho-maneira versus intelectual; enfim, quando o trabalho, menos que um meio de vida, tornar-se fonte criadora de atividade do ser social e de sua plenitude — "caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar... sem jamais tornar-se caçador, pescador, pastor ou crítico" conforme a profética formulação contida em *A Ideologia Alemã*¹³ — quando "jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva", então será possível a instauração de uma formação social mais avançada.¹⁴

Foi, entretanto, em seu principal estudo sobre a Comuna — *A Guerra Civil em França* — que Marx deu os contornos decisivos da *forma e conteúdo do poder operário na fase de transição*. A reprodução de alguns trechos desta obra é esclarecedora: "A Comuna era formada por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e revogáveis a qualquer momento."

"A maioria de seus membros era, naturalmente, operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna não devia ser um organismo parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo."¹⁵ *Esta passagem é de importância crucial pela ruptura que opera, na forma e no conteúdo, com a divisão burguesa de poderes*. O poder operário da Comuna, repita-se, executa e legisla ao mesmo tempo. Os seus membros perceberiam salários equivalentes aos dos operários, extinguindo-se os gastos de representação. Suprimia-se a laurácia e o exército permanente. Igualmente aos demais funcionários públicos, os juizes e magistrados seriam eleitos, responsabilizáveis e revogáveis, rompendo-se o vínculo de subordinação e de dependência do Judiciário ao Estado burguês.

"Em seu breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, diz-se claramente que a Comuna deveria ser a *forma política* presente na menor aldeia do país e que nos distritos rurais o exército permanente seria substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto. As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados na capital do distrito correspondente e estas assembleias, por sua vez, enviariam deputados para a Assembleia Nacional de delegados de Paris, entendendo-se que todos os delegados seriam revogáveis a qualquer momento e estariam obrigados pelo mandato imperativo (instruções) de seus eleitores." Em suma: "a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe

produzira contra a classe apropriadora, a forma política finalmente descoberta para levar a cabo a emancipação comunista do trabalho".

Era, portanto, a Comuna a antítese do Estado burguês. Suas principais medidas não tinham outra destinação que não destruir os aparatos da dominação burguesa: 1) abolição do exército permanente e criação de milícias populares; 2) negação da divisão burguesa de poderes com o poder unificado (executivo e legislativo), através da ação direta das massas; 3) controle direto sobre as Comunas, em vez de representação parlamentar; 4) desmontagem da burocracia e da hierarquia administrativa; 5) fim dos privilégios dos altos funcionários do Estado e revogabilidade, a qualquer momento, dos representantes dos trabalhadores.

A dimensão universalizadora oriunda da experiência da Comuna é de tal modo evidente que Marx e Engels, em 1872, na prefácio à edição alemã do *Manifesto*, não hesitaram em afirmar que após a experiência de 1871, na parte sobre o poder político, "este programa está envelhecido em alguns pontos. A Comuna demonstrou, sobretudo, que a classe operária não pode simplesmente apoderar-se da máquina estatal existente e pô-la em marcha para seus próprios fins". Era preciso destruir o Estado burguês.

III

Vê-se, portanto, que especialmente a partir da experiência histórica concreta da Comuna de Paris, Marx elaborou sua concepção sobre a forma política plena do Estado operário na fase de transição. Forma política, entretanto, que foi elaborada a partir de um evento de curtíssima duração e que ocorreu num país de capitalismo clássico.

Se se entender a transição russa a partir da noção dos elos débeis, isto é, como uma expressão não-clássica — o que foi, aliás, enfatizado por Lênin inúmeras vezes e que Stalin se incumbiu de falsificar ao imputar a Revolução Russa a condição de classicidade, de modelo histórico-universal — deve-se colocar desde logo uma questão ontológica decisiva, qual seja: atuando contra a implantação e consolidação da forma política plena (no sentido marxista) da ditadura do proletariado se encontraram inúmeros entraves, dados pela condição de atraso da realidade russa que anteriormente mencionamos de maneira sumária. Penso que Lênin, quando falava em Estado Operário com deformações burocráticas ou, então, quando da implantação da NEP falava em Capitalismo de Estado "sob controle de todo povo" estava ajudando também as múltiplas dificuldades em consolidar na jovem República dos Soviéticos, a democracia proletária a base da Comuna.

A partir do momento em que a este quadro de situação se acrescentou outro dado decisivo, uma vez que se encontrava tanto o PC Russo — com consequências para a totalidade dos Partidos Comunistas — a tendência liderada por Stalin, quanto sempre em nome de Marx, Engels e Lênin, uma concepção *staliniana de socialismo* que subverteu a essência da concepção clássica. E fez o mesmo com relação à ditadura do proletariado que se converteu numa forma estatal burocratizada que passou a agir em nome do proletariado.

Lukacs, no calor da República húngara dos Conselhos, em artigo poucas vezes mencionado — "O Papel da Moral na Produção Comunista" — antecipou, com radicalidade, um aspecto crucial da geração de deformações do poder operário: "Esta claro que os fenômenos mais opressivos do poder operário — escassez de bens de consumo, preços elevados, que cada proletário conhece perfeitamente as consequências imediatas — são consequências diretas de uma diminuição na disciplina do trabalho ou de uma baixa importante na produção. As causas destes fenômenos devem ser removidas, para que os remédios tenham efeito sobre este estado de coisas e, conseqüentemente, eleve os níveis de vida dos indivíduos. O que se pode fazer segundo duas modalidades. Ou os indivíduos que constituem o proletariado se dão conta que só podem ajudar-se procedendo a um reforçamento voluntário da disciplina do trabalho, portanto aumentando a produção; ou se não são capazes disto, criam instituições capazes de dar nascimento a esse estado de coisas. Neste último caso criam um sistema legal por meio do qual o proletariado obriga a seus próprios membros individuais, os proletários, a atuarem de maneira que corresponda aos interesses de sua classe: o proletariado *erecta a ditadura contra si mesmo*. Esta medida é necessária para a sobrevivência do proletariado quando o justo reconhecimento dos interesses de classe e a ação voluntária em seu favor não existem. Porém, não dissimulemos o fato de que este método contém em si grandes perigos para o futuro. Quando e o mesmo proletariado que cria a disciplina de trabalho, quando o sistema de trabalho de Estado proletário regula-se segundo uma base moral, a pressão de exterior cessa automaticamente com a abolição da divisão em classes — quer dizer que o Estado desaparece gradualmente — e esta liquidação da divisão em classes sociais é geradora de uma verdadeira história da humanidade, que Marx profetizava e esperava. Se o proletariado, porém, segue outro caminho, ele precisa criar um sistema legal que não pode ser automaticamente abolido pelo desenvolvimento histórico. Esse desenvolvimento passa então pelas mãos de uma direcção que põe em perigo a *aparición e a situação* do fim último. O sistema legal que o proletariado foi compelido a criar, precisará, desta maneira, ser removido e quem

sabe que convulsões, que sofrimentos não serão provocados pela transição que levará por esse caminho o reino da necessidade ao reino da liberdade?"¹⁶

Escreto muito antes da consolidação da hegemonia staliniana, este fragmento aponta um risco possível durante a transição socialista, quando se defronta com um quadro de inexistência de uma verdadeira consciência e solidariedade revolucionárias de classe: a gestação de instituições e aparatos que acabam por contrapor-se ao próprio proletariado. Em outras palavras, os caminhos que deveriam levar à objetivação da ditadura do proletariado podem acabar por convertê-la em uma ditadura *em nome* do proletariado, que pode inclusive agir *contra* o proletariado.

Neste mesmo ano de 1919, quando da realização do VIII Congresso do Partido Comunista Russo, Lênin atacava a mesma temática. Falando sobre os riscos que possibilitavam a burocratização do Estado operário mencionou o atraso da consciência das massas: "E o baixo nível cultural faz com que os soviets, que são por seu programa órgãos de governo *dos trabalhadores*, sejam em realidade órgãos de governo *para os trabalhadores*, por meio do setor avançado do proletariado, porém não por meio das massas trabalhadoras."¹⁷ E, em discurso proferido em outubro de 1922, foi ainda mais enfático: "Estamos seguros que nosso aparato, que adoece de muitíssimos defeitos, que é duas vezes maior que o necessário, ... muito constantemente trabalha não *para* nós senão *contra* nós ..."

O que aqui se pretende levantar é que, nos países que vivem a transição socialista sob inspiração staliniana, não houve a *implantação e consolidação* da ditadura do proletariado (ou da democracia proletária) tal como foi concebido por Marx.¹⁸ O que talvez permita levantar uma hipótese: a transição socialista, que este século fez emergir — quer pela situação de eles débeis, e quer, especialmente, pela violenta deformação do marxismo depois da década de 30 — não deu concretude à *forma política* da ditadura do proletariado, tal como foi concebida por Marx. O que permite um desdobramento: *se se reconhece que se vive a transição socialista, ainda que sob a particularidade do socialismo de acumulação, parece forçoso também reconhecer que a sua objetivação gestou formas distintas de Estado nesta fase e que a ditadura do proletariado, na sua expressão plena, marxiana, não se concretizou.*

Como as condições originárias de atraso destas sociedades de há muito já foram superadas, caberá à classe operária daqueles países socialistas voltar à essência da rica formulação de Marx, rendição necessária para a superação, teórica e prática, das suas deformações e para que o socialismo se recoloque, também para

amplas massas do mundo ocidental, como a única alternativa capaz de encerrar aquilo que Marx chamou de pré-história da humanidade.

NOTAS

1. Veja, por exemplo, Marx, *La Guerra Civil en Francia*; Engels, *Introducción a Las Luchas de Clases en Francia*, em Marx e Engels, *Obras Escogidas*, Tomo I (Espanha, Ayuso) e as "Cartas de Marx a Kugelmann", em *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann* (Paz e Terra) entre outros.

2. "Karl Marx a Vera Zasulitch", de 1881, em *Revista Cara a Cara*, n.º 1, Ano I (Vozes, 1978), p. 139 e 141-142.

3. Marx e Engels, "Prefácio a La Edición Rusa de 1882", em *Obras Escogidas*, Tomo I, p. 14-15.

4. Sobre a Rússia, veja ainda Engels, "Acerca de Las Relaciones Sociales en Rusia", abril de 1875, em *Obras Escogidas*, Tomo II, p. 42-52 e a "Carta de Marx al Director del Otchestvennie Zapiski", fins de 1877, onde Marx já alertava para os equívocos de transplantar-se para a Rússia suas análises contidas em *O Capital* e com isso descuidar-se das análises concretas, cuja "suprema virtude consistiria em ser suprahistórica". Ver Marx e Engels, *Correspondencia* (México, Ediciones de Cultura Popular, 1977), p. 448-451. A citação está contida na página 451.

5. Lênin, *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo* (Madrid, Fundamentos), p. 90-91.

6. Lênin, "Sobre os Sindicatos, o Momento Atual e os Erros de Trotsky", em *Sobre os Sindicatos* (São Paulo, Editorial Livramento) p. 293. Ver também "Sobre o Papel e as Tarefas dos Sindicatos nas Condições da Nova Política Econômica", em *idem*, p. 316.

7. Lênin, *Obras Escogidas*, Tomo V (Argentina, Editorial Cartago, 1974), p. 423.

8. É conhecido o esforço intenso de Lênin, nos últimos anos de vida, contra esta tendência do Estado soviético. Em seu celebre artigo "Mas Vale Poco Pero Bueno", de 1923, alertava ainda mais uma vez para os "problemas do aparato estatal", particularmente quanto à atuação da Inspeção Operária e Camponesa, responsabilizando diretamente, embora sem nominá-lo, aquele que, entre 1919-22, foi o principal dirigente daquele organismo. Stalin "Falamos com franqueza: o Comissariado do Povo para a Inspeção Operária e Camponesa não goza na atualidade do menor prestígio. Todos sabem que não há organismo pior organizado, que nas condições atuais nada podemos pedir-lhes", em Lênin, "Contra La Burocracia", *Cuadernos de Pasado y Presente*, n.º 25 (Argentina, Siglo XXI, 1974), p. 88.

9. "Carta de Marx a Weydemeyer", 5 de março de 1852, em Marx e Engels, *Correspondencia*, p. 82.

10. Marx, "Crítica del Programa de Gotha", em Marx e Engels, *Obras Escogidas*, Tomo II, p. 25.

11. Marx e Engels, *A Ideologia Alemã* (São Paulo, Graal, 1977), p. 47.

12. Marx, "Crítica del Programa de Gotha", em Marx e Engels, *op. cit.* p. 16-17.

13. Marx, *A Guerra Civil em França*, em Marx e Engels, *Obras Escogidas*, Tomo I, p. 57.

14. Lênin, *Índice*, p. 500, 509 e 511 (grifos meus).

15. Marx e Engels, "Prefacio a la Edicion Alemana de 1872" do *Manifesto Comunista*, em Marx e Engels, *Obras Escogidas*, Tomo I, p. 13.

16. Lukács, *O Estado do Ser Social* (Os Principios Ontologicos Fundamentais de Marx) (São Paulo, Ciências Humanas, 1979), p. 122-23 e, do mesmo autor, *Lenin y los Problemas del Periodo de Transición* (publicado em 1970, em *Lenin y la Coherencia de su Pensamiento*) (Mexico, Capalbio), p. 151. Este ensaio é parte de um trabalho sobre o poder nas sociedades socialistas, cuja publicação somente será possível em 1991.

17. Ver, por exemplo, "El Imposto en Especie", onde Lênin mostra o peso da pequena propriedade na estrutura produtiva russa. Somente a partir de uma política de união entre o operariado e o campesinato — e esse era o cerne da NEP — seria "possível" melhorar a situação dos operários — e consolidar a ditadura do proletariado", em Lênin, *Obras Escogidas*, Tomo VI, p. 302 (grifos meus).

18. Lukács, O Papel da Moral na Produção Comunista, citado por J. Mészáros, "La Question del Poder Politico y la Teoria Marxista", em Poder y Oposicion en las Sociedades Postrevolucionarias (Barcelona, Laia, 1980). A íntegra deste artigo pode ser encontrada, entre outros, em Lukács, *Tactics and Ethics. Political Writings, 1919-1929* (London, NLB, 1972), p. 48-52.

19. Lênin, *Obras Escogidas*, Tomo V, p. 423.

20. Lênin, "Sobre el Aparato del Estado", em *Contra la Burocracia*, p. 31.

21. Pensa-se, neste ensaio, particularmente na União Soviética e também nos países do Leste europeu; estes últimos, como se sabe, além de eles próprios, transitam para o socialismo sem que houvesse a eclosão de verdadeiras revoluções proletárias e subsumiram-se desde logo ao socialismo de feição staliniana (neste aspecto mencione-se a exceção da Iugoslávia que, em 1947, efetiva sua ruptura com a União Soviética).

MARX, DOGMATISMO E SOCIALISMO

A "Transição" Chinesa

J. C. Avelino *

"... em toda época histórica, o modo dominante de produção econômica e de troca e a organização social, que dela necessariamente decorrem, constituem a base sobre a qual se edifica e a partir da qual se pode explicar a história política e intelectual desta época..." (Engels).

1. Introdução

Este artigo se constitui de certas reflexões sobre alguns dogmas que, adotados espontaneamente por marxistas, são considerados verdades universais e, por isso mesmo, não são, em geral, questionados.

No desenvolvimento deste artigo adotamos uma posição conceitual semelhante àquela definida por Charles Bettelheim no seu excelente artigo "Marx e o Momento Atual". "Devemos parar de tratar a obra de Marx como um conjunto de 'textos sagrados' onde se faz exegese ou como um 'supermercado teórico' (segundo a fórmula de Paquot) no qual se escolhe a citação que convém. Esta obra (como a dos diferentes marxistas) deve ser tratada de maneira crítica."

A epígrafe deste artigo coloca em evidência o fato de que a nossa preocupação primeira, nossa preocupação básica, quando

* Professor da Universidade Católica de Gônes e Doutor pela Universidade de Paris I, Sorbonne.

The Politics of Ethnic Construction: Hispanic, Chicano, Latino?

Special Issue of Latin American Perspectives

Guest Editor: Mario E. Góngora, Fred A. López III, and Carlos Muñoz, Jr.

"The homogenizing quality of the label Hispanic is the result of mainstream U.S. society's indifference to the distinctions within the Latino/a population."
— Suzanne Oboler

The U.S. Census Bureau, and other government agencies, as well as employers, pundits, politicians, scholars, and the mass media currently use the label "Hispanic" to identify members of Mexican and Puerto Rican descent and Latin American immigrants. But recently, many social scientists are realizing that the term at best is meaningless, and at worst creates and reinforces racial stereotypes.

This Special Issue of *Latin American Perspectives* raises questions about the origins and implications of the Hispanic label, including what cultural, economic, and political implications the label carries for Latin American immigrants.

Articles include:

- U.S. Ethnic Politics: *Implications for Latin Americans*
- The Politics of Labeling: *Latino Cultural Identities of Self and Others*
- "Hispanic" and "Latino": *The Viability of Categories for Panethnic Unity*
- The Birth of the "Hispanic" Generation: *Attitudes of Mexican-American Political Elites toward the Hispanic Label*
- The Hispanic Spin: *Party Politics and Governmental Manipulation of Ethnic Identity*

The Politics of Ethnic Construction: Hispanic, Chicano, Latino? provides an in-depth understanding of the politics of identity and the negative effects imposed by the "hispanic" label. Don't miss this issue!

Latin American Perspectives
Volume 19, Number 4 / Fall 1992
Individual \$13 / Institution \$34

SAGE PUBLICATIONS, INC.
2455 Teller Road
Newbury Park, CA 91320



SAGE PUBLICATIONS LTD
6 Bonhill Street
London EC2A 4PU, England

SAGE PUBLICATIONS INDIA PVT. LTD.
M-32 Market, Greater Kailash I
New Delhi 100 048, India

LATIN AMERICAN PERSPECTIVES

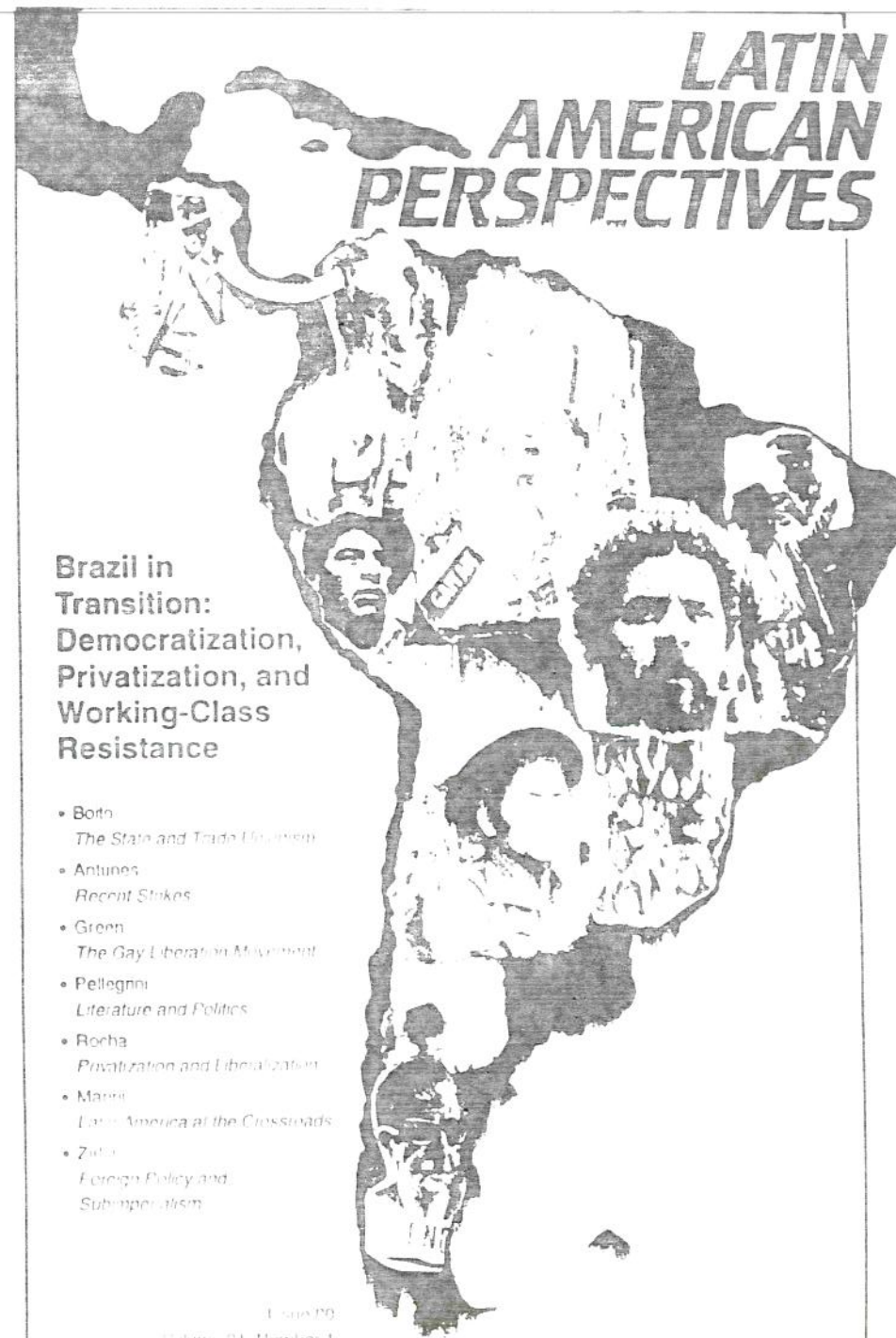
Brazil in Transition

Issue Editor

Volume 21, Number 1
Winter 1994



LATIN AMERICAN PERSPECTIVES



Brazil in Transition: Democratization, Privatization, and Working-Class Resistance

- Borja
The State and Trade Unions
- Antunes
Recent Strikes
- Green
The Gay Liberation Movement
- Pellegrini
Literature and Politics
- Rocha
Privatization and Liberalization
- Mann
Latin America at the Crossroads
- Zúñiga
Foreign Policy and Subimperialism

1 issue PQ
Volume 21, Number 1
Winter 1994

LATIN AMERICAN PERSPECTIVES

A Journal on Capitalism and Socialism

PARTICIPATING EDITORS

María Helena Moreira Alves, *Los Andes, Chile*
 Thomas Angotti, *Brooklyn, New York*
 Florence Babb, *University of Iowa, Iowa City*
 David Burkin, *UNAM, Mexico City*
 Roger Bartra, *UNAM, Mexico City*
 Barry Carr, *La Trobe University, Australia*
 Julio Cárdenas Valdés, *CEA, Havana*
 Albino Ciria, *Simon Fraser University*
 James Cockcroft, *Chesham, New York*
 James Cypher, *California State University, Fresno*
 Carmen Diana Dore, *University of Massachusetts, Amherst*
 Héctor Díaz-Polanco, *IESAS, Mexico City*
 Elizabeth Dore, *University of Portsmouth, UK*
 Alex Dupuy, *Wesleyan University*
 Enrique Dussel, *UNAM, Mexico City*
 Susan Eckstein, *Boston University*
 Joel C. Edelstein, *University of Colorado, Denver*
 Daniel Faber, *Northeastern University, Boston*
 Martha E. Giménez, *University of Colorado*
 Terrie R. Guth, *Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brazil*
 Susanne Jonas, *University of California, Santa Cruz*
 James Levy, *University of New South Wales, Australia*
 Sheldon Liss, *University of Akron*

Michael Lowy, *Paris*
 Florencia E. Mallon, *University of Wisconsin, Madison*
 Ruy Mauro Marini, *UNAM, Mexico City*
 Edwin Melander, *University of Massachusetts, Boston*
 Ronaldo Munck, *University of Ulster, Northern Ireland*
 Steve Niblo, *La Trobe University, Australia*
 Joel Nun, *University of Toronto*
 James O'Connor, *University of California, Santa Cruz*
 James Petras, *State University of New York, Binghamton*
 Angel Quintan Rivera, *CEREP, San Juan, Puerto Rico*
 Boaventura de Sousa Santos, *Universidade de Coimbra*
 Robert A. Spalding, Jr., *Brooklyn College of CUNY*
 Steve J. Stern, *University of Wisconsin, Madison*
 Geraldo Timossi, *CRIC, Managua*
 Edelberto Torres-Rivas, *Confederación Superior Centroamericana, San José*
 Tomás A. Vazcon, *Santiago, Chile*
 Mary K. Vaughan, *University of Illinois, Chicago*
 Carlos Vilas, *UNAM, Mexico City*
 Steve Volk, *Oberlin College, Ohio*
 Hildebrand Watson, *Howard University, Washington, D.C.*
 Frederick S. Weaver, *Hampshire College, Amherst*
 Anibal Yáñez, *University of California, Berkeley*
 Andrew Zimbalist, *Smith College, Northampton*

COLLECTIVE OF COORDINATING EDITORS

Ronald H. Chilcote, *Managing Editor*
University of California, Riverside

Jennifer Dugan Abbassi, *University of California, Riverside*
 Donald Bray, *California State University, Los Angeles*
 Marjorie Bray, *California State University, Los Angeles*
 Frances B. Chilcote, *Laguna Beach, California*
 Robert Dash, *Willamette University, Salem, Oregon*
 James N. Green, *University of California, Los Angeles*
 Georg M. Gugelberger, *University of California, Riverside*

Timothy F. Harding, *California State University, Los Angeles*
 Richard Harris, *Golden Gate University, San Francisco*
 Michael Kearney, *University of California, Riverside*
 Fred A. López III, *California State University, Bakersfield*
 Kemy Oyarzun, *University of California, Riverside*

ASSOCIATES

Perry Anderson, *University of California, Los Angeles*
 William Bollinger, *Interamerican Research Center, Los Angeles*
 Julie Chodlip, *Whitman College*
 Norma Chinchilla, *California State University, Long Beach*
 James Dietz, *California State University, Fullerton*
 Dwight Hahn, *John Carroll University*
 Nora Hamilton, *University of Southern California*

Sheryl Lutjens, *Northern Arizona University, Flagstaff*
 João Roberto Martins Filho, *Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brazil*
 Manuel Pastor, Jr., *Occidental College*
 Sarah Stoolzy, *Estell, Nicaragua*
 Devra Weber, *University of California, Riverside*
 Russell White, *Kenn, Washington*

STAFF

Coordinating Secretary: Amber Koetsier
 Manuscript Coordinator: Fran Chilcote
 Ads: Pamela Stricker
 Exchanges: Bassam Yousif

INTERNS

Ralph Ambrose: Julio E. Moreno Michele Weber
 Jean Diaz Pamela Stricker Tamar Wilson
 Christine Ethick Dolores Trevizo Bassam Yousif

For SAGE PERIODICALS PRESS: Barbara Metzger, Catherine M. Chilton, and Cristina Villeda-Warren



SAGE PUBLICATIONS Thousand Oaks London New Delhi

LATIN AMERICAN PERSPECTIVES

Issue 80, Winter 1994

Volume 21, Number 1

BRAZIL IN TRANSITION: DEMOCRATIZATION, PRIVATIZATION, AND WORKING-CLASS RESISTANCE

Contents

Introduction

JAMES N. GREEN 3

Articles

The State and Trade Unionism in Brazil

ARMANDO BOITO, JR. 7

Recent Strikes in Brazil: The Main Tendencies of the Strike Movement of the 1980s

RICARDO ANTUNES 24

The Emergence of the Brazilian Gay Liberation Movement, 1977-1981

JAMES N. GREEN 38

Brazil in the 1970s: Literature and Politics

TÂNIA PELLEGRINI 56

Redefining the Role of the Bourgeoisie in Dependent Capitalist Development: Privatization and Liberalization in Brazil

GEISA MARIA ROCHA 72

Latin America at the Crossroads

RUY MAURO MARINI 99

Brazilian Foreign Policy and Subimperialism During the Political Transition of the 1980s: A Review and Reapplication of Marini's Theory

DANIEL ZIRKER 115

Book Review

Revisionist Interpretations of the Brazilian Labor Movement

Recent Strikes in Brazil The Main Tendencies of the Strike Movement of the 1980s

by
Ricardo Antunes
Translated by Sabrina E. Wilson

Brazilian unionism experienced significant transformations in the eighties. During the period from May 1978, with the vigorous strike movement of the São Paulo ABC region,¹ until the end of the eighties, there were innumerable changes: resumption of strike actions, an explosion of unionism among middle-range salaried workers and service-sector employees, an increase in rural unionism, the appearance of union centrals,² attempts at consolidating the organization of factory workers, growth in unionization, and changes in the union structure after the 1988 Constitution, to name only a few. All of these form an interesting conjunction of factors, particularly when viewed against the background of the transformations in advanced capitalism that have rapidly penetrated the industrialized Third World, among them transformations in Fordist and Taylorist work standards, the creation of new ways of administering the workforce, decentralization of production, greater flexibility in production processes, deregulation of workers' social rights, decrease in the industrial contingent, a decline of the unionization rate, and the predominance of defensive policies. These tendencies, in embryonic or advanced form, have shaped the workforce in social structures dominated by advanced and monopolistic capital. The eighties were therefore a crucial decade—so far the century's most critical one—in which sharp transformations in the material and subjective aspects of work and in its forms and representative organisms have incited reexamination of central elements of the system. Although tempted to describe these transformations and some of the main elements of unionism in Brazil, I will focus

Ricardo Antunes is a professor of sociology at the Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), where he has also been director of the Edgard Leuenroth Social History Archive. He has recently produced a second edition of his *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC Paulista (1978/1980)* (São Paulo: UNICAMP, 1992). Sabrina E. Wilson, a native of Brazil, is completing her Ph.D. in Romance languages and literatures at Harvard University and is currently doing research on the Brazilian modernist poet Cecília Meireles.

here on the characteristics and meanings of Brazilian strikes in the eighties. It is worth recalling that during this decade strikes in Brazil reached a level uncommon even for countries with a strong strike tradition.

TYPES OF STRIKES IN THE EIGHTIES

The first three years of the eighties were characterized by an ebbing of the strike movement. The resurgence of the movement initiated in the ABC region had peaked in 1978-1979. The struggle against overexploitation (embodied in the action against wage limitations), repressive legislation regulating union action, and controlled unionism made the movement an economic force of obvious political significance and signaled the reemergence of labor on the sociopolitical scene (Antunes, 1992). The initial phase of worker resistance of the seventies had been left behind and the way opened for more generalized action. If in 1978 one could speak of half a million strikers, in the following year the total was 3,241,500 (DIEESE, 1980: 18). In 1980, however, the number was only some 800. This was basically because of the defeat of the 41-day strike in the ABC region at the beginning of 1980, crushing what had been the most advanced contingent of union struggle in the nation. The exacerbation of the recession at the beginning of the year, redirecting workers' attention toward job preservation, added an element of defensiveness to union action. Furthermore, a "new wage policy" was introduced in November 1979 that was designed to contain and roll back the workers' movement.³ This ebb in strike activity was reversed only in 1983 (Table 1).

Although strikes provoked by the industrial workforce were predominant during the 1978-1986 period, a significant increase in strikes occurred among middle-range salaried workers (24.6 percent) and service-sector workers (16.9 percent) (Noronha, 1988: 56-57). Among industrial strikes, metalworker presence was particularly strong (70.9 percent of these strikes and 34.8 percent of the total), followed by that of chemical workers (6.7 percent of the total). It must be understood, however, that whereas strikes were more frequent in industry, more workdays were lost among middle-range salaried workers, whose strikes were longer as well as encompassing a broad spectrum including doctors, teachers, civil servants, and others.

An increase in *company* strikes as opposed to *general strikes by category* was another important tendency of this period. Company strikes represented 75.5 percent of all strikes in 1984 and 60.8 percent in 1985 (Noronha, 1988: 68). These strikes were part of a context in which what is now known as the "unionism of results" was beginning to gain ground within the Brazilian

TABLE 1
Number of Strikes by Worker Category, Brazil, Urban Region, 1978-1986

Category	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total
all	84	77	43	41	73	189	317	246	534	1,604
construction	8	20	19	7	4	10	18	23	45	154
low-range salaried	0	55	43	48	31	85	84	211	237	802
high-range salaried	13	50	21	20	25	47	62	125	187	550
unemployed	5	44	18	34	11	16	11	14	1	154
	118	246	144	150	144	347	492	619	1,004	3,264

CE: Noronha (1988).

TABLE 2
Strikes, 1985-1989

	1985	1986	1987	1988	1989 ^a
Number of strikes	843	1,493	2,259	1,914	387
Days missed	4,635	7,842	18,291	17,883	3,474
Striking contingent	6,635,183	7,147,020	8,303,115	7,137,035	620,148
Workdays lost ^b	45,812,484	32,188,679	58,956,510	63,495,190	5,879,954
Average days missed	7.3	4.5	7.1	8.9	9.7

SOURCE: Comissão de Estatísticas Básicas da Área do Trabalho e da Assessoria Econômica do Ministério do Trabalho, in *Folha de São Paulo*, April 4, 1989.

a. Data for the months of January and February only.

b. Number of striking workers times the average number of days on strike.

union movement centered in São Paulo. Company strikes instead of activity based on confrontation (the model used in the ABC metalworker strikes between 1978 and 1980) were central to this "unionism of results." They were also well suited to this period of relative ebbing and tentative resumption of strike activity.

An important experience occurred during the ABC region's metalworkers' wage campaign of April 1985, the so-called Operation Furious Cow strike, whose main demand was a shorter workday without salary reduction. The movement also demanded readjustment based on the consumer price index for all wage brackets, real increase, quarterly readjustment, professional salary, and a single career scale for all companies. The strike was decided on in assemblies, the one in São Bernardo comprising 30,000 workers. The movement's actions were unpredictable for management because they varied from company to company: some strikes were outside the factory and some within it, some were slowdowns and others targeted particular divisions.

In the second half of the eighties the strike effort intensified (Table 2).⁴ Although the number of strikes was greatest in 1987—2,259 in all—the high point of the strike movement occurred in 1988, when 63.5 million workdays were lost. In 1988 the civil service contingent was responsible for the loss of 46 million workdays (75 percent of the total), 65.2 percent more than the 30.2 million (50.8 percent) loss of 1987. The industrial workforce was responsible for the loss of nearly 5 million workdays in 1988 as compared with 8.5 million in the preceding year. The education sector was responsible for a 10.5-million workday loss in 1987 (*Folha de São Paulo*, April 16, 1989). The 1989 data show almost a 30 percent increase relative to the same period of the preceding year.

During this decade general strikes by category also had tremendous impact. The most notable was the national bank clerks' strike of September

11-13, 1985, during which 700,000 employees and approximately 30,000 banking establishments were affected.⁵ Public university professors, through the Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (National Association of Higher Education Professors—ANDES), paralyzed teaching activities on a number of occasions, among them a month-long strike in May-June 1985 in which 45,000 professors and other federal university workers, including the Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (Federation of Brazilian University Workers' Associations—FASUBRA), took part.⁶ There were also strikes by category among dock workers, sailors, doctors, high-school teachers, rural temporary workers (*bóias-frias*), Social Security employees, and others.

The eighties also saw the resurgence of *general strikes* that sought to take on a national dimension. Attempted earlier, in the sixties, these strikes varied widely in scope and effectiveness. The first attempt of the decade, initiated on July 21, 1983, engaged approximately 3 million workers in protesting Decree Laws Nos. 2024 and 2036, which intensified wage restriction. This strike was marked by a great deal of confrontation (Noronha, 1988: 64).

On December 12, 1986, another general strike was initiated, organized by the CUT and the CGT to oppose the price deregulation announced a few days after the November 15 elections. Significant in regions such as the ABC (80 percent paralysis), in São Paulo it halted public transportation only in the subway system. The CUT calculated a strike rate of 50 percent of a total of 50 million workers and the National Information Service a rate of 20 percent, or approximately 10 million strikers (*Folha de São Paulo*, March 15, 1989). On August 20, 1987, the CUT and the CGT called for a new general strike, and a less successful attempt ensued: the striking contingent was significantly smaller.⁷ Paralysis was minimal in São Paulo, although in the ABC region the strike affected 80 percent of industry and 50 percent of public transportation (buses). In Rio de Janeiro there was partial paralysis of trains and the subway.

Another general strike was called for March 14 and 15, 1989, demanding restitution of the 41-49 percent losses resulting from the shift from the Plano Cruzado to the Plano Verão and seeking an economic policy favorable to workers. According to the union centrals, the strike engaged nearly 35 million workers, constituting the broadest movement in the nation's general-strike history and the most significant of the general strikes of the eighties. It paralyzed large sectors of industry, transportation, public service, and consumer services in practically all of the country's capitals and principal cities (*Jornal da CUT*, March 1989; *Jornal do Brasil*, March 19, 1989).

STRIKES WITH FACTORY TAKEOVERS

Factory takeovers, which involved more aggressive action on the part of workers, were numerous throughout this period. For example, in the metalworkers' strike at the General Motors plant in São José dos Campos in April and May of 1985, workers occupied the factory, and the strike lasted 28 days. One of its primary demands was a 40-hour work week, for hourly employees worked up to 60 (*Fundo de Greve*, 1985: 25). During the strike each worker kept to his work schedule within the plant in a rotation system so that the production unit retained a constant worker presence. When General Motors discharged 93 workers (5 union directors, 20 of the 22 factory commission members, and 14 members of the Internal Commission for the Prevention of Accidents) for cause, the strike turned into a takeover, with the workers threatening to sabotage and even blow up the factory in the event of a military-police invasion. When the invasion took place, approximately 400 workers within the plant armed themselves with various objects to defend themselves (*Fundo de Greve*, 1985: 104). Finally, an agreement was arrived at according to which the monthly employees who were in the factory (according to the management "detained against their will") would be freed, the military police would leave the premises, and the metalworkers would call a new meeting. The decision was made to evacuate the plant on April 27, but the strike continued outside the factory. During this time workers' relatives were actively mobilized. On May 9, under violent police repression, imprisonments, etc., employees returned to work (*Fundo de Greve*, 1985: 116). The strike ended, but it had introduced a different type of labor rebellion characterized by more aggressive tactics.

Prior to this there had been another important instance of this type of action: the factory takeover of November 23, 1981, in response to Ford's discharge of 12 workers in São Bernardo. The workers had been dismissed in retaliation for the hour-long work stoppage that had occurred in that factory on November 20 in protest of the sentencing of Luís Inácio da Silva (Lula) and other unionists to loss of political rights under the National Security Law (Brito, 1983). Workers occupied the Ford plant for an indeterminate period, demanding an end to the dismissals. After five days Ford withdrew eleven of the discharges but declined to revoke the dismissal of José Carlos Brito, who was considered responsible for stopping the assembly line on November 20.

In March 1989, the region of Contagem in Minas Gerais experienced takeover strikes in the Belgo-Mineira and Mannesmann ironworks. In a strike that spread to various industries (although the takeover was restricted to these two cases), workers were demanding an 83.64 percent wage resti-

tution and the rehiring of three union directors linked to Belgo-Mineira. In Mannesmann, with approximately 9,800 workers, the metalworkers controlled the high furnace's command cabin and were prepared to resist: "The company will not bring the police in here, but if they do we are ready to fight," one of them declared. "They talk about violence—violence is what they pay us; leaving us in here with the telephone lines cut is violence. We do not want war, but if the military police come in, we will fight." The workers reportedly had plenty of benzine available for making Molotov cocktails (*Jornal do Brasil*, March 19, 1989). At Belgo-Mineira, which employed approximately 2,800 metalworkers, the workers encircled the platform on which they were sleeping with barbed wire and oil and plastic drums and threatened to set fire to the ironworks in the event of a police invasion (*Jornal do Brasil*, March 19, 1989).

A similar situation occurred in November 1988, when the metalworkers of the Companhia Siderúrgica Nacional (National Ironwork Company—CSN) in Volta Redonda initiated their fourth strike of the decade: they occupied the ironworks, and in the ensuing military massacre three workers were killed. In its initial intent it was a strike with demands: reinstatement of the URP (suppressed in July 1988), overtime pay resulting from the reduction of the workday from eight to six hours, as outlined in the constitution, and the reemployment of workers discharged in earlier strikes. The workers withstood the violence, vacating the plant only after the army had left;

anticipating that the army would be called in, more than 10,000 workers declared themselves to be in permanent assembly, in the plant's central yard, as of November 7. On Tuesday night (11/8) the army arrived: approximately 2,000 men, from various quarters in the state of Rio de Janeiro. . . . A group of workers headed for the foundry, which is a complex with machines, furnaces, stairs—in other words, a real maze—and which is submerged in darkness if the lights are turned off during the day. Two thousand men went there. But no one was prepared for a revolution. In response to the gunshots, workers wielded stones, pieces of wood, of iron. They were entirely unprepared (Juarez Antunes of the Volta Redonda metalworkers' union, quoted in Antunes, 1989: 302-303).

The CSN employees faced barbarous repression for 16 days, combining worker spontaneity, resistance, and union organization.

ESSENTIAL MEANINGS OF THE STRIKE MOVEMENT

We have seen that the 1980s began with a lull in strike activity and that activity resumed in 1983 and since then has increased every year. We have

seen that whereas in the first half of the decade nearly 50 percent of the strikes were initiated by industrial workers, the second half of the decade saw increasing involvement of middle-range salaried workers and service-sector employees, significantly surpassing the industrial workers in the number of days not worked. Longevity has been one of the distinctive characteristics of strike action among these middle-range and service workers. In the case of the civil servants, since their actions do not directly affect the process of capital appreciation, only action that is both prolonged and massive has proved effective.⁸

The development of company strikes, another characteristic of the decade, is attributable in part to the initial lull, which hampered expanded and generalized action and redirected worker rebellion to the localized space of the factory, and in part to the development of union tactics that avoided confrontation and aimed at obtaining results through the immediacy of localized demands.⁹ This tactic was also employed at various times in combative unionism. Given the failure of the general strikes of confrontation, it seemed necessary to search for more appropriate tactics for defensive situations, and some sectors presented the tactic of localized strikes as an advanced mode of struggle. Union praxis indicated, however, that this action, though necessary and important, was no better than others. (The discussion is of course not formulated in these terms within the framework of the unionism of results, which is unalterably opposed to confrontational actions.)

Despite the increase in company strikes, there were also, as we have seen, general strikes by category, some of which achieved a national dimension. In this respect the decade was a period of organic union progress in that more salaried workers formed labor organizations. Among many others, the ANDES is an important example of this phenomenon, for it consolidated the higher-education teacher category, both public and private, at the national level.

The eighties signaled a resurgence of general strikes after the period of repression that began in 1964. Although none of these strikes achieved total work stoppage throughout the nation—indeed, this was never envisioned by their general leadership—they had their significant moments, among them the comprehensive stoppage of March 1989. This strike nearly paralyzed the nation and was the most significant in Brazilian history, at least in terms of its magnitude. Although much less widespread, the movement of December 12, 1986, protesting the political use of the failed Plano Cruzado was also important. The first strike of the decade, in 1983, served to reinstate the movement against the wage-restriction decrees and force the government to revise them. The August 1987 strike was the farthest from a broad national movement, being limited to a few categories with the greatest capacity for mobilization. The success or failure of these strikes might be said to have depended on a number of factors, prominent among them the context of crisis

and exhaustion under the dictatorial Figueiredo government and later under Sarney's autocratic "New Republic," which lost considerable credibility after the Plano Cruzado failure, and prior union organization, evidenced by the presence of the CUT and, to a lesser extent, other factions whose demands were echoed by the larger social body. The degree of support of the working masses was decisive for the outcome of a strike. Although these manifestations tended to be what Kautsky (1978) called *demonstrative* strikes—that is, they were of limited duration and did not necessarily require immediate gains before the strikers would return to work—they also contained elements of what he termed *coercive* strikes, since they were aimed at opposing and obstructing the expansion of an economic policy based on the overexploitation of labor. In combining demonstrative action with the concrete aim of eliminating wage restrictions, the general strikes also took on the form of protest strikes and as such forced the government to revise its wage policy projects, thus fulfilling one of their main objectives. From this point on, the unionist movement became a crucial spokesman for salaried workers—the only interlocutor capable of negotiating and making demands at a national level. Expanded union action consolidated this tendency.

The decade also saw more aggressive strike actions—factory takeovers—in which the workers' radical stance was an expression of the struggle against conditions imposed by the military dictatorship and later its "ward," the "New Republic," such as factory oppression, labor overexploitation, and the militarization of strikes. The testimony of a General Motors employee, a member of the Internal Commission for the Prevention of Accidents discharged during the 1985 strike in São José Campos, may serve as an example of the degradation that monopolistic capital imposes on Brazilian workers:

When we start working at G.M., they show us a film that reflects the company's view as to the causes of work-related accidents. In this film, which is also shown at every Commission annual meeting, Goofy—the lazy dog of Disney animation—is the character chosen to represent the worker who suffers an accident. With this G.M. wants to show the *peon* that accidents happen because of "goofy" workers (Fundo de Greve, 1985: 32).

Surely the countries in which this capital originates do not treat their workers this way. Where workers' most basic values of dignity are perverted and subverted, how are they expected to respond? Production boycotts and factory takeovers, organization of factory commissions, and expanded strikes are the responses to the interests of capital embodied in measures that range from wage restriction and labor exploitation to factory despotism, from discharges to attempts to brutalize workers to the presence of military troops in factories.

TABLE 3
Principal Demands Relative to Total Strikes (%),
Brazil, Urban Region, 1978-1986

<i>Demands</i>	<i>Percentage of Strikes</i>
Wage readjustment	63.4
Nonexecution of laws and agreements	23.3
Employee situation	19.9
Work conditions	17.3
Extra pay	13.7
Union power	8.9
Well-being in company	5.6

SOURCE: Noronha (1988: 72).

Although its manifestations were diverse, the surge of strikes of the eighties centered on the fight against labor overexploitation and, in particular, against the increasing wage erosion faced by Brazilian salaried workers (Table 3). As the cornerstone of the economic structure based on wage limitation characteristic of Brazilian capitalism, workers viewed strikes as a means of obstructing this process. In the case of industrial workers, strikes expressed opposition to a daily reality marked by wage reductions, Taylorist intensification of work, and factory despotism—in short, overexploitation.¹⁰ In the case of middle-range salaried workers and civil servants, strikes protested wage deterioration and impoverishment. All of the strikes had as prime motivators issues of wage restitution, or, in the case of general strikes, resistance to decrees that further restricted wages.

The strike movement was thus faced with a complex, difficult, and contradictory situation. Since Marx it has been recognized that the wage struggle addresses the effects but not the causes of the wage system; it is an enduring aspect of the guerrilla struggle provoked by the abuses of capital or by market fluctuations (Marx, 1975: 433-434). In the Brazilian context, however, such struggle is essential because it is linked to the workers' very survival. Intense and increasing wage erosion forces workers to focus on this issue through unions and strike activity. This aspect of the social struggle universal within capitalism is therefore exacerbated in the Brazilian capitalist context (see Antunes, 1992: chap. 2). The workers' movement cannot abandon the economic and wage struggle, for this would be the end of unionist action. At the same time, it is expending most of its energy in this arena even though it is clear that what is being addressed is the effects rather than the cause of the problem. Since capital is constantly reducing the quantum assigned to the reproduction of the workforce, it was inevitable that the

strikes of the eighties would focus on economic and wage action. In the context of intermediate, late industrialized Third World capitalism, where overexploitation is ubiquitous, the emphasis on this universal aspect of the struggle sometimes overshadows such demands as better working conditions in the factories, an end to factory despotism, the organization of worker commissions in factories and other establishments, union freedom and autonomy, and the implementation of existing legislation and agreements.

It is important to add that the economic causality that motivates the decade's strikes has a significant and immediate political dimension. In demanding better salaries and an end to wage limitations and overexploitation, strikes attack the foundations of established economic policies. As a result, what starts off as an economic struggle takes on the dimensions of a political confrontation (more or less intense depending on the strike, the sector in which it occurs, its role in the process of capital valorization, etc.) with economic policy and the judicial-institutional superstructure that until the 1988 Constitution impeded strike action. Despite their differences all the strikes of the 1980s transcended mere wage action to some extent in that by making demands they attacked a foundational element of Brazilian capitalism, represented by the restrictive wage policies.

As Marx noted in his letter to Bolte (Marx, 1977: 405),

any movement in which the working class presents itself as a *class* in opposition to the dominant classes and attempts to impose itself through external pressure is a political movement. . . . For example, the attempt to force capitalists to establish a shorter workday through strikes, etc., in a private factory or industry, is a purely economic movement. On the other hand, the movement that strives to write the eight-hour workday into law is a *political* movement. Thus, through separate worker movements with economic aims, a growing *political* movement is shaped; that is, a *class* movement develops with the objective of imposing its interests in such a way that they will acquire compulsory social force.

In the specific context of the strikes of the eighties, the guiding objective of the enormous surge of worker movements was the abolition of the limitation laws (*leis do arrocho*). This link united the different movements, giving them a "compulsory social force" that transcended their primary causation—the economic struggle *sensu stricto*—and opening them up to a political dimension. Economic in their initial impulse and political in their deeper significance (the two spheres would be difficult to separate in the Brazilian conjuncture of the eighties), these strikes experienced articulated forms of action, sometimes spontaneous and sometimes combining spontaneity with organic union action. In reality, the strike movement oscillated between emphases on these elements over time.

By "spontaneous action" I mean action that arises from the instinctive class movement itself without any conscious political direction, action that results from a concrete situation without prior social or political thought. It is action limited to the immediate, the contingent, the quotidian consciousness (Antunes, 1992: 194). As Gramsci (1977: 11) put it, it is "not due to a systematic educational effort on the part of an already conscious leading group [but] formed through daily experience illuminated by common sense, by the traditional, popular conception of the world, something that is vulgarly called 'instinct' but is also a historical acquisition, albeit a primitive and elementary one." In this scheme, spontaneous and union action are not mutually exclusive. A spontaneous action may or may not be supported by unionist organization. A strike based on previous conscious political action is no longer spontaneous; it loses that character with the introduction of conscious direction.

Strikes in Brazil during the eighties were marked by differing degrees of spontaneity. The civil construction worker strikes, for example, were more spontaneous, generally not even having union backing. The bank clerks' strike, in contrast, was buttressed by strong unionist organization under unified command that played a decisive role in initiating it. The support of bank workers for the strike was such that it spread to several states in the interior that had no significant union presence. A similar process occurred in the two largest national general strikes; given a favorable context and issues that immediately affected the working population, these demonstrative strikes attracted a degree of worker support that had not been predicted. The strikes of the beginning of the eighties were more spontaneous, and as the decade advanced, so did union presence and participation in strike preparation, organization, and support. Economic in their causation and political in their deeper significance, the strikes of the 1980s returned the Brazilian working class to the social and political scene.

NOTES

1. [This industrialized region includes the workers' communities of Santo André, São Bernardo, and São Caetano.—Trans.]

2. Some examples are the Central Unica dos Trabalhadores (Workers' Central Union—CUT), founded in 1988, and the Central Geral dos Trabalhadores (Workers' General Union—CGT), founded in 1986.

3. In the name of productivity, this "new wage policy" introduced biannual salary readjustments, created a national consumer-price-index system of wage adjustment, established differentiated wage brackets, and made possible direct negotiation. It was intended to isolate the emergent "new unionism" from its social base, composed of large salaried contingents. In the

36 LATIN AMERICAN PERSPECTIVES

words of then Minister of Labor Murilo Macedo, "the worker will no longer be concerned with wage increases, for these will occur automatically in response to financial erosion" (*Folha de São Paulo*, September 29, 1979).

4. A subsequent report (Noronha, 1989: 113) referring to the "urban region" alone offers slightly different figures: "In 1987, strikes reached a record number (2,193), as did days not worked (132 million). It was thus the year of the most intense labor conflict since the resumption of strikes in 1978. The occurrence of long strikes resulted in one of the highest averages of days missed (8.2), lower only than that of 1981 (8.8)."

5. This strike was aimed at obtaining a wage readjustment based on the consumer price index and the March salary, incorporation into wages of the 25 percent advance conceded in July, 10 percent of productivity, quarterly readjustments, an end to unpaid labor, stability for a year, and union commissions in the banks, among other demands. It had a national general command and was one of the most important national strikes of the decade (*Boletim do DIEESE*, October 1985).

6. This strike called for a 64.8 percent wage restriction starting in January, 100 percent semester readjustments starting in July, a wage basis of three minimum salaries, and wage equalization with foundation university professors, among other demands (*Boletim do DIEESE*, July 1985).

7. Luís Antonio Medeiros of the São Paulo Metalworkers' Union opposed this strike.

8. Examples are the public schoolteachers' strikes in São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, and elsewhere and the strikes organized by professors at the São Paulo state universities, particularly between September and November 1988. (The federal university strikes have already been mentioned; these strikes often reached or exceeded 30 days in length.)

9. For example, the general strike of 1989, one of the few strikes in which Medeiros of the São Paulo Metalworkers' Union participated, was converted by him into a company strike within the limits of his union base. This gave the movement an immediacy and contingency that distinguished it from the general strike as a whole.

10. Research done by the U.S. Department of Labor and published in *Jornal do Brasil* (April 10, 1988) is informative in this regard: In 1987 the cost of the average industrial worker in Brazil was U.S. \$1.49/hr., whereas that of the average North American worker was U.S. \$13.46/hr. The study, which included data from 30 countries, also indicated that the Mexican worker earned even less than his Brazilian counterpart, \$1.39/hr. (these figures include wages received directly by the worker and other benefits such as vacations, bonuses, and other legal obligations). When the comparative study was initiated in 1975, a Brazilian industrial worker earned U.S. \$0.86/hr., a worker in Singapore U.S. \$0.84/hr., and a worker in Hong Kong U.S. \$0.76/hr. Although wages in these two Asiatic countries have increased significantly, Brazilian wages reached a peak of U.S. \$1.86 in 1982 and stagnated and eventually decreased thereafter.

REFERENCES

- Antunes, Ricardo
 1989 "Explode a siderurgia." *Ensaio* 17/18 (special number): 302-303.
 1992 *A rebelião do trabalho: O confronto operário no ABC Paulista (1978/80)*. 2d ed. São Paulo: UNICAMP.
 Brito, J. C.
 1983 *A tomada da Ford*. Petrópolis: Vozes.

- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos)
 1980 *Balanco anual, greves*. São Paulo.
 Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos
 1985 *Ação e razão dos trabalhadores da General Motors de São José dos Campos*. São José dos Campos, São Paulo
 Gramsci, Antonio
 1977 "Espontaneidad y dirección consciente," p. 311 in M. Sacristan (ed.). *Antología*. Madrid: Siglo XXI.
 Kautsky, Karl
 1978 "¿Y ahora qué? Die Neue Zeit, 1909/10," pp. 129-131 in Jorge Feldman and José Aricó (eds.). *Debate sobre las huelgas de masas*. 2d ed. Mexico City: Siglo XXI.
 Marx, Karl
 1975 "Salario, precio y ganancia," pp. 433-434 in *Obras escogidas*, vol. 1. Madrid: Ayuso.
 1977 "Letter from Marx to F. Bolte, London, November 23, 1871," in *Marx-Engels Correspondencia*. Mexico City: Cultura Popular.
 Noronha, Eduardo (ed.)
 1988 *Brasil 1986: relatório sobre a situação social do país*. São Paulo: Núcleo de Estudos de Política Públicas de Universidade Estadual de Campinas.
 1989 *Brasil 1987: relatório sobre a situação social do país*. São Paulo: Núcleo de Estudos de Política Públicas de Universidade Estadual de Campinas.

Est-il encore pertinent d'évoquer aujourd'hui l'histoire de l'internationalisme ouvrier ? La question vaut d'être posée à l'heure où l'effondrement des régimes politiques s'en réclamant favorise la résurgence agressive des nationalismes et souligne du même coup le caractère désuet de la conception historique linéaire qui postulait le dépassement de la forme nationale après le triomphe de l'internationalisme sur le nationalisme.

Pourtant, dès lors qu'elle questionne la production du fait national, la curiosité historique est appelée à rencontrer l'international. Nationalisme et inter-nationalisme ne sont pas seulement des antinomies inconciliables, mais aussi des représentations et des systèmes d'appartenance étroitement liés à la fois entre eux et avec la formation d'un monde s'organisant par (et en dépit du) fractionnement national.

Fruit d'un travail de réflexion et de recherche qui s'est poursuivi durant plusieurs années avant de déboucher sur la tenue d'un colloque international à Dijon en 1992, ce volume rassemble une vingtaine de contributions qui, tout en restituant quelques temps forts d'un cheminement qui court sur plus d'un siècle, ont le plus souvent privilégié un regard critique sur les difficultés et les points d'achoppement de l'internationalisme ouvrier. En s'interrogeant sur son difficile cheminement, les différents auteurs se sont attachés à baliser une piste de réflexion encore peu explorée touchant à la persistance du fait national et à l'émergence de nouvelles formes politiques, idéologiques et culturelles transnationales.

PUBLICATIONS DE L'UNIVERSITÉ DE BOURGOGNE
LXXV
INSTITUT D'HISTOIRE CONTEMPORAINE
CENTRE DE DOCUMENTATION SUR LES INTERNATIONALISME OUVRIERS

PROLÉTAIRES DE TOUS LES PAYS, UNISSEZ-VOUS ?

LES DIFFICILES CHEMINS
DE L'INTERNATIONALISME (1848-1956)

SOUS LA DIRECTION DE
SERGE WOLIKOW ET MICHEL CORDILLOT



ED

Principaux sigles	7
Introduction	11
Première partie - Solidarités internationalistes et attaches nationales dans le monde ouvrier	
Michel Cordillot - <i>Les socialistes franco-américains, 1848-1917 : particularismes nationaux, pluri-ethnisme, internationalisme</i>	19
Pierre-Jacques Derainne - <i>Naissance d'un protectionnisme national ouvrier au milieu du XIX^e siècle</i>	27
Antonio Bechelloni - <i>Ouvriers italiens en France et aux États-Unis à la fin du XIX^e siècle : l'internationalisme face aux tentations nationalistes, racistes, corporatistes</i>	35
Jean-Louis Robert - <i>L'opposition générale à la main-d'œuvre immigrée, Paris 1914-1919</i>	43
Maurice Moissonnier - <i>À propos des racines de ce qui pourrait être une tradition internationaliste : actes et paroles</i>	57
Deuxième partie - Aspects de l'internationalisme dans les organisations ouvrières et socialistes avant 1914	
Maurice Carrez - <i>Internationalisme et question nationale au sein du mouvement ouvrier finlandais (1899-1918)</i>	73
Claudie Weill - <i>L'internationalisme comme problème d'organisation : les petites Internationales russes et autrichienne</i>	87
Maurice Goldring - <i>Irlande et Grande-Bretagne, quel internationalisme ? L'exemple du lock-out de Dublin en 1913</i>	95
Troisième partie - L'Internationale communiste et la question nationale	
Serge Wolikow - <i>La question française dans l'Internationale communiste</i>	107
Jean Charles - <i>Syndicalisme révolutionnaire français et communisme international, 1920-1923</i>	129
Alain Roux - <i>La véritable tragédie de la Révolution chinoise : le PCC et les ouvriers, de la « bolchevisation » du parti à la « sinisation du marxisme » (1925-1938)</i>	133
Ricardo Antunes - <i>La première inflexion stalinienne au Brésil : les répercussions du VI^e congrès de la Troisième Internationale sur le III^e congrès du PCB</i>	145
Quatrième partie - L'internationalisme face au fascisme	
Bruno Groppo - <i>L'Internationale ouvrière socialiste en 1933</i>	153
Gilles Vergnon - <i>Les regroupements internationaux au printemps 1933</i>	165
Michel Dreyfus - <i>Les sept causes de la crise de l'IOS en 1939</i>	177

Pierre Braué - <i>Trotsky de la Troisième à la Quatrième Internationale</i>	187
Antonio Elorza - <i>Stalinisme et internationalisme en Espagne, 1931-1939</i>	193
Stéphane Courtois - <i>L'Internationalisme « prolétarien » à l'épreuve : le parti communiste de Grande-Bretagne face au parti germano-soviétique</i>	201
Aldo Agosti - <i>Les communistes italiens en France, 1939-1940</i>	209
Roger Martelli - <i>1956 : la crise de la vision stalinienne de l'internationalisme</i>	213

Repères chronologiques et orientation bibliographique

Repères chronologiques.....	223
Orientation bibliographique.....	231

Résumés / Abstracts	237
----------------------------------	-----

Index	245
--------------------	-----

1 volume de 256 pages, format 16 x 24.

Prix de lancement jusqu'au 30 octobre 1993 : 100 F.

Après cette date le prix public sera porté à 120 F.

Frais de port : 15 F. pour un seul exemplaire, 30 F. au-delà.

Mode de règlement : à la commande par chèque bancaire ou postal libellé à l'ordre de Régisseur UFR littéraires (règlement sur facture possible pour les administrations).

BON DE COMMANDE

Prolétaires de tous les pays, unissez-vous ? Les difficiles chemins de l'internationalisme (1848-1956)

Le bon de commande est à retourner à Rosine Fry, Département d'Histoire, UFR des sciences humaines, 2 boulevard Gabriel, 21000 Dijon.

Cet ouvrage est également disponible chez votre libraire : Éditions universitaires de Dijon, diffusion Les Belles Lettres.

Prénom, nom :

Adresse :

.....

.....

Code postal, ville :

donner de cet échec fait apparaître en creux l'alternative maoïste, qui construit une stratégie de rechange loin de Shanghai et de son prolétariat. On sait d'ailleurs que les dirigeants chinois ont salué avec une joie évidente la dissolution de l'IC en 1943 : la déclaration de Mao Zedong et la résolution du CC du PCC à cette occasion peuvent se résumer en une sorte de soupir de soulagement réinterprété en langue de bois¹.

La révolution chinoise s'appuyait désormais presque uniquement sur la paysannerie la plus fruste de la Chine la plus profonde, et sur la lutte armée qu'elle avait le courage d'assumer. Les changements survenus en Chine depuis son ouverture aux capitaux étrangers en 1895 et le développement du commerce et de l'industrie modernes avaient fait apparaître deux classes sociales de la modernité dans la Chine côtière ou du Yangzi : la bourgeoisie et la classe ouvrière. La bourgeoisie moderne des industriels, des gestionnaires, des hommes d'affaires avait eu bien peu à se féliciter du Guomindang, qu'elle avait financé pour qu'il la débarrasse du syndicalisme révolutionnaire et des communistes, mais qui s'était vite révélé inefficace et spoliateur de ses biens. Mais les rapports des communistes et de la classe ouvrière semblent eux aussi porteurs de plus d'un malentendu et d'une désillusion, dès l'affirmation par Mao Zedong d'une sinisation au plan de la théorie et de la pratique qui était aussi porteuse de sa marginalisation. Sans doute fut-ce la véritable tragédie de la révolution chinoise.

Alain ROUX

LA PREMIÈRE INFLEXION STALINIENNE AU BRÉSIL : LES RÉPERCUSSIONS DU VI^e CONGRÈS DE LA TROISIÈME INTERNATIONALE SUR LE III^e CONGRÈS DU PCB

C'est à l'occasion de son III^e congrès (29 décembre 1928-4 janvier 1929) que le Parti communiste brésilien connaît une première et nette inflexion de type stalinien². Ce sont en fait les orientations de l'Internationale communiste, quelques mois après le VI^e congrès, qui mettent fin aux tentatives des dirigeants brésiliens d'adapter leurs analyses à la situation particulière du pays, dont la principale caractéristique est l'émergence durable et polymorphe d'un courant nationaliste (le mouvement des « lieutenants » des années 20, les prémisses de la « révolution » de 1930, etc.).

Pour les partis communistes d'Amérique latine présents et dont la formation est parfois fort récente, le VI^e congrès comporte au moins une nouveauté : la réunion plénière de l'IC aborde pour la première fois la question latino-américaine englobée jusqu'alors dans la question coloniale, elle-même fortement conditionnée par la place que l'IC accorde à la Chine et à l'Inde³. Un délégué brésilien en prend acte avec un humour de plus en plus rare dans ce contexte : « Ce n'est pas le mouvement communiste qui a touché pour la première fois l'Amérique latine ; c'est l'Internationale communiste qui, pour la première fois, s'est intéressée au mouvement communiste d'Amérique latine⁴. »

Pour Staline le congrès est l'occasion de mettre l'IC sur la ligne qu'il a imposée au parti bolchevik en abandonnant l'idée léninienne selon laquelle la Russie, pays arriéré, allait vite cesser d'être un modèle. Sa victoire a une portée considérable puisqu'elle lance le processus de bolchevisation des partis communistes et consacre, comme l'a montré Lukács⁵, la priorité de la tactique sur l'élaboration théorique

1. Ce texte, traduit et résumé par Michel Rolfe, a été présenté sous sa forme originale au XV^e Encontre grand du ANP/CCS (Caxambu, Minas Gerais, 15-18 octobre 1991).

2. Lors du VI^e congrès, le délégué mexicain s'étonne du contraste entre l'insécurité que les États-Unis imposent à l'Amérique latine et le silence du congrès (cité par Fernando Claudín, *La crisis del movimiento comunista*, Paris, ed. Rueda Ibérica, 1970, tome 1, p. 203).

3. *La Correspondance internationale* n° 78, 8 août 1928, p. 923.

4. G. Lukács, *Ontologia del lavoro sociale*, Roma, ed. Rinascimento, 1976, tome 1, p. 163.

Cette conception commence à imprégner les PC du « monde colonial » et, tout particulièrement, ceux d'Amérique latine.

Pour l'IC, le monde colonial est empêché de trouver une voie autonome de développement : « Si l'exploitation coloniale favorise un certain développement, le monopole de l'impérialisme lui fait emprunter un chemin extrêmement défini et le limite aux intérêts de la métropole ¹. » L'IC a déjà porté cette appréciation sur la Chine et sur l'Inde explicitement mentionnées dans le texte concernant l'Amérique latine :

« Comme dans toutes les colonies et semi colonies, le développement des forces productives et la socialisation du travail en Chine et en Inde demeure à un niveau relativement bas. Cette circonstance, le joug de la domination étrangère, et aussi l'existence de forts résidus de féodalisme et de relations précapitalistes, déterminent le caractère de la prochaine étape de la révolution dans ces pays (...) une révolution démocratique-bourgeoise, c'est-à-dire l'étape de la préparation des bases pour la dictature du prolétariat et pour la révolution socialiste ². »

Conçue comme « organiquement liée à la lutte de libération nationale », la révolution démocratique-bourgeoise permettrait de rompre les liens de subordination avec l'impérialisme, en nationalisant les concessions, les chemins de fer, les banques, etc. Elle réaliserait aussi l'unité nationale là où elle n'a pas été conquise. Elle devrait, en outre, détruire le pouvoir des classes exploiteuses et organiser des soviets d'ouvriers et de paysans ainsi que créer l'armée rouge et instaurer la dictature du prolétariat et de la paysannerie. On soulignait l'importance de la révolution agraire comme forme de libération de la paysannerie face aux formes précapitalistes, coloniales et esclavagistes, et on proposait enfin la nationalisation du sous-sol et, bien sûr, une action pour renforcer les syndicats ouvriers et les partis communistes ³.

Le contexte chinois ou indien n'était pas seul responsable de ces propositions. Un fort esprit tactique marquait l'ensemble des orientations qui, non seulement, rejetaient les critiques de Trotsky mais aussi d'autres réticences, comme celles de Lukács dans ses *Thèses de Blum*. La tactique « classe contre classe », élaborée pour le cadre européen et dans une phase d'« opportunisme de gauche », était ainsi transplantée telle quelle en Amérique latine. On parlait de « révolution démocratique-bourgeoise », de « lutte de libération nationale », mais on appelait aussi à créer des soviets d'ouvriers, de paysans et de soldats.

Comme les PC du monde colonial, le Parti communiste brésilien se montre incapable de résister aux nouvelles thèses de l'IC et à leur gauchisme théorique. Ces derniers sont appelés à « prendre une part active et générale dans le mouvement révolutionnaire de masse dirigé contre le régime féodal et contre l'impérialisme, même là où il est dirigé par la petite bourgeoisie. En aucune cas les partis communistes ne doivent se subordonner à leurs alliés temporaires ⁴. » D'où les principales revendications découlant de ces orientations : expropriation des latifundia ; confiscation des entreprises étrangères ; abrogation de la dette extérieure ; journée de huit heures ; armement des ouvriers et des paysans pour

constituer des milices populaires ; instauration du « pouvoir des soviets d'ouvriers, paysans et soldats à la place du pouvoir de classe des grands propriétaires et de l'Église ». Dans le travail d'agitation, la consigne « gouvernement ouvrier et paysan » doit occuper la première place, par opposition aux soi-disant gouvernements « révolutionnaires » de la dictature militaire petite-bourgeoise ⁵. Les communistes du monde colonial pourront ainsi combattre la politique coloniale de la social-démocratie, alliée de l'impérialisme. On sait que ces formulations devaient beaucoup à Boukharine et à sa thèse des trois périodes : capitalisme ⁶.

Des délégués latino-américains proposèrent des formulations qui tranchaient avec le schématisme ambiant. Le délégué de l'Equateur regretta l'absence de distinction entre pays coloniaux et semi-coloniaux qui, pour l'Argentine et le Brésil, n'était pas satisfaisante. Il proposait d'ajouter la catégorie des pays « dépendants », pénétrés économiquement par le capitalisme mais conservant une certaine indépendance politique, « que cela soit dû à une faible pénétration économique ou à la vigueur de leurs structures politiques ⁷. » Refusant d'identifier les latifundia à des rapports de type féodal, les représentants latino-américains relancèrent le mot d'ordre de « révolution démocratique-bourgeoise », qu'ils considéraient comme une revendication émanant de secteurs de la bourgeoisie et insistèrent, malgré l'IC, sur la nécessité de l'alliance avec les paysans et la petite bourgeoisie.

Le co-rapport de Humbert-Droz (*Sur les pays de l'Amérique latine*) soulignait, à travers des formulations généralisantes, abstraites et équivoques, la nécessité d'établir « une ligne tactique générale » pour toute l'aire latino-américaine ⁸. Les présupposés théoriques de la formulation stalinienne encadraient l'action des PC locaux en réduisant les révolutions du monde colonial aux phases et aux possibilités de la Révolution russe, conçue comme voie universelle vers le socialisme, et en étouffant les virtualités des PC qui cherchaient, avec plus ou moins de pertinence, une réponse originale.

C'est ce qui arrive au Parti communiste brésilien. Il avait eu une trajectoire singulière, qui tenait en particulier à ses liens avec l'anarcho-syndicalisme dont son noyau dirigeant était d'ailleurs issu. A cause de l'absence d'une tradition socialiste au Brésil, et du manque d'une solide culture bourgeoise qui aurait pu servir à son dépassement critique ⁹, l'entrée dans le PC est pratiquement la première expérience politique de ses dirigeants. C'est à cela qu'il faut attribuer une conception dualiste qui voit dans l'opposition « agrarisme/industrialisme ¹⁰ » la contradiction fondamentale de la société brésilienne où, au capital agraire semi-féodal appuyé par l'impérialisme anglais, s'opposerait le capitalisme industriel soutenu par l'impérialisme des États-Unis. Cette thématique, issue du II^e congrès du PCB en février 1925, met au premier plan une politique d'union entre ouvriers et paysans, et elle aboutit à la création du Bloc ouvrier et paysan en 1928 qui est l'objet de dures critiques lors du III^e congrès (29 décembre 1928-4 janvier 1929), postérieur donc au VI^e congrès de l'IC.

¹ *Id.*, p. 239.

² *Id.*, p. 241.

³ « La situation internationale et les tâches de l'Unité nationale communiste », in *OMI, Congrès du Parti communiste international*, op. cit., p. 29 et 153.

⁴ Ricardo Paredes, « Rapport de la délégation latino-américaine sur le congrès de l'Internationale Communiste », in *OMI, Congrès du Parti communiste international*, op. cit., p. 176, 178 et 179.

⁵ *Id.*, p. 301.

⁶ Cf. A. Becker, *Un socialisme soviétique*, L'Amica de Antonio Panizoli, par St. Paul, 1960 (voir Paredes, L'AO, citée).

⁷ Elles sont reprises, en particulier, dans Humbert-Droz, *Sur les pays de l'Amérique latine*.

¹ OVI, *Congreso del Interncional Comunista. Informe e discusiones*, in *Cuadernos de Partido y Prensa* n° 67, 1978, p. 188. Les textes ou les interventions cités dans cet article sont en général traduits à partir de ce recueil et peuvent donc différer de la version donnée par l'Unité syndicale internationale.

² OVI, *Congreso del Interncional Comunista*, op. cit., p. 205.

³ *Id.*, p. 20.

⁴ *Id.*, p. 238.

Selon le III^e congrès, une conjoncture révolutionnaire pourrait résulter de la coïncidence de plusieurs facteurs : crise économique due à une catastrophe dans la politique du café ; crise financière liée à la crise économique et qui serait le résultat direct de l'échec du plan de stabilisation monétaire soutenu artificiellement par des emprunts onéreux ; crise politique liée au problème de la succession présidentielle (1930).

Ce serait le résultat de la « pression, double et antagonique » des deux impérialismes. Aux liens séculaires de dépendance de la bourgeoisie agraire à l'égard de l'impérialisme anglais, s'ajouterait le mode de pénétration nord-américain qui

« s'appuie sur la bourgeoisie industrielle, prétendument libérale, plus jeune, plus ambitieuse et plus hardie (...) cette double pression ne peut qu'accentuer (...) les antagonismes des forces sociales internes et augmenter l'exploitation et l'oppression des masses laborieuses. Là se trouverait la cause primordiale des mécontentements populaires qui se sont accumulés ces dernières années et qui ont explosé lors des révoltes du 5 juillet¹. »

Le III^e congrès du PCB est ainsi conduit à développer la thèse de la *Troisième révolte* : les soulèvements des lieutenants des années 1922 et 1924, suivis de l'épisode de la Colonne Prestes, mettent en cause l'État républicain à travers l'action centrale de la petite bourgeoisie et ouvrent la possibilité d'« une troisième explosion révolutionnaire », plus aiguë et plus radicale, que les masses déclencheront et dont le Parti communiste sera le dirigeant².

Les résolutions de la Conférence syndicale latino-américaine, tenue en avril 1928, avaient déjà admis l'idée d'une *possibilité révolutionnaire* :

« La rapide industrialisation de toute l'Amérique latine et la pression exercée par les impérialismes anglais et américains sur les masses populaires de tout le continent [expliquaient] l'effervescence révolutionnaire continue, presque incessante, dans tous les pays d'Amérique latine, cette effervescence étant le reflet d'une transition qui s'opère du régime féodal et de servitude vers le régime bourgeois et capitaliste³. »

L'appréciation de la crise brésilienne n'aurait pu devenir la proposition schématique d'une *crise révolutionnaire*, si elle n'avait pas été une orientation du VI^e congrès, écartant une politique d'alliance avec la petite bourgeoisie et négligeant les travailleurs de la campagne. La stalinisation « de gauche » empêchait ainsi les communistes brésiliens de développer les formulations élaborées au milieu de la décennie, puisque les « équivoques » d'une politique d'alliance illustrée par le Bloc ouvrier et paysan étaient particulièrement critiquées. Son électoralisme, « porte ouverte à la prolifération des pires opportunistes et des carriéristes », était dénoncé avec le « danger, plus grave encore, de cacher le Parti derrière le Bloc et, pire, de se dissoudre dans ses rangs⁴. »

Quatre mois après le VI^e congrès de l'IC, le III^e congrès du PCB prévoyait donc une « conjoncture révolutionnaire » où il existait des chances de victoire pour « la troisième révolte ». Il ne s'agissait que d'une première inflexion. Même sous cette forme, lors de réunions tenues à la fin de l'année 1929 en présence d'Astrojildo Pereira, les résolutions du III^e congrès furent qualifiées de manière véhémement de soumission à la petite bourgeoisie.

Dans les années suivantes, le PCB adopta totalement les propositions de l'IC et mit fin aux tendances qu'Astrojildo Pereira et Octavio Brandão avaient inspirées dans les années vingt, et qui, se fondant sur le concept de « révolution démocratique petite-bourgeoise », avaient défendu l'idée d'« une alliance avec l'avant-garde révolutionnaire de la petite bourgeoisie qui avait pris la tête des mouvements de 1922 et de 1924⁵ ». L'IC n'écarterait pas, apparemment, l'alliance avec la petite bourgeoisie, mais elle se prononçait pour un « double pouvoir » :

« Le mouvement révolutionnaire du prolétariat instaurera la dictature démocratique des ouvriers et des paysans, pouvoir sorti du sein des masses en lutte et reposant sur les soviets d'ouvriers, de paysans et de soldats. Le mot d'ordre central doit donc être celui du « gouvernement ouvrier et paysan » établi par la constitution d'une union fédérative des républiques ouvrières et paysannes d'Amérique latine⁶. »

Peu à peu le PCB s'éloignait de la politique de rapprochement avec la petite bourgeoisie et de la tentative, certes limitée, de comprendre le cadre brésilien à partir des éléments qui avaient marqué la genèse du PCB et du « marxisme brésilien ». Cela s'accentua, dans les deux années suivantes, avec l'analyse de la Révolution de 1930. La présence d'une ambiguïté entre les positions antérieures du PCB — celles du « Bloc » et celles du VI^e congrès, devint de plus en plus rare. En lieu et place de la tentative d'introduire, par la présence du PCB, un élément révolutionnaire parmi les révoltés de la Colonne Prestes⁷, le PCB devait, selon la résolution de l'IC sur la question brésilienne, se préparer à « prendre la tête de l'insurrection révolutionnaire des grandes masses travailleuses, qui peut éclater tant à l'occasion des élections présidentielles qu'à l'occasion d'une grève importante ou d'un soulèvement local de paysans ou de chômeurs ». Le succès de la révolution était possible à partir d'une hégémonie ouvrière face à l'hégémonie de la bourgeoisie⁸. La position de Brandão, qualifiée de « menchévique, antiléniniste et antimarxiste », niait « l'hégémonie du prolétariat dans la révolution démocratique bourgeoise, garantie essentielle pour la préserver de la déroute et meilleur moyen de préparer le prolétariat à conquérir le pouvoir. »

De plus en plus proche des thèses de l'IC sur l'Amérique latine, les communistes du PCB prenaient de la distance à l'égard de la dissidence de Prestes dans le mouvement des lieutenants, ce qui, à la veille de la révolution de 1930, rendait une alliance impossible. Une fois le mouvement déclenché et malgré son isolement, le PCB persista dans son analyse : « La révolution qui a éclaté au Brésil et qui avance victorieusement sous la direction de l'Alliance libérale, est une révolution préparée et financée par l'impérialisme yankee contre l'actuel gouvernement des grands propriétaires, essentiellement les producteurs de café, liés à l'impérialisme anglais⁹. » On croyait que cette crise nourrirait l'idée d'un gouvernement ouvrier et paysan sous la conduite du PCB, mais celui-ci ne prit aucune initiative à l'égard du mouvement en cours. Pourtant sa conception catastrophiste de la crise économique et de la rupture révolutionnaire qui en découlerait, ne trouvait pas d'exemple brésilien précis à la fin des années vingt.

1. Notamment un article de Astrojildo Pereira.

2. *La Correspondance internationale* n° 118, p. 1262.

3. C'est l'opinion de Antonio Brandão. « Étant donnée l'échéance de la succession présidentielle et ses conséquences politiques et sociales, la lutte contre l'impérialisme et contre les grands propriétaires, tout particulièrement ceux de la terre, doit constituer la base d'une alliance entre le prolétariat et Luis Carlos Prestes. »

4. Avril 1930, cf. *La Correspondance internationale* n° 146 (1930), p. 822.

5. *La Correspondance internationale* n° 86 (1930), p. 1111.

1. Cf. R. Antunes, *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Da revolução de 30 até a Aliança nacional libertadora*, São Paulo, ed. Ensaio, 1988.

2. *Id.*

3. *Id.*

4. *Id.*

Par contre, au début de l'année 1931, le Secrétariat latino-américain de l'IC¹ pouvait déclarer : « Le plénum du CC du PCB avait tout à fait raison lorsqu'il déclarait que, sans une lutte acharnée contre les éléments prestistes, trotskystes, aliancistes, etc., il ne peut y avoir de parti communiste digne de ce nom ni qui applique réellement la ligne de l'IC¹. » À notre avis, la première influence stalinienne venait de se mettre en place dans le PCB.

Ricardo ANTUNES

QUATRIÈME PARTIE

L'INTERNATIONALISME FACE AU FASCISME

¹ « El Partido Comunista del Brasil frente a los próximos combates », *Revista Comunista* (organo teórico del Secretariado de Internacionalismo comunista, janvier-juillet 1931), p. 21.